

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

**Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel**

**Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco**

São Carlos  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

**Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel**

**Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins

Financiamento: CAPES

São Carlos  
2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel, realizada em 13/12/2016:

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins  
UFSCar

Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes  
UFABC

Profa. Dra. Maria Aparecida Chaves Jardim  
UNESP

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima  
UFSCar

Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho  
UFSCar

*Ao Cleiton, companheiro de todas as horas, alegria do meu viver.*

*Ao fruto do nosso amor, meu pequeno Natanael, que em meio a momentos difíceis foi gerado como um verdadeiro milagre trazendo um novo sentido às nossas vidas.*

*À minha querida mãe Ester, por toda a sua força, garra e dedicação incondicional aos filhos, gratidão.*

*Aos meus amados irmãos, Jean e Joelson.*

*Ao meu pai, Haroldo (in memoriam).*

## AGRADECIMENTOS

São muitos os agradecimentos que tenho a fazer, visto que uma trajetória nunca é solitária, mas perpassada e compartilhada por uma rede de pessoas que dão sentido, emoção e suporte às escolhas feitas por cada um de nós, principalmente nos momentos de incertezas com relação aos impasses naturais que surgem na construção de uma tese, e nos vários desafios que vão se apresentando pelo caminho.

São sobre essas pessoas que quero falar e agradecer, pois sem elas o percurso do doutorado teria sido mais difícil e pesado, isso porque, essa foi uma longa jornada de formação em que fiquei longe da família, amigos e de minha querida cidade do Recife. Mas valeu a pena, porque foi nessa trajetória cotidiana de disciplinamento acadêmico que aprendi a ser pesquisadora, a amadurecer as ideias e a valorizar o processo formativo.

Assim, agradeço primeiramente a Deus por ter chegado até aqui e ter me dado forças quando muitas vezes pensei que não fosse conseguir.

Ao Cleiton, por seus incentivos e paciência em pensar junto comigo sobre “o problema de pesquisa”, se alegrando em cada descoberta realizada. Obrigada por seu suporte e, ainda mais, pela parceria em realizar a pesquisa de campo. Sem a sua presença não teria atingido os objetivos estabelecidos.

Às minhas tias queridas, Lene e Rute, e as minhas amigas Marcelene e Suellen pelas boas conversas e incentivos. Agradeço também à Tarcila, por sua amizade, carinho e demonstração de afeto compartilhada por nós desde a graduação.

Ao meu orientador, Dr. Rodrigo Constante Martins, que esteve ao meu lado por todo esse percurso me ensinando a fazer pesquisa. Foram quatro bons anos sob a sua orientação, que tive o privilégio de vivenciar nesse período de formação no PPGS-UFSCar. Como afirmam Lima e Gondim (2010, p. 29), “o orientador ideal é aquele que, ao mesmo tempo, é acessível aos alunos e rigoroso em relação à qualidade do trabalho de seus orientandos”. E é assim que posso definir as nossas reuniões individuais, bem como as coletivas com os demais orientandos do grupo de pesquisa RURAS.

Agradeço ao RURAS, grupo formado por pesquisadores dedicados em tudo que fazem: Alexsandro, Rodrigo Espinoza, Raiza, Tainá e Augusto. Aprendi muito com todos vocês em nossos encontros, leituras de textos e debates dos projetos de pesquisa. Mas, em especial, quero agradecer à Mariana, agradável companhia, com pensamento crítico e simplicidade de transmitir suas ideias. À querida Aninha, por ser essa pessoa notável e que

sempre me socorreu nos momentos que mais precisei. Sem a sua disponibilidade, certamente esta tese não teria chegado às mãos da banca avaliadora. À Jéssica, pelo companheirismo, excelentes conversas e bons momentos de estágio docência que tivemos juntas.

Aos professores do PPGS-UFSCar, que me receberam de braços abertos, principalmente àqueles com que tive a oportunidade de ter aulas tão proffícuas: Dr. Gabriel Feltran, Dr. André Ricardo, Dr. Jacob Carlos Lima, Dra. Maria Aparecida de Moraes, Dr. Valter Silvério e Dra. Cibele Rizek.

De forma mais específica, agradeço as colaborações do professor Dr. Jacob Carlos Lima e da professora Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva, nas valiosas aulas que tivemos juntos e pelas contribuições e indicações de leitura dadas no meu exame de qualificação. Bem como, agradeço mais uma vez ao Prof. Dr. Jacob Carlos Lima, à Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes, à Profa. Dra. Maria Aparecida Chaves Jardim e à Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho, por aceitarem participar da banca de defesa da tese de doutorado.

Agradeço também à Silmara, a prontidão e prestimosidade na solução dos problemas acadêmicos.

À CAPES, o financiamento da pesquisa, sem o qual a realização deste trabalho teria sido muito mais difícil.

Aos trabalhadores rurais da Zona da Mata Sul de Pernambuco, pois sem vocês essa pesquisa não poderia ter sido concretizada. Obrigada por abrirem suas vidas, compartilharem suas histórias e me mostrarem o lugar em que vivem de forma tão sincera e acolhedora. Agradeço, ainda, aos líderes dos sindicatos dos trabalhadores rurais e patronais da cana-de-açúcar que cederam espaço em suas agendas para me receber. Aos entrevistados do governo do estado de Pernambuco que não se eximiram em me recepcionar.

***O retirante chega à zona da mata, que o faz pensar,  
outra vez, em interromper a viagem:***

*– Bem me diziam que a terra se faz mais branda  
e macia quando mais do litoral a viagem se aproxima (...).  
Vejo agora que é verdade o que pensei ser mentira,  
quem sabe se nesta terra não plantarei minha sina?  
Não tenho medo de terra (cavei pedra toda a vida),  
e para quem lutou a braço contra a piçarra da Caatinga  
será fácil amansar esta aqui, tão feminina.  
Mas não avisto ninguém, só folhas de cana fina. (...)  
Por onde andarás a gente que tantas canas cultiva? (...)  
Decerto a gente daqui jamais envelhece aos trinta  
nem sabe da morte em vida, vida em morte, Severina;  
e aquele cemitério ali, branco de verde colina,  
decerto pouco funciona e poucas covas aninha.*

***Assiste ao enterro de um trabalhador de oito  
e ouve o que dizem do morto os amigos  
que o levaram ao cemitério:***

*– Essa cova em que estás, com palmos medida,  
é a cota menor que tiraste em vida.  
– É de bom tamanho, nem largo nem fundo,  
é a parte que te cabe neste latifúndio.  
– Não é cova grande, é cova medida,  
é a terra que querias ver dividida.  
(...)  
– Viverás, e para sempre na terra que aqui aforas:  
e terás enfim tua roça.  
– Aí ficarás para sempre, livre do sol e da chuva,  
criando tuas saúvas.  
– Agora trabalharás só para ti, não a meias,  
como antes em terra alheia.  
– Trabalharás uma terra da qual, além de senhor,  
serás homem de oito e trator.*

## RESUMO

A Zona da Mata Sul de Pernambuco vem passando por transformações em sua matriz produtiva, sobretudo a partir da desestruturação do setor da monocultura canavieira que desde meados da década de 1990 enfrenta constantes oscilações com relação aos lucros e à produtividade. A isso, soma-se nos anos 2000 o crescimento de um novo ator produtivo na localidade, o Complexo Industrial Portuário de Suape. Apesar de ter sido criado entre 1976-1978, os empreendimentos do porto – com cerca de 100 empresas instaladas que gera 25 mil empregos diretos – se tornaram mais intensos com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 no governo do ex-presidente Lula. Assim, se antes do advento de Suape a oferta de emprego na região – para a sua majoritária população rural – provinha dos canaviais e da indústria do açúcar, agora, a presença desse novo elemento trouxe consigo novas possibilidades de se viver no lugar. Essa conjuntura tem sido acompanhada pela *mobilidade da força produtiva* – de que fala Gaudemar – de centenas de trabalhadores da cana para o emprego nas maiores empresas do porto de Suape, especialmente as do setor de construção civil e as empresas da área naval, como o Estaleiro Atlântico Sul e o Estaleiro Vard Promar. Tendo por pano de fundo esse cenário, a construção da pesquisa buscou compreender essa dinâmica e as possíveis implicações desse deslocamento sobre o espaço de vida dos atores sociais que vivenciaram esse processo. Assim, o objetivo desta tese é analisar as possíveis transformações nas identidades e, portanto, nas trajetórias dos trabalhadores rurais da Zona da Mata Sul canavieira de Pernambuco em face da presença de Suape. E, como objetivos específicos: a) descrever o perfil desses trabalhadores no que se refere a gênero, idade, escolaridade e origem; b) caracterizar como ocorre a inserção dos trabalhadores no complexo de Suape; c) analisar as mediações identitárias dos trabalhadores rurais diante da mudança de condição de trabalhadores rurais para trabalhadores das indústrias do Porto de Suape; d) mostrar como os trabalhadores percebem as transformações que estão vivenciando em seus modos de vida e, se há, conseqüentemente, mudanças nos seus projetos de vida. Como recurso metodológico, faço uso da pesquisa qualitativa e de entrevistas semiestruturadas com enfoque na história de vida dos atores sociais. Foram entrevistados trabalhadores dos municípios de Sirinhaém, Ribeirão, Escada, Rio Formoso e Ipojuca. Também foram realizadas entrevistas com líderes de sindicatos rurais, patronais e agentes do governo do estado de Pernambuco. A fonte documental foi de grande utilidade a fim de se confirmar as informações colhidas nas entrevistas, bem como o levantamento bibliográfico que possibilitou a construção de conceitos-chave para a interpretação e análise dos dados.

**Palavras-chave:** Zona da Mata Sul; Porto de Suape; trabalhador rural; identidade; mobilidade e trajetória social.

## ABSTRACT

The Zona da Mata Sul of Pernambuco has undergone transformations in its productive sector, mainly as a result of the restructuring of the sugar cane monoculture sector, which has been constantly fluctuating in relation to profits and productivity since the mid-1990s. In addition, there was the growth in the years 2000 of a new productive actor in the locality, the Industrial Port Complex of Suape. Despite being created between 1976-1978, port enterprises – with about 100 companies installed that generate 25,000 direct jobs – became more intense with the creation of the Growth Acceleration Program (PAC) in 2007 under the government of Former President Lula. Thus, if before the advent of Suape the supply of employment in the region – for its majority rural population – came from of the cane fields and sugar industry, now the presence of this new element brought with it new possibilities of living in the place. This situation has been accompanied by the mobility of the productive force – of which Gaudemar speaks – of hundreds of cane workers for employment in the largest companies in the port of Suape, especially those in the construction sector and companies in the naval area, such as the Shipyard Atlantic South and Vard Promar Shipyard. In this context, the construction of the research sought to understand this dynamics and the possible implications of this displacement on the living space of the social actors who experienced this process. Thus, the aim of this thesis is to analyze the possible transformations in the identities and, therefore, in the trajectories of the rural workers of zona da mata sul canavieira of Pernambuco given the presence of Suape. and, as specific objectives: a) to describe the profile of these workers with regard to gender, age, schooling and origin; b) characterize how the insertion of workers occurs in the Suape complex; c) analyze the identity mediation of rural workers in face of the change of condition of rural workers to workers in the industries of Porto of Suape; d) to show how the workers perceive the transformations that they are experiencing in their ways of life and, if consequently, there are changes in their projects of life. As a methodological resource, I make use of qualitative research and semi-structured interviews with a focus on the life history of social actors. Workers from the municipalities of Sirinhaém, Ribeirão, Escada, Rio Formoso and Ipojuca were interviewed. Also interviews were conducted with leaders of rural unions, employers and agents of the government of the state of Pernambuco. The documentary source was very useful in order to confirm the information collected in the interviews, as well as the bibliographic survey that enabled the construction of key concepts for the interpretation and analysis of the data.

**Keywords:** Zona da Sul Mata; Suape port; rural worker; identity; mobility and social trajectory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Fotos

Foto 1 - Foto aérea da parte externa do Complexo Industrial Portuário de Suape, com o cais do porto, os berços de atracação e o canal de acesso.....	81
Foto 2 - Trabalhadores do Complexo Industrial Portuário de Suape.....	111
Foto3- Roçado de morador às margens da rodovia estadual PE-60 – Distrito de Camela.....	120
Foto 4 – Casa de administrador de engenho – Município de Camela.....	121
Foto 5 - Casa de morador embargada por falta de autorização do dono de engenho / município de Camela.....	121
Foto 6 – Engenho Ubatinha – Município de Sirinhaém-PE.....	124
Foto 7 – Entrada da Usina Trapiche e do Engenho Ubatinha – Sirinhaém/PE.....	124
Foto 8 – Trem antigo da Usina Trapiche – Sirinhaém/PE .....	125
Foto 9 - Usina Trapiche – Sirinhaém/PE.....	125
Foto 10 - Entrada do engenho São Paulo – Distrito de Camela.....	168
Foto 11 - Fogão a lenha da morada da família do Lucas. Engenho São Paulo/ Distrito de Camela.....	189
Foto 12 – A rua: município de Primavera/Zona da Mata Sul.....	203

### Figuras

Figura 1 – Localização da região da pesquisa.....	30
Figura 2 – Qualificação ofertada aos trabalhadores pelo estado de Pernambuco em 2013 para trabalhar no Porto de Suape.....	43
Figura 3 - Cartien vande Cabo St. Augustin en t Eijlandt nu genaemt Walcheren/ Localização do porto de Suape no período colonial .....	80
Figura 4 - Região de desenvolvimento da Zona da Mata Sul –PE.....	198
Figura 5 - Municípios que compõem a região de desenvolvimento Mata Sul –PE.....	198

### Quadros

Quadro 1 – Relação anual de informações sociais – RAIS – Município de Ipojuca 2014.....	95
Quadro 2 – Perfil dos trabalhadores entrevistados.....	131
Quadro 3 – Comparação entre a remuneração na cana e nas empresas de Suape.....	137
Quadro 4 - As vantagens de Suape.....	140

### Gráficos

Gráfico 1 – Autodeclaração étnico-racial dos trabalhadores rurais entrevistados nos municípios de Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Escada e Ribeirão, na região da Zona da Mata Sul – PE.....	38
---	----

Gráfico 2 - Escolaridade dos trabalhadores rurais entrevistados nos municípios de Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Escada e Ribeirão, na região da Zona da Mata Sul - PE.....	39
Gráfico 3 - Média de idade dos trabalhadores rurais entrevistados nos municípios de Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Escada e Ribeirão, na região da Zona da Mata Sul – PE.....	39
Gráfico 4 - Local de moradia dos entrevistados.....	40

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

- ADDIPER – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
- BDE – Base de Dados do Estado de Pernambuco
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CONDEPE-FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
- EAS – Estaleiro Atlântico Sul
- ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
- FCA – Fiat Chrysler Automobiles
- FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
- HEMOBRÁS – Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IFPE – do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
- PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.
- PIB – Produto Interno Bruto
- PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional
- PRODEPE – Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco
- PRODINPE – Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco
- PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
- PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- QUALIPETRO – Programa de Capacitação para a Indústria de Petróleo e Gás
- RMR – Região Metropolitana do Recife
- SEMPETQ – Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação de Pernambuco
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SINDAÇÚCAR – Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco
- SINDCAPE – Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-açúcar no Estado de Pernambuco

SINDMETAL – Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos no Estado de Pernambuco

SINTEPAV – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral no Estado de Pernambuco

STRs – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1 - A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: ELEMENTOS METODOLÓGICOS E TEÓRICOS.....</b>	<b>22</b>
1.1 Encontrando o objeto da pesquisa.....	22
1.2 O lugar da pesquisa.....	28
1.3 A pesquisa de campo e critérios de escolha dos entrevistados.....	31
1.3.1 Conhecendo os trabalhadores e entrando na Zona da Mata Sul.....	36
1.3.2. Sobre a qualificação dos trabalhadores entrevistados.....	40
1.3.3 Os obstáculos e experiências vivenciadas na pesquisa.....	46
1.4 Tipo de análise.....	47
1.4.1 Elementos da identidade e trajetória na Zona da Mata: terra e trabalho.....	55
<b>2 – A ZONA DA MATA: PASSADO E PRESENTE.....</b>	<b>61</b>
2.1 Zona da Mata: do período colonial à “decadência” da plantation açucareira.....	61
2.2 As metamorfoses da Zona da Mata no século XX.....	67
<b>3 – O PORTO DE SUAPE E A PRODUÇÃO CANAVIEIRA CONTRADIÇÕES.....</b>	<b>76</b>
3.1 O surgimento do porto.....	78
3.2 A ascensão do Porto de Suape a partir dos anos 2000.....	87
3.3 Olhares atuais sobre Suape: a visão dos sindicatos dos trabalhadores rurais, da elite rural e do estado.....	93
3.3.1 Os sindicatos dos trabalhadores rurais e o porto .....	93
3.3.2 A elite rural, o estado e o porto.....	98
<b>4 – A INSERÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NO PORTO DE SUAPE.....</b>	<b>111</b>
4.1. Mobilidade socioespacial na Zona da Mata Sul.....	112
4.2. O trabalho na cana-de-açúcar e sua negatividade.....	119

4.3. Alternativa ao trabalho na cana: a percepção dos trabalhadores rurais sobre seus deslocamentos para o porto de Suape.....	129
4.3.1. As motivações para permanecer em Suape e as incertezas com relação ao emprego.....	136
4.3.2. Outras formas de controle: o profissional e a produtividade.....	144
4.3.3. O estigma de cortador de cana.....	147
4.4. O trabalho em Suape e a busca por autonomia .....	150
<b>5 – REPRODUÇÕES E MOBILIDADES NAS TRAJETÓRIAS DOS TRABALHADORES RURAIS DA ZONA DA MATA SUL.....</b>	<b>154</b>
5.1. A trajetória de Amauri: “voltar para cana foi vergonhoso” .....	155
5.2. A trajetória de Ivan: “para ficar em Suape tem que se qualificar” .....	168
5.3. A trajetória de Lucas: “saí de Suape, mas não volto pra cana. Estou correndo pra tudo que é lado pra não voltar! ” .....	180
5.4. Reproduções, mobilidades e identidade nas trajetórias estudadas.....	189
5.5. O que é o rural na Zona da Mata Sul?.....	197
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>205</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>210</b>
<b>GLOSSÁRIO.....</b>	<b>221</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>224</b>

## INTRODUÇÃO

Desde a década de 1950, a Zona da Mata de Pernambuco tem sido alvo de contínuas pesquisas científicas no âmbito das Ciências Sociais que buscam acompanhar e mapear as transformações que se descortinam na região. Por ser um lugar ligado historicamente às idiossincrasias da *plantation*, seu espaço se constituiu um importante cenário de análise das relações sociais que aí se solidificaram, vinculadas, sobretudo, à persistente concentração fundiária e a presença da monocultura da cana-de-açúcar como lembrança de um passado que insiste em permanecer.

Sob esse aspecto, destaco que as principais mudanças gestadas nesse espaço estão relacionadas ao próprio desenvolvimento do modelo de produção capitalista que, a partir de meados no século XX, se direciona ao campo a fim de “modernizar” as relações produtivas e de trabalho estabelecidas (MARTINS, 2006), alterando, por conseguinte, os modos de vida da população rural que vivia no seio da grande propriedade açucareira.

Nesse sentido, concordando com Wanderley (2009), ressalta-se que as transformações operantes na região entre 1950-1960 remontam à própria cisão que ocorreu na sociedade brasileira nos anos 1930, quando o presidente Getúlio Vargas assume o poder e com ele logra-se uma redefinição da aliança entre o Estado e as classes dominantes, de forma que:

Grosso modo, pode-se afirmar que, a partir de então: cria-se uma base interna e acumulação mais sólida, que favorecerá progressivamente a instalação e a expansão de empresas multinacionais no país; assiste-se a uma crescente concentração e centralização do capital que repercutirá sobre as relações entre as diversas classes sociais e sobre a divisão do trabalho a nível regional e setorial; a fração industrial da classe capitalista assume progressivamente a dominação econômica e a hegemonia política do país (WANDERLEY, 2009, p. 116).

A “perda” da hegemonia da elite rural, que ocorre com a ascensão da elite industrial e a “modernização” da produção nacional, é apenas parcial, ou quase inexistente, visto que, mesmo em momentos de crises, como a dos anos 1930 na base da economia agroexportadora:

O estado não eliminou os grandes proprietários da nova composição do poder e os sustentou através de políticas de proteção aos efeitos da crise econômica, que significaram, concretamente, a manutenção de suas formas tradicionais de reprodução (WANDERLEY, 2009, p. 116).

Assim, utilizando-se do auxílio do Estado sempre a seu favor, a grande propriedade da Zona da Mata nordestina mantém sua força política, econômica e social, auferindo vultosos lucros por meio da exploração da força de trabalho residente nos engenhos e entorno das pequenas cidades vizinhas aos canaviais.

Wanderley (2009) aponta que esse cenário de “convergência de interesses” permaneceu mesmo após a superação da crise dos anos 1930, de forma que até a proposta de modernização da agricultura – que “supunha-se” ser um mecanismo de beneficiamento à produção agropecuária como um todo – favoreceu majoritariamente a grande propriedade: “A modernização da agricultura é o outro polo da intervenção do Estado (...). Os diversos incentivos creditícios (...) constituem os instrumentos que ampliam uma importante frente de acumulação no setor agrícola (...)” (WANDERLEY, 2009, p. 120).

Seguindo essa linha de pensamento, Martins (2006) também aponta que a chamada “modernização” da agricultura não cumpriu o que prometeu ao campo, antes, conservou estruturas sociais desiguais de forma que “sua expansão sobre as áreas rurais deu-se, no mais das vezes, mediante a conciliação dos interesses da grande propriedade agrícola com aqueles da manutenção das circunstâncias locais de domínio e desigualdades sociais” (MARTINS, 2006, p. 69).

Não apenas a modernização, mas as próprias mudanças nos mecanismos de regulação das leis de trabalho que alcançou parte dos trabalhadores dos centros urbanos nesse período, não se estendeu aos trabalhadores rurais na forma de proteção contra a exploração que ocorria na agroindústria, só ocorrendo mais tarde a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural – ETR – em 1963 (SILVA, 1999).

Assim, se por um lado, a modernização da agricultura se expande no campo, por outro, acelera a desintegração das formas de vida dos moradores de engenho que paulatinamente se proletarizam em decorrência do processo de desvinculação da terra e perda dos meios de produção (ANDRADE, 1979, p. 61-62).

Nesse contexto, o morador de engenho que anteriormente tinha acesso à *morada* (a casa cedida pelo dono da usina, mais a posse de um pequeno sítio para desenvolver uma agricultura de subsistência) se transforma em um trabalhador rural, ou, na acepção de Wanderley (2009), um trabalhador/camponês, já que nem todos vivenciaram esse processo de ruptura total com o engenho.

Foram essas transformações no âmbito de perda da morada e expulsão dos trabalhadores para as pequenas cidades do entorno dos engenhos da Zona da Mata Sul, que

Sigaud (1979) analisou na década de 1970. Todavia, salienta-se que essas mudanças ocorreram como fruto de uma dinâmica interna da grande propriedade na tentativa de proteger o seu domínio sobre os trabalhadores e o processo de trabalho.

Um outro ponto de mudança na localidade liga-se à crise da agroindústria canavieira na década de 1990, que gerou instabilidade na produção açucareira relegando centenas de trabalhadores ao desemprego, restando-lhes apenas como válvula de escape a ida para a cidade de Recife e outras regiões à procura de emprego. Além disso, também houve, como ficou evidente no município de Rio Formoso, uma intensificação da luta pela reforma agrária através da desapropriação dos engenhos falidos e/ou sem condições de arcarem com os gastos da produção e custo da mão de obra (SIGAUD, 2006).

Dito isto, a presente pesquisa se insere nessa perspectiva histórica de mudanças sociais visando compreender as recentes transformações que têm ocorrido na Zona da Mata Sul de Pernambuco com a instalação do Complexo Industrial Portuário de Suape e sua ascensão a partir dos anos 2000; preenchendo, dessa forma, uma lacuna de análise que ocorre nesse espaço produtivo tradicional da agroindústria.

Isso porque, a despeito do porto estar presente na localidade desde a década de 1970, os empreendimentos tornaram-se mais proeminentes a partir dos anos 2000, com os investimentos maciços feitos pelo Estado brasileiro durante o governo do presidente Lula. A fim de alavancar Suape como vitrine de um “novo Nordeste” – inserido nos circuitos da industrialização e do setor portuário – objetivava-se, com isso, deixar de lado a histórica dependência da cana-de-açúcar.

Nesse período, o volume dos investimentos foi de tal ordem que a despeito do período de sua criação até o ano de 2006 os recursos recebidos terem totalizado R\$ 643 milhões; entre 2007 e 2010 – apenas três anos – o valor de recursos repassados somam mais de R\$ 710 milhões (SUAPE, 2011, p. 11). Em um curto período de tempo o porto recebeu mais do que em todos os anos anteriores.

Esse vertiginoso crescimento se deve, portanto, a um projeto desenvolvimentista amparado na concentração de volumosos recursos, a aliança entre as elites locais e a concentração de investimentos de grande porte em um único lugar, como indústrias líderes nas áreas de resinas PET, termoelétrica, de estaleiros navais e a Refinaria de petróleo Abreu e Lima.

Esse novo cenário foi acompanhado efusivamente pelos meios de comunicação local que denominavam o porto de Suape como a “redenção de Pernambuco”, como a fonte de

superação da dependência da cana-de-açúcar, a “joia da coroa pernambucana” e a “salvação do estado”.

Contudo, essas percepções sobre o porto omitiam as contradições que acompanharam sua instalação, como as desapropriações ilegais, a prevalência de interesses de determinados setores da sociedade sobre os demais e a inviabilidade ambiental do projeto por estar localizado em uma área de preservação ambiental.

Na tentativa de dar um sentido às informações *a priori* coletadas, bem como de construir uma percepção mais concreta da questão, o problema de pesquisa foi se delineando com o objetivo de se compreender os desdobramentos do crescimento do porto na Zona da Mata Sul, no tocante às novas relações que passaram a se estabelecer a partir do deslocamento dos trabalhadores/moradores rurais à Suape e sua procura por novas formas de trabalho.

Nesse caso, o interesse desta tese foi mapear os significados dessa mobilidade da força de trabalho rural para Suape e quais as implicações desse fenômeno em suas identidades rurais, trajetórias de vida e formas de se relacionar com um espaço em metamorfose. Para isso, foi necessário construir não apenas um referencial teórico-analítico-documental, mas, sobretudo, ouvir as histórias desses sujeitos do rural para, a partir daí, analisar a própria narrativa construída por eles e os significados atribuídos.

Para a realização da pesquisa, tive de partir de um caldeirão de informações a princípio difusas sobre “a questão Suape” e os trabalhadores rurais que para lá migraram. Isso porque, boa parte do que eu conhecia era informado pela mídia local, além de algumas leituras de artigos e trabalhos monográficos sobre o porto de Suape no tocante aos empreendimentos, funcionamento, qualificação da mão de obra e as diretrizes do desenvolvimento econômico do estado após sua criação. Fora isso, também dispunha de alguns achados de pesquisa de campo realizada durante o mestrado, e que já indicavam, timidamente, um certo interesse dos trabalhadores rurais em se deslocar ao porto.

Paralela a essa primeira impressão do problema, o ingresso no doutorado em 2013 permitiu que essas questões fossem amadurecidas possibilitando criar novas estratégias de como deveria ser a minha inserção no campo e onde deveria direcionar meu olhar. Assim, ao final deste mesmo ano, voltei mais uma vez a Pernambuco munida de artifícios cujo objetivo principal visava solidificar as argumentações do projeto com maior propriedade.

Nesse período, iniciei minha jornada de campo começando pelos sindicatos dos trabalhadores rurais – por ser o antigo sindicato daqueles que saíram do campo e foram para Suape. Posteriormente, também entrei em contato com os sindicatos que representavam os

trabalhadores rurais dentro de Suape, o SINDMETAL e SINTEPAV. Também consegui marcar uma entrevista com a secretária de emprego e qualificação do estado de Pernambuco com o intuito de conhecer se havia estratégias de capacitação e qualificação de mão de obra para os trabalhadores rurais que adentravam no porto.

Essa primeira incursão no campo permitiu-me traçar um arcabouço analítico sobre o que de fato é Suape e quem eram os trabalhadores que efetivavam o deslocamento. De forma que, ao realizar as demais etapas da pesquisa nos anos de 2014, 2015 e 2016, pude ir traçando um paralelo mais expressivo do problema e estabelecer conexões causais com os objetivos propostos nesta tese.

Munida dessas informações, o passo seguinte se focou em investigar em um nível micro – a partir das trajetórias de vida desses sujeitos do rural que foram para Suape – as atualizações das novas formas de mobilidade que se descortinam na região. Com enfeito, cabia agora checar se a presença de Suape tem culminado em uma ressignificação da identidade rural, passando esta a ser acionada pelos sujeitos *como um tipo de mediação frente aos novos processos vivenciados por eles*.

Para dar conta dessa hipótese, o referencial teórico utilizado neste trabalho articulou a trajetória dos indivíduos e as possibilidades de mobilidade socioespacial na Zona da Mata Sul ao processo de formação da identidade rural dos trabalhadores rurais em seu espaço de vida.

Isso porque, os dados de campo evidenciaram que as possibilidades de escolha dos agentes entrevistados de “sair ou não da cana” estão ligadas não apenas a um querer sair ou a uma vontade de mudar os “rumos de sua vida”, mas às formas como estes indivíduos se constituem e localizam-se no campo social.

Assim, primordialmente, mobilizo a ideia de que a identidade rural não é fixa ou imutável (HALL, 2009; 2014), antes está imersa em uma rede de relações e de estrutura social que ao mesmo tempo em que se impõe ao indivíduo, também é transformada no devir destes (BOURDIEU, 1983).

Isso leva-nos a refletir que a identidade não é um processo acabado, mas se constrói e reconstrói na medida em que atribui novos significados às ações dos agentes auxiliando-os na mediação com o mundo social. Em uma palavra: a identidade é uma construção realizada em um espaço imerso em disputas e tensões.

É em meio a essas ambiguidades que o indivíduo se constitui e se refaz como ser social. Contudo, como salienta Bourdieu com sua noção de estrutura e *habitus*, essas incorporações ocorrem dentro de certa conjuntura dada. Isso porque são as disposições do

agente em determinado campo – sua condição de classe – que lhe concede mecanismos mais efetivos de se posicionar no tecido social e alcançar uma maior vantagem na forma como se distribui socialmente (BERTAUX, 1970).

Dito isto, a presente tese se estrutura da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, o objetivo é abordar como ocorreu o processo de construção do objeto de pesquisa, ressaltando tanto os aspectos metodológicos que conduziram à coleta de dados e de tipo de análise, como alguns pressupostos teóricos que orientaram a construção da narrativa aqui evidenciada.

Na segunda parte deste texto, contextualizo, por meio de um levantamento bibliográfico que privilegia a construção sócio-histórica do lugar, o que é a região da Zona da Mata. Para isso, faço um resgate das pesquisas de Sigaud e de Palmeira afim de mostrar a região enquanto história, como tempo social permeado por estruturas construídas dentro de uma longa narrativa, mas também atualizada pelos sujeitos do seu tempo. A ideia é, pois, caracterizar a história do lugar para compreender como o lugar, hoje, (cor)responde à história, deslindando sobre *o que foi* socialmente construído na perspectiva de colher elementos para o entendimento *do que é*.

A tentativa de discutir *o que é* constitui a terceira e a quarta parte deste texto. Nesta etapa serão abordados os “achados” do campo propriamente dito, buscando estabelecer uma relação entre os atores que compõem a narrativa social da Zona da Mata, qual seja, o Porto de Suape, os trabalhadores rurais e a cana.

No quinto e último capítulo, a análise tem como questão central trazer alguns apontamentos que envolvem esse processo de deslocamento dos trabalhadores rurais para o trabalho em Suape, discutindo, dessa maneira, tanto “o que é que vai” como “o que é que fica”. Outrossim, busco evidenciar os sentidos atribuídos pelos próprios atores sociais na sua trajetória e como isso configura suas identidades. A intenção é olhar a trajetória dos indivíduos da Zona da Mata Sul como um amálgama entre um movimento “biográfico”, estruturas históricas e novas formas de sociabilidades.

## 1. A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: ELEMENTOS METODOLÓGICOS E TEÓRICOS

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo – ou *no campo* – esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. Esse esquema conceitual – disciplinadamente apreendido durante o nosso itinerário acadêmico, daí o termo disciplina para as matérias que estudamos –, funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração – se me é permitida a imagem. É certo que isso não é exclusivo do olhar, uma vez que está presente em todo processo de conhecimento, envolvendo, portanto, todos os atos cognitivos, que mencionei, em seu conjunto. Contudo, é certamente no olhar que essa refração pode ser melhor compreendida. A própria imagem ótica – refração – chama a atenção para isso (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 19).

### 1.1 ENCONTRANDO O OBJETO DA PESQUISA

A realização de uma pesquisa é permeada por diversas etapas que abarcam, não apenas o interesse em analisar determinada realidade, mas, sobretudo, o esforço de se construir um objeto de pesquisa como *métier* sociológico. E esse não é um caminho fácil, tendo em vista que, por um lado, o fenômeno social não se apresenta da forma que o pesquisador deseja. Ele é fugidio, tem “vida própria”. E, por outro lado, o pesquisador está cercado por pré-noções que o levam a querer desnudar a realidade sem antes buscar despir-se dos pré-conceitos que o impedem de fazer relações heurísticas, conexões de sentido, como dizia Weber (1994).

Um desses pré-conceitos, sem dúvida, é a questão da familiaridade, esta que nos faz achar que conhecemos porque estamos perto. Por isso, como aponta Bourdieu (2010), às vezes o distanciamento deve ser o primeiro recurso metodológico utilizado com vistas ao sucesso de uma jornada científica, pois é por meio dele que avaliamos melhor o objeto. Isso porque, ao assim procedermos, também nos localizamos e, estrategicamente, nos situamos melhor frente à investigação.

No tocante à pesquisa, é relevante afirmar essa relação de distanciamento que tive de empreender, visto que a familiaridade que possuía com o lugar analisado certamente se mostrou, desde o começo, um entrave para mim, de maneira que dar um salto para além do

que era *evidence*, como afirma Bourdieu (2010, p. 24), foi um exercício árduo. Tendo em vista que as impressões que possuía sobre a Zona da Mata Sul eram naturalizadas, muito embora eu assim não as concebesse. Esta representava para mim, tão somente, uma paisagem, um caminho para as praias do litoral de Pernambuco que frequentemente visitava.

Em outros termos, as minhas idas e vindas para as “casas de praia” de familiares conformavam uma visão *in natura* da Zona da Mata Sul. Esta era, aos meus olhos, tão somente um espaço geográfico de “passagem”. É que o lugar, para ser percebido como espaço social, ou melhor, como ato cognitivo da ciência, precisa ser antecedido por uma reconversão do *olhar* do pesquisador (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) que, por seu turno, produz nele um despertar científico específico.

Nestes termos, o despertar para a pesquisa iniciou-se no período do mestrado, época que desenvolvi um estudo analisando as diversas estratégias de reprodução social acionadas pelas famílias agricultoras que residiam em um engenho de cana-de-açúcar. Durante a realização das entrevistas começou a ocorrer um certo “padrão” nas respostas dadas pelos entrevistados, uma repetição de falas que apontavam para o “sonho de ir trabalhar em Suape<sup>1</sup>”, e/ou que “os trabalhadores querem sair da cana e ir tudinho para Suape” (MOURA, 2013)<sup>2</sup>. Por que isto estava acontecendo? Era o que eu perguntava naquele período.

Essas inquietações geraram uma espécie de “despertar sociológico”, posto indicar que estava ocorrendo um processo de mudança na Zona da Mata Sul cujas razões precisavam ser investigadas em uma outra pesquisa. Mas para que isso fosse possível, em cognição preliminar, era necessário buscar dados que indicassem, minimamente, qual era o estado da arte da Zona da Mata Sul naquele momento. Essa busca visava fundamentar a elaboração do projeto inicial de doutorado, que foi submetido à seleção nesta universidade no final do ano de 2012.

Nesta etapa de elaboração do projeto, um dado significativo que emergiu foi o rápido crescimento do Porto de Suape que – após décadas de implantação, mas sem definição de sua viabilidade enquanto promotor do desenvolvimento da região – passou a ser visto como a “solução” para a industrialização e retomada do crescimento econômico não somente da Zona

---

<sup>1</sup> Suape é nome de uma praia do litoral sul de Pernambuco. Com a criação do porto nas suas imediações, ele passou a ser referenciado a partir do nome dado à praia.

<sup>2</sup> A pesquisa foi realizada no Engenho Megaípe, situado no município de Jaboatão dos Guararapes que, por sua vez, localiza-se na região metropolitana do Recife e possui uma parcela de sua economia advinda da produção sucroalcooleira.

da Mata, mas do estado de Pernambuco. Emergia, em face disso, uma outra questão: a que se devia isso?

Fazendo um levantamento prévio, fui observando que essa “ascensão” de Suape era acompanhada com entusiasmo pela imprensa e por uma parcela da elite intelectual local que viam os novos empreendimentos sempre de uma forma positiva e redentora, capaz de dinamizar a economia de Pernambuco – historicamente dependente do setor sucroalcooleiro. Seguindo essa linha, o economista Mussalém (2011, p. 91) afirmava que haveria “um estado de Pernambuco antes e outro depois da implantação e funcionamento do complexo de Suape”.

Sobre esse aspecto, no *site* institucional do Porto de Suape<sup>3</sup> pude encontrar algumas falas acerca da percepção que se tinha de Suape e que foram amplamente divulgadas nos veículos de informação local:

Suape é a joia da coroa pernambucana. Uma maravilha logística. Uma poupança do povo de Pernambuco feita por mais de 30 anos, sem interrupção e no lugar certo. Como poupança coletiva, Suape confirma a frase espirituosa atribuída a Albert Einstein de que “a maior força do universo é o juro composto”. Estamos começando a nos beneficiar dos juros compostos das aplicações feitas em Suape, no início só com o “dinheiro azul e branco” do Tesouro estadual. Agora, os dividendos estão chegando e todo o estado está se beneficiando disso. Se antes era Suape que precisava estar à altura da história e da tradição pernambucanas, agora é Pernambuco que precisa estar à altura da grande oportunidade de desenvolvimento que o complexo industrial-portuário nos traz, a maior dos últimos 50 anos e da próxima geração (Francisco Cunha, arquiteto e sócio da TGI Consultoria).

Acresce-se a isso outro depoimento encontrado no endereço eletrônico do Porto de Suape: “Pernambuco detém hoje um conjunto de vantagens competitivas para sediar um importante polo de empresas da cadeia de petróleo, gás, *offshore* e naval e a presença de uma refinaria de petróleo e de vários estaleiros atestam este potencial” (Tânia Bacelar, economista, professora da UFPE e consultora da CEPLAN).

Em face destas percepções, a pesquisa foi sendo formada partindo-se de uma dimensão macro que visava entender a presença de Suape e sua posição econômica em Pernambuco. Em outras palavras, questionava-se por que somente nos anos 2000 o Porto de Suape ganha projeção, não obstante ter sido criado em 1970?

As respostas a essas indagações tanto na mídia quanto as emitidas pelo governo do estado, bem como pelo meio intelectual, tinham uma conotação política e indicavam que o

---

<sup>3</sup> Depoimentos disponíveis no *site*: <http://www.suape.pe.gov.br/testimony/list.php#header>. Acesso em: 20 out. 2015.

crescimento e ascensão do porto se deviam às ações quase que exclusivas do então governador Eduardo Campos e do presidente Lula, e pontuavam Suape sob o aspecto ideológico, colocando-o como forma de redimir a economia do estado via industrialização da atividade econômica.

No entanto, essas explicações soavam-me parciais e sem aprofundamento. Além disso, elas pouco falavam sobre aqueles que, na pesquisa de mestrado, haviam relatado que queriam deixar a cana e ir para Suape. E quando falavam, davam um “ar romantizado” a esse processo, como mostra a reportagem de um veículo de informação ao se referir à contratação da mão de obra dos canaviais pelas empresas do porto:

(...) ex-cortador de cana, acostumado a passar horas sob o escaldante sol que castiga os canaviais nordestinos, o pernambucano Josenildo Francisco da Silva, de 24 anos, deixou o campo e agora ‘sua a camisa’ em um emprego urbano [...] no Complexo Portuário de Suape (VALOR ECONÔMICO, 2010).

Diante desse conjunto de informações, o caminho abstrativo que percorri na construção do projeto de doutorado elencou um conjunto de questões estruturadoras, quais sejam: esse *status* de “emprego mais leve” concedido às atividades industriais no porto, não obstante revelar algo que deveria ser considerado, podia estar escondendo contradições sociais no novo tipo de emprego? O que estava ocorrendo na Zona da Mata Sul que levava os indivíduos do trabalho no canavial para o porto? Que tipo de atividade era desenvolvida em Suape? Como esses trabalhadores percebiam-na? Como foi o processo de sair da cana e ir trabalhar neste novo empreendimento? O que isso estava significando em termos de trajetórias e identidades rurais numa região marcadamente ancorada no trabalho nos canaviais? Havia retorno à cana mesmo depois de ir trabalhar no porto? E quem não conseguia ir para Suape, como percebia isso? Qual era o “rural” que nascia sob esse processo?

Após esses questionamentos, procedi a leituras de um conjunto de pesquisas realizadas nas décadas de 1960-1980 pelos pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional. O acesso a essas obras foi fundamental, uma vez que as relações sociais discutidas por estes autores no tocante à Zona da Mata e seus atores sociais lançaram luz no entendimento de quais elementos do rural analisado por eles estavam sendo atualizados ou transformados, e, ainda, quais eram as novas práticas acionadas por estes sujeitos do rural.

Dentre estes trabalhos, cito Velho (2009), Palmeira (1977) e principalmente Sigaud (1979; 1980; 2006) visto que, como será demonstrado mais adiante, buscaram entender a trama entre concentração de terras, expropriação, greves nos canaviais e sindicalismo dos trabalhadores rurais apontando como isso gestava um rural com especificidades próprias da relação entre tradição e modernidade no campo.

Vale destacar tal relação, pois o período analisado por esses autores foi marcado por profundas transformações na *plantation* pernambucana, um momento singular da história em que formas tradicionais de vivência em um determinado espaço estavam sendo substituídas por outras formações sociais, ainda que guardassem similaridades com a antiga ordem. Sob esse aspecto, ao analisar as produções escritas nesse período, Garcia Jr (2014, p. 27) argumenta que:

O título do livro que condensou o resultado das monografias – Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação – é revelador da constatação coletiva que as mudanças eram profundas, alteravam configurações sociais e se inscreviam na vida mais íntima de cada indivíduo, mas eram compatíveis com recriação de diferenças sociais herdadas dos tempos coloniais. (...) Também para os antropólogos formados no PPGAS, as reconversões dos grupos até então em posições subalternas não desembocavam em mobilidade ascendente que emprestasse ao espaço social brasileiro um perfil mais igualitário: “sobrados e mucambos”, “edifícios e favelas”, bairros nobres e periferias depauperadas demonstravam a recriação das distâncias sociais presentes na *plantation* tradicional desde os tempos coloniais mais remotos. (...) A hierarquia social examinada no longo prazo também apontava para a recriação em escala intergeracional da oposição entre descendentes de senhores de engenho e descendentes de escravos.

Nesta perspectiva, a partir da compreensão dessas “transformações sociais sem mudanças” que eles acompanharam na região da Zona da Mata naquele período, pude começar a estabelecer relações com o que pretendia estudar, efetivamente, na atualidade, em uma tentativa de apreender se a presença do Complexo Industrial Portuário de Suape implicou em mudanças na vida dos trabalhadores rurais; se sim, quais seriam elas? E de que maneira se configuraram as relações entre os agentes históricos do lugar e os agentes “implantados”, e como isso se concretizou em termos de identidades e mobilidade socioespacial dos trabalhadores rurais? E, mais especificamente, como os agentes da Zona da Mata Sul situaram seu *modo de vida* em face da chegada dos empreendimentos industriais de um lado e da permanência dos canaviais como forma de uso privado da terra, de outro? Isso atualizou

significativamente seu *habitus* – mormente gestado em relações rurais nos canaviais? Em que sentido isso ocorreu e de que forma foi percebido pelos agentes?

Cabia checar, empiricamente, essas questões. Mas, antes disso, era necessário estruturá-las em torno de um punhado de objetivos que as amarrassem bem e que, ao mesmo tempo, direcionassem o foco investigativo na perspectiva de colocar um norte para que eu não me perdesse no campo.

Nestes termos, o objetivo geral da pesquisa realizada foi analisar as possíveis transformações nas identidades e nas trajetórias dos trabalhadores rurais da Zona da Mata Sul canavieira de Pernambuco, em face dos novos processos desencadeados pela implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape, bem como os impactos em seu espaço. E, como objetivos específicos, elenquei quatro aspectos do problema que mereciam um aprofundamento na abordagem: a) descrever o perfil desses trabalhadores no que se refere a gênero, idade, escolaridade e origem; b) caracterizar como ocorre o processo de inserção dos trabalhadores no Complexo de Suape; c) analisar as mediações identitárias dos trabalhadores rurais diante da mudança de condição de trabalhadores rurais para trabalhadores das indústrias do Porto de Suape; d) mostrar como os trabalhadores percebem as transformações que estão vivenciando em seu modo de vida e, se há, conseqüentemente, mudanças nos seus projetos de vida.

Visando analisar sociologicamente essas transformações no meio rural de Pernambuco, bem como explicar as questões postas em tópico anterior, argumento que *a chegada do Complexo Industrial Portuário de Suape na localidade avulta um processo dialético entre a dinâmica histórica do lugar – baseada em uma relação de expropriação –, e a “possibilidade” de negação dessa dinâmica – qual seja, a possibilidade de sair do trabalho da cana –, que condiciona uma resignificação<sup>4</sup> da identidade rural – no qual os atores sociais da pesquisa foram forjados –, passando esta, com maior intensidade, a ser acionada pelos sujeitos como forma de mediação e agência dentro dessa contradição.*

Dentre outras discussões que compõem esse texto, essa hipótese visa dialogar com o pano de fundo teórico apontado por Sigaud (1979), que mostra que a intensa concentração de terras na região desde o período colonial impôs como única forma de reprodução social de seus moradores a venda da força de trabalho aos donos de usinas e engenhos.

---

<sup>4</sup> Por resignificação, entendo aqui como as mudanças que possam ocorrer dentro de um mesmo “padrão” de práticas, e não em uma alteração completa da identidade. Nas palavras de Bourdieu, é a incorporação de um determinado *habitus* pelos agentes (BOURDIEU, 1983; 2010).

Isso significa dizer que: nada possuindo que garanta a reprodução de sua existência, esses trabalhadores são constantemente expropriados e condicionados a viverem à margem dos engenhos de açúcar, ora como moradores – e como tal lhes é cedido pelo dono do engenho uma casa e um pedaço de terra para plantar –, ora apenas como um *trabalhador proletário* que mora nas pequenas cidades da Zona da Mata.

Assim, a ida a Suape, e todas as questões que a envolvem, indica, para eles, uma saída “redentora”, na medida em que fomenta nesses agentes a possibilidade de conquistar recursos financeiros que os permita sonhar, ainda que como uma possibilidade, com a conquista da terra e de um futuro.

Mas, sociologicamente, essa “ida” a Suape expressa apenas o fio guia desse processo, ou seja, uma porta de entrada para entender o que realmente está acontecendo na região. Digo isso porque o foco de investigação deve estar na análise dos elementos que constituem o passado histórico do lugar e aquilo que atualiza o lugar no presente.

Dito de forma objetiva, é na discussão de como estão estruturadas as contradições da Zona da Mata Sul, de como elas persistem no lugar, da análise de como os agentes históricos se reproduzem e de como se dá o deslocamento desses agentes nas localizações do espaço social local, que se pode compreender as identidades dos trabalhadores. E mais: é na relação entre a propriedade privada canavieira, as formas de sociabilidades dos moradores do meio rural e os processos desencadeados pelos novos atores produtivos que são implantados na localidade que se pode visualizar a significação sociológica das transformações em curso.

## 1.2 O LUGAR DA PESQUISA

A Zona da Mata e suas vastas terras destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar se desenvolveu amparada, por um lado, em sistemas de privilégios aos fidalgos portugueses e, por outro lado, em uma total negação às populações indígenas e africanas de usufruírem de uma vida livre na terra. Em um espectro mais amplo, esse modelo de sociedade exploratória teve por pano de fundo o sistema *plantation* – baseado na monocultura canavieira e na exploração da terra por meio da escravidão –, cujo monopólio da terra pertencia a um pequeno número de famílias ricas.

Contudo, hoje, o que se denomina de Zona da Mata compreende uma região que encobre todo o litoral de Pernambuco: de Norte, fronteira com o estado da Paraíba, a Sul, fronteira com o estado de Alagoas. Sua denominação remete a sua inserção no Bioma da Mata

Atlântica, mas que hoje existe apenas como um resquício que se prolonga por grande parte do litoral brasileiro.

Tendo em vista a amplitude desse espaço, e por uma escolha metodológica, o foco da pesquisa é na parte denominada de Zona da Mata Sul (que se localiza na parte sul do litoral de Pernambuco). Isso, por dois motivos: primeiro porque é nesta localidade que o Porto de Suape se instalou e onde ocorrem os maiores fluxos de deslocamentos de trabalhadores da cana para as empresas, e, em segundo lugar, o fato de ter sido objeto de estudo há cinco décadas por pesquisadores do Museu Nacional<sup>5</sup>. Isso possibilitará um diálogo e reflexão que ensejarão o desenvolvimento de uma análise relacional com o que ocorre na atualidade.

Para a realização deste trabalho, optei por analisar os deslocamentos dos trabalhadores rurais que vão para o porto, oriundos de quatro municípios da Zona da Mata Sul, quais sejam: Escada, Ribeirão, Sirinhaém e Rio Formoso. Além desses municípios, Ipojuca será incluído na análise, pois ainda que não esteja localizado na Zona da Mata Sul, é um grande produtor de cana-de-açúcar e está ligado culturalmente pela cana à região. Um outro fator que reforça a escolha desses municípios se dá em decorrência de estarem inseridos no *Território Estratégico de Suape*<sup>6</sup>. Segue abaixo o mapa de localização:

---

<sup>5</sup> Nesse período, as mudanças que ocorriam na localidade estavam restritas às próprias dinâmicas advindas da produção da cana.

<sup>6</sup> O *Território Estratégico de Suape* diz respeito aos municípios que sofrem influências diretas do porto. Foi criado pelo estado de Pernambuco no ano de 2006, como uma área de interesse especial a fim de conceder uma série de incentivos financeiros aos municípios que circundam o porto. O auxílio financeiro visa prepará-los contra os impactos negativos gerados pelo Porto de Suape, tais como: crescimento urbano desordenado, impactos ambientais e impactos sociais com o aumento da criminalidade, prostituição e evasão escolar.

Figura 1 – Localização da região da pesquisa



**Fonte:** PETROBRAS. Petróleo Brasileiro S/A

Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/minisite/ipc/suape2013/>. Acesso em: 23 jul. 2013 (adaptação da autora)

A Zona da Mata Sul de Pernambuco é formada por 24 municípios e possui uma população total estimada em mais de 776 mil habitantes em 2015 (IBGE 2010; BDE, 2016). Por estar situada em uma área de produção da monocultura canavieira – segunda maior produtora de cana-de-açúcar do estado, ficando atrás apenas da região da Zona da Mata Norte –, a localidade amarga considerável concentração de terras nas mãos do setor sucroalcooleiro. Além disso, os níveis educacionais estão abaixo da média estadual com mais da metade de sua população – 406.541 pessoas – sem nenhum grau de instrução ou com o fundamental incompleto, (IBGE 2010; BDE, 2016). A região também tem se mostrado dependente dos programas sociais dos governos federal e estadual. Entre os anos de 2007-2008, por exemplo, 94% do total de beneficiários do programa social do Governo de Pernambuco denominado *Chapéu de Palha*<sup>7</sup> era da localidade. As políticas de transferência de renda do Governo Federal, como o programa Bolsa Família, também são responsáveis pela reprodução social das famílias (CONDEPE/FIDEM, 2009).

<sup>7</sup> A finalidade desse programa social é atender as famílias da zona canavieira no período da entressafra da cana-de-açúcar, que é quando não conseguem trabalho. O programa dura em torno de 6 meses e os trabalhadores da cana cadastrados recebem um benefício social para o seu sustento.

No tocante às especificidades dos municípios alvo da pesquisa, Escada possuía um total de 67.381 habitantes estimados para o ano de 2015, e uma incidência de pobreza alta, cerca de 58,44%. Em Ribeirão, a população estimada para 2015 era de 46.659 com uma incidência de pobreza de 54,85%. Já Sirinhaém possuía em 2015, uma população de 44.187 e uma incidência de pobreza de 45, 90%. Rio Formoso tem a menor população dentre os municípios pesquisados com 23.181 pessoas e uma incidência de pobreza de 50,72%. Por fim, temos Ipojuca, que a despeito de ter a maior população da região, com 91.341, e o segundo maior PIB (Produto Interno Bruto) do estado, possui uma incidência de pobreza alta com 62,83% de pessoas, o que evidencia a imensa desigualdade social presente nesse município que é – além de um grande produtor de cana – o local onde se encontra o porto de Suape (IBGE, 2015) (CONDEPE-FIDEM, 2015).

Outro aspecto relevante desses municípios é a forte presença da cultura da cana, que até hoje é a principal fonte de receita das prefeituras. Sob esse aspecto, os dados do IBGE apontam que, com exceção de Ipojuca, nos demais municípios o trabalho formal na produção da cana e nas indústrias de açúcar e álcool são os setores que, junto à administração pública, mais empregam mão de obra (CONDEPE-FIDEM, 2015). Esses dados apontam para as implicações de uma produção agrícola concentradora e a falta de acesso à terra para as famílias do campo.

### 1.3 A PESQUISA DE CAMPO E CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS

A realização do trabalho dividiu-se em quatro etapas. Na primeira etapa, que corresponde ao ano de 2013, foi feita a delimitação do objeto de estudo culminando no aprimoramento do projeto de doutorado e no aprofundamento da leitura de autores que me ajudaram a compreender melhor a temática da tese. Também foi realizado um levantamento documental de dados sobre o Porto de Suape e a Zona da Mata com visitas às bibliotecas públicas do Recife e da Universidade Federal de Pernambuco, à Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), bem como pesquisas virtuais em bibliotecas públicas da Holanda, principalmente o banco de dados do Centro Histórico Overijssel da cidade de Deventer, integrante da província de Overijssel/Holanda. No tocante a esse banco de dados da Holanda, a grande contribuição foi a riqueza de informações e, principalmente, de imagens de que dispunham sobre o período Holandês em Pernambuco.

Ainda nessa fase, conforme mencionado no tópico anterior, delimitou-se como foco da análise os seguintes municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco: Escada, Ribeirão, Sirinhaém, Rio Formoso e Ipojuca.

A segunda etapa da pesquisa realizou-se no final de 2013, entre os meses de janeiro e março de 2014, e teve por objetivo fazer uma primeira incursão no campo. Nesses dois meses efetuei visitas e fiz entrevistas com as lideranças dos sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios pesquisados. A escolha por iniciar a pesquisa de campo através dos sindicatos foi incentivada, em grande medida, pelas leituras que havia feito previamente dos trabalhos de pesquisadores como Sigaud, Lopes e Palmeira, que atuaram nessa região e adentraram em seus respectivos objetos por intermédio da mediação sindical. Seguindo, portanto, esse mesmo caminho, apostei que o estabelecimento de vínculos nesse universo social seria mais rápido.

A forma que encontrei para entrar em contato com esses líderes sindicais se deu por meio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE). Com esse suporte institucional acreditava que pudesse dirimir possíveis contratempos no dia do encontro presencial com os representantes sindicais.

Contudo, na prática, essa estratégia logrou pouco êxito, uma vez que diversos empecilhos sem antídotos programados cruzaram o caminho do meu campo. O primeiro deles foi a demora para marcar um horário para entrevistar as lideranças sindicais; um outro problema que surgiu foi a desconfiança gerada pela minha presença, fazendo com que a duração de nossas conversas não excedesse os 15 minutos.

Entendi, com isso, que construir laços na pesquisa social levaria tempo. Assim, o processo de convencimento foi demorado e exigiu determinação para que, enfim, eu conseguisse a “confiança” dos entrevistados e, somente depois, realizasse as entrevistas. Esse vínculo com os líderes sindicais e “conquista da confiança” se concretizou só depois que mudei minha estratégia inicial de não mais focar neles, nos líderes homens, mas de buscar dialogar com as trabalhadoras do sindicato: secretárias, líderes do setor das mulheres e líderes da área de assistência social do sindicato.

Foram as mulheres – todas egressas do trabalho na cana e que agora trabalhavam no sindicato – que facilitaram meu acesso aos presidentes sindicais bem como aos trabalhadores rurais. Isso porque, após a realização das entrevistas, solicitava que me recomendassem trabalhadores rurais que tinham ido trabalhar no porto de Suape. Contudo, para minha surpresa, elas indicaram seus próprios filhos e sobrinhos, o que facilitou substantivamente o

prosseguimento da pesquisa, haja vista que essa ligação direta com suas famílias dirimiu possíveis barreiras naquele universo social. A partir desses laços construídos, o acesso aos demais trabalhadores se deu de forma mais célere e a pesquisa conseguiu evoluir para seus objetivos iniciais.

Além dessas entrevistas, foram realizados diálogos com agentes públicos e privados a fim de se construir uma análise que desse conta das muitas variáveis que compõem o problema aqui exposto. Nesse sentido, entrevistei a gerente geral de qualificação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação de Pernambuco – SEMPETQ, cujo foco da conversa versou sobre as ações do estado no tocante à qualificação dos trabalhadores rurais que se deslocaram para Suape, bem como quais eram os mecanismos de seleção desses trabalhadores para participarem das ações da secretaria.

Em outro momento, também foi realizada uma conversa com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos no Estado de Pernambuco (SINDMETAL). Isso porque, os trabalhadores que foram para Suape tiveram que se desfiliar do sindicato rural passando a ser representados por essa nova categoria. Portanto, a narrativa dessa entrevista esteve centrada na percepção do sindicato sobre a adaptação dos trabalhadores oriundos da cana nesse novo cenário produtivo, às condições de trabalho nas empresas do porto e se havia conflitos entre os trabalhadores e as indústrias do porto. Para minha surpresa, constatei que o SINDMETAL não sabia muito sobre seus novos filiados, a não ser com relação ao fato de que eles sofriam um tipo de “chacota” por parte dos demais colegas de trabalho por serem egressos da cana.

Como parte do plano dessa ida a campo, havia, ainda, o objetivo de conhecer a estrutura do complexo de Suape e o conjunto das principais empresas nas quais os trabalhadores rurais estavam inseridos, como o Estaleiro Atlântico Sul, o Estaleiro Vard Promar e o Complexo Industrial Petroquímica Suape. A intenção era visualizar a interação dos trabalhadores nesse novo contexto de trabalho buscando revelar os possíveis embates, adaptações e contradições, além de estabelecer um diálogo com os dirigentes empresariais.

Todavia, dada a impossibilidade de acesso, os planos iniciais tiveram de ser mudados. Isso porque minha ida a Pernambuco para realizar as visitas nas empresas – entre o final de 2014 e o início de 2015 – ocorreu em um momento delicado da conjuntura estadual em decorrência da morte inesperada do então governador Eduardo Campos, e, também, da conjuntura nacional ancorada na operação lava-jato da polícia federal que investigava os investimentos públicos na refinaria Abreu e Lima e no Estaleiro Atlântico Sul.

Destarte, ainda que a secretaria de desenvolvimento econômico de Pernambuco tenha se colocado como mediadora desse processo, esse cenário se mostrou um empecilho à minha entrada nas empresas do porto. Visando sanar esses impedimentos, busquei outras alternativas ao projeto inicial.

Na verdade, o campo se mostrou um labirinto cheio de caminhos, mas com poucas saídas. Esses empecilhos trouxeram dúvidas que me fizeram questionar se na terceira etapa da pesquisa conseguiria ter acesso pleno aos atores sociais alvo deste trabalho.

Entrementes, levando essas dificuldades ao meu orientador, e conversando com ele sobre formas de dirimi-las, saídas metodológicas surgiram e me fizeram “remendar” a estratégia inicial. É o que também nos adverte Bourdieu (2010, p. 27) quando fala que a pesquisa “(...) é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício (...)”.

Assim, decidimos não mais acompanhar os trabalhadores nas empresas, mas acompanhá-los nas suas residências, com o objetivo de analisar como se relacionavam no lugar em que viviam e o que faziam no seu tempo livre.

Feitos os ajustes, com o término desta segunda etapa, o próprio objeto de pesquisa se tornou mais claro auxiliando-me, de fato, no direcionamento para as próximas leituras e na construção de uma proposta de pesquisa de campo mais sólida.

A terceira etapa da pesquisa ocorreu entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015. Foi um período em que pude realizar um trabalho de campo de maior fôlego pelo fato de já ter conhecido as pessoas-chave que me apresentariam aos agentes públicos, aos líderes de entidades representativas e principalmente aos trabalhadores rurais.

Nesta etapa, foram feitas 13 entrevistas com representantes de órgãos públicos e de sindicatos. No que concerne aos sindicatos patronais, entrevistei o presidente do sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (SINDAÇÚCAR) e o presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-açúcar no Estado de Pernambuco (SINDCAPE)<sup>8</sup>. Nessa entrevista, as perguntas feitas tiveram por objetivo captar a percepção que esta categoria tinha acerca da ida dos trabalhadores rurais para o porto de Suape. Mas não só isso.

---

<sup>8</sup> Existem dois sindicatos patronais que representam os produtores de cana-de-açúcar em Pernambuco: o SINDCAPE (representa os fornecedores de cana) e o SINDAÇÚCAR (representa os usineiros). Para fim de esclarecimentos sobre a atuação de cada um destes sindicatos lanço mão da explicação feita por Sigaud (1979, p. 29): “Enquanto os primeiros se ocupam apenas com a produção agrícola (...), os segundos também controlam o processo de transformação de cana em açúcar, sendo proprietários de unidades fabris”.

Visavam, também, indagar sobre a avaliação que esses sindicatos patronais faziam sobre o cenário da cana em Pernambuco e se enxergavam alguma concorrência oriunda do porto de Suape.

Para ter uma compreensão mais ampla desse processo, julguei necessário realizar novas entrevistas com os sindicatos que passaram a representar os trabalhadores egressos da cana. Assim, entrevistei novamente o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos no Estado de Pernambuco (SINDMETAL), e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção (SINTEPAV). O primeiro representa os trabalhadores rurais atuantes nos estaleiros Atlântico Sul e Vard Promar, bem como em outras indústrias, e o segundo representa os trabalhadores que participam das grandes obras no porto, como a construção da Refinaria Abreu e Lima.

No tocante aos representantes de órgãos públicos, fiz ainda uma entrevista em dezembro de 2014 com o então Secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e diretor do Porto de Suape, Márcio Stefanni Monteiro Morais. O momento de conversa com o secretário, aproximadamente duas horas e trinta minutos, se mostrou importante na medida em que me permitiu perceber como o estado de Pernambucano enxergava a presença do complexo portuário naquela região que, até recentemente, possuía vínculos profundos com uma atividade produtiva tão tradicional, como é a cana-de-açúcar. Essa entrevista também abriu as portas do Porto de Suape, possibilitando-me conhecer toda a estrutura portuária.

Outro órgão que visitei foi a escola técnica do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), localizada nas imediações do porto, a fim de checar algumas informações sobre a atuação desta entidade na capacitação da mão de obra. Isso se mostrou necessário porque obtive a informação de que no auge das contratações dos trabalhadores do meio rural, o SENAI, em parceria com o estado, criou cursos voltados especificamente para essa população com a finalidade de sanar uma demanda existente.

No intuito de saber um pouco mais sobre essas formas de qualificação de mão de obra, marquei uma entrevista com o responsável pelas estratégias educacionais da escola, o senhor Rodrigo Sacha, e pude constatar que foram poucos os trabalhadores que conseguiram realizar um curso técnico ou profissionalizante – diante do quantitativo daqueles que se deslocaram ao porto.

Entre os sindicatos dos trabalhadores rurais, entrevistei os presidentes dos sindicatos dos municípios de Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Escada e Ribeirão. Nessa segunda

entrevista que realizei, meu objetivo foi confirmar e/ou descartar algumas questões que não tinham ficado claras na segunda etapa da pesquisa de campo.

Por fim, na quarta fase da pesquisa, realizada no mês de abril de 2016, busquei me aproximar dos trabalhadores cujas trajetórias foram inseridas na análise do problema de pesquisa como forma de compreender mais claramente suas histórias de vida e evidenciar em um nível micro, as macrotransformações que têm ocorrido na Zona da Mata Sul.

### 1.3.1 CONHECENDO OS TRABALHADORES E ENTRANDO NA ZONA DA MATA SUL

Levando-se em consideração que fui apresentada a aproximadamente um trabalhador de cada município, tive de construir meu próprio grupo de contatos para poder continuar com a pesquisa. A estratégia adotada teve por objetivo formar uma rede de interlocução com os trabalhadores que previamente conheci através de visitas às suas casas. Essa aproximação permitiu que a confiança mútua fosse estabelecida, e fez com que eles se sentissem confortáveis de me apresentar a outros amigos que tinham feito o mesmo percurso de deslocamento para Suape.

Dessa forma, aos poucos fui conhecendo as pessoas que iria entrevistar, totalizando, ao todo, 24 entrevistas realizadas com trabalhadores oriundos das cidades alvo da pesquisa, mas principalmente de Sirinhaém, Rio Formoso e Ipojuca. As entrevistas tiveram duração de 30 minutos a 1 hora e 30 minutos, e cada trabalhador foi entrevistado uma única vez, com exceção dos 3 trabalhadores cujas trajetórias serão analisadas no capítulo 5 desta tese. Isso porque, em decorrência da opção metodológica de analisar a história de vida desses atores sociais, precisei me concentrar em encontros mais recorrentes fazendo, para isso, duas entrevistas em maior profundidade com eles.

Com relação ao universo/tipo da amostragem, estabeleci como critério de escolha os trabalhadores que vivenciaram e estavam vivenciando esse deslocamento para Suape. Além disso, foi entrevistado um trabalhador que mesmo não tendo ido a Suape, estava inserido dentro desse contexto de “almejar” migrar. Portanto, essa entrevista se mostrou relevante ao auxiliar na compreensão dos diversos fatores que envolvem não apenas os que vão, mas também os que ficam.

Cabe destacar, aqui, que na amostra da pesquisa a ausência feminina não é fruto de uma escolha metodológica, mas reflete, em grande medida, o movimento quase que exclusivamente masculino feito para Suape. Isso expressa, em parte, o fato de o trabalho à

disposição dos trabalhadores rurais estar concentrado na construção de obras, estradas e também navios, cuja preferência das empresas na hora da contratação foi por homens. Mas, mais que isso, há de se levar em consideração também, como já apontava Sigaud na década de 1970 (SIGAUD, 1979), a estrutura social das famílias da Zona da Mata, que em sua gênese prima pela manutenção da mulher na esfera do lar, cabendo ao homem a busca pela provisão alimentar.

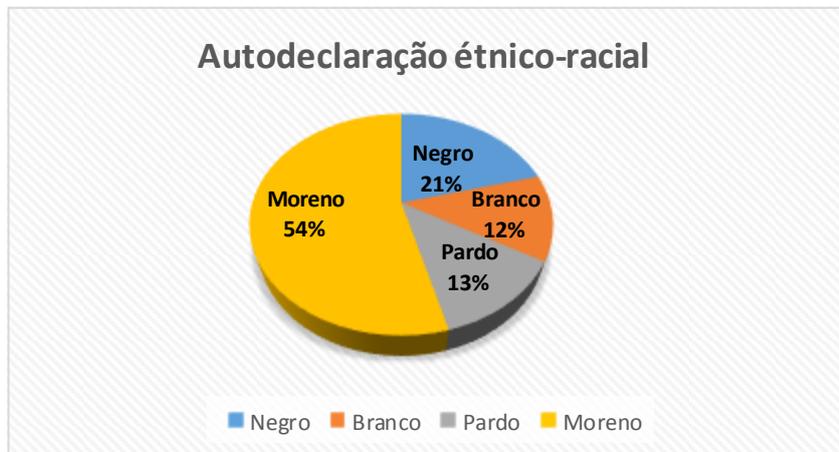
Esse tipo de visão androcêntrica do mundo era comum na região, a ponto de Sigaud (1979, p. 179) afirmar já na década de 1970 que o homem na Zona da Mata que precisa da “ajuda” da mulher torna-se “uma desonra para o chefe de família”. Contudo, não obstante este aspecto cultural, vale ressaltar que no auge das contratações em Suape observou-se nos relatos dos próprios entrevistados que houve uma grande ida das mulheres para o trabalho na cana. Isso mostra, por um lado, as diversas nuances e contradições que envolvem os mecanismos de reprodução social na região, questão sobre a qual esta tese também se debruçará; e, por outro lado, como a mulher é vista como um tipo de trabalhadora descartável, sendo requerida apenas nos momentos de crise.

Mas quem são os trabalhadores que foram para Suape, então?

A pesquisa mostrou que entre os atores sociais entrevistados há uma certa similaridade no que tange à origem, escolaridade, idade, gênero, cor, como também, no “fator expropriação”, já que nenhum deles possui a posse da terra. Esses dados parecem evidenciar que a experiência de vida da população do meio rural da Zona da Mata é acompanhada por trajetórias sociais similares que reforçam as contradições sociais que os circundam.

Um dado interessante que não passa despercebido entre os entrevistados, é a presença quase que majoritária do negro. Essa constatação é uma marca viva do “legado” da escravidão na sociedade brasileira, cuja falta de perspectivas de melhorias de vida condiciona esses trabalhadores rurais aos trabalhos mais precários, como ocorre nos canaviais. Como consequência primeira dessa situação está o fato de os entrevistados afirmarem que cortar cana é quase uma tradição de família, pois é o que se aprende a fazer desde criança nos engenhos. Assim, ao serem questionados sobre como se autodeclaravam no tocante ao perfil étnico-racial, responderam da seguinte forma:

Gráfico 1 – Autodeclaração étnico-racial dos trabalhadores rurais entrevistados nos municípios de Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Escada e Ribeirão, na região da Zona da Mata Sul – PE



**Fonte:** Elaborado pela autora. Pesquisa de campo, 2014 e 2015

Um dado interessante neste gráfico, no que se refere ao conjunto dos informantes, é representado na percepção por parte dos entrevistados como morenos, 54% da amostra, enquanto apenas 21% se declaravam negros. Contudo, se somarmos negros, pardos e morenos, teremos 88% de entrevistados como pretos e pardos. A não identificação como negro aponta a dificuldade que este ator social encontra de se identificar enquanto tal em uma região se utiliza precariamente de sua mão de obra oriunda de um passado ainda recente de desigualdade e esquecimento social.

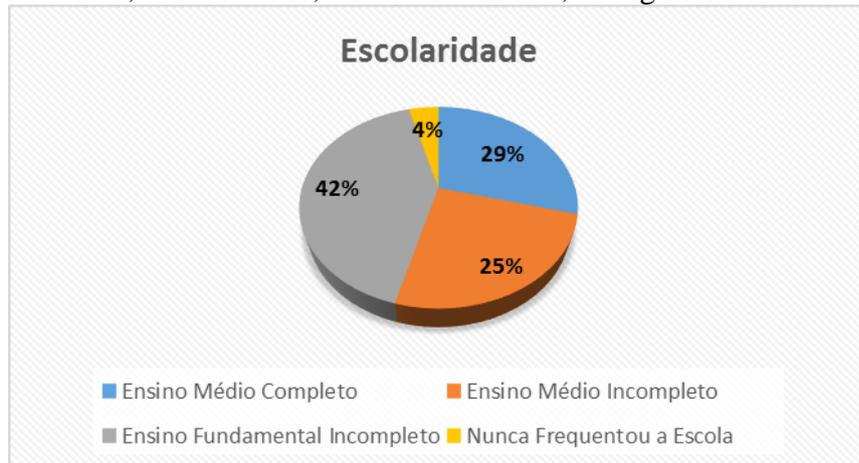
No tocante a isto, Silva (2005) argumenta que muitas vezes há um certo silenciamento nos estudos sobre os trabalhadores rurais em torno da questão étnico/racial, o que não deve ocorrer, haja vista que o elemento racial se revela como mais um fator de vulnerabilidade do trabalhador. Isso porque, como a autora afirma:

(...) Muito embora a mercadoria vendida seja a força de trabalho e não o trabalhador, a pessoa do trabalhador é constituída por elementos étnicos, de gênero, idade, além dos culturais, que não podem ser vistos de forma separada de sua força de trabalho. Portanto, o valor da força de trabalho é definido não somente pelas necessidades de reprodução física e biológica como também pelas necessidades históricas (SILVA, 2005, p. 17).

Os dados também mostraram que são os mais jovens que preferencialmente estão indo para Suape – os trabalhadores entrevistados estão na média de 28 anos de idade. Isso pode ser explicado pelas exigências impostas no momento da seleção pelas empresas, como também

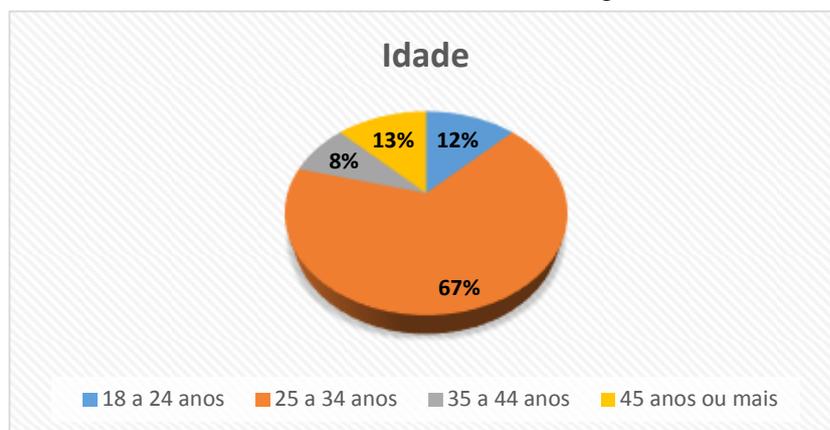
pela maior disponibilidade dos jovens em abrirem mão do emprego nos canaviais, e até pelo fato de possuírem um maior nível de instrução formal que seus pais – ainda que seja o ensino fundamental, e, em menor proporção, o ensino médio. Ver gráficos abaixo:

Gráfico 2 – Escolaridade dos trabalhadores rurais entrevistados nos municípios de Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Escada e Ribeirão, na região da Zona da Mata Sul – PE



**Fonte:** Elaborado pela autora. Pesquisa de campo, 2014 e 2015

Gráfico 3 – Média de idade dos trabalhadores rurais entrevistados nos municípios de Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Escada e Ribeirão, na região da Zona da Mata Sul – PE



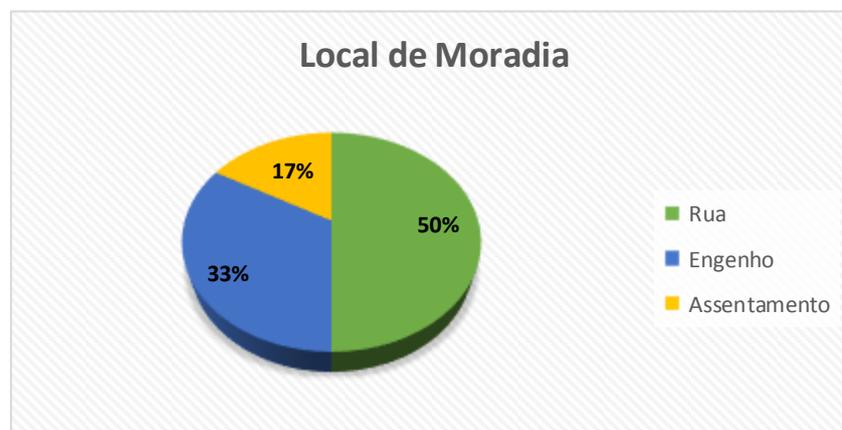
**Fonte:** Elaborado pela autora. Pesquisa de campo 2014 e 2015

Sobre a origem dos trabalhadores, todos vivenciaram uma sociabilidade construída no universo dos engenhos de açúcar da Zona da Mata, ainda que na atualidade uma parte deles more nas casas localizadas nas *ruas*<sup>9</sup> em decorrência de uma série de fatores, dentre os quais:

<sup>9</sup> É como eles denominam os domicílios localizados nas periferias das pequenas cidades da Zona da Mata, e que foi amplamente estudado por Sigaud (1979).

a) seus pais foram expulsos dos engenhos e por isso tiveram de sair; b) casaram e não conseguiram mais encontrar moradia no engenho; ou, ainda, c) alguns preferiram ir para a *rua* pela facilidade do acesso aos meios de transportes e hospitais, bem como pela facilidade de se locomover para o trabalho em Suape. Vale ressaltar, também, que os trabalhadores entrevistados foram os primeiros de uma geração da família a sair do trabalho no canavial. No gráfico a seguir pode-se observar o quantitativo dos entrevistados no tocante ao local onde moram atualmente.

Gráfico 4 – Local de moradia dos trabalhadores rurais entrevistados nos municípios de Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Escada e Ribeirão, na região da Zona da Mata Sul – PE



**Fonte:** Elaborado pela autora. Pesquisa de campo 2014 e 2015

### 1.3.2 SOBRE A QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES ENTREVISTADOS

Com relação à qualificação dos trabalhadores, possuíam pouca ou até mesmo nenhuma qualificação formal, a despeito de representantes do governo do estado terem afirmado que boa parte da população da Zona da Mata Sul recebeu algum tipo de treinamento para poder ingressar em Suape. Na verdade, a pouca qualificação que os trabalhadores dispõem foi adquirida quando já estavam inseridos nos seus empregos, visto que as próprias empresas ofereceram a alguns deles a certificação da profissão na área que atuam.

As principais ações de qualificação ofertadas pelo estado aos ingressantes no trabalho do complexo de Suape se concentraram nas parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) localizado no município do Cabo – próximo a Suape –

para formar soldadores, montadores, encanadores industriais, caldeireiros, carpinteiros e eletricista industrial.

Em entrevista realizada no ano de 2015 com o responsável pelos cursos e capacitações ofertados pelo SENAI/Cabo, pôde-se confirmar o aumento da demanda de emprego e a eventual necessidade de qualificação da mão de obra. Assim, entre os anos de 2008-2010, principalmente com a instalação do Estaleiro Atlântico Sul, a escola capacitou inicialmente cerca de 3 mil alunos em parceria com a secretaria de trabalho estadual, que foi quem arcou com o ônus. Para atender a demanda crescente de estudantes a escola SENAI/Cabo também precisou passar por uma reforma nas suas instalações a fim de conseguir ampliar a oferta de cursos.

Com relação ao público-alvo atendido pela escola nesse período de crescimento, Rodrigo Sacha afirma que foi bastante diversificado, desde engenheiros desempregados a cortadores de cana:

Trabalhadores de Ipojuca, Sirinhaém, Moreno, Rio Formoso, Tamandaré, São José da Coroa Grande, tudo dessa área aqui (municípios da Zona da Mata Sul) vieram fazer esses cursos (...). O perfil desse aluno que vem aqui pelo programa do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) é um aluno que vem zerado e vem aqui para aprender conosco, e tem desde os dezesseis anos até os sessenta anos (...). Teve também, há sete anos, uma demanda muito grande de pessoas da cana e de pescador por fazer um curso conosco. Como havia o interesse da empregabilidade pelo emprego formal, eu não tive muita dificuldade com eles, pois vieram com um foco determinado para trabalhar (...). Os alunos que saíam daqui era para trabalhar diretamente no estaleiro, então problema zero com relação a essas turmas na questão da conduta. Agora, teve uma dificuldade de aprender porque precisavam ter uma formação básica de português e matemática. Então houve uma dificuldade deles, mas aí vai do aluno de procurar querer melhorar (...). Dificuldade existiu nesse sentido, porque tivemos aqui cortadores de cana que não sabiam nem escrever direito, e aí vai ter disciplinas que vai ter matemática, relação de números e instrumentos onde ele vai precisar interpretar. Por isso, existia aqui um módulo introdutório específico para eles de cidadania (para poderem acompanhar o restante da turma), mas que não tirava a dificuldade toda do aluno. Dentro desse módulo ele via a questão do comportamento na empresa, português, matemática, tipo uma preliminar já para o que eles iam ver dentro do curso, da qualificação (Rodrigo Sacha, SENAI/Cabo, jan. de 2015).

O SENAI também firmou parceria com o Governo Federal para implementar o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), cujo objetivo é oferecer cursos de qualificação profissional na área petrolífera. Houve, ainda, a

criação no ano de 2007 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) nos arredores do Porto de Suape.

A nível estadual criou-se o programa Novos Talentos – parceria do governo com o *Sistema S*, que busca qualificar a mão de obra local para trabalhar nos empreendimentos estruturadores que se instalam no estado – e o programa Qualipetro, cujo objetivo foi estabelecer parceria com a Refinaria Abreu e Lima a fim de também oferecer qualificação na área da indústria de petróleo e Gás.

O quantitativo de qualificação almejado com o lançamento do programa Novos Talentos no ano de 2011 foi de 5.100 pessoas<sup>10</sup>, sendo ampliado nos anos seguintes para atender 16.500 pessoas em todo o estado. Já o objetivo inicial do programa Qualipetro foi de capacitar um total de 4 mil trabalhadores que moravam no entorno de Suape, além de emitir a certificação profissional de 200 profissionais<sup>11</sup> das indústrias que compõem o porto.

Ainda sobre o número de trabalhadores que receberam algum tipo de qualificação pelo SENAI, e demais projetos, e quais foram os programas que mais abriram vagas, Vêras de Oliveira (2013, p. 242) afirma que:

Segundo informações do Senai-PE (O Estado de São Paulo, 30/08/2010), o número de alunos formados pela instituição passou, de 19,4 mil para 48,6 mil, entre 2003 e 2010. Com as demandas do setor de petróleo e gás, o Senai-PE executou, em 2009, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP (do Ministério das Minas e Energia em parceria com a Petrobras). Segundo Soares Júnior e Martins (2010), o orçamento do PROMINP/Senai-PE, para 2009, foi de mais de R\$ 10 milhões, envolvendo 14 cursos, 389 turmas e mais de 6,2 mil alunos. Até 2010, o governo de Pernambuco havia criado 13 novas escolas técnicas, frente a um total de 16, disponibilizando 13 mil vagas. Outras ações nesse campo se estabeleceram, envolvendo a FIEPE, governos municipais, Universidades, SEBRAE, BNDES, grandes empresas (Monteiro, 2011; Soares Júnior e Martins, 2010). Após tantas iniciativas no campo da qualificação profissional, embora tenham sido anunciadas como oportunidades de uma nova inserção das populações locais no mercado de trabalho, fica o alerta do ex-prefeito de Ipojuca, Pedro Serafim, em entrevista para o JC (12/08/2011): “Ainda ficamos com os menores salários”. Mesmo havendo significativa incorporação de trabalhadores locais aos empreendimentos de Suape (com destaque para a construção civil) e mesmo considerando que tal incorporação tem implicado conversão ocupacional (com os segmentos majoritários sendo oriundos da lavoura da cana-de-açúcar), com elevação significativa dos empregos com carteira

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://newssenacpe.blogspot.com.br/2011/05/projeto-novos-talentos-capacita-cinco.html>>. Acesso em: 30 out. 2016.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.pe.gov.br/governo/focos-estrategicos/emprego/>>. Acesso em: 29 out. 2016.

assinada, isso não tem significado a instauração de um padrão salarial e de condições de trabalho muito diferentes dos padrões históricos da região.

Em documento obtido na pesquisa de campo realizada no ano de 2014 junto à *Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação de Pernambuco/SEMPETQ*, é possível confirmar quais cursos foram ofertados no ano de 2013 – fim do auge das contratações feitas pelas empresas do porto de Suape –, bem como a parceria estabelecida com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/SENAI. Segue abaixo os principais cursos ofertados:

Figura 2 – Qualificação ofertada aos trabalhadores pelo estado de Pernambuco em 2013 para ingresso no Porto de Suape

 Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo <b>PERNAMBUCO</b> GOVERNO DO ESTADO												
TURMAS PROJETO POLO NAVAL - Atualizado em 07.02.2013												
	Demanda Alunos	Carga Horária	Curso	Professor	Local	Alunos	Horário	Início	Término	Lanche	Camiseta	Vale-Transporte
1	Jaboatão	300 h	Mecânico Manutenção Industrial	Genário	SENAI - Cabo	17	Manhã	3/12/2012	12/4/2013	Fornecimento confirmado STQE	Entregue pela STQE ao SENAI Cabo em 10/12/2012	Fornecido pelo Município
2	Jaboatão	300 h	Eletricista Industrial	Luis Carlos	SENAI - Cabo	17	Manhã	3/12/2012	11/4/2013	Fornecimento confirmado STQE	Entregue pela STQE ao SENAI Cabo em 10/12/2012	Fornecido pelo Município
3	Jaboatão	160 h	Instalador de Tubulações Industriais	Hebert	SENAI - Cabo	11	Tarde	4/12/2012	25/2/2013	Fornecimento confirmado STQE	Entregue pela STQE ao SENAI Cabo em 10/12/2012	Fornecido pelo Município
4	Ipojuca	160 h	Caldreiro Naval	Roberto Flávio	SENAI - Cabo	17	Noturno	18/12/2013	13/3/2013	Fornecimento confirmado STQE	Fornecimento confirmado STQE	Fornecido pelo PROMAR
5	QUALIPETRO	240 h	Solda MAG	Aprígio	SENAI - Cabo	14	Noturno	18/12/2012	19/3/2013	Fornecimento confirmado STQE	Fornecimento confirmado STQE	Projeto Sem ValeTransporte
6	QUALIPETRO	240 h	Solda MAG	Itaci	SENAI - Cabo	11	Diurno	10/12/2012	7/2/2013	Fornecimento confirmado STQE	Fornecimento confirmado STQE	Projeto Sem ValeTransporte
7	Novos Talentos	240 h	Solda MAG	Alexandre Bernardo	SENAI - Cabo	16	Noturno	10/12/2012	25/2/2013	Fornecimento confirmado STQE	Fornecimento confirmado STQE	Projeto Sem ValeTransporte
8	Ipojuca/ Novos Talentos	240 h	Solda MAG (antigas turmas de Instalador de Tubulação e Mec. Manutenção)	Renato	SENAI - Cabo	14	Noturno	7/1/2013	19/3/2013	Fornecimento confirmado STQE	Sem fardamento	Fornecido pelo PROMAR
9	Novos Talentos (Antiga QUALIPETRO)	240 h	Solda MAG	Elton	SENAI - Cabo	10	Diurno	7/1/2013	19/2/2013	Fornecimento confirmado STQE	Fornecimento confirmado STQE	Projeto Sem ValeTransporte
10	QUALIPETRO	240 h	Solda MAG	Valdênio	SENAI - Cabo	10	Diurno	7/1/2013	19/2/2013	Fornecimento confirmado STQE	Fornecimento confirmado STQE	Sem ValeTransporte
11	QUALIPETRO Turma Extra	240 h	Solda MAG -	Alexandre Moreira	SENAI - Cabo	16	Diurno	10/12/2012	31/1/2013	Fornecimento confirmado STQE	Fornecimento confirmado STQE	Projeto Sem ValeTransporte

Fonte: Pesquisa de Campo 2014 – Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação

Conforme pode-se observar acima, e corroborando com os dados coletados na pesquisa de campo, em Suape as atividades destinadas aos trabalhadores egressos do meio rural se concentraram em baixos salários, nos serviços manuais e no trabalho “pesado”, tais como: ajudante de obras, pedreiro, carpinteiro, montador, lixador, marceneiro, encanador, pintor e soldador de navio, conforme poderá ser visto de forma mais detalhada no Capítulo 4.

Havia, portanto, um direcionamento estratégico para o tipo de trabalho onde poderiam atuar. Nesse sentido, não foi encontrado nenhum trabalhador em cargo de chefia, nem como encarregado de alguma obra, mas apenas em áreas de maior esforço braçal. Ao serem questionados sobre esse dado, afirmavam que “as empresas gostam de contratar cortador de cana porque sabem que fazemos de tudo, sem corpo mole”. E ainda: “Para quem vem do campo trabalhar em Suape é uma moleza, é só regalia”.

Sob esse aspecto, ao analisar a origem desses trabalhadores e inserção em Suape, Vêras de Oliveira aponta que:

A região de Suape tem a marca histórica do trabalho na cana-de-açúcar, na pesca artesanal e, mais recentemente, no turismo. Com o Complexo Suape, estabeleceu-se entre este e as comunidades locais uma dinâmica de conflitos, intensificados, nas décadas de 1990 e 2000, com ações de expropriação (PÉREZ e GONÇALVES, 2012) (...). Os trabalhadores dos empreendimentos de Suape são de dois tipos principais: os moradores da região e os trabalhadores vindos de fora, os “trecheiros”. Quanto aos primeiros, “normalmente, são contratados para ocupar os postos de trabalho mais baixos na hierarquia da obra” (RODRIGUES, 2012, p. 43). Conforme apurou Rodrigues (2012), as empresas, em Suape, se utilizaram da estratégia de treinamento de trabalhadores agrícolas, como forma de poder dispor de mão de obra barata e dócil. Entre os trabalhadores oriundos da região e os “trecheiros”, em Suape, as diferenças de perfil têm redundado em tensões. Sendo que esses últimos, segundo apurou Rodrigues (2012), têm trazido, de andanças pelo Brasil, não só uma experiência profissional, mas, também, sindical e política (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013, p. 242-243).

Os tipos de serviços destinados aos trabalhadores denotam o grau de exploração a que estão expostos. Digo isso porque, assim como os produtores de cana, as empresas de Suape parecem ver a Zona da Mata Sul como um grande celeiro de mão de obra barata, sem qualificação e, portanto, apta para os serviços que exigem pouca ou nenhuma exigência prévia.

Entretanto, a despeito de no início das entrevistas muitos afirmarem ser “bom trabalhar em Suape” ou que “o trabalho em Suape era uma moleza”, posteriormente, conforme as entrevistas foram se aprofundando, passaram a relatar o descontentamento de

sempre serem vistos como aptos apenas para os trabalhos menos qualificados, conforme pode-se ver no relato abaixo:

**Entrevistado:** Lá (Empresa Estaleiro Atlântico Sul) tinha essa diferença, quando a maioria vem de fora ele já é profissional, eu não sei se ele é capacitado. Ele já vem no arrumadinho, lá ele não era nada, mas aqui já vem como profissional. Logo no começo do trabalho vinham pessoas de outros estados que não sabiam nada, mas que ganhavam mais que a gente. Quando eu via (isso) ficava pra baixo né? Porque o cara não sabe de nada e ganha mais de que eu fazendo o mesmo serviço que eu. Aí eu ficava com raiva. Uma vez meu encarregado disse: “Olha, vai montar aquilo ali!”. Aí eu disse: “Por que eu? Bota o outro aí, ele não é profissional?”. Então o encarregado disse: “Mas tu sabe que ele não sabe fazer o serviço!”. Então eu fazia o serviço de profissional e não ganhava nada por isso.

**Entrevistadora:** Você acha que havia esse tratamento diferente para quem vinha do campo, então?

**Entrevistado:** Tem sim. Até na primeira empresa que eu fui, quando ele (entrevistador na seleção para o emprego) olhou a carteira profissional (carteira de trabalho) da gente, ele olhou pra gente e riu, e disse: “Oxe, trabalhador rural é?”. Aí eu olhei pra ele e disse: “É, por quê? Qual é o problema?”. Então ele falou: “Não, nada não, eu sei que vocês são muito trabalhadores”. Ele já sabia que a gente era trabalhador e que por ser do campo a gente conseguia fazer qualquer coisa. Mas, assim, logo no começo a gente ouvia as pessoas dizerem que a gente só sabe cortar cana! Só cana! Até hoje quando tem entrega de navio tem a cerimônia, aí o (representante) lá da Petrobras sempre falava: “Antigamente vocês eram cortador de cana, hoje a gente pode dizer que vocês são soldador, montador. Vocês conseguiram uma coisa que muita gente falava que vocês nunca iam conseguir, diziam que aqui só tem cortador de cana! E hoje tamo mudando isso”. Muita gente já não olha pra gente (lá na empresa) como cortador de cana. Essas coisas me davam força pra mostrar que a gente podia chegar aonde quisesse (Lucas, 27 anos, Município de Ipojuca, dezembro/2014).

Na perspectiva de compreender o porquê destes trabalhadores deslocarem-se para Suape em meio às contradições acima apresentadas, pode-se afirmar, introdutoriamente, que a vontade de sair da cana os tem impulsionado a assumir qualquer tipo de trabalho no porto, mesmo que precisem passar por constrangimentos de todo tipo. Nesse sentido, tão logo são demitidos de um emprego, se apressam para ingressar em outro que, muitas vezes, apresenta condições de trabalho piores que os anteriores. Digo anteriores, pois a maior parte dos entrevistados afirmou ter trabalhado no mínimo entre três e quatro empresas do Porto de Suape.

A instabilidade dos trabalhos ofertados a eles era tamanha, que alguns chegaram a afirmar ter mudado de emprego quatro vezes em um único mês. Acresce-se a isso, a informação que boa parte dos empregos disponibilizados era em empresas terceirizadas e até

quarteirizadas. A fragilidade desse tipo de empresa fazia com que se esforçassem para conseguir um trabalho nos estaleiros, considerado mais estável. O trabalho na construção civil – na construção da Refinaria Abreu e Lima, por exemplo –, era encarado como momentâneo e como uma forma de adquirir experiência para uma empresa “fixa”, ou seja, que não estava em Suape apenas para construir projetos do ramo da engenharia.

Esse quadro descritivo dos trabalhadores rurais nos permite compreender as vicissitudes vividas por quem é egresso da Zona da Mata Sul, e que na tentativa de se desprender do vínculo centenário da cana em suas trajetórias, se ligam ao Complexo de Suape que, por seu turno, também está inserido em uma rede de contradições sociais.

### 1.3.3 OS OBSTÁCULOS E EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NA PESQUISA

Em termos metodológicos, destaco que os encontros que tive com os trabalhadores rurais foram marcados pelas conversas despreziosas, pelo ingresso na intimidade de seus lares, bem como pelos momentos em que pude acompanhá-los nos dias de folga do trabalho. Essa junção de fatores foi tão importante quanto a realização das entrevistas, pois foi justamente nesses breves instantes dos *imponderáveis da vida real*, de que fala Malinowski (1978), que pude captar com mais clareza os problemas vivenciados por eles.

A título de exemplo, recorde-me que ao observar a sociabilidade entre eles nos finais de semana questionava-os sobre o que aquela vida no meio rural da Zona da Mata Sul representava, e, como se não entendessem minha pergunta, me olhavam e diziam: “Mas essa é a minha vida! Isso aqui, tá com as pessoas que conheço desde criança, tomar banho de rio, pescar, ter o silêncio da natureza, isso é minha vida!” (Lucas, 27 anos, Município de Ipojuca, dez. de 2014).

Assim, quando comecei a circular pela Zona da Mata Sul conheci não apenas os moradores e trabalhadores entrevistados na pesquisa, mas também a diversidade de engenhos e de modos de vida. Enfim, as mudanças e as permanências desse emblemático lugar. Digo emblemático, porque o seu passado e o seu presente parecem, à primeira vista, inalterados. Um lugar onde as velhas práticas de dominação persistem em existir, em que a precariedade de estrutura de transporte, saúde, saneamento básico e educação, a pouca diversidade econômica e a persistente pobreza das cidades são fruto de uma sociedade marcada pela centralização da cultura sucroalcooleira dos donos de engenhos e usineiros.

Dentre esses entraves da região, um colocou à prova o êxito na realização da pesquisa de campo. Refiro-me à dificuldade de acesso aos engenhos. Isso porque, a Zona da Mata Sul não dispõe de uma rede de transporte público, o que faz com que alguns particulares passem a explorar esse nicho de mercado não assistido pelo poder público. Isso se revela, sobretudo, na infinidade de veículos “tipo Kombi” que circulam na região e que muitas vezes serviram de meio de transporte para mim, auxiliando-me no deslocamento do lugar em que morava até aos locais onde se realizaria as entrevistas.

Mas muitas vezes, principalmente nos finais de semana, não havia Kombi. Então, não foram raros os momentos em que me desloquei para um engenho sem saber como voltaria. Nessas situações de incertezas por estar em um lugar desconhecido, os moradores dos engenhos sempre se mostraram solícitos e de grande auxílio no meu regresso. Em alguns momentos pediam carona aos caminhões do engenho, que na maior parte das vezes não paravam. Outras vezes, por exemplo, expunham minha situação aos moradores que possuíam motocicleta ou carro e, geralmente, estes acabavam me socorrendo de ficar ali sem a expectativa de retorno para casa.

Esse conjunto de experiências vivenciadas na pesquisa de campo, associado às leituras que havia efetuado no decorrer do doutorado, auxiliaram-me sobremaneira na compreensão do objeto e no tipo de recurso metodológico que deveria ser lançado mão a fim problematizar e captar o sentido sociológico que envolve as identidades e os deslocamentos dos trabalhadores rurais da Zona da Mata Sul.

É o que passo a expor a seguir.

#### 1.4 TIPO DE ANÁLISE

*Falar da história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco – que a vida é uma história e que, como no título de Maupassant, “uma vida”, uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história (BOURDIEU, 2011, p. 74).*

Os recursos metodológicos utilizados nesta tese privilegiaram uma abordagem qualitativa amparada, sobretudo, na aplicação de roteiros de entrevistas semiestruturadas junto aos trabalhadores rurais, agentes de órgãos governamentais, líderes de sindicatos rurais e presidentes de sindicatos patronais. Para isso, a observação do cotidiano dos trabalhadores, bem como a consulta de documentos históricos também se mostraram útil em captar o não

dito, isto porque a narrativa dos atores nem sempre representa integralmente um determinado fenômeno social (AMADO, 1995).

Contudo, no intuito de se observar mais de perto o problema de pesquisa alvo desta tese – que engloba as ressignificações identitárias dos trabalhadores rurais em face das mudanças desencadeadas na Zona da Mata Sul –, a técnica qualitativa da história de vida foi uma ferramenta fundamental que permitiu compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos aos processos vivenciados, bem como traçar um paralelo com os dados obtidos até então e formar um quadro mais profundo da realidade estudada.

Ainda que, num primeiro olhar, um ato aparentemente tão individual, como é a narrativa de uma experiência humana, possa parecer carregado de parco rigor científico, ressalto, assim como Queiroz, que o relevante para as ciências sociais é “captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence” (QUEIROZ, 1988, p. 20). E é a partir dessa perspectiva que a história de vida foi acionada como método de análise neste trabalho.

Há tempos a história de vida vem se mostrando um instrumento de análise qualitativa do mundo social. Deve-se tal *status* epistemológico, ao fato de esta ferramenta conceder não apenas poder de voz aos atores sociais, mas sobretudo por possibilitar ao pesquisador um conjunto maior de elementos sociais visando à compreensão da realidade daquele que fala.

Contudo, a forma com que muitas vezes esse mecanismo de pesquisa tem sido acionado assemelha-se a uma daquelas noções ou técnicas que conseguem dar conta de todas as nuances de um fenômeno. Só que a realidade não é assim, visto que no processo de rememoração e compartilhamento das narrativas há muitas armadilhas: como os esquecimentos, as projeções de eventos e lugares (POLLACK, 1989), dentre outros fatores. Portanto, essa singularidade da historiografia deve ser levada em conta na fase de apreciação dos dados.

No tocante a isto, Amado descreve um desses momentos que se revelam desafiadores. Em pesquisa realizada com os posseiros do movimento social da Revolta do Formoso, em Goiás, ela conseguiu uma entrevista que parecia, até então, sensacional, mas que ao confrontar com outras narrativas, percebeu que,

(...) consultando documentos escritos e entrevistando outras pessoas, tive uma grande surpresa: a maioria das informações prestadas por Fernandes não se confirmava! Sequências de acontecimentos, nomes de pessoas envolvidas na revolta, descrição dos participantes, datas, quase nada, enfim, do que meu primeiro informante contara, podia ser comprovado; ao

contrário, quase tudo podia ser posto em dúvidas ou, simplesmente, negado. (...) Não havia outra conclusão possível: Fernandes inventara o seu depoimento (1995, p. 126).

Posteriormente, ao ouvir novamente a entrevista, a autora menciona, com certo espanto e admiração, que na realidade a história contada por seu entrevistado era uma recriação de *Dom Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes. Por meio do uso do lúdico e do fugidio, próprios da literatura, ele fez uma “recriação sertaneja, mesclando referências literais à obra com aspectos da vida no interior de Goiás durante as décadas de 1930 a 1960, aí incluído o movimento social de Formoso” (AMADO, 1995, p. 127).

Assim, o que à primeira vista parecia ter sido uma história fundamentada em mentiras, revelou-se uma estratégia acionada pelo narrador para expressar sua percepção acerca dos eventos desenrolados em Formoso. Mais do que isso, demonstrou o esforço que ele empregou para recontar essa história a partir do acesso à memória coletiva compartilhada entre os que vivenciaram os embates ocorridos em Formoso.

A memória, com efeito, é o recurso primordial por onde se inicia a construção de uma história por parte de quem narra. Fonte de informações elementares, mas também de incertezas. E, ainda que a memória se expresse de forma seletiva, conciliadora e até negociadora (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992), ela não o faz de forma isolada, individual, pois o ato de reviver uma cena, um momento qualquer que seja, constitui-se um ato coletivo, como aponta Halbwachs (1990).

Destarte, é mister destacar que as lembranças revividas pela memória são ativadas a partir das experiências do grupo, e como explicitado por Halbwachs (1990, p. 51), “(...) cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”. Isso significa dizer que as disposições ocupadas pelos agentes, sua inserção nos diversos campos e os fatos que ocorrem à revelia de sua vontade, como diria Bourdieu (2010), atuam, efetivamente, na construção da memória coletiva fazendo com que a percepção de si no mundo e a identificação com determinado grupo social esteja vinculada a fatores que escapam ao indivíduo.

Todas essas dimensões que perpassam a história de vida – o não dito, as subjetividades, as lembranças revividas pela memória, como também o fator coletivo presente na rememoração –, devem ser levadas em consideração nas ponderações realizadas durante o

momento das entrevistas, visto que é através dessas construções, que fogem ao controle, que o ator se constitui enquanto tal.

Outro ponto que merece ser ressaltado na construção das narrativas das histórias de vida – e que tivemos o cuidado na realização desta pesquisa –, é a necessidade de se pensar naquilo que Bourdieu denominou de “a ilusão biográfica”. Essa *illudere*, como remete a palavra no latim, expressa uma falsa percepção da constituição do sujeito no mundo que assimila a ideia de que a vida é um todo coerente, é uma trajetória, no sentido linear do termo. Mas não apenas isso, é também, como afirma Bourdieu (2011, p. 75-76), uma tentativa de

(...) atribuir sentido, de encontrar razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com a causa eficiente, entre estados sucessivos, constituídos como etapas de um desenvolvimento necessário. (...) Essa inclinação a tornar-se ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões que possam justificar sua existência e atribuir-lhe coerência (...), leva a aceitar essa criação artificial de sentido.

Para Bourdieu, pensar a vida como uma unidade coerente se constitui um equívoco. Na visão do autor, essa representação acerca do eu no mundo social não representa o que de fato constitui uma trajetória de vida. Esta, como ele ressalta, é atualizada por uma série de fatores que escapam ao controle do agente, e, mais do que isso, por meio das disposições ocupadas pelo mesmo na estrutura social.

A essas disposições, Bourdieu denomina *habitus*, ou seja,

estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1983, p. 60-61).

Diante disso, pensar uma história de vida e uma trajetória deve ser encarado para além do que se entende no senso comum e do que normalmente se atribui a uma biografia. Dessa forma, deve-se fugir daquilo que vincula o sujeito/agente à ideia do que oficialmente se diz

sobre ele, que Bourdieu chama de “modelo oficial da apresentação oficial de si” (BOURDIEU, 2011, p. 80), como os documentos emitidos pelos governos que atestam quem somos.

Nesse sentido, as trajetórias de vida dos atores sociais alvo da pesquisa são entendidas aqui não como uma história coerente, com início, meio e fim, mas como algo construído a partir de uma diversidade de fatores sociais aos quais eles estão submersos. Trata-se de poder acompanhar de maneira mais aprofundada as ressignificações das identidades dos trabalhadores rurais da Zona da Mata por meio de suas ações no seu espaço de vida, trabalho, e demais agrupamentos socioculturais.

Sob esse aspecto, a conceituação de trajetória em Bourdieu (2011) define como esta noção é operacionalizada neste trabalho, e que corresponde a entendê-la como:

uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um “sujeito” cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações sociais objetivas entre as diversas estações. Os acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado (BOURDIEU, 2011, p. 81).

Nesses termos, a concepção de trajetória ajuda na percepção de que ela, além de não ser imutável, também não é fruto de um ato solitário. Antes está imersa em um contexto social que se sobressai ao próprio indivíduo, e que concorre para formar aquilo que a sociologia tem denominado como *identidade*, a qual não se trata de uma marca de nascimento (no sentido formal) que se leva por toda existência humana, mas um elemento intimamente relacionado com a sociabilidade, que se constrói e se reconstrói incessantemente.

Essa (re)construção das identidades ocorre em um espaço crítico, como consequência de um fenômeno mais amplo, inserido na lógica dos processos sociais. É a partir desse pressuposto que Berger e Luckmann (2007) compreendem a identidade como,

(...) formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas

pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a (BERGER; LUCKMANN, 2007, p. 228).

Em outras palavras, a definição de identidade aqui proposta remete à ideia daquilo que é construído no e pelo indivíduo através das interações sociais e que, além disso, se encontra em constante atualização e ressignificação a partir das posições ocupadas pelo ator em determinado *campo social*, como diria Bourdieu (2010), ou, ainda, a partir de sua inserção em determinada *figuração*, como diria Elias (2006).

É seguindo essa lógica de pensamento – que compreende a relação *estrutura x indivíduo* como fator de mudança no ator social, e também do tecido social –, que Elias afirma que “os seres humanos singulares se transformam, e as figurações que eles formam uns com os outros também se transformam” (ELIAS, 2006, p. 26). É por meio desses “desencaixes e reencaixes” que as identidades sociais vão assumindo novas perspectivas, como afirma Domingues (2005, p. 23). Este autor complementa que esses reencaixes identitários ocorrem dentro de certas conjunturas, posto que,

(...) por mais que as identidades sociais, individuais e coletivas sejam abertas ao trabalho da reflexividade, esta opera sob condições de plausibilidade que estabelecem limites para as possibilidades de reconstrução da identidade (DOMINGUES, 1999a *apud* DOMINGUES, 1999, p. 31).

De forma sucinta, tem-se a identidade como uma construção que se estabelece na mediação entre o indivíduo e a sociedade, numa busca corrente de construção de sentidos da existência. É nessa direção que Castells (1999, p. 22) enxerga a identidade como um “(...) processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significados”. Mas isso, para ele, não é feito sem as tensões e/ou contradições que acompanham todo o processo de vivência social.

Isso significa dizer que essa construção social da identidade não é feita de forma passiva, antes é permeada por embates e lutas no curso de sua afirmação e reafirmação diante das mudanças sociais experimentadas pelos indivíduos. E isso é tensionado sobremaneira com o advento das relações sociais modernas.

Essa tensão se dá uma vez que, no “período histórico” anterior à modernidade, o indivíduo era um ser estruturado em torno de questões pouco flexíveis, e se baseava, como aponta Hall (2014, p. 10), num “indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das

capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia”. Assim, vê-se que a identidade estava estreitamente ligada à noção de essência herdada pelo indivíduo no grupo familiar.

Contudo, essa concepção fixa do homem/mulher e da sociedade rompeu-se com a intensificação das transformações desencadeadas pelo avanço da sociedade capitalista, acarretando, com isso, numa nova visão sobre o sujeito humano como um ser não mais condicionado por determinismos biológicos, mas capaz de assenhorar seu destino. Essa nova disposição social trouxe consigo a fragmentação do sujeito no mundo (antes unificado) e possibilitou o surgimento de uma vida permeada por intensa reflexividade.

Assim, nesse novo contexto social podemos falar em *identidades*, e não apenas em *identidade*. Nessa concepção, a identidade torna-se no mundo contemporâneo,

Uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (...). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (...) A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar a cada uma delas – ao menos temporariamente (HALL, 2014, p. 12).

Na concepção de Hall (2014), a modernidade possibilita uma transformação não apenas na organização da sociedade, mas sobretudo na forma que o ator social interage com o mundo. Se em um primeiro momento essas mudanças abruptas provocam uma sensação de incompletude e desencaixe, em um segundo momento, como aponta Domingues (1999), ela vai gerar novos reencaixes e novas formas de agir e interagir no mundo.

Partindo da compreensão que o meio rural não é um mundo social à parte, mas é constitutivo, também, do que chamamos de sociedade global (IANNI, 2010) – a despeito de suas especificidades –, faz-se premente ressaltar que as formas de relações sociais em seu espaço também refletem as mudanças atualizadas nos centros urbanos, e vice-versa. E, nesse sentido, estas novas dinâmicas apontam para o fato de que as identidades rurais, como afirma Moreira (2005), são fruto de um processo relacional em que,

Cada identidade é, assim e sempre, expressão de múltiplas ordens relacionais que se dão em redes materiais e afetivas, de pertencimento familiar, de vizinhança, de grupos sociais, de classes, regionais, nacionais, internacionais, em suma, locais e globais. Tal identidade só pode revelar-se por sua presença ou ausência nessas redes. (...). Se existem identidades rurais, essas ruralidades vivenciam no presente confluências incertas do passado e futuro (MOREIRA, 2005, p. 18).

É por meio dessas dinâmicas que as identidades, de maneira geral, e as identidades rurais, mais especificamente, são construídas e atualizadas no plano social. Dessa forma, podemos afirmar que esse movimento de constituição da identidade é uma via de mão dupla, visto que, se por um lado é condicionante da reconfiguração do mundo social, por outro lado também condiciona o devir do ator social na medida em que este interage nos mais diversos espaços da vida.

Mas essas transformações identitárias não significam uma ruptura do ator com o seu modo de vida, ou em mudanças radicais na relação com as pessoas de seu meio social. Antes, parecem indicar uma nova forma de se perceber e localizar no mundo social. É justamente essa acepção que Carneiro (2005) ressalta ao analisar os processos de construção das identidades rurais:

As transformações provocadas pela intensificação das trocas entre universos culturais distintos (grosso modo, os “urbanos” e os “rurais”) não resultam, necessariamente, na descaracterização de um sistema cultural e social, tido como “original” ou “autêntico”, sobretudo por aqueles que vão à busca de uma autenticidade. Mudanças nos hábitos, na maneira de se relacionar com os outros e com a natureza, e na percepção do mundo, expressam-se de maneira irregular e diversificada, segundo os interesses e a posição social dos atores, o que não implica necessariamente uma ruptura decisiva no tempo nem no espaço (CARNEIRO, 2005, p. 9-10).

Concordando com a autora, esses processos de mudanças não implicam, necessariamente, uma ruptura total frente às bases que o precederam. Na verdade, funcionam como uma atualização e/ou incorporação de novas práticas, construção de novas narrativas e novos símbolos, mas dentro de uma intensa relação com aqueles elementos que foram adquiridos nas interações vividas pelos agentes, resultando, assim, em um profundo entrelaçamento entre história, subjetividade e cultura.

Dessa forma, usando a noção de *habitus* proposta por Bourdieu (1983; 2010), pode-se dizer que essa situação nova (uma nova prática) gerada no *campo*, se torna uma consequência

dos choques desencadeados com aquilo que seriam as práticas estabelecidas e conhecidas pelo ator, podendo ou não, a depender da situação, fomentar um novo *habitus* em sua trajetória ou no seu grupo social.

Bourdieu nos ajuda a pensar, por conseguinte, sobre as possibilidades advindas da interação entre o sujeito e as estruturas operantes sobre ele. É justamente a partir da posição social do ator em determinado *campo*, e na circulação por outros *campos*, que este se depara com novos *habitus* que produzirão as mudanças sociais. O *campo*, para Bourdieu, é esse espaço em que ocorrem as lutas/disputas em torno de determinados interesses (ORTIZ, 1983, p. 19), e onde se estruturam novos *habitus*.

Concretamente, é esse movimento de mediação entre sujeito e estrutura – e no caso deste trabalho, entre os trabalhadores rurais e as relações estabelecidas na Zona da Mata açucareira e suas novas formas produtivas –, que possibilita o desenvolvimento de mudanças no mundo social.

Quero dizer como isso que a herança cultural da Zona da Mata, engendrada em uma tradição que advém do período do Brasil colonial – e cujo tripé por muito tempo se fundamentou entre a cana, o engenho e posteriormente a *rua*, como pontua Sigaud (1979) –, agora é confrontada por novas práticas que demandam de seus agentes outras possibilidades de se relacionar no lugar.

É o que veremos a seguir.

#### 1.4.1 ELEMENTOS DA IDENTIDADE E TRAJETÓRIA NA ZONA DA MATA: TERRA E TRABALHO

A Zona da Mata apresenta-se como um espaço contraditório cuja história foi marcada pela indiferença com os menos favorecidos, acarretando em uma singularidade na formação das identidades de seus atores sociais.

A singularidade a que me refiro diz respeito à forma com que a população rural da Zona da Mata se reproduziu socialmente: numa relação tensa entre a natureza (enquanto lugar de vida), a terra (à qual não tiveram acesso) e o trabalho (nos canaviais). A natureza, representada no imaginário dos atores como fonte de liberdade e desprendimento dos meios artificiais de trabalho; a posse da terra, tida como um sonho de autonomia e possibilidade de controle sobre os meios de produção em face da concentração de riqueza nas mãos de uma elite rural; e o trabalho, tido como um mal necessário quando se está nos canaviais do “patrão”, e como uma realização quando se trabalha no próprio roçado.

Até certo ponto, essa relação atravessada por tensões conseguiu permanecer na Zona da Mata através dos acordos firmados entre os proprietários de engenho e os moradores – apesar dos desequilíbrios de poder entre ambos –, que estabeleceu na região padrões de condutas ordenadoras de um mundo social talhado nesse contexto. Contudo, como veremos no próximo capítulo, o esfacelamento do sistema de morada em meados do XX, que se deu pelo avanço do capitalismo no campo, instaurou uma nova ordem social no lugar, em que a regra foi a perda da morada e, com ela, de um modo de vida singular.

Essa relação indivíduo-natureza-trabalho sempre despertou diversos tipos de interesse no pensamento sociológico. Tal meandro sociológico se objetiva tanto no anseio de se compreender a relação entre esses elementos – indivíduo-natureza-trabalho –, como também nas possibilidades de se captar as transformações advindas dessa interação.

De fato, as concepções associadas à natureza nas sociedades humanas ao longo dos séculos apontam para uma série de fatores e vai depender, em menor ou maior grau, da posição que cada indivíduo ocupa em determinado grupo social. Assim, esse imaginário da natureza ora vai aparecer como o outro a ser dominado, ora como a mãe provedora das necessidades dos homens, às vezes como empecilho ao “progresso” e, ainda, como um mistério da vida etc. (WITKOSKI, 2010, p. 128-129).

É na relação com a natureza e na transformação de seus recursos em fontes de suprimentos para os indivíduos que a história se desenvolve e o trabalho humano transforma-se adquirindo novos significados. Sob esse aspecto, Hobsbawm ressalta em sua introdução ao livro *Formações Econômicas Pré-capitalistas* de Marx (1981, p. 16-17), que:

O homem – ou melhor, os homens – realizam trabalho, isto é, criam e reproduzem sua existência na prática diária, ao respirar, ao buscar alimento, abrigo, amor etc. Fazem isto atuando na natureza, tirando da natureza (e, às vezes, transformando-a conscientemente) com este propósito. Esta interação entre o homem e a natureza é – e ao mesmo tempo produz – a evolução social. (...). O progresso, naturalmente, é observável na crescente emancipação do homem relativamente à natureza e no seu domínio cada vez maior sobre a mesma. Esta emancipação (...) não apenas afeta as forças produtivas, como também as relações de produção.

Marx mostra que nas sociedades tradicionais havia uma relação de pertencimento do ser humano com a natureza, em que este se enxergava como parte dos processos naturais, como um *continuum*, ou seja, a natureza era vista como uma continuidade de seu ser, fonte de vida e de bem-estar.

Todavia, com a intensificação das relações capitalistas nas sociedades modernas se inicia uma ruptura desse modelo, e também uma “separação entre o trabalho livre e as condições objetivas de sua realização – ou seja, separação entre o trabalhador e a terra como seu laboratório natural” (MARX, 1981, p. 65).

Nesse processo de ruptura e de separação do homem de seus meios de produção, a terra se torna um produto e, como tal, tem seu preço. Desprovido dos meios necessários para reproduzir-se socialmente, o homem se torna um proletário possuindo apenas a sua força de trabalho para vender ao capitalista, que agora é o detentor dos meios de produção. Essa diferenciação que ocorre nas sociedades industriais é fruto de um processo histórico que transforma “a massa de indivíduos de uma nação, se não em trabalhadores genuinamente livres, imediatamente, em trabalhadores potencialmente livres, cuja única propriedade seja sua força de trabalho e a possibilidade de trocá-los pelos valores existentes” (MARX, 1981, p. 97-98).

Para Marx, o processo de transformação do ser humano que era parte – quase que intrínseca – da natureza, em um indivíduo que agora é um trabalhador assalariado, só foi possível por causa da separação das condições objetivas de trabalho. De forma que o trabalho se tornou aquilo que passou a distinguir o ser humano de outras formas de vida. Concretamente, o trabalho se tornou o centro do “mundo das coisas criadas” e uma característica marcante do mundo social.

Diferenciando-se de Marx, Arendt (2007) afirmava que ao contrário do labor – atividade desenvolvida pela necessidade biológica –, o trabalho não é parte vital da vida humana, mas é uma forma específica de apropriação da natureza. Para ela, o *homo faber* é aquele que cria as coisas extraídas da natureza. Apesar das distintas visões sobre o trabalho nesses autores, penso que o que os une é a tentativa de compreender o processo social que transforma a relação do indivíduo com o seu meio de produção, ou seja, com a terra. Dito de outra forma: a busca do ser social pela emancipação dos meios naturais.

Partindo dessa perspectiva, ao discutir o trabalho em Marx, Antunes (2005, p. 68) afirma que:

O trabalho mostra-se, então, como um momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é, por isso, ponto de partida para a humanização do ser social. Não foi outro o sentido dado por Marx ao afirmar, em *O Capital* (1983, p. 50) que: *como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna*

*necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana. Por meio do processo de trabalho, com seu desenvolvimento na história humana: tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza; “desenvolve as potências nela ocultas” e subordina as forças da natureza “ao seu próprio poder”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc.*

Esse processo de objetivação da vida configurou-se em um momento conflituoso na passagem das sociedades tradicionais, amparada em relações de equilíbrio com a natureza, para as sociedades modernas. É isso que aponta Bourdieu (1979) na análise que fez acerca das mudanças sociais na sociedade argelina, que transformou seus camponeses em massa de trabalhadores para as nascentes indústrias do país. A implantação do modo de produção capitalista na Argélia não foi fruto de uma transformação da própria sociedade, mas de imposições externas vindas principalmente da França. As ações coloniais não só romperam com a tradição de um modo de vida centrado na relação homem-natureza, como também impuseram uma forma de organização social fundamentada no trabalho objetivado dos camponeses expropriados.

Ao estudar as mudanças desencadeadas na Argélia, Bourdieu (1979) faz um resgate dos modos de vida de seu meio rural e demonstra detalhadamente a forma com que os camponeses argelinos estruturavam suas singularidades e sua consciência temporal. À medida que desenvolve a análise, o autor revela que as percepções e maneiras com que os cabilas (camponeses argelinos) se relacionavam com a vida se contrapunham totalmente à racionalidade capitalista. Dentre essas diferenciações pode-se citar que, entre os camponeses: soava estranho a possibilidade de explorar e dominar o futuro; faziam valor de uso da produção e não de troca; tinham desconfiança com relação ao uso do dinheiro e do crédito, preferindo o empréstimo por vias amigáveis; a relação com a natureza era de equilíbrio; e, por fim, o trabalho, como condição da existência e subordinado ao homem, era realizado visando uma função social e não como fonte de exploração econômica. Todavia, a aceleração de processos capitalistas entre o povo cabila trouxe consigo um

desencantamento do mundo, isto é, o desaparecimento dos encantos e dos prestígios que propendiam para uma atitude de submissão e de homenagem para com a natureza, coincide com o prejuízo do esforço para cativar a duração pela estereotipização mágico-mítica dos atos técnicos ou rituais que visavam fazer do desenvolvimento temporal “a imagem móvel da eternidade” (BOURDIEU, 1979, p. 46).

A ruptura com o modo de vida tradicional dos Cabilas, baseado na terra como fonte de vida, no trabalho como meio existência e não de exploração, e na relação com a natureza como fonte de recursos, trouxe consigo uma série de conflitos e desestruturação no meio rural argelino.

Esse cenário dramático de exploração fomentado pela produção capitalista nas regiões distantes do eixo da Europa se impôs de forma violenta não apenas na Argélia, mas em diversos lugares do hemisfério sul. Como, de fato, também ocorreu na Zona da Mata quando centenas de famílias rurais foram expulsas dos engenhos em que moravam em decorrência das mudanças nas relações tradicionais de trabalho que alteraram, em parte, as sociabilidades até então estabelecidas nesse espaço.

Contudo, um ponto interessante de se analisar em meio a esse bojo de transformações desencadeadas no campo, é o entendimento de que as mudanças vivenciadas nas sociedades rurais não as descaracterizam enquanto tais, ainda que provoquem certas rupturas. A respeito disso, Carneiro (2012, p. 20) afirma que:

Sua reestruturação (*ocorre*) a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais. A ruralidade, nessa perspectiva, está em constante construção e deve ser percebida através da interação entre os atores sociais e os sistemas culturais aos quais eles estão referidos (grifos meus).

Para a autora, os processos de mudanças no meio rural, e também nas identidades dos seus atores sociais, apontam para a necessidade de se compreender o rural como uma categoria que abrange muito mais as dimensões da esfera cultural, do que territorial em si, visto que daí advém sua capacidade de adaptação frente às transformações atuantes em seu espaço. Em uma palavra: um rural que resiste, se reinventa e se atualiza na ação de seus agentes.

Nesses termos, o rural e as identidades rurais podem ser pensados a partir de uma dimensão simbólica, na qual Carneiro (2008; 2012) compreende como uma *categoria de pensamento*<sup>12</sup>. Ao associar a categoria rural a uma dimensão simbólica, a autora percebe a

---

<sup>12</sup> O rural como “categoria de pensamento” foi proposto por Carneiro (2008; 2012) para elucidar divergências sobre o futuro do meio rural. Com base em Marc Mormont, Jean Rémy e Bourdieu, ela argumenta que: “Rural é uma categoria de pensamento que classifica e organiza o mundo social orientando suas ações” (CARNEIRO, 2008, p. 9). Essa organização do mundo social é construída através das questões simbólicas e na interação com outros grupos culturais: “Nesses termos, consideramos que a noção de rural corresponde a construções simbólicas pertencentes a diferentes universos culturais que lhes atribuem significados distintos” (CARNEIRO, 2012, p. 46).

ruralidade como um termo que capta não apenas os novos arranjos encontrados no campo, mas a pluralidade dos atores sociais que se inserem em seu espaço e modificam a sua estrutura atualizando-a.

No caso do objeto de investigação deste trabalho, o entendimento dessa pluralidade do universo rural e a análise das identidades rurais em sua dimensão simbólica, de que fala Carneiro (2008), passam por observar a história e a cultura do lugar, uma vez que este procedimento nos oferece subsídios analíticos necessários à compreensão de como isso é atualizado nos dias de hoje.

Nesse intuito, lançarei mão a seguir de um resgate narrativo dos processos históricos que delinearão e conformaram o rural da Zona da Mata para compreender, posteriormente, como esse espaço social se conforma em termos de identidade e trajetórias dos trabalhadores diante da estruturação do porto de Suape; para entender quais os mecanismos utilizados na reprodução social dessas populações e, também, para discutir em que medida esses elementos se relacionam ou não com as contradições do lugar e com as estratégias para sua superação.

## 2 A ZONA DA MATA: PASSADO E PRESENTE

*A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ela povoou-o como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... E ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do Norte (NABUCO, 1998, p. 183).*

Este capítulo estruturou-se na tentativa de se fazer um resgate bibliográfico de obras importantes que se debruçaram sobre a análise dos processos sociais e econômicos constitutivos da Zona da Mata e do estado de Pernambuco. Para isso, ele foi organizado em dois momentos distintos.

Inicialmente, a discussão se concentra na formação da *plantation* pernambucana, apontando, com efeito, como esta se vincula a um macroprocesso de estruturação do nascente sistema capitalista do século XVI, que passa a se direcionar vorazmente à procura de novos lugares de exploração, no intuito de acumular recursos para seu desenvolvimento ulterior e expansão no mundo.

A *plantation*, na perspectiva aqui assumida, ainda que esteja atrelada a um momento histórico de formação da Zona da Mata e do próprio País, deixou resquícios tais na grande propriedade canvieira que ainda atualiza sua forma de ação no presente. E é sobre a perspectiva de atualização desse sistema que me debruçarei no segundo momento deste capítulo ao fazer uma análise das metamorfoses da Zona da Mata no século XX.

Esse resgate sócio-histórico se faz necessário, pois somente após se conhecer o passado é que se pode compreender o contraditório presente. Assim, apresento a seguir o que há de rupturas e permanências ainda operantes no lugar da pesquisa.

### 2.1. ZONA DA MATA – DO PERÍODO COLONIAL À “DECADÊNCIA” DA *PLANTATION* AÇUCAREIRA

A formação da Zona da Mata está profundamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu no século XVI, que em decorrência de sua necessidade de expansão e de acumulação se lança na busca de novos territórios com a finalidade de

encontrar riquezas naturais e possibilidades de exploração da terra. Com relação a esse sistema de acumulação do capital, Luxemburgo (1970) ressalta que esta é uma prerrogativa do empreendimento capitalista, e não se vincula apenas à etapa inicial desse modo de produção – ou seja, a acumulação primitiva.

Sua ideia principal é que a reprodução ampliada do capital não se faz apenas no “chão de fábrica”, tendo em vista que este modo de produção precisa de regiões não capitalistas para acumular-se. Desse modo, ela se contrapõe a Marx ao afirmar que a acumulação primitiva não ocorre somente na fase anterior ao capitalismo, mas é um processo que acompanha todo o seu desenvolvimento:

O capitalismo aparece e se desenvolve historicamente num meio social não capitalista. Nos países europeus ocidentais, o capitalismo está cercado, primeiramente, pelo meio feudal de cujo seio surge – a servidão da gleba no campo, o artesanato da corporação na cidade – e, posteriormente, desaparecido o feudalismo, um meio onde predominam a agricultura camponesa e o artesanato, isto é, produção simples de mercadorias, tanto na agricultura como na indústria (...). É no meio desse ambiente que se abre o caminho para o processo da acumulação primitiva (LUXEMBURGO, 1970, p. 316-317).

A necessidade de expansão do capitalismo direciona-o rumo às regiões não capitalistas, e nessa busca por novos lugares ocorre a luta do capital contra a economia natural – que aqui se caracterizou sobremaneira no extermínio de várias nações indígenas e de camponeses –, contra a economia mercantil e a luta contra a concorrência do capital no cenário mundial para obter as condições que ainda restam de acumulação (LUXEMBURGO, 1970, p. 317). Assim como Marx, Luxemburgo demonstra que a chegada do capitalismo nas sociedades não capitalistas foi marcada por uma sucessão de ações que, dentre outras coisas, provocaram a desintegração cultural e econômica de um modo de vida, expropriação, abusos, intimidações e violência política.

Nesse sentido, Luxemburgo (1970) argumenta que todas essas ações violentas nas sociedades de economia natural objetivaram:

- I. Apropriação direta de importantes fontes de forças produtivas, como a terra, a caça nas selvas virgens, os minerais, as pedras preciosas, os produtos das plantações exóticas, como a borracha etc.
- II. "Libertar" operários e obrigá-los a trabalhar para o capital.
- III. Introduzir a economia de mercado.
- IV. Separar a agricultura do artesanato.

Na acumulação primitiva, isto é, nos primórdios históricos do capitalismo na Europa, fins da Idade Média até a metade do século XIX, a libertação em massa dos camponeses constituiu, na Inglaterra e no continente, o meio mais importante para se transformar maciçamente em capital os meios de produção e as forças de trabalho. Na política colonial moderna, porém, o capital realiza atualmente a mesma tarefa numa escala muito maior (LUXEMBURGO, 1970, p. 318).

No que diz respeito à inserção capitalista no Brasil colônia, as ações exploratórias inicialmente direcionaram-se sobretudo para o Nordeste, especificamente na região litorânea da Zona da Mata de Pernambuco. Portanto, o Nordeste “nasce” inserido nos circuitos do capital, de forma que “a colônia brasileira exportava cerca de 80% de tudo que era produzido” (STEDILE, 2011, p. 20). Esse modelo agroexportador, centrado principalmente na produção agrícola da cana-de-açúcar em vastas terras, tinha por objetivo máximo o mercado europeu.

A colonização brasileira, que já se iniciou latifundiária, organizou-se em torno da produção do açúcar desenvolvido por ricas famílias aristocráticas portuguesas, que herdaram imensas porções de terra para produzir essa especiaria agrícola.

A divisão das terras foi organizada pela monarquia portuguesa através do sistema político das capitanias hereditárias e da sesmaria. Essa forma de organização e colonização do território brasileiro foi a maneira que a coroa portuguesa encontrou de assegurar, ao mesmo tempo, a posse das terras aliado ao pouco investimento financeiro, já que transferia a terceiros os custos com a manutenção da colônia (STEDILE, 2011; VELHO, 2009).

A capitania de Pernambuco, sob a tutoria de Duarte Coelho, logo cedo se destacou, e no ano de 1535 Pernambuco “encontrou seu destino” na plantação da cana-de-açúcar (ANDRADE, 1979a; 1987). Para Freyre (2004), o sucesso singular de Duarte Coelho deu-se em face de uma profunda afeição que este teve pela terra, mas não só isso:

No caso de Duarte Coelho e de seus colonos, a aliança do homem com a cana foi o que se pode chamar um casamento de amor; e não simplesmente de interesse. Duarte Coelho fez da cana não um substituto vegetal do ouro e dos rubis que não se encontraram aqui – para desapontamento dos colonos mais aventureiros –, mas a base de uma organização agrícola que só o seu amor à terra – amor de velho agricultor – teria conseguido estabelecer com tanta bravura e com tanta segurança nos trópicos (FREYRE, 2004, p. 128).

Contudo, a despeito dessa visão idealizada do “bom colonizador português”, parece que outros condicionantes animaram “o velho agricultor”. Esses condicionantes dizem respeito a uma série de fatores favoráveis à cultura do açúcar na região da Zona da Mata de

Pernambuco que envolvem o solo propício ao cultivo, a excelente localização geográfica do litoral e as estações chuvosas bem definidas:

A qualidade do solo, completada pela da atmosfera, condicionou como talvez nenhum outro elemento, essa especialização regional da colonização da América pelos portugueses que foi a colonização baseada na cana-de-açúcar (...). É claro que o triunfo do açúcar no extremo Nordeste foi favorecido por um grupo de circunstâncias, e não por um elemento só: pela proximidade da Europa como pelo contato fácil com a África, fornecedora de escravos; pela qualidade do elemento colonizador europeu – a parentela de Duarte Coelho e de Dona Beatriz, gente boa e sã, habituada à vida rural e ao trabalho agrícola, gente talvez geneticamente superior aos simples artesãos – alguns parece que mouriscos –, aos burgueses – tantos deles, cristãos-novos – e aos fidalgotes aventureiros, que primeiro salpicaram de sangue europeu ou semieuropeu outros pontos da América conquistada pelos portugueses. E, ainda, favorecido pela experiência agrícola e pelos hábitos de relativa sedentariedade do elemento colonizador africano: os negros de pescoço curto (...). Mas é preciso não esquecer o que o massapê representou (...) nessa vitória do açúcar (FREYRE, 2004, p. 48-49).

Movidos pelas facilidades de uma terra que não demandava grandes investimentos, a plantação de açúcar se estendeu por toda a porção litorânea da Zona da Mata de Pernambuco por meio de processos extensivos de cultivo. Contudo, além da boa qualidade do solo, mencionada por Freyre (2006), foi a mão de obra escrava que permitiu a continuidade da produção do açúcar por tantos anos e de forma ininterrupta. Assim, tem-se que o sistema de organização da produção do açúcar se fundamentou sobre o pilar da grande plantação em imensas extensões de terra e no uso da mão de obra escrava. Essa forma de produção ficou conhecida entre os estudiosos do Brasil colonial como *plantation*.

Esse sistema de organização da produção, mas também de organização da vida social, foi denominado por Freyre (2006) de *colônia de plantação*, e era caracterizado, segundo ele,

pela base agrícola e pela permanência do colono na terra, em vez do seu fortuito contato com o meio e com a gente nativa. No Brasil iniciaram os portugueses a colonização em larga escala dos trópicos por uma técnica econômica e por uma política social inteiramente novas: apenas esboçadas nas ilhas subtropicais do Atlântico. A primeira: a utilização e o desenvolvimento de riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravocrata. A segunda: o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho, mas como elemento de formação da família (FREYRE, 2006, p. 79).

Buscando compreender esse tipo peculiar de formação econômica e social, Freyre foca sua análise em duas perspectivas: uma primeira, centrada na dinâmica da lavoura escravocrata e na concentração de terra, a sesmaria, e, uma segunda, focada no elemento humano nativo, que caracterizou-se pela constituição da família patriarcal como forma de gerenciamento da colônia.

Se à primeira vista a tentativa de conciliar práticas distintas – economia de mercado, grandes latifúndios e utilização de mão de obra escrava nativa ou africana – parecia ser algo contraditório ao funcionamento do capitalismo, essa foi justamente a base do sistema *plantation* e que começou a entrar em declínio somente na segunda metade do século XVII em decorrência de uma série de fatores, tais como: a competição no mercado mundial com o açúcar produzido nas Antilhas, o posterior desenvolvimento da mineração em Minas Gerais e a proeminência de outras atividades econômicas no Centro-Sul do País (VELHO, 2009, p. 106,108).

A despeito disso, Velho (2009, p. 164-165) aponta que:

O sistema de *plantation*, no entanto, mostrou-se extremamente resistente, e a decadência não deve ser tomada em termos demasiadamente literais. Tratou-se de uma tendência a longo prazo. Houve expansões cíclicas e regionalmente a *plantation* nordestina continuou a dominar. (...) De certa forma essa expansão e redução cíclicas de suas atividades principais estimularam alguns dos traços característicos da *plantation*. Um desses parece ter sido a criação de um trabalhador típico – o morador – que possuía o seu próprio lote de subsistência para o qual se retirava sempre que não fosse necessitado nas principais atividades da *plantation*, seja em vista de suas depressões cíclicas ou simplesmente em face do ciclo agrícola anual. O morador, juridicamente, poderia ou não ser um escravo e continuou presente após a abolição da escravatura (PALMEIRA, 1969). De qualquer maneira, tratava-se ainda de uma força de trabalho reprimida, imobilizada, e a ênfase nas relações hierárquicas diretas dentro da *plantation* agia como um detergente contra coalizões horizontais do tipo camponês.

No que tange às questões propostas neste trabalho, o interessante é justamente mostrar as permanências de um sistema cuja decadência nunca foi total, como demonstrado acima. O que houve, de fato, foi uma metamorfose desse modo de produção evidenciado pela troca de papéis entre alguns indivíduos: de escravos para “libertos”. Contudo, o cenário permaneceu inalterado, e as regras do jogo são quase as mesmas do período colonial: a presença do latifúndio, a presença do modelo de exportação, o sistema de dominação efetivado pelo dono de engenho e/ou usineiro e a presença dos trabalhadores, que agora são “livres”, representados

na existência do morador de engenho. Seguindo essa linha de pensamento, Wanderley (2009, p. 117) afirma que:

Quanto à força de trabalho, após a abolição da escravidão, o escravo fora substituído por um trabalhador livre juridicamente, que, no entanto, não era completamente desvinculado de um trabalho familiar, exercido em uma pequena parcela de terra. Sob formas variadas, o morador, o colono, o parceiro, o arrendatário, trabalham em terras pertencentes aos grandes proprietários e transferem para estes, também sob formas diversificadas, o sobretrabalho que produzem. Todos eles viabilizam a grande propriedade, na medida em que, através do trabalho familiar, assumem total ou parcialmente, o custo de sua própria reprodução, ou os riscos da atividade agrícola.

Como consequência desse processo, a Zona da Mata se tornou palco de uma sociedade com especificidade tal, que se torna difícil nas análises atuais separá-las desses elementos do passado. Como apontam Garcia e Wanderley, a monocultura da cana fomentou não apenas a apropriação da Zona da Mata pela lavoura (GARCIA Jr., 2003, p. 159), mas também estabeleceu um tipo de relação social específica que até hoje se faz presente.

Se, por um lado, a monocultura foi responsável pela imensa concentração de terras na região, fazendo com que as famílias rurais só consigam existir de forma marginal, por outro lado, tem-se a existência – ainda em larga escala – de um tipo de relação social advinda do período colonial, que é a conjugação entre o trabalho e a *morada* nos engenhos (PALMEIRA, 2009a). Corroborando com essa ideia, Garcia Jr. (2003, p. 162-163) assevera que:

(...) a grande plantação é bem mais do que apenas a unidade de base de um processo agroindustrial; ela é, sobretudo, a matriz da sociabilidade no mundo rural da primeira metade do século: o grande domínio é a sede das residências dos grandes proprietários – as “casas-grandes” (FREYRE, 1933) – e também das casas de *morada* atribuídas às famílias de trabalhadores residentes (PALMEIRA, 1976).

Ao mesmo tempo em que a *morada no engenho* é característica de uma sociabilidade desse universo rural, ela também representa as assimetrias entre o trabalhador/camponês expropriado e o grande proprietário de terras que exerce seu poder amparado nessas vantagens que possui. Outras formas de manutenção do domínio e de demonstração de poder da elite rural da cana podem ser percebidas nas interferências políticas exercidas no estado, na dificuldade que existe de se fazer reforma agrária nessa região e na ausência de outras atividades produtivas na localidade, tida por esta elite como uma fonte de exploração quase exclusiva.

Sobre esse aspecto, e tomando por base a noção do *milieu econômico*<sup>13</sup> – desenvolvido por Weber na análise do *Junker* prussiano –, Martins (2010) destaca que muitas vezes a ação dos agentes sociais nos mais diferentes contextos é motivada pelo interesse que a posse da terra proporciona. Dentre esses interesses, no caso dos *Junkers*, Martins (2010, p. 3) cita: “A manutenção de sua posição social, de seu prestígio através da posse da terra e do controle das ações do Estado”.

A ocorrência desse fenômeno, a princípio localizado na Europa, parece ser constitutivo das relações contraditórias surgidas pelo monopólio da grande propriedade também na Zona da Mata. Digo isso, porque o *monopólio da terra* na região se mostrou um mecanismo de *status*, prestígio e poder na manutenção de um determinado grupo social, conjugado a um processo de marginalização de outros grupos, no caso, os trabalhadores rurais, como veremos no próximo capítulo.

Com efeito, pouca coisa mudou na Zona da Mata no que diz respeito à rígida forma com que se estrutura a distribuição de suas terras e as relações sociais desiguais estabelecidas no trabalho nos canaviais. No tocante a este último aspecto, na pesquisa de campo pode-se confirmar as informações encontradas nos trabalhos sobre a *plantation* açucareira (VELHO, 2009) que vincula a formação social da região à escravidão.

De acordo com os dados coletados, a população da Zona da Mata se constitui tanto de descendentes de ex-escravos como de sertanejos pernambucanos que migraram para a localidade. Com o término da escravidão, foram estas pessoas que passaram a suprir a demanda de trabalho nas usinas e nos engenhos de cana-de-açúcar. Impossibilitadas de reproduzirem-se pelo trabalho familiar na terra, tornaram-se *moradores de engenho*.

## 2.2 AS METAMORFOSES DA ZONA DA MATA NO SÉCULO XX

A forma de sociabilidade em vigor nos engenhos opera com contornos similares do período colonial, e se caracteriza por uma vivência no meio rural mediada pela grande propriedade, o trabalho na cana e a concessão de uma pequena fatia de terra para uma parcela dos trabalhadores rurais viverem com suas famílias. Os engenhos são, portanto, o espaço primordial de interação da população com esse mundo rural da Zona da Mata.

---

<sup>13</sup> Weber denominou de *milieu econômico* “a conjuntura territorial marcada pela história dos lugares, pelos arranjos de poder local, pela dialética entre a localidade e a formação do caráter nacional e pelas diferentes características ambientais e geográficas das regiões rurais” (MARTINS, 2010, p. 18).

Na atualidade, contudo, conforme explicitado por Palmeira (2009a, p. 204), os engenhos já não moem mais, representando “qualquer grande propriedade que pertença a um proprietário independente ou que faça parte do patrimônio territorial de uma usina e que plante cana-de-açúcar”. Os engenhos produzem a cana, passando-a, em seguida, para uma usina a fim de que seja processada.

Na Zona da Mata, ser *morador* de engenho (ter uma *morada*) faz parte das primeiras experiências de vida (GARCIA Jr, 2003, p. 163), sendo raro encontrar alguém – ainda que na atualidade possa estar morando nas cidades ao redor – que não tenha “nascido e se criado no engenho”. Em grande medida, isso está relacionado ao recente processo de diversificação produtiva da região e seu eventual aumento populacional urbano, remontando a algumas décadas atrás (SIGAUD, 1979).

Nesse universo, o dono de engenho (ou senhor, como é chamado até hoje por alguns moradores), que também é o dono das terras, exerce um poder no processo de sociabilidade dos moradores. De fato, a posse da terra é a fonte de seu poder e é o que faz com que muitos trabalhadores que não têm acesso à terra se sujeitem ao tipo de relação social que opera na linguagem e nos aspectos simbólicos do meio rural da Zona da Mata, como esclarece Palmeira (2009a, p. 204):

Se para o nosso senso comum urbano morar significa simplesmente “habitar”, para os trabalhadores da cana, as coisas se colocam de maneira diferente. *Morar significa ligar-se a um engenho* (grifo meu) e ligar-se de uma maneira muito particular. Nada é mais comum do que um trabalhador corrigir uma utilização imprecisa por parte do pesquisador dos termos morar, morada, morador. Morar está sempre associado a engenho, mesmo quando se trata da propriedade de uma usina. (...) Ninguém é morador de usina ou trabalhador de engenho. Por outro lado, não existe morador em geral, mas apenas morador de tal ou qual engenho. Ninguém se define apenas como morador (como se define como trabalhador rural ou camponês), mas sempre como morador de um engenho singular.

Discutindo esses aspectos, Sigaud (1979) vai na direção daquilo que foi dito por Palmeira (2009), ao afirmar que para obter a morada no engenho era preciso também

(...) estar totalmente à sua disposição para o que fosse necessário dentro da propriedade, o que tanto significava um compromisso em relação ao fornecimento de sua força de trabalho e a de sua família para o trabalho na cana, como o compromisso de não trabalhar para nenhum outro proprietário. Este estar à disposição do proprietário, (...) não raras vezes compreendia a obrigação de engajar-se em suas lutas, com ele votar e a ele entregar parte do que produzia (...) (SIGAUD, 1979, p. 34).

A ligação histórica entre a *morada* e o engenho é antes de qualquer coisa uma expressão do nível de expropriação e proletarização vivenciado pelos moradores da Zona da Mata pernambucana. Isso porque, considerando-se a ideia difundida na região de que morar (ou seja, ter a casa e possivelmente um sítio) é muito mais do que habitar, mas é poder plantar e alimentar a família com os produtos produzidos, o acesso a essa morada só foi possível em função da sujeição dessas famílias aos proprietários. Constrói-se, desse modo, um tipo de identidade forjada dentro de um processo contraditório e excludente, o qual tem, inclusive, “força de lei” nas “parcerias” firmadas entre moradores e patrões, como pontua Palmeira (2009a, p. 205-206):

Com a casa, o morador recebe trabalho (e será um morador de condição) ou terra (e será um morador-foreiro), mas, em qualquer dos casos (e mesmo que o morador de condição não receba sítio), a casa representa mais do que a simples construção e inclui sempre um terreiro, chão de terra ou fundo de casa que lhe é coextensivo, que é uma peça da casa. Isso é percebido como “natural” e não precisa ser explicitado no “contrato” de moradia. O proprietário não reconhecer isso significa um desrespeito intolerável às regras do jogo, como fica evidenciado nas queixas generalizadas dos trabalhadores, de que os proprietários estão plantando cana “dentro da casa dos moradores” ou, na formulação inversa daqueles para quem as regras da morada representam uma espécie de imperativo absoluto: “Em todo lugar que eu moro, eu planto”.

Em certo sentido, esse modelo de sociedade é “abalado” na década de 1960 em função, dentre outras questões, da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Explico: antes do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) – que no seu ordenamento assegurava direitos trabalhistas bem como o estabelecimento de um salário mínimo aos trabalhadores do campo – os proprietários das terras permitiam que a maioria dos trabalhadores morasse nos engenhos e concedia-lhes o acesso a um pequeno espaço de terra (sítio), onde estes plantavam e criavam animais visando a subsistência da família. Além disso, quando necessitavam, pediam uma pequena ajuda médica ou financeira ao proprietário de terra que, almejando contar com o voto dos moradores e com a permanência deles no seu entorno, ajudava-os. Contudo, quando o ETR foi estabelecido, houve um tensionamento nessa relação, fazendo com que os proprietários passassem a impor maiores exigências à permanência dos moradores na terra (SIGAUD, 1979).

Um outro exemplo desses tensionamentos decorrentes do ETR também foi observado por Silva (1999) em suas pesquisas. Para a autora, se por um lado a aprovação do Estatuto do

Trabalhador Rural em 1963 fomentou, a princípio, o acesso aos *direitos* para os trabalhadores do campo, por outro lado, “a lei dos pobres expulsa os pobres do campo”. Isso porque, como demonstra, na medida em que o ETR regulariza a situação dos trabalhadores permanentes concedendo-lhes garantias legais de trabalho aos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – como o direito a férias, salário mínimo, repouso semanal gratificado –, na contramão desse processo, joga na irregularidade os trabalhadores temporários:

Dessa sorte, o empregador é obrigado a pagar 27,1% sobre cada jornada de trabalho dos trabalhadores permanentes, correspondentes aos gastos sociais. Eis um ponto que toca o centro da questão, segundo a qual os trabalhadores permanentes são mais onerosos e, por isto, eles são despedidos, para serem, em seguida, admitidos como volantes, isso é, uma força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. Segundo tal raciocínio, o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão destes trabalhadores das fazendas. Este estatuto não deve ser considerado como um meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores; ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho (SILVA, 1999, p. 64).

Neste aspecto, situação semelhante foi visualizada em Pernambuco por Andrade (2005), ao relatar que, visando minar os custos com a mão de obra que chegava a representar 70% dos custos agrícolas totais (PALMEIRA, 2009b), o empresariado canavieiro passou a mirar seus esforços em “diminuir o número de moradores e de empregados permanentes, utilizando geralmente trabalhadores avulsos contratados por empreiteiros residentes nas cidades e vilas” da Zona da Mata (ANDRADE, 2005, p. 132).

Como consequência desse processo muitos trabalhadores rurais sofreram pressão para que saíssem dos engenhos, fazendo com que se deslocassem majoritariamente às *ruas*. Já os moradores que permaneceram nos engenhos tiveram seus direitos restringidos com um aumento significativo na sobrecarga de trabalho. Se antes o morador e a sua família ganhavam uma casa para morar e um sítio para plantar, e o proprietário exigia deles apenas um retorno de trabalho de três ou quatro dias no período das chuvas,

À proporção que o processo usineiro evolui, a área cultivada com cana vai aumentando e os proprietários não só restringem os sítios dos moradores, tirando-lhes as áreas mais favoráveis, como exigem dos mesmos cinco ou seis dias de serviço por semana nos seus canaviais, o que impede os trabalhadores de cuidarem dos seus roçados. Vai então se processando gradativamente a proletarização da massa camponesa (ANDRADE, 2005, p. 128).

Ao analisar a expulsão dos moradores dos engenhos, Sigaud (1979) argumenta que os dispositivos de controle acionados pelos usineiros se tornaram tão radicalizados, que muitos moradores que haviam permanecido nos engenhos começaram a ver como única alternativa a transferência para a *rua*, representada no imaginário coletivo rural como um “ato de liberdade”.

De fato, Sigaud (1979) aponta que o trabalhador só toma a decisão de sair do engenho por haver uma alternativa, que é a *rua*. A *rua* é o que lhe dá forças para sair, é a possibilidade de se construir um novo projeto de vida, “cuja dimensão negativa é relativizada sempre que o trabalhador toma a decisão de sair” (SIGAUD, 1979, p. 52). Mas tanto ficar, por causa do sítio, como sair, por causa da liberdade de se desprender do mandonismo do proprietário, representam estratégias diferentes que revelam a resistência desses moradores do campo expropriados.

Essa liberdade que os trabalhadores relatavam consistia em trabalhar quando quisessem; significava, também, ter uma casa própria, e não a que era cedida pelo proprietário do engenho, que muitas vezes era lembrada como um *cativeiro*:

A rua só se define como lugar *liberto* em oposição ao *cativeiro* do engenho. Não se trata, portanto, de uma valorização de uma vida urbana por uma dimensão de “liberdade” que lhe seja inerente, mas da atribuição de um sinal positivo em oposição à vida no engenho transformada em *cativeiro*. Assim, embora o trabalhador valorize determinados aspectos da vida urbana, o que pesa fundamentalmente para ele é o fato de morar em sua própria casa e estar livre do *cativeiro* do engenho (SIGAUD, 1979, p. 209-210).

Contudo, sem opções de trabalho na *rua*, muitos moradores acabaram retornando novamente para os domínios dos proprietários de terra, só que agora por meio dos empreiteiros<sup>14</sup>.

Esse complexo funcionamento da grande propriedade latifundiária, como ressalta Wanderley (2009), ocasionou uma profunda proletarização da força de trabalho rural – que ela chama de camponesa – fazendo com que este morador se torne um *trabalhador/camponês* que “reforçará, a partir de então, o contingente de trabalhadores completamente livres e expropriados” (WANDERLEY, 2009, p. 121), mas que busca incessantemente formas de retorno à terra. Assim,

---

<sup>14</sup> Arregimentador de mão de obra que contrata trabalhadores para as usinas.

Esta expropriação, no entanto, embora atualmente predominante, não é absoluta e a situação dos trabalhadores em relação à grande propriedade é, por conseguinte, heterogênea. Há a considerar a distinção entre, de um lado, os trabalhadores expulsos da própria fazenda onde trabalhavam e os que nela permanecem sem mais direito ao sítio, e, de outro lado, parceiros e arrendatários, que têm suas relações com a grande propriedade transformadas. No primeiro caso, a base familiar do trabalho camponês desaparece completamente; no segundo, não é mais toda uma parcela que é entregue sob contrato, para que o produtor organize o conjunto da atividade produtiva (WANDERLEY, 2009, p. 121).

Nesse cenário, a perda da *morada* parecia não ter mais volta e, pela primeira vez, a região da *plantation* açucareira enfrentou transformações significativas em sua estrutura social. Para Sigaud (1979), a grande novidade desse processo de contradições foi o surgimento da *rua* enquanto mecanismo de mediação e espaço de vida fundamental da sociabilidade da Zona da Mata e, além disso, a consolidação e formação dos sindicatos dos trabalhadores rurais, por ter possibilitado o rompimento do modelo personalista entre patrão-morador.

No tocante aos moradores/trabalhadores que permaneceram nos engenhos, Sigaud (1979) ressalta que a relação entre estes e o proprietário passou por profundas mudanças no que se refere ao tipo de relacionamento que predominava antes da ruptura. Isso porque, este meio rural não foi mais o mesmo, já que se tornou um rural pautado por uma intensa movimentação de seus trabalhadores – entre a rua e o engenho –, que Sigaud (1979, p. 33-34) resume da seguinte forma:

De um lado esse movimento para fora dos engenhos era velho porque sempre existiu, mas novo porque sem retorno, não é um processo consumado, na medida em que muitos *moradores* continuam ainda residindo dentro das propriedades. Também não é um movimento que indique uma ruptura com o trabalho na cana, uma vez que os que se encontram fora dos engenhos para lá regressam diariamente a fim de exercer o mesmo tipo de tarefa que exerciam enquanto *moradores*, portanto ainda ligados aos mesmos proprietários que lhes recusam a *morada*.

A afirmação de que esses novos arranjos não conduziam necessariamente a uma ruptura com a cana levou em conta a constatação de que no período de realização da pesquisa não havia na região outra forma trabalho que permitisse a reprodução social de seus moradores. Assim, com a saída dos engenhos:

Mudaram as relações, mas não o trabalho propriamente dito. E é justamente a manutenção da demanda de força de trabalho no mesmo nível e para o

mesmo tipo de tarefa e a **ausência de outras alternativas produtivas que vão dar conta da permanência da maioria dos trabalhadores na região** (grifo meu) e da continuidade com o trabalho na cana (SIGAUD, 1979, p. 111).

A alta concentração de terras e a falta de alternativas produtivas na região foram a forma com que os usineiros e donos de engenhos encontraram para manter essa abundante mão de obra a baixos preços à sua disposição. Sobre isso, Sigaud (1979) ressalta que poucos conseguiam sair em busca de trabalho em outras localidades, e quando o faziam, geralmente eram os mais jovens que se aventuravam na procura por melhores trabalhos no Recife e em outras localidades do País.

Contudo, se por muito tempo a região não dispunha de alternativas ao trabalho na cana, essa situação começou a mudar na década de 1990 por uma série de fatores, dentre os quais: o aumento do turismo no litoral sul do estado, realização da reforma agrária em alguns municípios, principalmente em Rio Formoso, e nos anos 2000 há o aumento dos investimentos no Porto de Suape.

A presença desse complexo industrial e portuário na região se tornou um atrativo aos trabalhadores rurais, visto que, pela primeira vez, a localidade se tornou alvo de um empreendimento com potencial de absorver a abundante disponibilidade de mão de obra local.

É nesse contexto de mudanças na região que os trabalhadores rurais se direcionam para Suape, por ver aí uma possibilidade de emprego para além da cana. Assim, sair da cana e ir para Suape liga-se a uma escolha e a um projeto de vida do trabalhador rural que enxerga nessa passagem uma possibilidade de transformação das suas condições de existência.

Entretanto, a realização da pesquisa apontou que essa transformação a que me refiro não implica necessariamente em uma ruptura com o seu modo de vida, mas sim na manutenção de seu modo de vida sem a necessidade de venda da sua força de trabalho para os canaviais.

Cabe averiguar, contudo, em que medida essa saída reproduz ou não as mesmas regras do jogo e se mantêm os trabalhadores em situação de vulnerabilidade no trabalho em Suape. Digo isso porque, conforme estudado por Sigaud, a saída dos engenhos para as *ruas* da Zona da Mata nas décadas de 1960-1970, a despeito de inicialmente simbolizar liberdade das amarras dos donos de engenhos, contraditoriamente, reafirmava a sujeição que havia anteriormente com o proprietário – sobretudo porque estes se vinculavam novamente ao trabalho na cana. Contudo, apesar disso, parece que tanto ficar (no engenho) por causa do

sítio, como sair por causa da liberdade de se desprender do mandonismo do proprietário, representam diferentes estratégias que revelam a resistência desses trabalhadores rurais expropriados.

O acionamento dessas estratégias aponta para a busca da autonomia pelos atores sociais da rural frente às privações causadas pela impossibilidade de possuir a terra. E é a procura pela autonomia que os impele na construção de um sentido de viver na localidade, bem como na afirmação de sua identidade enquanto ator social do meio rural.

Assim, se por um lado este ator social se construiu mediado pela relação com a terra, o engenho e o trabalho no canavial, por outro lado, constata-se que estes elementos não esgotam analiticamente quem ele é. Os atores sociais a que me refiro neste trabalho definem-se enquanto moradores do campo por possuírem um vínculo com o lugar e com os indivíduos desse espaço, e não por serem, tão somente, trabalhadores da cana.

Ser trabalhador rural é, portanto, mais uma necessidade de reprodução material do que uma escolha ou um projeto de vida. Não é o definidor de sua identidade, *per se*. Essa complexificação da identidade e dos meios de vida dos atores que permeiam esse universo social aponta para um rural que é mais do que o exercício das atividades agrícolas, o trabalho no campo ou, recentemente, o trabalho em Suape. A vivência de suas experiências sociais está para além disso e se vincula também às questões simbólicas de representação desse espaço, e com as relações interpessoais ali travadas. Portanto, a intenção deste trabalho é investigar se as dimensões rurais dessa identidade permanecem quando se vai para Suape, visto que a mudança de trabalho não enterra uma história pregressa.

No espectro dessa discussão, a compreensão deste rural que emerge talvez resida no entrelaçamento sociológico de todas estas questões, e a discussão feita até aqui procurou arrolar fundamentos teóricos e discutir a formação sócio-histórica da Zona da Mata para que esse meandro de análise seja percorrido. Um rural que não é delimitado pelo espaço territorial, ou simplesmente social, mas que é atualizado nesses atores por meio de uma trajetória marcada por simbologias, ideias e manifestações culturais vivenciadas em suas experiências comuns de vida.

Agora, ouvida a teoria e ouvida a história, deve ser-lhes agregadas as narrativas do campo, ou seja, as facetas do que vi, ouvi e analisei acerca destes sujeitos rurais que estão ingressando em Suape e cujo *habitus* parece abarcar relações de trabalho diferenciadas, novos códigos de comportamento social, “novos” direitos trabalhistas e diferenciação entre os trabalhadores.

Cabe, agora, checar o que é Suape? Como está estruturado no que se refere a investimentos e defesa empresarial desse tipo de empreendimento? Esse encontro com esse espaço social diferenciado, ou melhor, com um campo com dinâmica própria, sinaliza mudanças em torno dos projetos de vida dos indivíduos do rural? Outrossim, isto tem promovido novas formas de enxergar o rural, sendo um momento fundamental de confrontação subjetiva, de afirmação de valores e percepções, e de fortalecimento/enfraquecimento dos seus laços sociais? E também: isso aponta para um processo consumado de abandono do trabalho na cana e das formas sociais que envolvem o engenho? Se sim ou se não, em quais sentidos? E ainda, em que medida e como isso se expressa em termos de identidade e conformação de trajetória dos trabalhadores?

São essas questões que busco tratar no próximo capítulo.

### 3 O PORTO DE SUAPE E A PRODUÇÃO CANAVIEIRA: CONTRADIÇÕES

O objetivo deste capítulo é compreender o que é o porto de Suape em termos de criação, investimentos e impactos gerados na economia do estado de Pernambuco. Além disso, em uma segunda parte da discussão, o foco se centraliza na percepção que alguns grupos locais possuem do porto e como se relacionam com ele, a saber: os sindicatos patronais da produção canavieira, os sindicatos dos trabalhadores rurais e o próprio estado de Pernambuco. Essa análise se revela fundamental, pois, somente assim, ter-se-á um escopo mais amplo de Suape e de como ele tem impactado a região do entorno da Zona da Mata e sua população rural. Para iniciar a discussão, portanto, faz-se necessário localizar o que é o porto de Suape.

O Complexo Industrial Portuário de Suape está localizado no município de Ipojuca que se situa na Região Metropolitana de Recife, com uma distância de 50 km da capital. Sua localização estratégica faz com que esteja mais próximo da Zona da Mata Sul, do que da cidade do Recife. Assim, Ipojuca dista aproximadamente 18 km do município de Escada, 27 km de Sirinhaém, 42 km de Rio Formoso e 50 km de Ribeirão, municípios alvo da pesquisa.

Na atualidade, o complexo é o principal centro industrial de Pernambuco. Com uma área de 13.500 hectares, o empreendimento agrega em toda a sua extensão um *mix* de indústrias e atividades portuárias, bem como uma área de preservação ecológica que corresponde a 59% do território (SUAPE, 2015b). Em seu espaço estão inseridas cerca de 100 empresas em operação, e outras 50 em fase de instalação. As empresas em atividade empregam 25 mil pessoas (empregos diretos), e mais de 40 mil já trabalharam na construção da refinaria Abreu e Lima (SUAPE, 2015a).

As principais empresas instaladas no porto são o Estaleiro Atlântico Sul (EAS) que, a despeito de já ter demitido cerca de 2,3 mil funcionários até meados de 2015, atualmente dispõem de um efetivo de 2,9 mil funcionários (JC-ONLINE, 2015). Há, ainda, a refinaria Abreu e Lima que após a conclusão dos empreendimentos gerará 1,5 mil empregos diretos e 130 mil indiretos (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014); a Petroquímica Suape e o Estaleiro Vard Promar, este inserido no porto mais recentemente.

Essa recomposição industrial da matriz produtiva de Pernambuco tem se revelado um novo momento na Região Metropolitana do Recife (RMR), sobretudo na Zona da Mata Sul, que tem sido a localidade que mais capta recursos e abre postos de emprego. Assim, tem-se

que no primeiro trimestre de 2015 a Mata Sul teve a maior parcela de investimentos dentre as demais regiões do estado, aproximadamente R\$ 63,5 milhões, enquanto a RMR teve uma ordem R\$ 40 milhões em investimentos. No mesmo trimestre, o emprego também foi maior na Mata Sul com 651 postos industriais abertos, contra 430 na RMR (PANORAMA, 2015, p. 15).

Em decorrência da proximidade com o porto a expectativa é que o cenário econômico da Zona da Mata Sul cresça ainda mais até 2030, isso porque, de acordo com o “*Novo Plano Diretor Suape 2030*”, lançado no ano de 2011, os municípios dessa região, inclusive os estudados neste trabalho, serão os maiores impactados com as ações de crescimento econômico previstas e que compreendem a criação de uma rede de distritos satélites, industriais e logísticos que darão suporte à empresas do Complexo de Suape (SUAPE, 2011).

De fato, a contribuição dos empreendimentos de Suape na economia pernambucana vem aumentando vertiginosamente nos últimos anos fazendo com que o PIB do estado em 2010 ficasse em torno de 9,9%, enquanto o restante do País estacionasse em 7,5%. Já no ano de 2014, mesmo com a queda da produção econômica brasileira, o PIB do estado foi de 2,0, enquanto a média nacional foi de 0,2. No tocante a isto, há ainda outro dado relevante sobre a participação industrial na composição do PIB do estado com um crescimento de 22% para 26%, e o total de indústrias instaladas nos últimos sete anos que saltou de 8.160 para 11.479, crescimento de 41% (PANORAMA, 2015, p. 4).

Os investimentos na infraestrutura e expansão do porto de Suape já superam a ordem de 40 bilhões de reais, e são de fundamental importância para que o mesmo consiga se manter entre os principais portos do País. Na realidade, o forte investimento em Suape é o trunfo utilizado pelo estado na alocação de mais indústrias para as suas dependências, que cada vez mais tem se concentrado no complexo portuário.

Desse modo, os principais atrativos do porto-indústria situam-se no volume de investimentos, na sua localização geográfica e na melhoria de sua infraestrutura. No tocante à localização, os argumentos dos agentes do estado apontam para a proximidade equivalente a um raio de até 800 km de distância de sete capitais do Nordeste – que possuem cinco aeroportos internacionais e dez nacionais, que engloba 90% do PIB nordestino e que é próxima das principais rotas marítimas do mundo com distância de nove dias de Rotterdam na Europa e sete dias de Nova York, por exemplo. No que diz respeito à estrutura, o discurso mobilizado ampara-se nos equipamentos de funcionamento do porto, tais como: capacidade de logística de 18,2 milhões de m<sup>2</sup>, 500 km de gasoduto instalado, infraestrutura rodoviária e

de funcionamento portuário, e a integração do porto com a ferrovia transnordestina, que após sua conclusão em 2018 ligará Pernambuco de leste a oeste e aos demais estados nordestinos<sup>15</sup>.

Os principais destinos das cargas que saem do porto são Argentina, Antilhas Holandesas, Itália, Espanha e Holanda. E as principais mercadorias exportadas possuem pouco valor agregado, como o açúcar, óleo combustível, óleo bruto de petróleo e óleo diesel. No tocante às importações, os principais países de onde se originam as cargas são a Argentina, México, Estados Unidos, Emirados Árabes e a China<sup>16</sup>.

### 3.1 O SURGIMENTO DO PORTO

Diante da dimensão que o Porto de Suape representa para a economia do estado de Pernambuco, a pergunta que surge é: quais os grupos de interesse que conceberam a construção do Complexo Industrial Portuário de Suape? E, ainda, quais foram os condicionantes históricos que levaram à sua criação? Por que Suape só se projeta enquanto um porto de porte nacional a partir dos anos 2000 e, mais especificamente, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014, p. 102), a despeito de ter sido criado na década de 1970? São questões que pretendo analisar nessa parte do texto.

Contudo, para iniciar as discussões, faz-se necessário esclarecer que Suape foi, e é, um sonho gestado e acalentado por várias gerações de elites empresariais, políticas e intelectuais pernambucanas, inclusive da elite rural. E isto, em parte, é evocado ao período colonial quando o estado estava inserido em importantes rotas de navegações comerciais.

A ligação de Pernambuco com as grandes navegações e sua inserção nas rotas do comércio marítimo remontam ao Brasil colônia. De fato, o surgimento de muitas vilas e cidades está relacionado à proximidade de um *forte* – podendo ser visto até hoje nas cidades litorâneas do País – ou mesmo de um *porto*, como foi o caso da cidade de Recife que se estabeleceu ao redor do centenário Porto do Recife.

Isso pode ser explicado na forma de organização da vida social e econômica do País, que por muito tempo se concentrou nas porções litorâneas (HOLANDA, 2011). Seguindo essa

---

<sup>15</sup> Dados disponíveis no *site* da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco: <<http://www.addiper.pe.gov.br/>>. Acesso em: 4 dez. 2015.

<sup>16</sup> Conforme notícia vinculada no *site* da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.sdec.pe.gov.br/noticias/suape-crece-mais-de-33-em-movimentacao-de-cargas/>>. Acesso em: 4 dez. 2015.

linha de raciocínio, Prado Jr. (2011) afirma que para o colonizador português habitar nas margens do oceano era um grande negócio, tendo em vista que facilitava o escoamento da produção do açúcar em decorrência da proximidade dos portos de exportação. Cita, ainda, uma interessante fala de um autor anônimo do *Roteiro do Maranhão* que analisava o período colonial, e que afirmava que:

O povoador, ou seja, agricultor, ou seja, comerciante, de nenhuma maneira estenderá povoamento, cultura e comércio para o interior do país, indo se estabelecer naqueles lugares dos quais, sendo conduzidas as produções aos portos (de exportação), não possam, com o valor que eles tiveram, pagar tanto o trabalho da aquisição (produção) como as despesas das conduções e transportes. Daqui se segue que o valor que tiveram nos portos respectivos às produções [...] será a regra que fixa o limite da extensão da povoação, cultura e comércio para o interior do país (ROTEIRO DO MARANHÃO *apud* PRADO JR., 2011, p. 138).

Logo, tem-se que a concepção e criação do porto de Suape estão ligadas a essa formação singular do território e da cultura brasileira. Digo isso, porque o lugar que hoje se localiza Suape foi um espaço amplamente utilizado no período colonial como um porto onde atracava uma diversidade de embarcações, mercadorias e pessoas escravizadas, e que escoava a produção de açúcar. De fato, o próprio nome Suape, que deriva do tupi guarani, remete aos próprios contornos geográficos e hidrográficos da região, com o significado de *caminhos sinuosos*<sup>17</sup>.

Sob esse aspecto, a figura abaixo, que data de 1634, período da dominação holandesa em Pernambuco, aponta para os mesmos contornos sinuosos de seus rios e ligação com o mar que o porto possui na atualidade, reforçando, assim, a ideia de vocação portuária da região tão disseminada pelas mídias e governo locais na tentativa de se justificar perante a sociedade esse dispendioso projeto:

---

<sup>17</sup> Informação disponível em: <http://www.lai.pe.gov.br/web/suape/institucional>. Acesso em: 17 out. 2016.

Figura 3 – *Cartien van de Cabo St. Augustin en 't Eijlandt nu genaemt Walcheren* / Localização do porto de Suape no período colonial



**Fonte:** Coleção do arquivo municipal da Biblioteca de Athenaeum, em Deventer – Holanda (livre de direitos autorais). Disponível em: <[http://www.stadsarchiefdeventer.nl/?sid=sab:dib\\_rep&pid=uuid:F9909825-D16B-E5D6-FEFD008074193803](http://www.stadsarchiefdeventer.nl/?sid=sab:dib_rep&pid=uuid:F9909825-D16B-E5D6-FEFD008074193803)>. Acesso em: 1 mar. 2015

A localidade, descrita na imagem como o atual município do Cabo de Santo Agostinho, corresponde ao que hoje se denomina *Porto de Suape* – situado entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Na imagem é possível perceber uma intensa movimentação de embarcações com a chegada e saída de frotas marítimas, e a presença de fortificações. Além disso, ainda se observa no seu lado direito a presença de uma igreja e de um pequeno povoado, com o desenho de pés de cana-de-açúcar por detrás.

O cenário contemplado nesta imagem aponta para o tipo de colonização brasileira do século XVII, que conjugava em um mesmo lugar o cultivo do açúcar, a presença da Igreja Católica e a proximidade de um porto para fins de exportação da mercadoria para o continente Europeu (PRADO Jr., 2011, 124-126).

Na atualidade, esta mesma estratégia de pensar o desenvolvimento socioespacial da localidade foi operacionalizada pelos grupos idealizadores do porto de Suape, e consistia, concretamente, em fazer ressurgir um porto capaz de escoar não apenas o açúcar, mas a produção das indústrias e empresas instaladas nas suas imediações. Assim, ao compararmos esta imagem do século XVII com uma imagem recente do porto, é possível perceber as similaridades com o seu formato atual, exceto pelas eventuais mudanças que foram feitas para se comportar as indústrias e o porto:

Foto 1 – Foto aérea da parte externa do Complexo Industrial Portuário de Suape, com o cais do porto, os berços de atracação e o canal de acesso



**Fonte:** Acervo do Porto de Suape. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/press/downloads.php?type=1>>. Acesso em: 5 dez. 2015

Analisar essas imagens se mostra relevante, pois nos permite compreender como a ideia de “vocação portuária” é criada pelos agentes para respaldar a dominação dos interesses de uma classe sobre outra, como ressalta Bourdieu (2008), ignorando as demandas e necessidades de sua população local que almejava outras saídas para os problemas econômicos e da produção açucareira do estado.

Nesse sentido, há de se ressaltar que por mais que o interesse de se criar um novo e moderno porto em Pernambuco tenha sido alvo de discussões desde meados do século XX, como uma possibilidade de complementação à monocultura canavieira, ele só vem se concretizar nas circunstâncias históricas em que o modelo tradicional do açúcar passa a ser questionado com mais veemência por parte dos agentes políticos mais progressistas e pelos

atores sociais locais como, por exemplo, as ligas camponesas<sup>18</sup> – que surgiram na Zona da Mata Norte e que contestavam os latifúndios do açúcar –, fazendo avançar, dessa forma, as discussões sobre a reforma agrária entre 1950-1960 como uma solução viável para o estado.

Contudo, a despeito de todas essas pressões sociais, e levando-se em conta a suposta “vocação histórica” do lugar apregoada por setores empresariais locais, entre 1960-1970 o projeto sai da abstração e se realiza como resposta e contenção dos ânimos dos setores mais populares. A saída aos problemas da estagnação econômica, concentração de terras, desemprego no campo e reivindicações por reforma agrária nas vastas terras em que se localiza o porto, foi o projeto de industrialização do estado. Podemos, portanto, elencar dentro do bojo de justificativas para a criação do porto de Suape uma série de ideias, estudos e pesquisas que foram mobilizados por determinados agentes para que este empreendimento pudesse ser concretizado. Assim, partindo da perspectiva Weberiana (1994) de que toda ação social possui um sentido visando um fim/objetivo específico, podemos postular que os agentes imbuídos da missão de criar Suape compilaram uma diversidade de explicações para alavancar os projetos, vendo neste empreendimento uma saída à crise social e econômica do estado.

Em tese de doutorado, Gumiero (2015) aponta que o início do projeto de criação de um porto-indústria em Pernambuco já remontava desde a década de 1950, quando a Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CODEPE) – agência de planejamento estadual, atualmente denominada de CONDEPE-FIDEM – coordenou uma série de estudos feitos por alguns pesquisadores com o objetivo de analisar os problemas econômicos e sociais que o estado vivenciava e quais as possíveis soluções a esses entraves. Um desses pesquisadores foi o economista e padre francês Lebret, que propunha, dentre outras coisas, a criação do porto de Suape e a construção de uma refinaria de petróleo, entre outras ações (GUMIERO, 2015, p. 133).

Sobre a diversificação das ideias de Lebret, Godoy (2014, p. 7-8) afirma que:

---

<sup>18</sup> As ligas camponesas foram criadas em 1955 pelos moradores do engenho Galileia da Zona da Mata Norte de Pernambuco, juntamente com o suporte do advogado e deputado Francisco Julião, tendo por objetivo unificar as demandas desses moradores em torno do direito de acesso à terra. Na década de 1930 o engenho Galileia, assim como outros engenhos de Pernambuco, era um engenho *fogo morto*, isso porque, em decorrência dos baixos preços do açúcar em vigor nesse período, seu proprietário passou a *forar* as suas terras aos moradores. Posteriormente, com a alta do preço do açúcar no período pós-guerra (1945), o proprietário do engenho resolveu expulsar esses moradores do engenho com a finalidade de expandir a área de plantação da cana-de-açúcar. Esses acontecimentos foram o estopim para que os moradores se unissem para reivindicar seus direitos e conquistar a posse da terra (ANDRADE, 2005).

Segundo Lebret, o futuro de Pernambuco deveria partir da criação de um polo industrial portuário na região de Cabo de Santo Agostinho, que concentrasse indústrias motrizes e, ao seu redor, empreendimentos de logística e indústrias subsidiárias e de serviços assessoriais. A ideia do clérigo envolvia a criação de uma refinaria de petróleo, de um grande estaleiro, de indústrias química, petroquímica, farmacêutica, siderúrgica, têxtil para tecidos de alta titulação, indústrias do setor metalmeccânico e automobilístico, assim como fábricas de cimento e borracha e um polo logístico e de distribuição de grãos e farinhas para toda a região. Ao redor destas, seriam estimuladas indústrias de bens duráveis e de consumo. Seria preciso, entretanto, reservar grandes terrenos ao redor do porto para a instalação das indústrias, assim como espaços verdes.

Contudo, apesar do estudo visionário de Lebret, são as conjunturas sociais, históricas e políticas que permitirão o prosseguimento das discussões sobre a viabilidade da implantação do porto nas imediações da praia de Suape, fazendo com que este surja a partir de um arranjo das elites pernambucanas – dos quais alguns dos idealizadores eram descendentes dos proprietários de engenhos – que, desiludida com as soluções apontadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para a Zona da Mata Sul<sup>19</sup>, optam por ações que fomentam o crescimento econômico da região, sem, contudo, afrontar o monopólio de suas terras.

Mas não apenas isso, há de se ressaltar que a conjuntura política da ditadura militar sob a liderança do governador Eraldo Gueiros foi fundamental para a implantação do porto. Isso porque, como Pernambuco encontrava-se paralisado em meio a constantes crises na área econômica e social, o regime militar, sob a presidência de Emílio Garrastazu Médici, volta seus olhos para o estado na tentativa de estabelecer um governo local pacificador que conseguisse conciliar os interesses dos diversos setores produtivos locais.

É nessas circunstâncias que Eraldo Gueiros lança a pedra fundamental do empreendimento que dará início à retomada do desenvolvimento econômico do estado. O porto/indústria só se torna viável, portanto, dentro de um contexto histórico-político do

---

<sup>19</sup> Em artigo publicado, Celso Furtado, idealizador da Sudene, discorre sobre as dificuldades de se pensar uma solução para a dominação da tradicional produção açucareira no Nordeste e em Pernambuco. As tentativas da Sudene de romper com o monopólio dos latifúndios ineficientes não prosperaram completamente, isso porque, nas suas palavras: “O controle da terra proporciona aos latifundiários o monopólio dos favores creditícios que os bancos oficiais põem à disposição da agricultura. Dessa forma, o crédito oficial consolida o latifúndio e os latifundiários impedem que os importantes recursos que dedica o governo ao financiamento agrícola possam ser utilizados para racionalizar a estrutura agrária” (FURTADO, 2014, p. 37).

regime militar em que os problemas nacionais foram enfrentados em termos de grandes projetos e concretizados a partir dos interesses de certos grupos sociais e instâncias de poder.

Dessa maneira, proponho aqui a ideia explicativa de que o surgimento do porto-indústria está diretamente vinculado a grupos de interesses dos setores políticos e econômicos, e não a uma demanda espontânea da sociedade pernambucana, ou mesmo a estudos e prognósticos acerca de sua viabilidade. Para isso, parto da narrativa que aponta as diversas discussões acaloradas que ocorriam em Pernambuco no final da década de 1960, fomentadas, sobretudo, por agentes econômicos, em consonância com o governo militar, que buscavam encontrar a solução ideal para a estagnação financeira do estado.

Um desses debates ocorreu no terraço da Usina Santo Inácio – localizada no município do Cabo de Santo Agostinho – reunindo um grupo de jovens, dentre eles Ayrton Cardoso, cuja família era dona de uma usina de cana-de-açúcar. A ideia levantada por eles para a solução da crise econômica e social que Pernambuco vivenciava desde meados de 1950, bem como das inconsistências do setor do açúcar, apontava para a criação de um porto-indústria nos moldes europeus. Dentre os integrantes do grupo também se encontrava o cientista de recursos marinhos, o almirante Paulo Moreira da Silva, que com sua expertise no assunto portuário “despertou” naqueles jovens a ideia de que não havia melhor lugar para a construção de um porto, que não fosse na região da praia de Suape:

O que julgávamos ser apenas um sonho, embalado nas “tertúlias” que Ayrton Cardoso promovia em torno da excelente mesa e da boa adega da Usina Santo Inácio poderia tornar-se real. Naquele momento tomamos a decisão de nos tornar uma “força tarefa” informal, com responsabilidades e atribuições para cada um dos cinco. Não haveria mais tempo para “jogar conversa fora”. Analisamos o que deveríamos fazer: conscientizar os formadores de opinião no estado, na região, no país e no exterior; mobilizar as forças produtoras, engajar a elite intelectual e acadêmica (...) para encontrar a nova “missão econômica” de Pernambuco (...) (GARCIA; MUSSALÉM, 2011, p. 26-27).

Munidos dessa “autointitulada” missão, o engajamento em torno da necessidade de se construir um porto – já amparado em estudos prévios, como o de Lebret, entre outros pesquisadores da CODEPE – deslanchou em Pernambuco, se tornando a bandeira de defesa de políticos, empresários e também da agroindústria açucareira.

Contudo, como apontaram Garcia e Mussalém (2011, p. 50), é com a conclusão do “relatório da Fundação dos Estudos do Mar<sup>20</sup>, sob o título ‘Um novo Porto para o Nordeste’, e sua entrega ao governador Eraldo Gueiros em abril de 1972”, que o processo de implantação do porto saiu da abstração para a realidade. Isso porque, o documento realizado sobre a viabilidade geográfica e ambiental era totalmente favorável à construção do porto e corroborava com o entendimento coletivo de que aquele era o lugar exato para construí-lo.

Sob esse aspecto, há de se considerar que o relatório de viabilidade técnica do porto de Suape encomendado pelo regime militar foi realizado por uma fundação – Estudos do Mar – que pertencia ao próprio Instituto de Pesquisas da Marinha. Essa proximidade entre os agentes interessados no empreendimento e àqueles responsáveis por conceder o parecer, possibilitou que a análise técnica do projeto fosse “totalmente favorável à construção de um porto industrial no estado e indicava Suape como o local ideal para sua instalação” (GARCIA; MUSSALÉM, p. 2011, p. 50). Ignorando-se, todavia, os questionamentos sobre a viabilidade ambiental e social do projeto.

Desconsiderando todas essas contradições e seguindo a orientação do relatório, o estado começa a idealizar esse novo porto semelhante aos de Marseilles-Fós, na França, e Kashima, no Japão, unindo em um mesmo espaço a indústria e o porto. Assim, em 1973 se inicia a realização do plano diretor que embasaria a construção e diretrizes do porto, e no ano de 1978, por meio da Lei Estadual nº 7.763, é criada a empresa estadual Suape que comandaria a supervisão das obras, bem como a execução dos projetos futuros (GARCIA; MUSSALÉM, 2011).

Entrementes, amparado na inviabilidade ambiental e social do projeto, o “sonho Suape” não foi generalizado na sociedade pernambucana. De fato, desde o início das obras houve uma série de resistências ao modelo de desenvolvimento almejado pelo estado, principalmente entre os pesquisadores ligados à Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco e Universidade Federal de Pernambuco, que viam na efetivação do porto um grande dano ambiental para o bioma da Mata Atlântica<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> O relatório da Fundação Estudos do Mar dirigido pelo almirante Pedro Moreira, “fazia uma extensa análise sobre o papel dos portos na economia mundial”, bem como “um estudo econômico sobre o Nordeste e a crise em que estava mergulhado por conta do modelo de economia adotado, o de *plantation* (...)” (GARCIA; MUSSALÉM, 2011, p. 50-51).

<sup>21</sup> Esse grupo de intelectuais, liderados pelo professor Clovis Cavalcanti, lançou um manifesto contra a continuidade das obras, mostrando as inconsistências e impactos ao meio ambiente que um porto desse porte poderia fomentar. Manifesto disponível em: <http://cloviscavalcanti.blogspot.com.br/p/manifesto-suape.html>. Acesso em: 4 dez. 2015.

Outros questionamentos ao “projeto Suape” relacionam-se às desapropriações ilegais que foram efetivadas contra dezenas de famílias que viviam no seu entorno e que foram forçadas a sair de seu lugar de vida: famílias de pescadores, pequenos agricultores e extrativistas. Com respeito a isso, um dos casos mais emblemáticos foi a compra feita pela empresa estadual Suape de terras do INCRA destinadas à reforma agrária que, ao invés de serem repassadas aos antigos moradores do engenho desapropriado, foram compradas pelo estado de Pernambuco e, posteriormente, entregues às empresas que almejavam se instalar no complexo.

Sob esse aspecto, uma moção de repúdio publicada no XVII Encontro Nacional de Geógrafos alerta sobre essa retomada de terras dos moradores de diversos engenhos por parte do porto de Suape:

Repudiamos a forma como ocorreu o repasse das terras do Engenho do Tiriri, no município de Cabo de Santo Agostinho, para Suape/Governo do Estado de Pernambuco. O processo teve início em 1964 com um decreto presidencial tornando a área de interesse social para fins de reforma agrária incorporada ao patrimônio do INCRA. Ao longo dos anos, o IBRA (atual INCRA) realizou diversos contratos de comodato com a Cooperativa de Tiriri com uma cláusula resolutiva expressa em que, caso estas terras não fossem repassadas aos cooperados em lotes de 10 ha, haveria o cancelamento do contrato. A direção da Cooperativa Tiriri não repassou os 10 ha aos cooperados e vendeu ao Governo do Estado/Suape. Assim apoiamos o ‘Declaratório de Nulidade’ e o cancelamento imediato das arbitrárias e ilegais desapropriações ocorridas (Entrevista especial com Heitor Costa, *Site* de notícias UFPE, 2012)<sup>22</sup>.

Tendo por pano de fundo esse cenário controverso com seus diversos agentes e interesses singulares, lanço mão do pensamento furtadiano sobre os interesses da classe dominante e seus mecanismos de impor suas vontades sobre o Estado e a população de uma forma geral. Na sua análise, Furtado aponta que a imbricada relação que possuem com os setores da política e do legislativo os auxiliam a perpetuar seus ideais, modelos de negócios e domínio territorial:

(...) O processo político tende a realizar-se essencialmente à base de compromissos táticos. Os grupos industriais e profissionais se aliam ao setor latifundiário para barrar o acesso dos populistas a certas posições. Outras vezes, a aliança é feita com os populistas para vulnerar uma posição dos grupos tradicionalistas (...). De maneira geral, o sistema de dominação de

<sup>22</sup> Disponível em:

<[https://www.ufpe.br/agencia/clipping/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7159:complexo-industrial-de-suape-os-limites-do-desenvolvimento&catid=284&Itemid=243](https://www.ufpe.br/agencia/clipping/index.php?option=com_content&view=article&id=7159:complexo-industrial-de-suape-os-limites-do-desenvolvimento&catid=284&Itemid=243)>. Acesso em: 21 nov. 2016.

base agrária mantém sob seu controle grande parte das autoridades locais e os órgãos legislativos (FURTADO, 2014, p. 32-33).

Destarte, a despeito de todas as críticas o Porto de Suape se estabelece e, mesmo que nos anos seguintes não conseguisse se sobressair ao marasmo econômico do estado, em decorrência do pouco investimento que havia recebido até então, o porto cria raízes e se prepara para o período posterior de crescimento nos anos 2000.

### 3.2 A ASCENSÃO DO PORTO DE SUAPE A PARTIR DOS ANOS 2000

Apesar de o complexo portuário ter sido projetado e construído nas décadas de 1960 e 1970, pode-se dizer que 1980 foi uma década perdida para o avanço das obras portuárias e que, paralelamente, os anos de 1990 também podem ser descritos como um momento em que Suape “andou na marcha lenta” (ALVES, 2011, p. 120).

Esses impasses na projeção do porto tanto no cenário local, regional e nacional, podem ser analisados a partir de uma conjuntura que envolve três fatores: o primeiro refere-se ao cenário de pouco crescimento da economia do País frente às crises mundiais, o segundo está relacionado à estagnação econômica do Nordeste e de Pernambuco, e, o terceiro pode ser descrito a partir da complexa relação de forças de determinados grupos sociais.

As décadas de 1970 e 1980 foram anos difíceis na economia mundial. Devastados pela crise do petróleo e pela reestruturação econômica de um mundo, agora, pós-fordista, muitos países entraram em um longo período de recessão, com perdas dos ganhos sociais e econômicos dos períodos anteriores (HARVEY, 2011, p. 140).

As consequências dessas mudanças, na forma de produção, puderam ser percebidas não apenas nos países das economias centrais, mas, sobretudo, em maior intensidade nas economias periféricas, mais vulneráveis às instabilidades do mercado. No caso do Brasil, Vêras de Oliveira (2014, p. 82-83) afirma que:

A crise econômica e a adoção de uma política recessiva, no início dos anos 1980, sustaram o crescimento econômico brasileiro. Para Pochmann (2008), uma situação de semiestagnação foi acompanhada por mudanças no papel do Estado, o qual abriu mão de patrocinar políticas nacionais e de planejamento. Nos anos 1990, uma associação entre políticas econômicas de viés neoliberal e a intensificação dos processos de reestruturação produtiva, responsáveis pela incorporação de inovações tecnológicas e gerenciais, produziram uma generalizada crise do emprego no País (...).

Como aponta Santos (2011), essas transformações desestruturadas atuantes nos Estados nacionais, e especificamente no estado brasileiro, foram baseadas na receita neoliberal que exigia – e ainda exige –, primordialmente, como saída às crises econômicas que:

As economias nacionais devem abrir-se ao mercado mundial e os preços domésticos devem tendencialmente adequar-se aos preços internacionais; deve ser dada prioridade à economia de exportação; as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução da inflação e da dívida pública e para a vigilância sobre a balança de pagamentos; os direitos de propriedade privada devem ser claros e invioláveis; o setor empresarial do Estado deve ser privatizado; a tomada de decisão privada, apoiada por preços estáveis, deve ditar os padrões nacionais de especialização; a mobilidade dos recursos, dos investimentos e dos lucros; a regulação estatal da economia deve ser mínima (...) (SANTOS, 2011, p. 29-30).

As implicações dessas demandas do cenário mundial desdobraram-se no cenário nacional acarretando num enxugamento do Estado brasileiro, gerando, com isso, a diminuição de investimentos em projetos estruturadores, como era o caso do Porto de Suape em Pernambuco. Os investimentos em Suape diminuíram a ponto da própria obra de estruturação do porto ter ficado comprometida. Nesse sentido, a análise feita por Alves (2011, p. 120) aponta que:

O Estado brasileiro perdeu quase que totalmente a capacidade de manter o crescimento do modelo de substituição de importações e o setor privado sozinho não conseguia financiar o crescimento econômico. Esse quadro de crise fiscal vai levar a que o sistema portuário nacional, especialmente os portos estatais por onde é movimentada a quase totalidade da carga geral, de maior valor agregado, a uma crise de letargia onde se presencia, por um período de 12 anos iniciados em 1980, queda sucessiva dos investimentos com recursos da União, agravando sobremaneira os problemas estruturais do setor (ALBAN, 2002), com consequência direta para o porto de Suape, que teve seu processo de construção iniciado em ritmo de “marcha lenta”, não conseguindo, por mais de uma década, concluir sua infraestrutura necessária à atração dos grandes empreendimentos estruturadores.

Para se ter uma visão mais ampla de como o porto ficou estagnado por todo esse período, vale a pena lançar mão dos dados da administração portuária que mostram que somente a partir dos anos 2000, e principalmente a partir de 2007, é que o porto recebe maiores investimentos. Assim, se desde a sua criação os recursos recebidos eram de cerca de R\$ 643 milhões, entre 2007 e 2010 o valor de recursos repassados somam R\$ 710 milhões

(SUAPE, 2011, p. 11). Em um curto período de tempo, apenas três anos, o porto recebeu mais do que em todos os anos anteriores.

Em um momento de poucos recursos disponíveis a saída encontrada pelos governos de Pernambuco – tendo em perspectiva que não havia possibilidades de investimentos nem por parte do governo, nem do empresariado –, foi a guerra fiscal. Esse mecanismo de isenção de impostos foi bastante utilizado na atração de indústrias para o complexo de Suape e para todo o estado.

Se nas décadas de 1960-1980 a atração de indústrias para o Nordeste se deu, em grande medida, pelas ações orquestradas pela Sudene, na década de 1990 a forma de atração de empresas se deu sobremaneira pela intensificação de “conflitos” federativos visando a alocação das mesmas. Essas ações foram características não apenas dos estados do Nordeste, mas do restante das unidades federativas de uma forma geral, como salienta Vêras de Oliveira (2014).

No tocante a Pernambuco, no final da década de 1990 e início dos anos 2000 foi criada uma diversidade de programas de incentivos fiscais para atrair e manter os investimentos industriais no estado. Destes, os principais para a consolidação das indústrias dentro do complexo de Suape, bem como no seu entorno, foram: a criação do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (PRODEPE) em 1999; os incentivos de ICMS via o Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco (PRODINPE) em 2004; e, por último, o Programa de Estímulo à Atividade Portuária, de 2009.

O PRODEPE foi fundamental para a permanência de incentivos a setores estratégicos, como o industrial, central de distribuição e importador atacadista, atuantes nas empresas de Suape e de seu entorno. O crédito presumido aplicado sobre o saldo devedor do ICMS normal atua na margem de 75% a 95%, cujo valor aplicado é de acordo com a localização do empreendimento. Assim, em Pernambuco: na “Região Metropolitana do Recife – RMR, (...) é adotado o percentual de 75%; Zona da Mata, o percentual adotado é de 85%; na Zona do Agreste, o percentual é de 90%; no Sertão, o percentual é de 95%” (ADDIPER, 2015). A lógica da distribuição de incentivos visava desenvolver as localidades mais distantes e menos integradas à RMR.

Já os incentivos do PRODINPE e do Programa de Estímulo à atividade Portuária foram vitais para o nascimento e a manutenção da indústria naval em Pernambuco. A oferta dessas políticas de isenção fiscal fez com que a instalação no porto se tornasse uma vantagem

competitiva para as empresas, pois atrelado a todos esses incentivos estaduais havia ainda os que eram concedidos pelo governo federal através da Sudene:

Reduções de 75% nos impostos federais (Sudene), de até 50% nos municipais e programas estaduais, como o Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco (Prodinpe) e o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe), objetivam o estímulo à geração de empregos e o incremento da economia regional (SUAPE, 2015c).

Logo, se em meados dos anos 2000 os investimentos no porto se intensificam, é somente a partir de 2007 que este recebe os maiores aportes financeiros em decorrência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Desse modo, os recursos advindos do PAC, aliados a uma decisão política dos governos Lula e Eduardo Campos de trazer grandes empresas/indústrias para o porto, somados às conjunturas nacionais e locais favoráveis, concedem aos empreendimentos do complexo um outro patamar (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013; 2014).

Criado no segundo mandato do presidente Lula, o PAC marca a retomada do desenvolvimento e planejamento das grandes obras públicas com um eixo de atuação voltado para questões estruturadoras como: infraestrutura social, urbana, logística e energética. O volume de recursos empenhados nos quatro primeiros anos do PAC colaborou com um salto nos investimentos públicos brasileiros de 1,62% do PIB em 2006, para 3,27% em 2010<sup>23</sup>, beneficiando, assim, o crescimento de Suape, sobretudo após a chegada da refinaria Abreu e Lima em 2005 e da instalação do Estaleiro Atlântico Sul em 2008.

No tocante à recente projeção do porto vale destacar o considerável “apoio” vindo dos proprietários de engenhos e usinas. Sobre esse aspecto, saliento, ainda, que no decorrer dos anos o papel desempenhado por parte da elite sucroalcooleira no tocante ao porto nunca foi de total oposição ou aceitação, pois seu posicionamento dependia de as circunstâncias serem favoráveis ou não aos negócios. Isto é, o interesse por Suape aumentava na proporção que o setor da cana passava por retração, ou, ao contrário, se havia um ambiente favorável de negociação com as empresas do porto, como a venda de suas terras para a instalação de empresas/indústrias, por exemplo, ou na construção de parcerias para o escoamento da produção do açúcar da região.

---

<sup>23</sup> Dados disponíveis no *site* do PAC. Ver em: <<http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

Sobre esse aspecto, dados coletados na pesquisa de campo, mas também veiculados nas mídias locais<sup>24</sup>, apontam que parte dos empreendimentos que se fixaram em Suape foi feita em terras que pertenciam a engenhos de açúcar. Com efeito, nas entrevistas realizadas nos sindicatos dos produtores de cana e dos donos de usinas ficou evidente que essas transações realmente ocorreram, mas só quando o valor do m<sup>2</sup> se mostrava rentável para os proprietários. Tem-se, então, que a implementação do complexo de Suape na Zona da Mata Sul só foi possível mediante uma série de acordos, ainda que não explícitos, entre a elite agrária e o Estado. Isso porque os donos de engenhos/usinas e o Estado eram os proprietários das terras onde hoje se encontra o porto.

No que diz respeito às atuais parcerias vantajosas estabelecidas com o Porto de Suape para o escoamento da produção do açúcar, a construção de um novo terminal açucareiro tem se mostrado a mais recente empreitada dos donos de usina junto à administração do complexo.

O delineamento da construção de um terminal açucareiro em Suape ganhou seus primeiros contornos no ano de 2007 – período de grandes investimentos do PAC em Pernambuco – quando uma parceria entre o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool (SINDAÇÚCAR) e a empresa Odebrecht, juntamente com a Agrovía – que juntas administram o empreendimento –, firmaram acordo de execução do projeto. Diferentemente do terminal açucareiro do antigo Porto do Recife que movimenta apenas o açúcar VHP<sup>25</sup> e o Demerara na modalidade a granel – que são refinados no exterior –, no novo terminal de Suape, que começou a operar em setembro de 2016, o foco vai ser a exportação de açúcar refinado por possuir maior valor agregado e, também, por sair ensacado do porto para as rotas comerciais.

As vantagens para os usineiros exportarem seus produtos por meio de um porto próximo aos empreendimentos são muitas, das quais se destacam: a eficiência da exportação do açúcar que antes demorava 15 dias para embarcar, e agora será de 5 dias; a possibilidade do novo terminal exportar os produtos açucareiros dos estados vizinhos Rio Grande do Norte,

---

<sup>24</sup> Site de notícias locais veiculavam essas informações de venda de engenhos e usinas para Suape. Dados disponíveis em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2014/04/19/usinas-enfrentam-crise-abandonando-o-acucar-para-vender-terrenos-125560.php>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

<sup>25</sup> A sigla vem do inglês e significa “*Very High Polarization*” (polarização muito alta). É um açúcar bruto utilizado como matéria-prima na produção de açúcar refinado. Este tipo de açúcar ainda é a base da exportação pernambucana. Com a instalação do terminal açucareiro de Suape os usineiros querem mudar essa realidade.

Paraíba e Alagoas, bem como a boa localização do porto, próximo das principais capitais do Nordeste (SINDAÇÚCAR, 2015).

Para fins de comparação ressalta-se que a capacidade do Porto do Recife é de 170 mil toneladas e movimenta por ano/safra entre 500 mil e 700 mil toneladas. Já em Suape, o terminal terá capacidade de movimentar 750 mil toneladas de açúcar por ano podendo expandir a produção e travar parcerias com outras nações, além das que já são atendidas, como o norte da África, Mediterrâneo, Oriente Médio/Ásia, Europa, América do Norte, Austrália e Tailândia<sup>26</sup>.

Fora a construção desse terminal açucareiro, também há a perspectiva do setor com a finalização e operacionalização da refinaria da Petrobras Abreu e Lima no porto de Suape. Sob esse aspecto, em reportagem do ano de 2005 publicada no *site* do SINDAÇÚCAR – período das conjecturas em torno da construção da refinaria em Pernambuco –, o então, e ainda atual, presidente da entidade afirmou que:

A notícia da implantação da Refinaria General Abreu e Lima suscita a esperança de uma nova era de desenvolvimento para Pernambuco. De fato, os investimentos destinados a esse empreendimento, da ordem de mais de 2,5 bilhões de dólares norte-americanos, durante os próximos quatro anos, acarretarão geração direta e indireta de mais de 25.000 empregos, além da refinação, destilação e craqueamento de óleos oriundos de Marlim, em Campos – RJ, e da região venezuelana de Orenoco. Assim, Pernambuco ingressará no século XXI dando, mais uma vez, sua contribuição à solução de nossa equação energética. O etanol anidro que tem como matéria-prima nossa cana-de-açúcar, com graduação superior a 99° GL (*Gay Lussac*), é produto limpo e renovável que será adicionado, pela lei brasileira, em percentual de 25% + ou – 1% à gasolina a ser produzida em Suape, conforme ocorre em outras refinarias do País. (...). Pernambuco contará com um diferencial importante no entorno de sua refinaria: um polo sucroalcoquímico suscetível de viabilizar a mistura de gasolina e etanol anidro, bem como de etanol, óleo vegetal e diesel no caso do Biodiesel, tornando ambientalmente mais adequados os produtos que têm origem no petróleo (Renato Augusto, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Pernambuco – SINDAÇÚCAR, 2005)<sup>27</sup>.

Em meio a essas negociações todos saíram ganhando, desde o setor sucroalcooleiro ao governo do estado de Pernambuco, exceto sua população rural historicamente alijada do acesso à terra. Isso porque, a despeito do avanço do complexo de Suape, não houve por parte

---

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/09/25/terminal-acucareiro-vai-comecar-a-funcionar-em-suape-para-exportacao-254227.php>>. Acesso em: 19 out. 2016.

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://www.sindacucar.com.br/arquivos/artigos/artigo31.html>>. Acessado em: 19 out. 2016.

do Estado a construção de ações que concedessem aos trabalhadores rurais possibilidades de reconstruírem sua história nessa região. O resultado disso foi uma transferência massiva dos trabalhadores rurais dos canaviais para o porto a fim de encontrarem melhores condições de vida. É o que mostra o debate a seguir.

### 3.3 OLHARES ATUAIS SOBRE SUAPE: A VISÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS, DA ELITE RURAL E DO ESTADO

#### 3.3.1 OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS E O PORTO

O complexo de Suape se configura como um espaço em disputa cuja avaliação que se faz sobre a sua presença pode ser positiva ou negativa, e vai depender da posição ocupada pelos agentes. Mas, de uma forma geral, pode-se afirmar que a construção de um imaginário positivo está relacionada à possibilidade de benefícios e vantagens que os agentes envolvidos podem tirar dos novos empreendimentos.

Nas entrevistas realizadas entre os presidentes dos sindicatos rurais (STRs), pode-se perceber que possuíam uma visão similar acerca das mudanças que têm ocorrido na Zona da Mata Sul. A principal avaliação positiva relacionada a Suape está vinculada à dinamização das atividades produtivas que o complexo trouxe para as cidades da região contribuindo, com isso, para a quebra de monopólio dos donos de engenho no tocante à oferta de emprego.

No que tange às eventuais discordâncias com a presença do porto, os receios envolviam desde os impactos sociais gerados por Suape nos municípios (com o aumento da prostituição, drogas e violência), passando pelos impactos socioambientais e, por fim, econômicos.

Nesse último quesito, a justificativa dada era uma certa preocupação com relação ao futuro dos trabalhadores que deixavam a cana por Suape, ou seja, “trocavam o certo pelo duvidoso” sem saber o que lhes aguardaria após a contratação de empregos diminuir ou se estabilizar. Esse receio dos sindicalistas baseava-se na constatação de que os trabalhadores que iam para o porto eram automaticamente desligados das regras que regiam a aposentadoria dos trabalhadores rurais, passando a vigorar em seu lugar “as regras mais duras da cidade”.

Outra questão negativa apontada é que a presença do porto de Suape como um atrativo para a mão de obra local também se mostrava um problema na arrecadação das contribuições dos sindicatos rurais, visto que diminuía a filiação de trabalhadores rurais nos períodos que as

empresas do porto aumentavam a contratação, principalmente nos municípios mais próximos a ele.

De forma geral, os entrevistados mencionaram que é a partir de 2005 que o movimento sindical começa a passar por crises na representação sindical e na diminuição da arrecadação de contribuição dos afiliados, e isso por causa de fatores diversos, tais como: aposentadoria de trabalhadores rurais, o crescente apelo turístico das praias da Zona da Mata Sul que tem levado alguns trabalhadores rurais para o trabalho nos hotéis, bares e restaurantes da região e, principalmente, a queda da produção do açúcar em Pernambuco que ocasionou no fechamento de diversas usinas. Como elemento novo nesse cenário emblemático surge o Porto de Suape, que também contribuiu com o pessimismo vivenciado pelos sindicatos rurais:

Um dos lados negativos é que nós tínhamos 10 mil associados e hoje o sindicato tá quase fechando as portas porque não tem mais trabalhador rural. Porque o trabalhador rural quando trabalha aqui no campo ele contribui com a gente aqui, e na medida em que ele vai pra outra empresa (no complexo de Suape) ele não vai mais ficar como trabalhador rural porque a categoria dele vai ser outra. Aí eles se desligam daqui. Hoje só temos aproximadamente 1.500 trabalhadores fichados associados ao sindicato, em três empresas (usinas): temos alguns engenhos da usina trapiche, alguns engenhos da Usina Salgado, e outros engenhos da usina Ipojuca (Maria, Sindicato Rural de Ipojuca, dez. de 2014).

A baixa na contribuição no sindicato de Ipojuca, de 10 mil associados para 1.500 trabalhadores sindicalizados, ocorreu em decorrência de vários fatores – conforme mencionado acima. Mas o que há de novo, e que causa certa estranheza na sua direção, é perceber que esta saída dos trabalhadores da cana sinaliza um movimento diferente e que “ninguém sabe ao certo onde vai dar”. De fato, a impressão que se tem é que há mais dúvidas do que certezas sobre o que tem acontecido. Desta forma, a entrevistada Maria afirma que:

Foi um impacto muito grande na arrecadação do sindicato com a chegada de Suape e esse complexo. Percebo essa mudança na quantidade de trabalhadores sindicalizados diminuindo a cada dia que passa. Se não agirmos com mais força, corremos o risco de fechar as portas (Maria, Sindicato Rural de Ipojuca, dez. de 2014).

A fim de exemplificar essa diminuição do trabalho na cana e aumento do trabalho industrial na região da pesquisa, dados do Ministério do Trabalho no tocante à Relação Anual de Informações Sociais/RAIS que comparam o ano de 2013 (quando a pesquisa de doutorado se iniciou) – e que ainda era o auge da oferta de empregos em Suape –, com o ano de 2014 no

município de Ipojuca – início do declínio do setor industrial/portuário principalmente por causa de uma crise econômica instalada no País e do envolvimento das empresas que atuavam no porto em escândalos de corrupção –, evidenciam a queda da oferta de empregos:

Quadro 1 – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Município de Ipojuca 2014

Número de empregos ativos em 31/12 por setor				
IBGE – Setor	Ano			
	2014	2013	Var. abs.	Var. rel. (%)
<b>1 – Extrativa mineral</b>	62	66	-4	-6,06
<b>2 – Indústria de transformação</b>	13.835	19.789	-5.954	-30,09
<b>3 – Serviços industriais de utilidade pública</b>	23	35	-12	-34,29
<b>4 – Construção civil</b>	10.747	24.862	-14.115	-56,77
<b>5 – Comércio</b>	3.982	3.801	181	4,76
<b>6 – Serviços</b>	11.320	16.576	-5.256	-31,71
<b>7 – Administração pública</b>	4.604	4.742	-138	-2,91
<b>8 – Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</b>	1.071	1.029	42	4,08
<b>Total</b>	45.644	70.900	-25.256	-35,62

**Fonte:** Ministério do Trabalho e Emprego. Dados Nacionais. RAIS 2014. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/portal-mte/rais/#2>>. Acesso em: 19 out. 2016

O quadro acima aponta não somente para a área de construção civil, que atuava majoritariamente em Suape e teve uma queda na oferta de emprego, mas também para a indústria de transformação que se baseia sobretudo nas usinas de cana-de-açúcar. Esses dados demonstram como o setor do açúcar esteve suscetível às mudanças externas e da própria região, como relatado nas falas dos líderes sindicais do campo, assim como o último ano de crescimento mais acentuado do setor de construção civil.

Sob esse aspecto, vale destacar que o sindicato dos trabalhadores rurais de Rio Formoso – assim como os demais sindicatos rurais da Zona da Mata Sul – também compartilhou a experiência de diminuição da arrecadação sindical e do número de filiados em decorrência da pouca oferta de emprego. Se nos tempos áureos da década de 1970, em decorrência das intensas lutas pela formalização da mão de obra no campo, chegaram a ter 250 mil sindicalizados, na década de 1990 este número começou a diminuir.

Foram diversos os fatores que contribuíram para tamanha perda, dentre os quais se destacam a aposentadoria dos trabalhadores rurais e o sucesso da reforma agrária realizada no município de Rio Formoso na década de 1990, que conseguiu assentar dezenas de famílias (L'ESTOILE; SIGAUD, 2006). Assim, o presidente do sindicato aponta que:

Essa diminuição começou a ficar mais intensa de uns 10 anos pra cá. Hoje temos somente uns 3 mil filiados. A diminuição foi por conta do fracasso das empresas (sucroalcooleiras) competirem no mercado nacional. Teve também o fator Suape, que atraiu muita mão de obra do campo (Paulo, Sindicato dos trabalhadores Rurais de Rio Formoso, jan. de 2015).

Como mecanismo de aumento da arrecadação – e visando dar conta da própria sobrevivência dos sindicatos rurais –, os entrevistados apontaram que a saída tem sido cadastrar as famílias agricultoras existentes, incluindo também os filhos maiores de 16 anos, para participarem do processo de contribuição sindical. Essa estratégia visa ampliar a influência dos STRs entre os agricultores familiares, visto que ao ser reconhecidos como categoria sindical desde 2015, a partir da reedição da portaria 326, eles podem se organizar em sindicatos distintos escolhendo, dessa forma, quem os representará<sup>28</sup>.

No que diz respeito à influência de Suape na região e os impactos provocados no sindicalismo rural, destaco aqui que, apesar de verem com receio o avanço dos projetos de Suape, os entrevistados compactuam a ideia de que o trabalhador que vai para o complexo portuário não tem, *a priori*, interesse em voltar para o campo (cana-de-açúcar) visto ter provado as *regalias*<sup>29</sup> do emprego industrial. Ainda que nem todos consigam se inserir por causa da pouca qualificação ou em decorrência das contratações terem diminuído, os que tiverem condições de se manter em Suape, na percepção deles, não voltarão para os “domínios da cana”:

O jovem que sai e prova das *regalias* de Suape não quer mais voltar. Então os jovens de uma certa forma têm razão pois trabalham limpinho, têm o carro (ônibus da empresa) na porta, têm as *vantagens*<sup>30</sup> (...). Quem é que quer voltar pra dentro da palha da cana minha filha? É bem difícil. Então essa é a dificuldade que eu vejo (Maria, Sindicato Rural de Ipojuca, dez. de 2014).

Com relação ao que seriam as vantagens que a fala da Maria expressa acima, estas podem ser descritas como um conjunto de benefícios trabalhistas – compreendendo plano de saúde, cartão alimentação, transporte com ar-condicionado, farda limpa, horário de trabalho

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www.cut.org.br/noticias/ministerio-reconhece-agricultura-familiar-como-categoria-445b/>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

<sup>29</sup> Termo utilizado pelos entrevistados que visa comparar o trabalho em Suape com o da cana. Quando comparado com a dureza do trabalho nos canaviais, o emprego em Suape é visto como uma regalia.

<sup>30</sup> A vantagem é um termo que se refere aos benefícios trabalhistas, para além daquilo que se tem no trabalho nos canaviais.

fixo e trabalho com pausas para o descanso – o oposto do trabalho na cana, cujo único direito adquirido é o salário mensal.

Na análise dos sindicatos, foi a própria inabilidade das usinas em inovar na produção e na valorização de seus trabalhadores que contribuiu para o afastamento dos moradores dos engenhos do trabalho nos canaviais. Assim, na primeira oportunidade surgida com o porto de Suape esses trabalhadores migraram para os empregos ofertados lá, dada a precariedade do trabalho nos canaviais.

Contudo, para a classe usineira a explicação para a fuga dos trabalhadores em massa para Suape não tem ligação com o modo de trabalho no campo ou mesmo com a baixa remuneração salarial. O que parece ocorrer é justamente o contrário. Digo melhor: não é que os proprietários de engenhos e usineiros não queiram mudar a cultura do trabalho no campo; o que há, de fato, é que estes possuem uma visão diferenciada do que se entende por benefícios trabalhistas. Para a elite rural analisada, o salário é o grande benefício que recebem. Seguindo essa concepção, o representante do Sindicato dos Cultivadores de cana-de-açúcar no Estado de Pernambuco – SINDICAPE afirmou que:

O que dificulta nossa produção são os encargos com a mão de obra. É muita lei, são muitos benefícios para os trabalhadores. Esses deputados para agradar o povo criam leis que não podemos arcar. É muito pesada a legislação trabalhista no Brasil. Agora temos até que dar um lugar na sombra para os trabalhadores descansarem! Onde já se viu isso?!!! É normal trabalhar no sol! Mas agora temos de dar a sombra para eles também. É por isso que estamos ruins no setor (...). A legislação trabalhista é horrorosa, por isso que só existe no Brasil. Na China não é assim não, é por isso que eles são competitivos. Lá tem de trabalhar e não tem isso de muita lei protegendo o trabalhador não! (Representante do SINDICAPE, Recife, dez. de 2014)<sup>31</sup>.

A forma com que se referem aos trabalhadores rurais, bem como o discurso sem compromisso que assumem acerca do universo dos direitos trabalhistas no campo, aponta para a assimetria de poder entre eles. Isso demonstra como a permanência de relações sociais desiguais na Zona da Mata Sul tem ligação direta com a igualdade de tratamento estabelecida entre os *campos* político e empresarial sucroalcooleiro. Estes, com a anuência daqueles, perpetuam na região uma visão anacrônica do trabalho e do trabalhador rural, em que nem os

---

<sup>31</sup> Os representantes dos sindicatos patronais entrevistados não terão seus nomes revelados neste trabalho, por faltar autorização para isto.

avanços dos projetos portuários, nem a reivindicação dos trabalhadores e os problemas surgidos no mundo do trabalho dos canaviais, parecem os incomodar.

### 3.3.2 A ELITE RURAL, O ESTADO E O PORTO

Juntamente com os receios dos sindicatos rurais (STRs), os representantes do governo estadual e dos sindicatos patronais também demonstraram certa “preocupação” com o futuro da Zona da Mata Sul, só que em outros aspectos.

No tocante ao Estado, se por um lado enxerga Suape como uma alternativa à dependência da cana, por outro demonstra preocupação se o setor do açúcar se manterá competitivo diante da produção em outras regiões do País, bem como se resistirá ao assédio que suas terras sofrem pelas empresas que se instalam nas proximidades. Isso decorre da constatação de que a produção canavieira ainda ocupa uma posição de destaque na composição do Produto Interno Bruto (PIB) estadual no qual, dentre os 21 setores com maior participação econômica, figura entre os seis mais expressivos de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE-FIDEM)<sup>32</sup>. Além disso, o açúcar é responsável por 40% da pauta de exportações totais no estado.

São amparados nesses dados que o setor canavieiro – representado sobretudo nas posições do senhor Renato Augusto Pontes Cunha, seu mais proeminente membro com trânsito nos jornais locais – se posiciona de forma ativa a fim de costurar uma coesão em torno da temática da cana-de-açúcar e sua aceitabilidade perante a sociedade mostrando, através de vários mecanismos argumentativos, que a produção da cana não apenas é merecedora de ter uma atenção especial do estado como também é um bem cultural imaterial que pertence aos pernambucanos.

Como um tipo de “agente espiritual”, Renato Cunha, formado em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e com mestrado profissional em economia pela

---

<sup>32</sup> Disponível em:

<[http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao\\_formato2.aspx?codFormatacao=1569&CodInformacao=1300&Cod=3](http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=1569&CodInformacao=1300&Cod=3)>. Acesso em: 23 out. 2016.

mesma instituição, exerce desde 1999 o cargo de diretor do SINDAÇÚCAR<sup>33</sup> e se apresenta com certa regularidade na sociedade expressando como o setor percebe o estado e sua população. Assim, ao se pronunciar em um meio de comunicação impresso<sup>34</sup> sobre a importância da manutenção da cana-de-açúcar no Nordeste e da necessidade da ajuda do Governo Federal na concessão de benefícios para a categoria, apela não apenas para questões econômicas ou de inovações no processo produtivo, mas também para a “questão social do empreendimento” como uma forma de sensibilizar a opinião pública:

Portanto, o que o segmento almeja do governo federal são regras previsíveis vis-à-vis mecanismos instáveis dos preços finais da gasolina que, ora são parametrizados artificialmente, impondo-se perigosa perda de competitividade a um gerador respeitado de empregos no campo, que evita êxodo desordenado para as grandes cidades, hidratando com renda e tributos inúmeros municípios do País. Pelo exposto, seguramente haveria muito a perder para o Brasil, se a indústria da cana-de-açúcar continuar a ser alijada (...) (JORNAL DO COMMERCIO, 2014, p. 8).

Em outra publicação na mídia impressa local com o título de “A cana-de-açúcar em Pernambuco e seu sentimento de pertencimento”, o presidente do SINDAÇÚCAR segue a mesma linha de raciocínio da fala anterior ao mostrar a importância do setor na contratação de considerável mão de obra local, afirmando que:

O setor, por sua interiorização, permite a manutenção de significativos empregos que contribuem para que muitos pernambucanos não sejam empurrados para a margem da sociedade em migrações desordenadas para as grandes cidades. (...). Por conseguinte, é fato que a cana em Pernambuco é atividade “para sempre”, com longevidade e intrinsecamente ligada à nossa economia, reforçando e ratificando reciprocamente o sentimento de “pertencimento”, entre a cultura canavieira e nosso estado, como matéria-prima pioneira e existente na nossa indústria estadual. Acrescente-se que nosso conglomerado (Agricluster) é ramificado, se constituindo em eficiente canal distribuidor de renda para inúmeros negócios e pessoas que gravitam no seu entorno. Os empregos diretos e indiretos atingem a mais de 300.000 (trezentos mil) postos (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2013, p. 8).<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> Dados obtidos na pesquisa de Campo. É possível conferir uma breve biografia sua no *site*: <<http://www.pressclub.com.br/pk/noticia.asp?id=1035&idn=10086&font=Datagro>>. Acesso em: 25 out. 2016.

<sup>34</sup> Jornal impresso local denominado “Jornal do Comercio”, publicado em 22 de maio de 2014. Disponível em: <[http://www.sindacucar.com.br/arquivos/artigos/22\\_05\\_2014\\_opinio.pdf](http://www.sindacucar.com.br/arquivos/artigos/22_05_2014_opinio.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2016.

<sup>35</sup> Jornal impresso local “Folha de Pernambuco”. Publicado em 18 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.sindacucar.com.br/arquivos/artigos/a-cana-de-acucar-em-pernambuco.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2016.

As justificativas dadas pelo setor sucroalcooleiro para a permanência do cultivo da cana no estado, apesar de seu alto grau de endividamento, má gerência de alguns negócios com decretação de falência de usinas e oscilações climáticas da região Nordeste ligam-se, certamente, a dois componentes centrais: um que está amparado na justificativa social que o faz legitimar-se perante a sociedade, e o outro na dimensão econômica, que aponta para o saldo positivo que os negócios sucroalcooleiros exercem na arrecadação do governo estadual e equilíbrio de suas contas.

É em meio a esse emaranhado de questões que o ramo canavieiro se constitui no estado agregando para si uma série de justificativas morais, sociais e econômicas que os fazem sentir-se, de certa maneira, confortáveis na posição que ocupam frente às instâncias de poder. Assim, tem-se, em decorrência desses e de outros fatores, que os empresários sucroalcooleiros não demonstraram grande receio com o crescimento do complexo de Suape na região da cana, mesmo no período que tiveram de enfrentar a escassez da mão de obra do trabalhador rural que migrou em massa para os postos de trabalhos ofertados em Suape no começo do *boom* das contratações.

No tocante a isto, destaca-se que desde o auge da demanda por empregos em Suape, entre 2006-2007, tem havido uma recorrente diminuição do quantitativo de moradores do campo que vão para os trabalhos nos canaviais. Contudo, na análise dos canavieiros essa fuga da mão de obra não foi vista de forma negativa:

Eu não vejo assim algo negativo para o setor. A fuga da mão de obra pra Suape é algo natural né? Começamos a perceber uma fuga a partir de 2006. Mas é natural, porque precisavam de muita mão de obra lá (em Suape), e aquela mão de obra não qualificada que fazia parte da cana. Mas com a finalização de Suape essa mão de obra tende a voltar pra gente. E a usina também não ficou parada, nesse processo ela foi buscar novas alternativas, como o corte da cana mecanizado. Foi criado um fundo alternativo pelas empresas aqui no sindicato pra fazer essas pesquisas e buscar parcerias no exterior, como na França que tem um relevo irregular parecido com o nosso. E hoje já estamos bem avançados fazendo até os testes das máquinas no campo aqui em Pernambuco. Agora existem áreas daqui que a indústria do açúcar não vai poder continuar, porque são áreas em que o custo de produção é muito alto (Representante do SINDAÇÚCAR, 2015).

Um aspecto interessante nessa fala, e que coloca em relevância as configurações do trabalho na cana em um futuro próximo, diz respeito à mecanização da produção. Se somados a todos os fatores até aqui apontados, a mecanização dos canaviais parece ser mais um fator de diminuição da oferta de trabalho na cana e pode indicar um cenário pouco animador para

uma região ainda tão dependente desta cultura. As implicações desse futuro cenário podem trazer mais elementos desestabilizadores para a Zona da Mata como um todo, na medida em que seus principais atores sociais não forem incorporados nesse processo de mudança.

Uma outra questão que essas informações suscitam é como essa população rural local tem sido usada como mecanismo de manobra pelas corporações junto ao estado – tanto pela cana como também por Suape – ora para justificar que um setor emprega a mão de obra no campo e por isso possui uma função social, ora para afirmar a inclusão dos trabalhadores rurais nos processos industriais, sem, contudo, se comprometerem com o futuro da região. Abaixo, a fala do representante do sindicato dos cultivadores de cana (os fornecedores de cana representam em sua maioria os donos de engenho) também endossa a falta de preocupação com a saída dos trabalhadores do campo para Suape, ou para outros setores produtivos, visto que há, ainda, uma grande disponibilidade de aquisição de mão de obra em diferentes lugares do estado:

No começo houve uma fuga em massa dos trabalhadores rurais para lá, mas agora que a coisa ficou preta eles voltaram pra gente. Só a gente absorve essa imensa mão de obra. Eles foram iludidos para lá, para trabalhar nesses empregos de 4 meses o contrato. Quando eles se foram, nós começamos a contratar o pessoal de outros municípios como Timbaúba, Passira, dentre outros municípios do agreste e poucos do sertão, e também as mulheres (Entrevista com representante do SINDICAPE, 2015).

Percebe-se que, a despeito de não terem demonstrado preocupação com a “fuga” dos trabalhadores, os empresários lançaram mão de uma série de artifícios para manter a produção em atividade, tais como: o investimento em pesquisas direcionadas ao aprimoramento de máquinas para áreas de relevo, a contratação de trabalhadores dos municípios desde a Zona da Mata Norte até o Sertão e, por fim, a contratação de mulheres para todos os tipos de atividades desenvolvidas nos canaviais.

Dentre as medidas acionadas um dado relevante na análise é a convocação das mulheres para o trabalho na cana. Isso porque a diminuição da oferta de mão de obra masculina na cana e a utilização da força de trabalho feminina foi um dado apontado por todas as categorias entrevistadas: trabalhadores rurais, sindicatos patronais e sindicatos rurais. Ainda que pesquisas já realizadas na região apontem para a utilização da força de trabalho das mulheres em momentos de crise, demonstram que elas predominantemente faziam as “tarefas consideradas femininas” (SIGAUD, 1979, p. 67), e que a presença no corte de cana e em trabalhos considerados de homem era menos usual:

(...) Determinadas situações de “crise” levam o trabalhador a deslocar sua mulher e suas filhas para o trabalho na cana. Essas crises podem compreender tanto uma doença do chefe da família, que o torne incapacitado para o trabalho, quanto uma queda na remuneração do chefe da família (...). Qualquer que seja o motivo que leve a mulher a trabalhar, ela no entanto não executará os mesmos serviços que o homem. São considerados exclusivamente femininos ou infantis os trabalhos de semear cana e semear adubo (...). Existem outros serviços que não são definidos como femininos, mas que as mulheres também executam, a saber: a limpa do mato e o corte da cana (...). E, por último, existem os serviços estritamente masculinos, dos quais as mulheres estão excluídas: cambitar, encher o carro, machado, valeta, brejo, valetão, cavar sulco etc. (SIGAUD, 1979, p. 178-179).

Contudo, no atual cenário de deslocamento dos homens para o porto de Suape, a ida da mulher para a cana se deu nos mais diversos tipos de trabalhos nos canaviais, haja vista que seu papel foi o de substituir a lacuna deixada pelos homens que estavam em Suape. Por força de uma “*tradição androcêntrica*” local, isso se mostra interessante visto que nos canaviais há uma clara distinção de gênero na organização interna do trabalho em que as mulheres são direcionadas para os trabalhos com menos “*feição masculina*” e os homens para os trabalhos que exigem “*grande esforço físico*”.

Todavia, nos momentos de “crise” ou de escassez de mão de obra, como ocorreu em decorrência do porto de Suape, há uma certa relativização no gênero – tanto por parte dos que contratam, como por parte dos companheiros das mulheres – para se justificar a presença feminina nesse espaço. O interessante de se ressaltar ainda sobre esse processo é que a mulher é contratada em face de um fator negativo, quer dizer, em função da recusa do homem em ir para os canaviais e também em decorrência das demandas surgidas no setor.

Apesar da fuga da mão de obra masculina e de sua substituição pelas mulheres ser um problema apontado pelos entrevistados, para os proprietários o problema seria se não houvesse moradores dispostos a cumprirem seu “*papel social*” e sua “*vocação*” para o trabalho na cana, ainda que isto implique em uma sobrecarga maior de trabalho para a mulher.

De maneira geral, a imobilidade deste setor tradicional frente às demandas de melhorias de trabalho no campo parece estar amparada na relação difusa e pouco esclarecedora que possui com o Estado.

De fato, o Estado tem se configurado enquanto um *campo* de poder alinhado à agenda do *campo* empresarial e latifundiário e que por mais que haja uma correlação de forças que tente pautar demandas mais progressistas – que reivindicam mudanças no *establishment* da terra, por exemplo –, as rupturas ocorrem dentro dos limites aceitáveis por esta classe. Isso

porque, como bem aponta Bourdieu, os *campos sociais* não são “autônomos de relações específicas”, mas estão inseridos em “relações objetivas entre as posições ocupadas por esses agentes, que determinam a forma de tais interações” (BOURDIEU, 2010, p. 66).

Talvez por isso, quando o representante do sindicato dos proprietários de usinas (SINDAÇÚCAR) foi questionado se a relação estabelecida com o governo estadual havia sido alterada em virtude do avanço dos novos rearranjos da produção com a ascensão de Suape, respondeu-me que:

**Entrevistado:** Com o governo estadual a relação sempre foi boa, porque o nosso setor corresponde a 30% da pauta da exportação do estado em média né! Nos últimos 20 anos sempre foi assim. É um setor importante para a economia do estado. Sempre foi, desde o período de Duarte Coelho. Então sempre existiu essa relação boa. Nenhum governo quis ir de encontro ao nosso setor. Os governos sempre foram cordiais com a gente. O governo de Arraes, de Jarbas, foi bom com a gente, o governo de Eduardo Campos também.

**Entrevistadora:** vocês não se sentiram deixados para trás com a tentativa do governo Eduardo Campos em trazer os empreendimentos de Suape para a “área de vocês”?

**Entrevistado:** Não, não. Foi tudo feito de forma equilibrada. Até o governo Arraes foi bom com a gente (Representante do SINDAÇÚCAR, Recife, jan. de 2015).

Merece destaque na fala acima a asseveração de que “até o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes” – conhecido pela atuação junto às reivindicações dos trabalhadores rurais, e que governou o estado em três momentos distintos nas décadas de 1960, 1980 e 1990 –, foi um parceiro, em certa medida, dos projetos latifundiários. Isso aponta, com efeito, na relação de parceria entre os canavieiros e o Estado na medida em que, para que possa ocorrer alguma mudança na Zona da Mata, faz-se necessário haver um diálogo com esse setor.

Essa mesma constatação, do Estado enquanto um parceiro central na perpetuação do domínio dos empreendimentos canavieiros, foi evidenciada na entrevista realizada com o sindicato dos fornecedores de cana (SINDICAPE). Na avaliação do presidente do sindicato o governo federal, mas também o local, têm a responsabilidade de travar um bom relacionamento com este setor que é visto pela categoria como uma área especial da produção e que possui uma “função social no Nordeste”, conforme também demonstrado mais acima nos artigos publicados por estes grupos nos meios de comunicação. Assim, na sua percepção:

O governo precisa fazer alguma coisa porque aqui no Nordeste a cana possui uma função social. Geramos mais de 1 milhão de empregos. Se não fosse a gente, onde essa imensa mão de obra desqualificada da Zona da Mata estaria? Estaria indo para as cidades, aumentando o custo de vida, saúde, desemprego e criminalidade. O governo precisa subsidiar a cana no Nordeste. O pessoal do Sudeste fica reclamando que pedimos muitos benefícios do governo, mas eles não dão tanto emprego assim, pois lá é tudo mecanizado. Nós aqui no Nordeste somos muito unidos, lutamos por melhorias e subsídios, diferente do Sudeste que não são assim (Entrevista realizada com o representante do SINDICAPE, Recife, dez. de 2014).

Tem-se que, o discurso mobilizado pela categoria patronal de que a cana no Nordeste tem uma função social é, na verdade, mais uma forma de se obter vantagens utilizando “o povo do campo” como fonte de possíveis recursos perante o Estado. O discurso desse setor ampara-se ainda na “capacidade” de empregabilidade que as atividades canavieiras possuem na região da Zona da Mata – em Pernambuco a projeção feita é de mais de 100 mil empregos diretos e indiretos, e 1 milhão de empregos em todo o Nordeste.

Contudo, o argumento mobilizado para angariar recursos e subsídios do estado não se sustenta na ação dos agentes. Isso porque, se por um lado atrelam amor à terra e à cana afirmando que esta cultura agrícola faz parte da tradição e que por isso deve ser preservada – levando-os a afirmar que a cana “está presente em Pernambuco há mais de 500 anos, e que se dura por muito tempo é porque nossos colonizadores sabiam qual era a vocação dessa terra (Representante do SINDICAPE, Recife, dez. de 2014)” –, por outro lado, a prática desses agentes se mostrou contraditória no que tange à “vocação” exclusiva da terra para a cana, ao venderem suas terras para as empresas de Suape.

Desse modo, quando o representante do SINDAÇÚCAR foi questionado sobre a venda de terras para as empresas que ficam próximas às plantações, respondeu-me que:

**Entrevistado:** Entre a cana e a especulação imobiliária, a especulação vai vencer né? Olha, em Ipojuca mesmo o preço do m<sup>2</sup> estava nas alturas né, de 50 a 100 mil reais, aí não tem como sustentar a cana né, nem cultura nenhuma consegue competir. A Usina Salgado de Ipojuca, praticamente dentro de Porto de Galinhas (praia), mesmo sem estar em apuros ou endividada vendeu parte de suas terras. Imagine quanto não vale o m<sup>2</sup> ali. Não tem como competir nenhum tipo de cultura.

**Entrevistadora:** você acha que esse processo de vendas de terra vai continuar?

**Entrevistado:** Depende (da proximidade das terras das indústrias). Como todo negócio, a cana também tem que ser competitiva. Então nessa região aí de Ipojuca, Sirinhaém, é praticamente impossível você competir com outras indústrias né? Por isso que teve sim essa questão imobiliária. Existiu esse *boom* imobiliário em Pernambuco e não foi um mau negócio para as usinas,

então muitas desfizeram seus ativos em imóveis para outras indústrias, é natural, acontece em qualquer ramo. Acho que esse *boom* já parou e não tem mais pra onde ir não. Mas pode mudar né! Porque se a empresa achar mais interessante vender terra do que produzir cana ela vai fazer (Entrevista realizada com o representante do SINDAÇÚCAR, Recife, jan. de 2015).

Uma outra fala, agora do presidente do Sindicato dos cultivadores de cana-de-açúcar de Pernambuco (SINDICAPE) – que inicialmente havia afirmado na entrevista que não desistiria da cana porque “o melão (da cana) corria em suas veias” – demonstra bem essa ambiguidade do setor: a despeito de recorrer a tradição para legitimar a forma ineficiente que muitas vezes os negócios se estabelecem, ou mesmo para conseguir subsídios do estado, o setor sucroalcooleiro mostra que age como qualquer outra empresa visando tão somente o lucro:

Realmente muita gente vendeu suas terras para empresas de Suape e de Goiana (município da Zona da Mata Norte). Mas agora Suape está em queda. No auge mesmo o hectare estava a 1 milhão de reais, agora está a 200 mil. Quem aproveitou esse *boom* se deu bem. Se o hectare ainda fosse 1 milhão eu mesmo venderia minhas terras todas. Todo mundo venderia, e explodiria de uma vez essas canas que agora só dá prejuízo à gente (Entrevista realizada com o representante do SINDICAPE, dez. de 2014).

De fato, essa visão sinaliza que não há, nos moldes apontados, nenhuma função social nos negócios sucroalcooleiros, mas sim a defesa de condições favoráveis para a continuidade dos empreendimentos. Revela ainda, que o complexo de Suape é um parceiro de transações econômicas.

Pensar essas questões e a configuração socioespacial da Zona da Mata tem se revelado um exercício árduo, principalmente porque é aí que se revela uma tensa relação entre o Estado – idealmente pensado enquanto uma representação da sociedade – e a elite do açúcar – vista enquanto uma classe com interesses privados. Isso porque, ao olharmos esses lugares, como afirma Furtado (2014, p. 32), ainda vemos a existência de uma ação política pouco concisa diante da influência exercida por “grupos tradicionalistas” e demais grupos empresariais.

Nesse sentido, penso que a despeito de ser ovacionado como a “salvação” e a “locomotiva” da economia de Pernambuco, Suape parece reproduzir as mesmas condições precárias de vida dos trabalhadores rurais, ainda que em outros termos como poderemos acompanhar nas narrativas dos trabalhadores nos próximos capítulos.

De fato, a ida a Suape pode indicar mais um processo de proletarização em suas trajetórias, mesmo que na visão do estado, por meio da secretaria de desenvolvimento

econômico, a inserção desses trabalhadores rurais no porto seja considerada um fator de melhoria da qualidade de vida região:

A Zona da Mata é uma região com pessoas muito pobres e pouco esclarecidas, os índices sociais são muito baixos, mas tem mudado. Suape ajudou a mudar esse cenário contratando muitos trabalhadores. Além disso, o governo do estado investiu pesado na capacitação de mão de obra, bem como tem investido no ensino para que futuramente essas pessoas possam ter autonomia sobre suas vidas. Suape é responsável por 10% do PIB de Pernambuco, e é muito importante para o estado. Suape é a locomotiva do desenvolvimento econômico de Pernambuco e a sua salvação (Entrevista realizada com Márcio Stefanini, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, dez. de 2014).

Essa visão é paradoxal pois, se por um lado lança nos indivíduos a negatividade de sua situação social, por serem “pouco esclarecidos”, por outro lado atrela à Suape a capacidade de mudança na condição de vida do trabalhador rural por aceitá-lo como parte do trabalho industrial.

O estado abdica, assim, de seu papel enquanto promotor de bem-estar da população, de mediador da resolução dos problemas sociais da Zona da Mata Sul e de seu desenvolvimento social numa perspectiva que supere os fatores estritamente econômicos. Isso porque o entendimento do desenvolvimento como um progresso e um fim em si mesmo, como partilhado acima, ignora as particularidades dos sujeitos e do lugar, não correspondendo, dentre outras coisas, aos anseios locais.

Corroborando com as análises feitas por Sen (2010), sobre a operacionalização da noção de desenvolvimento, penso que um fator importante nessa discussão é encarar o Estado como fomentador das liberdades substantivas dos indivíduos. E essa liberdade, para além de uma perspectiva liberal, deve amparar-se de forma concreta na vida cotidiana através de ações políticas que possibilitem aos sujeitos meios de emancipação e mobilidade frente às estruturas sociais que os prendem em certos espaços e “destinos pessoais”, como diria Bertaux (1979).

Dessa forma, para Sen, o desenvolvimento econômico não seria um processo inerente da acumulação do próprio capital, mas um mecanismo efetivado pelo Estado como forma de distribuição e compensação das desigualdades instituídas por essa acumulação original, criando, assim, uma distribuição mais igualitária da riqueza gerada nas sociedades capitalistas.

O enfoque concedido por Sen na construção de um novo parâmetro para o desenvolvimento coloca como paradigma analítico a desconstrução do conceito em vigor, e a

construção de um novo olhar sobre o desenvolvimento que passa a ser postulado como um processo de múltiplas faces que engloba desde fatores econômicos até aspectos sociais, culturais, direitos civis e saúde. Ou seja, o ser humano na sua totalidade torna-se o objetivo do desenvolvimento: “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2010, p. 10). Ele propõe, ainda, que:

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. [...] O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos (SEN, 2010, p. 28).

Nessa perspectiva, Furtado (1974) ressalta que no Brasil, de maneira específica, há uma tendência a uma concepção de desenvolvimento que não sana as reais causas dos problemas das desigualdades locais e dos desequilíbrios regionais. Sua grande contribuição ao tema foi o de questionar as consequências de um tipo de desenvolvimento que não desenvolve, mas, ao contrário, reproduz as classes sociais de forma quase inalterada intensificando desigualdades na cidade e no campo e que, num espectro mais amplo, gera uma dependência brasileira dos países centrais.

A dialogicidade da reflexão de Furtado vai na mesma direção do que foi proposto por Sen, ao interpretar o desenvolvimento como uma noção que contempla as reais necessidades dos atores sociais e não apenas o crescimento econômico de uma camada social em detrimento do bem-estar de uma população específica.

A perspectiva de se pensar o desenvolvimento como um viés que perpassa as questões sociais locais abre espaço para se pensar a Zona da Mata Sul e Norte de Pernambuco como uma região passível de ser desenvolvida em suas particularidades, próprias de uma região inserida em práticas de vida e sociabilidades rurais distintas, distanciando-se, com isso, de um olhar que só vê como saída para os entraves as ações de industrialização do campo.

Pensar essas questões para a Zona da Mata se torna relevante na discussão aqui avultada, já que a proximidade dessas duas localidades da Região Metropolitana do Recife (RMR) e dos grandes projetos industriais que cada vez mais se direcionam para se instalar nesses espaços, trazem consigo novos desafios para se entender os rumos provocados por essas mudanças sociais na vida dos seus moradores e trabalhadores rurais.

Isso porque, vale ressaltar, ainda que a implantação do complexo de Suape na Zona da Mata Sul tenha sido o primeiro grande empreendimento industrial instalado na antiga região do açúcar, a Zona da Mata Norte também tem sido alvo de um recente deslocamento de polos industriais que tem gerado profundos impactos em sua estrutura agrária, social e econômica.

A título de exemplo, pode-se citar: o polo farmacológico, cujo principal empreendimento é a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) que já atua na localidade, havendo, ainda, outras dez empresas privadas do setor de medicamentos em fase de instalação e que juntas vão gerar mais de mil e quinhentos empregos<sup>36</sup> na área; e o polo automotivo, maior empreendimento da localidade (CONDEPE-FICEM, 2009).

O polo automotivo começou a operar em 2015 com a fábrica mais moderna da FCA (*Fiat Chrysler Automobiles*) no mundo, com capacidade máxima de produção de 250 mil veículos por ano e que já gerou cerca de 4,5 mil empregos diretos, fora os indiretos provocados sobretudo pelo adensamento da cadeia produtiva que a montadora traz consigo.

Sob esse aspecto, em pronunciamento feito pelo atual secretário de desenvolvimento econômico no dia da inauguração da fábrica, ficou evidente as perspectivas que o estado possui com o pleno funcionamento desta como promotora do progresso e mudanças na região:

A fábrica de automóveis e seu parque de fornecedores integrado com 16 empresas representam o grande ponto de transformação da economia pernambucana. Até 2020, o Polo Automotivo responderá por 6,5% do PIB estadual e injetará R\$ 2,1 bilhões na massa salarial do Estado, a partir da geração de 47,5 mil postos de trabalho diretos e indiretos. Do anúncio oficial, no final de 2010, até o corte da fita nesta terça, o Governo do Estado atuou fortemente para viabilizar o empreendimento. O investimento de R\$ 7 bilhões irá gerar, no pico de operação, 9 mil empregos diretos apenas dentro do Polo. A instalação do Polo Automotivo em Goiana é fruto de uma visão de futuro do Executivo Estadual, que enxergou a oportunidade de criar um novo vetor de desenvolvimento em Pernambuco, rumo à Zona da Mata Norte. Assim, em meados de 2011, a então fábrica Fiat no Complexo de Suape transferiu seu endereço para uma área que se mostrou ainda mais estratégica para os planos da *Fiat Chrysler Automobiles* (FCA). A nova localização propiciou redução nos custos e otimização dos prazos de terraplanagem e permitiu uma maior integração das operações, conferindo as vantagens logísticas que hoje são um dos pilares do Polo Automotivo Jeep. “Pernambuco hoje é a capital mundial da indústria automotiva, inaugurando uma fábrica de última geração. E, a partir de agora, nossa história econômica toma um rumo diferente”, declarou o secretário de Desenvolvimento

---

<sup>36</sup> Informação disponível em: <<http://adgoiana.pe.gov.br/farmacologico/>>. Acesso em: 26 out. 2016.

Econômico, Thiago Norões (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO, 2015).<sup>37</sup>

A fala acima aponta para a permanência de uma visão de desenvolvimento que se repete tanto na parte norte como na parte sul da zona da mata – lócus da pesquisa –, qual seja: o desenvolvimento industrial como único meio de superação do atraso social e econômico das regiões canavieiras.

Essa concepção da ação do estado denominada de *desenvolvimentismo* foi retomada nos inícios dos anos 2000 em importantes discussões nas análises dos processos sociais, como feitos por Bresser-Pereira (2003), e mais especificamente no período de maior crescimento do porto de Suape através dos projetos do PAC no final do primeiro e começo do segundo mandato do presidente Lula.

Sob esse aspecto, ao analisar os grandes projetos de infraestrutura e a retomada da industrialização no País financiados pelo Estado em parceria com o setor privado, Vêras de Oliveira (2013) ressalta que foi em Pernambuco que pôde se observar as tensões sociais, trabalhistas e os impactos econômicos e ambientais dessas transformações, especificamente na Zona da Mata Sul com a construção da refinaria *Abreu e Lima* e da *Petroquímica Suape* no Porto de Suape. Ele afirma que essas ações foram acompanhadas de tensões e conflitos da classe trabalhadora (oriunda em grande medida do meio rural) nos canteiros de obra de Suape, que ele denomina de peões:

Entretanto, a eclosão de uma onda de conflitos, protagonizada pelos peões dos canteiros de obra de Suape, realçou outros aspectos, produzindo deslocamentos nas dinâmicas das relações de trabalho, com repercussões econômicas e políticas. Especialmente a partir de 2011, revoltas, paralisações e greves, acompanhadas por confusos e tensos processos de negociação social e sindical, envolvendo os próprios peões, sindicatos, empresas, governo estadual e municipais, Ministério Público do Trabalho – MPT, Ministério do Trabalho e Emprego, Justiça do Trabalho, órgãos de mídia, entre outros, vêm marcando fortemente a cena da região (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013, p. 236).

A partir dessa contextualização mais ampla dos processos contraditórios que tem se desencadeado na Zona da Mata Sul é possível compreender que a ação do estado, dos produtores de cana e do empresariado industrial, que tem se direcionado para essas novas

---

<sup>37</sup> Informação disponível em: <<http://www.sdec.pe.gov.br/noticias/pernambuco-e-o-novo-endereco-da-industria-automotiva-mundial/>> Acesso em: 26 out. 2016.

fronteiras do trabalho de ampla oferta de mão de obra sem nenhuma qualificação, são estruturadas de forma complementar entre estes setores, e não antagônicas.

Nesta perspectiva, foi possível aferir por meio de pesquisa de campo na Zona da Mata Sul que, dada a conjuntura favorável, esse trabalhador rural encontra agora a “opção” de “escolher” outra possibilidade de trabalho em uma região que até então tinha por única saída à sobrevivência familiar o trabalho na cana, a efetivação da migração para outras regiões do País ou a busca por serviços temporários e de baixa remuneração nas cidades da Região Metropolitana do Recife.

Portanto, as discussões trabalhadas nesse capítulo, cujo intuito foi revelar como o porto surgiu e as visões dos diferentes agentes e grupos sociais – sindicatos, Estado e elite do açúcar – sobre as percepções de como Suape se operacionaliza e como estes se relacionam com a população rural da Zona da Mata Sul, buscaram estabelecer as relações causais do processo.

Isso se mostrou necessário, pois forneceu à construção desta tese uma dimensão macro do processo ora em curso e, além do mais, concedeu o embasamento necessário para, agora, nos determos nos aspectos micro dessas mudanças ao acompanharmos a trajetória dos trabalhadores rurais até o porto de Suape. É o que proponho no próximo capítulo.

#### 4 A INSERÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NO PORTO DE SUAPE

*Meu primeiro trabalho (de carteira assinada) foi na cana. Eu tinha 18 anos certinho (...). Tinha que ir, fazer o que né? Mesmo se tu não quiser tinha que ir. Ninguém quer ir pra usina, lá é puxado, não tem dia fácil ali não, tem de trabalhar (muito). Diferente de você tá em Suape, né? Lá você ganha só com a cara bem dizer né? Lá trabalha pouco né? (Leonardo, 26 anos, Rio Formoso, fev. de 2015)*

Foto 2 – Trabalhadores do Complexo Industrial Portuário de Suape



**Fonte:** Jornal a Verdade, 24/09/2015. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2015/09/suape-torna-se-pesadelo-para-milhares-de-trabalhadores/>>. Acesso em: 30 out. 2016

As transformações analisadas no capítulo anterior sobre os impactos no porto na Zona da Mata Sul, trouxeram consigo uma série de questionamentos na execução da pesquisa de campo que orientaram as seguintes indagações a fim de se compreender esse universo social: quem são esses trabalhadores rurais que se deslocam a Suape? Quais as implicações que permeiam essa ida e os termos em que se executa? Quais os sentidos atribuídos pelos

trabalhadores ao trabalho em Suape e como isso se relaciona com suas trajetórias? E, por fim, qual é o tipo de trabalho destinado a eles em Suape?

Essas são questões que averiguaremos melhor neste capítulo, fazendo uma espécie de radiografia do trabalho no complexo portuário e industrial de Suape, a fim de compreendermos como ocorre a inserção dos trabalhadores rurais nesse novo ambiente de trabalho e os aspectos socioespaciais que compreendem essa mobilidade.

#### 4.1 MOBILIDADE SOCIOESPACIAL NA ZONA DA MATA SUL

A ascensão do porto de Suape tem culminado, efetivamente, em novos padrões de relação social e mobilidade na região da Zona da Mata Sul. Ou seja, um momento histórico em que relações tradicionais têm sido confrontadas com outras formas de se viver.

A mobilidade – no sentido de deslocamento em determinado espaço e estrutura social – dos trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco e de outras partes do meio rural nordestino, tem sido comumente analisada na perspectiva da migração para outras regiões, principalmente para o Sudeste, como parte de um mecanismo de dominação e expropriação intensificado desde a “modernização trágica implantada da década de 1960, cujos efeitos, além do maciço êxodo rural, foram traduzidos por um violento processo de proletarização”, (SILVA, 1999, p. 15).

Vale salientar, ainda, como aponta Silva em pesquisas realizadas no Vale do Jequitinhonha – MG, nas décadas de 1980 e 1990, que esses fluxos migratórios de trabalhadores rurais e de camponeses rumo aos altos circuitos da produção agroindustrial também ocorreram dentro de uma mesma região geográfica – como foi o caso por ela pesquisado entre os(as) trabalhadores(as) que saíram de Minas Gerais para a região de Ribeirão Preto – SP. Isso porque, é em meio às relações sociais e econômicas desiguais que a expropriação e conseqüente migração, com todas as marcas negativas que ela carrega, se concretizam:

Em outros termos, não é a expropriação que causa essas diferenças (na forma como os migrantes são tratados nas plantações paulistas). O que ocorre é que as desigualdades sociais, frutos das organizações sociais de gênero e étnico-raciais, vão continuar ocorrendo quando estas relações sociais forem produzidas. Desta sorte, o migrante, por exemplo, enquanto trabalhador e enquanto “negro”, “baiano”, “mineirada”, enfim, diferente do trabalhador do “lugar”. O processo de expropriação que desnuda o trabalhador não é

independente do processo de exploração-dominação gerado em seguida (SILVA, 1999, p. 19).

Prosseguindo nesta discussão, Menezes aponta que a migração dos moradores do sertão e/ou agreste da Paraíba, os corumbás (ANDRADE, 2005, p. 127; MENEZES, 2006), também se direcionou para uma mesma região de origem dos trabalhadores, no caso o próprio Nordeste e, mais especificamente, a Zona da Mata de Pernambuco. Se nas décadas de 1950 a 1970 o movimento migratório advindo da Paraíba mirava estados do Sudeste, a partir de 1970 o foco se torna o estado vizinho de Pernambuco:

Entre os que migraram nas décadas de 1960 e 1970, o emprego na indústria era o grande sonho, pois significava a possibilidade de adquirir uma profissão, bem como o acesso aos benefícios sociais. Sendo originários de atividades agrícolas e tendo baixos níveis de escolaridade, a construção civil foi, via de regra, a primeira atividade para os camponeses-trabalhadores migrantes. Além das oportunidades de emprego e profissionalização, havia, ainda, uma relativa facilidade para se adquirir um terreno e construir a casa própria, viabilizando-se, assim, a permanência na cidade (MENEZES, 1985). Os grupos que começaram a migrar na década de 1970 tiveram menores possibilidades de fixação nas cidades ou de ter alguma poupança para investir em seus locais de origem do que os das décadas de 1950 e 1960, o que contribuiu para a intensificação das migrações temporárias e a chamada “migração de retorno” (MENEZES, 1985; AMARAL; NOGUEIRA, 1993). Ao passo que as condições de trabalho e moradia se deterioraram na região Sudeste do Brasil, desde a década de 1970, há uma maior demanda de trabalho sazonal na *plantation* açucareira no Estado de Pernambuco. Além disso, o trabalho no corte de cana passou a ser uma alternativa concorrente aos empregos urbanos no Rio de Janeiro ou São Paulo, após a implementação do contrato formal de trabalho, que garante aos canavieiros os mesmos direitos que os trabalhadores urbanos, como férias, 13º salário e fundo de garantia por tempo de serviço. No entanto, as duas opções, a *plantation* açucareira ou os empregos urbanos, continuam a ser plausíveis para indivíduos e famílias, e a decisão por uma ou outra depende das condições de trabalho e moradia dos vários espaços aos quais os camponeses-trabalhadores migrantes pertencem, bem como do ciclo de vida, sexo, avaliações e percepções dos migrantes quanto às condições de trabalho, direitos trabalhistas e moradia (SILVA, 1992, p. 167; MENEZES, 2002) (MENEZES, 2009, p. 280).

Com relação ao tipo de trabalho disponibilizado ao migrante na cidade-destino, este caracterizava-se por ser precário e sem muitas possibilidades de conceder-lhes uma maior autonomia nas suas trajetórias. Usualmente, as ocupações ofertadas poderiam ser tanto “para trabalhar nas usinas de cana-de-açúcar na zona da mata pernambucana ou para trabalhar na indústria ou setor de serviços nas metrópoles da região Sudeste, principalmente o Rio de Janeiro” (MENEZES, 2009, p. 279).

Ademais, Becker (2005) ressalta que no tocante à mobilidade cada vez mais tem se estabelecido uma nova modalidade entre os(as) trabalhadores(as) denominada de mobilidade intramunicipal – que se manifesta nos deslocamentos dentro do mesmo município – e intermunicipal – ocorrendo nas redes de mobilidade entre municípios próximos. Assim, esse tipo de mobilidade é acionado pelos indivíduos em um espaço social,

Seja rural-urbana ou rural-rural, em decorrência da progressiva escassez do fator terra, levando à eclosão de movimentos sociais de resistência, do que são exemplos o Movimento dos Sem-Terra (MST) e o das populações extrativistas da Amazônia Ocidental. É a contramobilidade emergindo como expressão do direito de “não migrar”, ou de permanecer no espaço de origem; é a luta em defesa do “livre-arbítrio” quanto ao espaço a ocupar, a cultura a preservar. É o singular tentando manter seu lugar no espaço econômico global (BECKER, 2005, p. 322).

No que tange à pesquisa ora delineada, entende-se que o que tem se configurado na Zona da Mata Sul não é uma migração, no sentido clássico em que foi analisado por tantos pesquisadores das ciências sociais, mas um tipo de mobilidade específica que ocorre dentro de um mesmo espaço social, territorial e cultural.

Contudo, como temos visto, ainda que tenha um certo ar de espontaneidade, essa ida dos trabalhadores não parece ser estritamente vinculada a um fenômeno de livre escolha, antes corrobora com a asserção de um direcionamento da ampla mão de obra disponível para ocupar *os espaços vazios* dentro das fábricas. O deslocamento desses atores sociais pode, então, ser interpretado como uma escolha possível dentro das alternativas que se lhes apresentam, assegurando-lhes, em contrapartida, o direito de permanecer no seu lugar de vida.

A partir dessa contextualização, infere-se que migrar para outras regiões ou permanecer em seu espaço social vai depender de uma série de variáveis como a concentração fundiária, a expansão da monocultura no campo, a intensificação da modernização da agricultura e a ausência de reformas sociais e agrárias que concedam à população rural a possibilidade de traçar o seu próprio futuro, fazendo, desse modo, com que muitas vezes “a produção e a reprodução do capital estejam num lugar e a reprodução da força de trabalho esteja fundamentalmente em outro lugar” (MARTINS, 1986, p. 55).

De fato, para Martins (1986, p. 55), o “fenômeno típico dessa separação e da criação de lugares geográficos distintos para o trabalho de reprodução da força de trabalho e para a produção e reprodução do capital é o deslocamento da produção de subsistência para fora das fazendas”.

Assim, tem-se que a forma como a produção capitalista encontrou, e ainda encontra, de explorar cada vez com maior intensidade essa ampla oferta de mão de obra que nada possui a não ser seu corpo, se estabeleceu através da dispersão da mesma pelo País direcionando-a para onde fosse necessário, tanto no trabalho industrial como nas grandes plantações agrícolas. Mas também, explorando-a a partir das mobilidades que se circunscrevem em uma mesma região, conforme aponta este trabalho.

Avançado na discussão, Gaudemar (1977) compreende que os deslocamentos dos trabalhadores à procura de emprego é muito mais que um percurso espacial, é uma particularidade intrínseca do desenvolvimento capitalista que busca, por um lado, desestabilizar populações inteiras para, em seguida, realocá-las em diferentes tipos de trabalho de acordo com os interesses do grande capital.

A partir de uma perspectiva marxista, a migração é entendida em Gaudemar como *mobilidade da força de trabalho*, sendo esta, em última instância, constitutiva da própria formação inicial do capitalismo enquanto sistema de produção, de acumulação e de organização da vida social. Isso porque, como salienta Póvoa-Neto (1997, p. 19):

O capitalismo, ao gerar trabalhadores excedentes, separados de seus meios de existência, cria a necessidade dos deslocamentos à busca de trabalho. A disponibilidade de tais trabalhadores, apresentando-se para o assalariamento nos mais diversos pontos do território, torna-se por sua vez condição necessária para a própria existência da acumulação de capital. A migração não é pois mero mecanismo de redistribuição espacial de populações, adaptando-se às solicitações do sistema econômico. Ela configura, em suas diversas modalidades, a existência de organizações socioespaciais específicas.

Nessa linha de interpretação, a *mobilidade do trabalho* se configura como uma característica fundante do capitalismo que, ao mesmo tempo, norteia as possibilidades de ação do trabalhador expropriado de si e dos meios de produção. Nesse cenário, o indivíduo se torna móvel e ao mesmo tempo não autônomo, necessitando constantemente vender a sua força de trabalho para reproduzir-se socialmente (GAUDEMAR, 1977, p. 192).

Para Gaudemar, a força de trabalho se apresenta como uma mercadoria que o indivíduo “possui” e coloca à disposição no mercado de trabalho, pensando, dessa forma, possuir a liberdade de escolher pôr, ou não, suas qualidades laborais à disposição da empresa capitalista.

Aqui se encontra, não obstante o trabalho ser livre, um impasse no tocante à liberdade de escolha do trabalhador pois, de fato, ele é livre no sentido de ser desprendido de quem o controle podendo fazer o que desejar com seus talentos. Essa liberdade é denominada por Gaudemar de *liberdade positiva*. Contudo, prossegue, “o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre” (GAUDEMAR, 1977, p. 190). A essa constatação ele vai denominar de *liberdade negativa*.

Essa dupla contradição da “liberdade” na qual a força de trabalho está inserida permite-nos compreender que não há escolha para o trabalhador que vivencia tamanha contradição social, sendo a mobilidade da força de trabalho a única alternativa viável que lhe resta para se reproduzir no seu espaço de vida. São as escolhas possíveis dentro de certos contextos sociais dados. Seguindo essa lógica, Gaudemar arremata sua análise afirmando que:

A mobilidade da força de trabalho (...) funda a condição de exercício da força de trabalho como mercadoria, distinguindo assim definitivamente o trabalhador “livre” do escravo “cuja capacidade de trabalho é estável e só se emprega de maneira tradicional e local, de uma vez por todas”. Se se afirmou que o capitalismo começava com a exploração da força de trabalho, é necessário acrescentar que ele só poderia nascer uma vez que o trabalhador tivesse adquirido esta mobilidade; não no sentido apologético que a teoria clássica reconheceu, do homem inteiramente livre do seu destino, ator de sua própria história, mas no sentido das contrariedades que lhe são impostas por esta procura de emprego. A mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento (GAUDEMAR, 1977, p. 192).

Contudo, ressalta-se aqui que, a despeito do capitalismo permitir aos trabalhadores rurais uma pequena margem de ação – ou quase nenhuma –, há a possibilidade de agência por parte destes indivíduos, e esta agência é o que muitas vezes os impulsiona a resistir e acionar diversas estratégias que os auxiliam a permanecer no seu espaço de vida. Isso fica evidenciado no tipo de mobilidade acionada pelos atores sociais entrevistados, que priorizam o deslocamento dentro do espaço social da Zona da Mata.

Assim, a fim de elucidar o que se entende nesta pesquisa por mobilidade, compartilho da perspectiva de que esta só pode ser compreendida como um tipo de deslocamento vinculado às dimensões espacial, cultural, social e ao contexto econômico no qual o trabalhador rural está inserido, haja vista que são estes elementos que impulsionam a ação dos agentes dentro de determinadas situações (BECKER, 2005). Assim, ela é operacionalizada pelos agentes como um mecanismo de deslocamento que os favorece a permanecer na Zona

da Mata Sul, conforme mencionado acima, além de refletir mudanças maiores que têm ocorrido na região, tanto entre as pessoas, como no que concerne ao perfil produtivo local. Para além de um movimento, um trânsito espacial, a mobilidade dos trabalhadores rurais para Suape implica em uma nova forma de se relacionar com a tradicional monocultura açucareira pernambucana.

No cenário atual, o crescimento dos empreendimentos do complexo de Suape na Zona da Mata Sul trouxe consigo um novo paradigma de mobilidade socioespacial para sua população, diferente das formas até então encontradas de reprodução social na localidade – o trabalho nos canaviais, os trabalhos informais na própria região e a migração extraterritorial – que é a possibilidade do trabalho industrial no “quintal de casa”, como muitos se referiam.

Essa novidade traz, indubitavelmente, a necessidade de se pensar um aporte conceitual a fim de se captar as implicações desse processo na vida de seus moradores e trabalhadores rurais que passaram a enxergar em Suape uma possibilidade concreta de ascensão social e mudança de rumo em suas trajetórias. Visto que, como salienta Vêras de Oliveira em pesquisa realizada junto às empresas de Suape,

Absorvidos nos novos empreendimentos, (os moradores da região) estão vivenciando um processo de reconversão ocupacional e identitária. Em contraste com suas trajetórias ocupacionais anteriores, veem-se, agora, imersos na rotina de empresas estruturadas, formais, algumas de grande porte (...). Os trabalhadores dos empreendimentos de Suape são de dois tipos principais: os moradores da região e os trabalhadores vindos de fora, os “trecheiros”. Quanto aos primeiros, “normalmente são contratados para ocupar os postos de trabalho mais baixos na hierarquia da obra” (RODRIGUES, 2012, p. 43). Conforme apurou Rodrigues (2012), as empresas, em Suape, se utilizaram da estratégia de treinamento de trabalhadores agrícolas, como forma de poder dispor de mão de obra barata e dócil. Entre os trabalhadores oriundos da região e os “trecheiros”, em Suape, as diferenças de perfil têm redundado em tensões. Sendo que esses últimos, segundo apurou Rodrigues (2012), têm trazido, de andanças pelo Brasil, não só uma experiência profissional, mas, também, sindical e política (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013, p. 243).

Nesse contexto, os trabalhadores rurais são os principais atores sociais a vivenciarem outras oportunidades em suas vidas com implicações simbólicas e concretas sobre suas trajetórias. De fato, esses deslocamentos para o porto apontam, conforme constatado na pesquisa de campo, para uma reconfiguração na formação identitária do trabalhador rural que nesse novo contexto se torna um trabalhador industrial. Isso porque a identidade não é fixa,

mas é atualizada na medida em que estes sujeitos do rural travam novas relações sociais no seu espaço de vida e na vida do trabalho.

Pensar sobre isso nos leva a refletir nas implicações advindas da mobilidade do rural para Suape, pois é certo que são nos mecanismos de interação social travados nos mais diversos campos que se averiguam as lutas simbólicas entre o “eu e o outro”, e o “eu e a estrutura” que vão conformar as identidades e seus tensionamentos (BOURDIEU, 2010). Assim, afirmo ainda que embora a identidade não seja centrada – e sabendo que a identidade rural não reduz o trabalhador, posto ele ter outras identidades –, mobilizo Bourdieu para pensar também naquilo que permanece em meio a essas idas e vindas pelo espaço social da Zona da Mata Sul.

Ao ir para Suape e regressar ao meio rural, esse ator social carrega consigo novos códigos de interpretação que o faz dialogar consigo e com o seu mundo social. Contudo, esse diálogo ocorre, ao mesmo tempo, como negociação e mediação, tendo por pano de fundo a experiência de vida fruto de sua trajetória na Zona da Mata canavieira.

Desse modo, tem-se que a identidade é (re)definida nesses embates históricos e socialmente localizados (HALL, 2014), expressando a capacidade que o ator social tem de absorver as questões geradas nos espaços por ele percorridos. Nestes termos, pode-se falar em identidades porque ele não é apenas um trabalhador egresso da cana, mas também um sujeito forjado no meio rural, é um trabalhador do complexo de Suape, é também um pai, filho, amigo, um agricultor nos finais de semana, um morador da *rua*, ou um morador do engenho. E é a partir dessa localização no mundo e dessas experiências vividas que ele modifica sua trajetória e constrói os sentidos do mundo, e os significados de Suape.

Nesse meandro Suape não é o fim da ação desses atores, antes parece ser uma forma de se opor à dominação do trabalho na cana. Tanto a cana como o trabalho em Suape são alvos de críticas do trabalhador rural. Mas, primordialmente, tudo que o faz negar a presença da cana em sua vida, anima-o a sair dali.

Suape também é visto como uma contradição. Isto fica evidenciado em suas falas quando atrelam a positividade de Suape à negatividade total da cana. Assim, tem-se que o trabalhador rural manipula o trabalho industrial como um mecanismo de resistência. Ou seja, como uma possibilidade de projetar a sua vida para frente, no anseio por mudanças que lhe deem condições de reproduzir-se socialmente.

Contudo, antes de analisar o deslocamento desses trabalhadores rurais para Suape se faz necessário compreender as motivações no seu universo social, permeado pelo trabalho nos

canaviais, que os levam a buscar no emprego industrial a possibilidade de transformação social.

#### 4.2 O TRABALHO NA CANA-DE-AÇÚCAR E SUA NEGATIVIDADE

O campo é muito matador. Muitos se acabam lá. Muitos trabalha, trabalha, trabalha, morre e não consegue nada. Se acaba naquele meio. Eu não consegui nada no campo (Edson, 45 anos, Sirinhaém, dez. de 2014).

O trabalho na cana-de-açúcar não é algo estranho para quem é oriundo da Zona da Mata Sul, pois nessa região, ainda hoje, há uma dependência econômica do trabalho ofertado pelos engenhos e usinas, de forma que, nas entrevistas realizadas com os moradores, era comum ouvir frases como “aqui no engenho já se nasce fazendo isso” (cortar cana).

Ao se vincular ao engenho, como Sigaud demonstrou (1979), o morador passa a fazer parte de um universo social específico que gira em torno da casa – que recebeu para morar –, do sítio – que cada vez possuem menos acesso, com uma agricultura de subsistência desenvolvida de forma marginal à grande plantação – e do trabalho nos canaviais que compromete toda a mão de obra da família do morador.

A imagem abaixo localizada em um engenho visitado na pesquisa de campo – tirada de uma plantação às margens da rodovia PE-60 – aponta para o pouco espaço que os moradores possuem para plantar seus principais cultivos, e dos quais se destacam o roçado da mandioca e do milho:

Foto 3 – Roçado de morador às margens da rodovia estadual PE-60 – Distrito de Camela



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

A intensificação do controle nos engenhos e a restrição do acesso ao sítio tem ocorrido desde meados do século XX, fazendo com que os locais designados aos moradores para plantar estejam sempre localizados nas áreas marginais que as usinas não têm interesse, como em declives, áreas de erosão e margens das estradas.

De uma certa forma, esse aumento do controle dos proprietários na organização do espaço com delimitação do tamanho do sítio – quase ínfimo e, às vezes, à beira da estrada como pode se ver –, do tamanho das casas – muitas vezes com a proibição de que haja pinturas que não seja a cor branca –, e da estrutura das casas – simples e, em muitos casos, com banheiros do lado de fora, cozinha com fogão a lenha também do lado de fora e, naquelas que os moradores não tiveram recursos para reformar, são construídas a partir do barro – liga-se a uma estratégia de perpetuação de poder e restrição de qualquer possibilidade de privilégios aos moradores.

Assim, até mesmo uma simples reforma que queiram fazer na casa, devem, antes de iniciá-la, ter a autorização do proprietário através do administrador do engenho<sup>38</sup>. Segue abaixo uma típica casa de administrador de engenho e, em seguida, uma casa que começou a ser construída pelo filho de uma moradora, mas que foi proibido de prosseguir porque o mesmo não trabalhava mais na usina.

---

<sup>38</sup> Funcionário contratado pela usina para morar no engenho e fiscalizar os moradores.

Foto 4 – Casa de administrador de engenho – Município de Camela



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

Foto 5 – Casa de morador embargada por falta de autorização do dono de engenho – Município de Camela



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

No tocante à base alimentar dos moradores e de suas famílias, apesar das dificuldades financeiras, se encontrou certa diversidade de grupos alimentares, com a inclusão das frutas e legumes presentes nos seus sítios na dieta. No café da manhã “a tradição do engenho”, como alguns relataram, “sempre é cuscuz, quarenta e pão”<sup>39</sup> podendo ter como acompanhamento o ovo e a salsicha – quando a situação financeira da família se encontra melhor. No almoço, a base é o feijão, arroz e macarrão – este último item se encontra no cardápio apenas quando a família pode comprar –, e a carne, que preferencialmente é o frango, em seguida a bovina e, raramente, o peixe. Por fim, no jantar o costume é comer cuscuz, quarenta e a macaxeira com a carne tipo charque<sup>40</sup>.

Esse tipo de sociabilidade que orbita em torno dos engenhos é característico da Zona da Mata Sul, ainda mais para aqueles que moram dentro de um engenho cuja experiência inicial da vida no campo e no trabalho está vinculada a uma forma de se viver e de trabalhar específica. Neste último ponto, a única opção de trabalho para os que vivem no engenho e seu entorno são os canaviais de açúcar. É dentro dessa lógica que Ivan, morador do Engenho Jaguaré em Sirinhaém, ao compartilhar sua história afirma que:

Minha família tudo é do campo. Meu avô e avó era tudo do campo. Meu pai começou a trabalhar no engenho com nove anos. Minha mãe era mais nova: tinha oito anos. Eu tinha 18 anos quando comecei a trabalhar no campo. Todo trabalho no campo é fichado como trabalhador rural. Quem trabalha no campo não tem profissão, independente do que faça. No geral, no campo eu fiquei 6 anos e meio, até 24 para 25 anos. Eu saí (para Suape) em março de 2010 (Ivan, 28 anos, Engenho Jaguaré/ Sirinhaém, jan. de 2015).

Essa experiência no trabalho da cana é definida pelos atores sociais da Zona da Mata Sul como trabalho no campo. Este trabalho, como pude observar em diversas falas, é visto como uma negação, uma não profissão. Isto porque, todo trabalhador do campo tem a sua carteira *fichada*<sup>41</sup> como trabalhador rural independente do que faça: seja cortador de cana, ajudante de cabo, aplicador de herbicida, bituqueiro ou embolador de cana. Para os trabalhadores, esta estratégia acionada pelo empregador é vista como uma forma de exploração que objetiva diminuir os gastos que teriam se assinassem a carteira de trabalho com outras funções. Na fala abaixo, o trabalhador Ivan afirma que:

<sup>39</sup> O cuscuz é um preparo à base de farinha de milho. A quarenta é preparada com a imersão da farinha de milho diretamente na água quente e, quando fica pronta, a textura é similar à de uma polenta.

<sup>40</sup> A macaxeira – outrora conhecida em outras regiões como mandioca – é, juntamente com a farinha de milho, a base da alimentação na localidade.

<sup>41</sup> Termo utilizado para designar que a carteira de trabalho é assinada pelo patrão.

Aqui no campo o salário é o mesmo. Independente do trabalho, o salário é o mesmo. O que muda é a média. Que no caso é a produção. Tem determinadas funções que você não pode passar mais do que o salário, mas se for trabalhar por produção, que é conhecido por braçagem, aí você pode atingir uma meta até onde o corpo suporta. Quem corta cana tem um limite que quem dá é o seu corpo. Se eu tenho condições de fazer uma meta todo o dia, eu pego a cana que dá pra eu fazer. Se tenho condições de produzir só um salário, então faço só um salário (Ivan, 28 anos, Engenho Jaguaré/Sirinhaém, jan. de 2015).

O lucro auferido pelos proprietários com a exploração do trabalhador rural é escondido por trás do discurso do “trabalho por produção” que se revela, com efeito, uma sobrecarga de trabalho acionada até o limite que o corpo suporta. Essas condicionalidades do trabalho na cana, que empurram o indivíduo para o limite do seu ser, contribui para que este ator social busque em outro tipo de trabalho aquilo que lhe é negado enquanto trabalhador rural. É nessa conjuntura que o entrevistado abaixo, o Evair, também confirma sua percepção acerca da exploração que ocorre nos canaviais:

A cana é ruim. Tem muita gente que morreu à noite já. A máquina vinha e passava por cima porque o trabalhador se enrolava na palha (da cana) quando ele dormia de tão cansado que tava. O trabalho na cana é suado. O pessoal do campo, tem quinzena que é R\$ 500,00. Só o super trabalhador (também chamado de barbeiro: é aquele que corta mais cana que os demais) é que ganha uns R\$ 700,00 (por quinzena). Ele corta 8 ou 9 toneladas por dia. Mas já teve quem cortava 11 toneladas, um caminhão de cana! O usineiro dá um prêmio para quem se destacar. Mas com duas, três safras, ele (o trabalhador) não aguenta mais não. O cabra sai de quatro horas da manhã e chega de cinco horas (da tarde) em casa. Quem guenta? Aguenta não! (Evair Silva, 34 anos, Engenho Ubaquina/Sirinhaém, jan. de 2015).

Segue abaixo imagens do Engenho Ubatinha, localizado no município de Sirinhaém, Zona da Mata Sul de Pernambuco, lugar da infância e da vida adulta de alguns dos entrevistados.

Foto 6 – Engenho Ubatinha – Município de Sirinhaém/PE



**Fonte:** Pesquisa de campo realizada no ano de 2015

Foto 7 – Entrada da Usina Trapiche e do Engenho Ubatinha – Sirinhaém/PE



**Fonte:** Pesquisa de campo realizada no ano de 2015

Foto 8 – Trem antigo da Usina Trapiche – Sirinhaém/PE



**Fonte:** Pesquisa de campo realizada no ano de 2015

Foto 9 – Usina Trapiche – Sirinhaém/PE



**Fonte:** Pesquisa de campo realizada no ano de 2015

Para Evair, nascido e criado no engenho Ubaquinha, município de Sirinhaém, o trabalho no campo é tão desgastante que se o trabalhador tentar ganhar uma remuneração melhor ele terá de se tornar obrigatoriamente um *supertrabalhador*, cortando até onze toneladas de cana por dia. O que, por certo, inviabilizaria sua permanência no trabalho em decorrência de um provável esgotamento corporal por tanto esforço físico.

Sobre esse aspecto, uma pesquisa realizada por Verçosa (2016) nos canaviais alagoanos sobre o trabalho na cana e as implicações na saúde do trabalhador rural, comprovam, a partir de uma série de exames, como o cardiorrespiratório e o teste ergométrico, o profundo desgaste físico e moral que acompanha este tipo de ocupação.

No que tange à pesquisa feita neste trabalho, vemos que se levamos em consideração que de forma unânime os entrevistados relataram ter começado a trabalhar na cana desde a infância ou começo da adolescência, ao chegar na maior idade ele já é um trabalhador experiente, com alto nível de fadiga corporal e com uma certa frustração por se perceber quase como uma máquina de cortar cana:

Eu nasci aqui, infelizmente, no engenho mesmo, na usina Trapiche a quem pertence o engenho Ubaquinha. Meu pai era trabalhador daqui. Agora ele está aposentado. Mas toda a família trabalha aqui. Tenho 5 irmãos, a maioria trabalha aqui. Eu fui trabalhar no campo com treze anos. Novo né? Eu cortava mato, abria levada, cortava cana, depois fui para a usina. As crianças faziam o serviço mais maneiro, e ganhavam meio salário. Minha mãe adoeceu, meu pai era separado, e eu tive de ir trabalhar para sustentar a casa, não tinha outra opção a não ser isso. Eu trabalhei 7 anos (na cana), até os 20 anos, aí passei mais 7 anos na indústria (usina) na área de ensacamento (do açúcar). Eu acho que ganhava R\$ 80,00 por quinzena quando era criança, mas adulto eu ganhava mais ou menos R\$ 800,00 naquela época (Evair Silva, Engenho Ubaquinha/Sirinhaém, jan. de 2015).

A ocupação laboral na cana desde a infância e adolescência está ligada sobretudo ao que morar em um engenho significa no tocante à reprodução social das famílias ali residentes: uma obrigação. Digo isso, porque para continuar tendo acesso à morada é imprescindível que os membros da família estejam engajados nos negócios do dono da terra – procedimento similar ao que Sigaud (1979) constatou na década de 1960. Essa imposição, ao mesmo tempo em que possibilita que o proprietário tenha uma contínua quantidade de mão de obra à sua disposição, também dificulta que as famílias acionem outros tipos de atividades. No tocante a isto, não foram raras as vezes que esses jovens trabalhadores mencionaram a frustração que os pais sentiam por não terem lhes dado a possibilidade de concluírem seus estudos, ou mesmo cursar uma faculdade, e projetarem suas vidas para fora da cana.

Isso porque a vida dedicada ao trabalho nos canaviais fez com que o acesso aos estudos fosse encarado como desnecessário – um tipo de capital cultural (BOURDIEU, 2015) não disseminado nos engenhos –, que não concederia acesso a maiores remunerações, outros tipos de trabalhos ou mesmo melhorias nas condições de vida. Conforme falas dos trabalhadores abaixo:

**Entrevistado Evair:** Eu não tenho nenhum curso. Tenho até a oitava série (ensino fundamental). Minha mãe dizia, meu pai dizia: estuda. Eu dizia que estudo não valia de nada. Mas hoje eu sinto a falta de estudo. Deveria ter um emprego melhor. Ganhar bem. Mas para quem trabalha aqui (na cana) o estudo não faz diferença não. Se você não souber nem fazer um “A” (letra a), dá no mesmo. Você não perde nada não. Mas eu vou voltar ao estudo, porque na empresa (de Suape) se você quiser ganhar mais, ter um outro cargo, tem de ter estudo (Evair Silva, 34 anos, Engenho Ubaquina/Sirinhaém, jan. de 2015).

**Entrevistado Matos:** Deixei cedo o estudo para trabalhar. Comecei a trabalhar com 16 anos, hoje tenho 32. Meu primeiro emprego foi na cana. Fiz até a sexta série (ensino fundamental), e parei. Não tinha como estudar e trabalhar. Se fosse cortar cana na parte da manhã, às 15 horas eu tava em casa. Aí ia tomar banho e dormir um pouco, e o ônibus (escolar) passava às 17h30, aí não dava pra ir pro colégio (Matos M., 31 anos – Engenho Amaragi/ Município de Rio Formoso, fev. de 2015).

É em decorrência desses, dentre outros fatores, que os trabalhadores rurais veem o trabalho na cana como algo negativo e degradante, e que só não é indigno porque é dele que retiram o sustento familiar. Essa violência simbólica exercida no cotidiano dos trabalhadores rurais pelos donos de engenho e usineiros, da qual se pode citar: a negação da dignidade no trabalho, a negação do acesso à terra e a falta de autonomia para tomar suas próprias decisões no terreno cedido pela usina para morar com suas famílias, leva os trabalhadores a uma situação limite que os empurra para a resistência em virtude desses mecanismos excludentes. Ou melhor, os conduzem para aquilo que Bourdieu (2010, p. 125) denomina de uma “revolução simbólica contra a dominação simbólica”. Precisamente, isto significa dizer que:

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (...) para se fazer reconhecer (BOURDIEU, 2010, p. 125).

Essa “reapropriação de poder sobre os princípios de construção de sua própria identidade”, e também de sua vida enquanto um ator do mundo rural, parece induzir os trabalhadores rurais a acionar estratégias individuais e coletivas que buscam romper com os efeitos da dominação. Usando ainda aqui a afirmação do Bourdieu (2010, p. 125) de que “o estigma produz a revolta contra o estigma”, temos o paralelo de que o degradante trabalho na cana parece ser a força que produz uma reação contra este tipo de trabalho.

Sob esse ponto de vista, tem-se que as motivações para deixar a cana se circunscrevem em três tipos:

- a) A precariedade do trabalho nos canaviais: esse elemento vincula-se ao que foi dissertado mais acima acerca das péssimas condições de trabalho no campo, a pouca remuneração, o trabalho fatigante, a debilitação da saúde do trabalhador, a ausência de benefícios e a pouca possibilidade de ascender para outra atividade laboral dentro da usina que não seja o trabalho direto com a cana-de-açúcar.
- b) A falta de acesso à terra e da casa para morar: a falta de acesso à terra no engenho, que alguns dos jovens entrevistados relataram ter perdido após a concretização do casamento – além de afirmarem não poder construir uma nova casa sem a autorização da usina – se mostra como o principal fator de deslocamento entre os trabalhadores rurais. Isso porque, não ter uma casa no engenho ou no seu entorno significa uma perda material e simbólica enorme na concepção de mundo que estão inseridos, além de representar uma ruptura de vínculos com pessoas e modos de vida que sempre fizeram parte de sua estrutura social. Ir a Suape implica, portanto, na possibilidade de juntar o dinheiro necessário para ter uma casa na região. Isso se confirma, também, no fato de que as pessoas com mais idade com quem dialoguei afirmaram que não foram para Suape, primeiro, porque não tinham os estudos necessários; segundo, porque não tinham mais a disposição de tentarem se aventurar em um novo emprego com regras desconhecidas; e, terceiro, ponderavam que por já possuírem uma vida estabelecida no engenho com acesso à casa, e terem uma idade mais avançada, a usina jamais os expulsaria de lá.
- c) Estratégia da família/indivíduo de ascensão social e melhores ganhos financeiros: um outro fator de saída da cana está ligado àquilo que se pode

denominar de estratégia familiar. Como em grande medida os que conseguiram migrar para o porto foram os mais jovens (em decorrência de terem mais estudo, estarem mais preparados para as adaptações ao emprego na indústria e serem mais flexíveis às exigências das empresas no que concerne à intensificação da jornada de trabalho), a anuência e incentivo familiar se tornou imprescindível para o sucesso do deslocamento almejado pelos atores sociais desse rural imerso em contradições.

Esses tipos aqui criados não pretendem esgotar o tema, mas, antes, ser um norte analítico que permitirá compreender no decorrer do texto como todos esses fatores estão interligados nas trajetórias dos atores sociais pesquisados.

Assim, é a partir dessa compreensão mais ampla das dimensões que envolvem a vida dos trabalhadores rurais e sua rejeição ao trabalho nos canaviais, que podemos compreender o porquê da ida em massa de tantos trabalhadores para o porto de Suape.

Nesse contexto, quando surge entre eles os rumores que as empresas do complexo de Suape estavam contratando trabalhadores rurais, inicia-se uma jornada para o porto fazendo com que seus destinos sejam direcionados a outras possibilidades de se viver na região do açúcar.

#### 4.3 ALTERNATIVA AO TRABALHO NA CANA: A PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS SOBRE SEUS DESLOCAMENTOS PARA O PORTO DE SUAPE

Diante do cenário exposto anteriormente, o complexo de Suape surge no imaginário dos trabalhadores como uma possibilidade concreta de sair da cana. Quanto a isto, foi comum ouvir as seguintes frases narrando a “saída” do campo (trabalho na cana):

**Entrevistado Ledino:** Eu ouvia falar de Suape, todo mundo ouvia, diziam que era bom, que ganhava melhor que no campo, que tinha as *vantagens*, então eu fui (Ledino, 26 anos, Engenho São Paulo, Ipojuca, jan. de 2015).

**Entrevistado Marcos A.:** Quando ouvi falar que Suape começou a funcionar era (o ano de) 2007, e eu não tinha nem noção de como era. Foi em 2011 que eu saí (da cana). Um amigo meu da usina levou o meu currículo para Suape. Sair do campo (cana) era um sonho. O campo (trabalho na cana) escraviza muito, acaba com o homem porque é um trabalho pesado. Depois que abri meus olhos era uma vontade muito grande de trabalhar em empresa grande e que não tem nem comparação com o

campo (cana) né? Toda regalia, plano de saúde, trabalhar fardado, essas coisas. Eu achava muito legal né! Então eu abri os olhos assim, virei a cabeça e pensei: “Rapaz, tenho que sair daqui!”. Quando fui pra Suape meus olhos brilharam! (Marcos A., 29 anos, Sirinhaém, jan. de 2015).

Assim, se antes não havia alternativas concretas ao trabalho na cana na Zona da Mata Sul, agora seus moradores visualizavam uma oportunidade com a chegada do porto. Contudo, o “ir” envolveu uma série de fatores que possibilitaram a um determinado tipo de trabalhadores migrar para as empresas do porto de Suape.

Segue abaixo quadro informativo que caracteriza os trabalhadores entrevistados, no tocante a quem são, idade, escolaridade, renda familiar, autodeclaração étnico-racial, e trabalho dos seus pais:

Quadro 2 – Perfil dos trabalhadores entrevistados

Nome/idade	Autodeclaração	Local de moradia	Estado civil	Escolaridade	Profissão pai/mãe	Renda média mensal da família
1- Roberto – 29 anos	Negro	Engenho Ubaquinha –Sirinhaém	Solteiro	Ensino médio completo	Trabalhador rural	5 salários mínimos
2- Marcos A. – 29 anos	Pardo	Rua – Sirinhaém	Casado	Ensino médio incompleto	Trabalhador rural	2 salários mínimos
3- Luiz C. – 27 anos	Branco	Rua – (Distrito Camela/Ipojuca)	Solteiro (vive junto)	Ensino fundamental incompleto	Trabalhador rural	3 salários mínimos
4- Amauri – 26 anos	Moreno	Engenho São Paulo – Camela/Ipojuca	Solteiro (vive junto)	Ensino fundamental incompleto	Trabalhador rural	2 salários mínimos
5- Manuel – 65 anos	Moreno	Rua – Rio Formoso	Casado	Nunca frequentou a escola	Trabalhador rural	2 salários mínimos
6- Carlos – 36 anos	Pardo	Engenho Ubaquinha (Sirinhaém)	Solteiro	Ensino médio completo	Trabalhador rural/Dona de casa	4 salários mínimos
7- Wellington – 34 anos	Negro	Rua – (Distrito Camela/Ipojuca)	Casado	Ensino médio completo	Trabalhador rural	1 salário mínimo
8- Ledino – 24 anos	Moreno	Engenho São Paulo (Distrito Camela/Ipojuca)	Solteiro (vive junto)	Ensino médio completo	Trabalhador rural	2 salários mínimos
9- Erinlado -23 anos	Moreno	Rua – (Distrito Camela/Ipojuca)	Solteiro	Ensino médio incompleto	Trabalhador rural	2 salários mínimos
10- Edivaldo – 25 anos	Moreno	Engenho São Paulo (Distrito Camela/Ipojuca)	Solteiro	Ensino médio incompleto	Trabalhador rural	7 salários mínimos
11- Samuel – 27 anos	Moreno	Rua – Rio Formoso	Casado	Ensino médio incompleto	Marchante de Gado/ Empregada doméstica	1 salário mínimo
12- Elizeu – 25 anos	Moreno	Rua – Rio Formoso	Solteiro	Ensino médio incompleto	Trabalhador rural	1 salário mínimo
13- Joseilton – 21 anos	Moreno	Assentamento Unicape Rio Formoso	Solteiro	Ensino fundamental incompleto	Trabalhador rural	2 salários mínimos
14- Rodrigo – 26 anos	Moreno	Engenho São Paulo – (Distrito Camela/Ipojuca)	Solteiro	Ensino fundamental incompleto	Pedreiro/Empregada doméstica	1 salário mínimo
15- Rogério – 36 anos	Moreno	Rua – Escada	Solteiro (vive junto)	Ensino fundamental incompleto	Trabalhador rural	1 salário mínimo
16 – Welton – 29 anos	Moreno	Assentamento Amaragi – Rio Formoso	Solteiro (vive junto)	Ensino fundamental incompleto	Trabalhador rural	2 salários mínimos
17- Hilton -48 anos	Negro	Rua – Sirinhaém	Solteiro (vive junto)	Ensino fundamental incompleto	Trabalhador rural	5 salários mínimos
18- Edson – 45 anos	Moreno	Rua – Sirinhaém	Solteiro (vive junto)	Ensino fundamental incompleto	Trabalhador rural/Dona de casa	2 salários mínimos
19- Ivan – 28 anos	Negro	Rua – Sirinhaém	Solteiro	Ensino médio completo	Trabalhador rural	3 salários mínimos
20- Matos M. – 31 anos	Negro	Assentamento Amaragi (Rio Formoso)	Casado	Ensino fundamental incompleto	Trabalhador rural/ Dona de casa	1 salário mínimo
21- Edvaldo – 27 anos	Branco	Engenho Jaguaré (Sirinhaém)	Casado	Ensino médio completo	Trabalhador rural	1 salário mínimo
22- Evair – 34 anos	Pardo	Rua – Cabo/Sirinhaém	Solteiro	Ensino fundamental incompleto	Trabalhador rural	2 salários mínimos
23- Lucas – 27 anos	Branco	Engenho São Paulo (Ipojuca)	Solteiro	Ensino médio completo	Trabalhador rural	2 salários mínimos
24- Leonardo – 26 anos	Moreno	Assentamento Unicape (Rio Formoso)	Solteiro	Ensino médio incompleto	Trabalhador rural	2 salários mínimos

Fonte: pesquisa de campo realizada em 2014 e 2015

O quadro acima, além de apontar para um perfil dos entrevistados revela um certo padrão entre aqueles que foram a Suape. Dentre os quais, ressalta-se que:

- a) O deslocamento para Suape foi feito principalmente pelos jovens do meio rural da Zona da Mata Sul, com uma predominância dos solteiros e/ou solteiros que “vivem junto” com uma companheira, e que nunca haviam tido uma experiência de trabalho fora dos canaviais. Com a exceção de um jovem entrevistado, o Joseilton de 21 anos, que até o momento da realização da entrevista, 2015, ainda não tinha conseguido ingressar em Suape.
- b) O deslocamento dos mais jovens para Suape talvez indique uma maior disposição em arriscar sair da cana. Quando questionava os trabalhadores com mais idade sobre a recusa em ir a Suape, afirmavam que não estavam dispostos a se “arriscar”. Soma-se a essa informação, o fato de as empresas em Suape terem preferido contratar os trabalhadores mais novos e com maior escolaridade. Isso revela que, por trás da vontade de sair da cana, há uma série de condicionalidades que podem, ou não, concretizar o desejo de partir.

Os trabalhadores apontaram que a diferença entre trabalhar no porto e na cana já começa pelo processo seletivo, pois a forma de concorrer às vagas disponíveis era por meio da elaboração de um currículo, da realização de entrevistas e de exames médicos. Esse choque de mundos distintos gerou uma certa insegurança entre os que foram para Suape:

Teve um amigo que me indicou para trabalhar no Estaleiro Atlântico Sul. Mas eu não ouvia falar em Suape. Era raro em 2007. Meu irmão foi o primeiro a ir para Suape. O meu amigo disse que ia me colocar como ajudante geral. Eu falei para ele que qualquer coisa eu faria. Aí fiz a entrevista e fui para lá. A primeira vez que fiz seleção não tive medo de fazer entrevistas, mas sim dos exames (médicos), eram uns 15 exames. Na usina fazia só um exame e mandava pra área de trabalho. Eu tive muito medo dos exames. Mas da entrevista não tive medo. Fui desenrolando (Matos M., 31 anos, Engenho Amaragi/Município de Rio Formoso, fev. de 2015).

O currículo, a entrevista, a rotina dos exames e a ansiedade de esperar a ligação da empresa para iniciar o trabalho mostraram-se um novo tipo de linguagem a ser dominada, e isso não foi facilmente assimilado por eles. Além disso, o medo da avaliação médica

correspondia a um problema real: a possibilidade de estarem adoecidos em decorrência de anos de trabalho na cana-de-açúcar. Diante desses fatores, percebi que a hesitação com os procedimentos da seleção ligava-se ao estranhamento com o tipo de trabalho que os aguardava no porto, e que “exigia tantos exames”. Daí, era corrente a afirmação entre eles que a diferença entre o trabalho em Suape e na cana já começava pelo currículo:

No dia em que entreguei o currículo fiquei nervoso. Porque é diferente a forma de seleção de uma empresa de fora com a usina. Na usina você só faz um exame. Hoje já tem dois (audiometria e hérnia). Mas quando entrei só era um, o de hérnia. Lá são 12 exames. E tem a questão da ficha (que preenche no processo de seleção); aqui (na usina) você não preenche ficha. Lá tinha ficha pra preencher, e fiquei nervoso por ter tanto papel, mas feliz por ter a oportunidade de sair do campo (se refere à cana), e era algo que eu estava buscando, e quando eu vi na minha frente eu me apavorei, e acho que fui a pessoa que mais demorou para preencher as fichas. Preenchi e fui pra entrevista, porque o pessoal queria pegar logo o pessoal pra trabalhar. A entrevista foi com uma psicóloga. E me deram um papel no mesmo dia para abrir uma conta. E me deram um papel para fazer exame no sábado. Tudo num dia só (Ivan, 28 anos, Engenho Jaguaré/Sirinhaém, jan. de 2015).

Ainda sobre o estranhamento com o processo de seleção, e como ocorre a inserção dos trabalhadores rurais no porto, o entrevistado Lucas afirma que:

Foi através de um colega meu que já estava lá que eu entrei. Ele me indicou. Ele falou para o encarregado dele: “Pô, a turma lá (do meio rural) trabalha com cana, sempre com cana”. Aí ele disse que ia chamar quando tivesse vaga. Aí quando surgiu vaga, ele mandou fazer um currículo. Até um tempo atrás eu não tinha currículo nem nada, porque na usina não precisa de currículo. Eu dei o currículo e com menos de uma semana eu fui chamado para fazer entrevista e exames. Fiz o (exame) psicotécnico também, e fiquei com medo de não passar (Lucas, 27 anos, Engenho São Paulo/Município de Ipojuca, jan. de 2015).

A forma primordial que o morador de engenho se insere em Suape é por meio de uma rede de solidariedade dos amigos do engenho, que ao ingressarem lá levam outros consigo. Sobre esse aspecto, Lima e Conserva (2006) apontam que as estruturas de redes construídas entre os trabalhadores têm como objetivo uma inserção mais fácil no mercado de trabalho, posto que nem sempre as circunstâncias e os recursos econômicos são favoráveis para que se tenha acesso às vagas disponíveis, e, mais ainda:

uma das características fundamentais das redes sociais é a difusão de informação, possuindo um caráter utilitário nas relações sociais de forma geral. As redes podem ser consideradas como um conjunto de relações

construídas pelos indivíduos a partir do meio social originário, através das quais se manifestam condicionamentos sociais sobre os quais elas atuam, transformando-os na busca da resolução de problemas cotidianos (LIMA; CONSERVA, 2006, p. 75).

Essa constatação deslindada por Lima e Conserva sobre a ligação que há na construção das redes com seu meio social originário, também pode ser encontrada em trabalhos que analisaram a inserção de indivíduos que migraram do meio rural à procura de empregos em outras localidades, como no caso apontado por Durham ao afirmar que:

Quando o trabalhador rural se desloca à procura de emprego, segue as rotas que foram seguidas por parentes e amigos antes dele. Ele vai com conhecidos, ou à procura de conhecidos, que sabe estar em tal ou qual lugar. Os lugares que ele conhece são aqueles que fazem parte da experiência passada da sua comunidade e são as relações pessoais que servem de ponto de apoio à movimentação espacial (DURHAM, 1984, p. 137).

Conforme assinalado por Durham, e Lima e Conserva, destaco que o sentido dessa estratégia acionada pelos trabalhadores rurais em Suape servia não só para compartilhar com os colegas “os benefícios do trabalho de Suape”, mas também para construir no trabalho uma *rede de proteção e interdependência* com os que vinham do engenho. O alto índice de coesão social entre eles tinha, portanto, o propósito maior de proteção, permanência no emprego e adaptação à nova realidade vivenciada. Nessa linha de raciocínio, Lima e Conserva dissertam que a utilização das redes não objetiva apenas a procura do emprego como também a “sua manutenção e sua mobilidade ocupacional” (LIMA; CONSERVA, 2006, p. 73).

Deste modo, pode-se destacar que à medida em que esta *rede de proteção e de interdependência* os protegia contra eventuais injustiças, fazia com que o trabalho nas empresas de Suape se tornasse mais agradável. De fato, um dos elementos que pude constatar na pesquisa de campo revelava-se na satisfação que possuíam de ter a presença dos amigos do engenho no mesmo espaço de trabalho. Este dado aponta para as dimensões simbólicas que perpassam o mundo rural e que motivam a ação de seus agentes, visto que, mesmo fora do rural enquanto espaço físico, esses trabalhadores levavam consigo as categorias de pensamento ordenadoras desse mundo social (BOURDIEU, 2010).

Neste sentido, a rede de sociabilidade forjada no engenho vai para o emprego em Suape, fazendo com que prefiram estar entre os seus amigos do que entre os demais colegas de trabalho: “Lá (Suape) também tem gente do engenho, aí eu convivo mais com gente do engenho porque eles já sabem como eu brinco, quando eu estou bem, aí eu me sinto melhor

com eles, mas também convivo com pessoas de outros lugares” (Lucas, 27 anos – Engenho São Paulo/Município de Ipojuca, jan. de 2015). A sociabilidade se revela como um atributo relevante de convivência “sociável” no mundo, como destaca Simmel (2006, p. 65), e no caso dos trabalhadores rurais, fornece-lhes um significado ao trabalho em Suape e um sentido de pertencimento a uma rede social em comum.

Esse tipo de interação, mediada pela proximidade e por uma relação quase que familiar, leva-os a agir baseados no afeto construído nas experiências comuns do engenho, e não na lógica da impessoalidade usualmente relatada sobre o trabalho nas empresas urbanas. No tocante a isto, Ivan afirma que:

A gente faz amizade no trabalho porque vem do mesmo lugar, os pais são os mesmos, pessoas que batalharam. E aí tem união. A gente foi criado de uma forma que hoje a gente não vê mais. Hoje as pessoas perderam sua origem. Lá (em Suape), a gente faz um culto no intervalo e prega para as pessoas. Eu sou responsável pelo culto. É muito bom isso. A principal diferença entre uma pessoa nascida e criada no campo e a pessoa de fora é a sinceridade. Se dá, dá. Se não deu, não deu. É de não querer agradar. A gente já é unido. Quando tem alguma coisa que envolve algum dos nossos colegas a gente se une. Uma vez cometeram uma injustiça com um colega, aí a gente disse pro encarregado: “Se ele for mandado embora, a gente vai embora todo mundo”. Foi um outro rapaz, que não tinha terminado o serviço e a culpa caiu sobre o nosso colega, mas depois o rapaz assumiu que tinha sido ele o culpado, mas a gente defendeu nosso colega. Nem importa se ele era da *rua* (pequenas cidades/vilarejos da Zona da Mata Sul), a gente tem amor por ele também. Eu corri o risco de perder o emprego, mas a gente prezou pela verdade (Ivan, 28 anos, Engenho Jaguaré/Sirinhaém, jan. de 2015).

Tem-se com isso que a ação forjada em decorrência dos vínculos sociais – mesmo com quem não é do engenho, mas sim da *rua*, como Ivan menciona –, evidencia uma conduta comportamental do meio rural que se desloca pelos espaços cujos atores transitam. Ou seja, um tipo de relação da qual, como aponta Wanderley, “resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família etc.” (WANDERLEY, 2000, p. 88).

Essas representações particulares forjadas no mundo dos engenhos e ordenadoras de práticas sociais dizem respeito a valores morais e religiosos, companheirismo e empatia com aquele que é visto como semelhante e que possui a mesma origem e igualdade financeira e social.

Contudo, a despeito dos vínculos interpessoais serem centrais na sociabilidade no trabalho, eles não são os definidores da permanência, nem mesmo da tomada de decisão de ir

para Suape. Isso porque, esse deslocamento vincula-se, primeiramente, a uma escolha pessoal ou familiar e, em segundo lugar, a busca por um trabalho que ofereça melhores recursos financeiros e que possibilite a construção de novos projetos de vida.

#### 4.3.1 AS MOTIVAÇÕES PARA PERMANECER EM SUAPE E AS INCERTEZAS COM RELAÇÃO AO EMPREGO

Acerca das motivações para continuar trabalhando em Suape, os entrevistados destacam: as melhores condições no ambiente de trabalho, os melhores salários – se comparado com a cana –, a possibilidade de mudar de cargo – que não existia no trabalho rural –, a possibilidade da qualificação profissional nos cursos oferecidos pelas empresas e os benefícios de trabalho.

Enfim, há a disseminação da ideia de que com o trabalho em Suape se adquire uma profissão enquanto que as atividades canavieiras são vistas como não especializadas, podendo ser executadas por qualquer pessoa. Em uma palavra, o trabalhador do campo se vê apenas como um cumpridor de tarefas.

No quadro abaixo é possível comparar o tipo de trabalho e remuneração obtida entre o trabalho nos canaviais e as empresas de Suape.

Quadro 3 – Comparação entre a remuneração na cana e nas empresas de Suape

Nome	Trabalho exercido na cana	Remuneração (do último trabalho)*	Trabalho exercido em Suape	Remuneração (do último trabalho)**	Quantidade de empresas que trabalhou em Suape	Trabalho atual: cana ou Suape***	Empresa atual de Suape/última empresa que trabalhou****
1- Roberto	Cortador de cana, bituqueiro, embolador	R\$ 700,00	Ajudante geral; montador; mecânico	R\$ 2.675,00	2	Desempregado	Lusa Engenharia
2- Marcos A.	Cortador de cana, aplicador de herbicida	R\$ 800,00	Ajudante geral (lixador e carpintaria)	R\$ 1.250,00	4	Desempregado	Queiroz Galvão Engenharia
3- Luiz C.	Bituqueiro	R\$ 570,00	Ajudante de armador; Meio oficial de andaime	R\$ 1.150,00	2	Suape	Estaleiro Atlântico Sul (EAS)
4- Amauri	Atrrelador; embolador, auxiliar de cabo	R\$ 830,00	Ajudante de pedreiro	R\$ 1.200,00	3	Cana	Consórcio Express way
5- Manuel	Todo serviço de engenho: cortador de cana, bituqueiro, embolador, cambitou, cavador suco, aplicador de herbicida	R\$ 800,00	Ajudante de Armador	R\$ 1.322,00	1	Aposentado	Consórcio Rnest-Conest
6- Carlos	Ajudante de caldeira/usina	R\$ 1.200,00	Ajudante (Servente)	R\$ 1.500,00	1	Desempregado	Tomé Engenharia
7- Wellington	Cortador de cana	R\$ 800,00	Ajudante; Marteleiteiro	R\$ 1.332,00	5	Desempregado	Galvão Engenharia
8- Ledino	Cabo	R\$ 1000,00	Montador de andaime	R\$ 2.500,00	5	Suape	Estaleiro Atlântico Sul
9- Erinlado	Limpador de mato, bituqueiro, aplicador de herbicida	R\$ 800,00	Solda, auxiliar de elétrica	R\$ 1.250,00	4	Suape	Manduri Engenharia
10- Edivaldo	Bituqueiro	R\$ 800,00	Ajudante geral (pintor, carpinteiro e elétrica)	R\$ 1.200,00	4	Suape	Consórcio Ipojuca
11- Samuel	Limpador de mato	R\$ 600,00	Pedreiro, ajudante geral (carpinteiro)	R\$ 1.300,00	3	Desempregado – Moto táxi	Camargo Corrêa
12- Elizeu	Limpador de mato, cobrir a Cana	R\$ 500,00	Ajudante de armador	R\$ 1.150,00	1	Desempregado	Camargo Corrêa
13- Joseilton	Bituqueiro	R\$ 600,00	Não trabalhou em Suape	-	-	Cana	-
14- Rodrigo	Embolador de cana	R\$ 700,00	Ajudante de pedreiro e terraplanagem; apontador de caminhão	R\$ 1.200,00	3	Desempregado	Empresa de Engenharia
15- Rogério	Cortador de cana, embolador, limpador de mato	R\$ 800,00	Ajudante	R\$ 1.100,00	1	Desempregado	Empresa de engenharia terceirizada
16 – Welton	Cortador de cana, bituqueiro,	R\$ 600,00	Ajudante, pedreiro (líder)	R\$ 1.400,00	3	Suape	TNE – Empresa de caldeiraria
17- Hilton	Cortador de cana, bituqueiro	R\$ 800,00	Soldador	R\$ 2.600,00	2	Suape	Estaleiro Atlântico Sul
18- Edson	Cortador de cana	R\$ 800,00	Ajudante geral de construção civil	R\$ 1.200,00	1	Suape	Terceirizada Jauru, no Estaleiro Atlântico Sul
19- Ivan	Ajudante de cabo, semeador de adubo, aplicador de herbicida, ajudante de cozinhador de açúcar	R\$ 640,00	Ajudante de pedreiro, ajudante de produção, lixador (esmerilhador)	R\$ 1.530,00	7	Suape	Estaleiro Vard Promar

20- Matos M.	Cortador de cana	R\$ 345,00	Ajudante geral., armador de ferragem,	R\$ 1.600,00	6	Desempregado – roda táxi	Camargo Côrrea
21- Edvaldo	Bituqueiro	R\$ 700,00	Ajudante de carpinteiro, ajudante de soldador	R\$ 1.000,00	2	Fora de Suape – trabalha em um “Mercadinho de alimentos “ – Faz cursos para se inserir novamente	CCI prestadora de serviços para o EAS
22- Evair	Cortador de cana, limpador de mato	R\$ 800,00	Ajudante de limpeza, soldador, ajudante geral	R\$ 2. 100,00	5	Desempregado	Consórcio Ipojuca
23- Lucas	Cortador de cana, bituqueiro, cabo	R\$ 680,88	Ajudante de pedreiro, montador de andaime, ajudante de máquinas especiais, meio oficial	R\$ 1.164,46	2	Fora de Suape – Trabalha em um “condomínio” e faz cursos para se inserir novamente	Estaleiro Atlântico Sul
24- Leonardo	Limpador de mato, bituqueiro	R\$ 500,00	Ajudante geral, carpinteiro	R\$ 1.600,00	1	Desempregado	Consórcio Rnest Conest

**Fonte:** pesquisa de campo realizada em 2014 e 2015

\*Valor referente à média do salário na época que saiu do trabalho na cana. Aproximadamente entre 2009-2011.

\*\*Valor referente ao cargo mais recente ocupado na empresa.

\*\*\*O termo “desempregado” refere-se aos trabalhadores que mesmo estando fora de Suape não querem mais voltar para os canaviais e, em decorrência disso, fazem algum curso de capacitação e/ou qualificação para se inserir novamente no porto. Já “aposentado”, refere-se ao caso de um homem que já era aposentado como trabalhador rural por ter trabalhado 46 anos fichado na usina Cucaú/ Rio Formoso. Decidiu “se arriscar” em Suape, como ele fala, porque já era aposentado e queria ver como era o trabalho lá. Só conseguiu um único vínculo de emprego na época em que as empresas que construíram a refinaria Abreu e Lima contratavam muita gente. Hoje, já não consegue mais.

\*\*\*\*O termo “Empresa de Engenharia” refere-se ao tipo de empresa, mas que o trabalhador não consegue pronunciar o nome e/ou não lembra o nome da firma.

Como podemos observar, há um certo grau de rotatividade entre os trabalhadores nas empresas de Suape com entrevistados tendo relatado passar por mais de quatro empresas em um curto espaço de tempo:

Oxe! Eu saí porque aprendi que firma é assim: tanto faz você passar um ano, dois anos, quanto passar um mês, dois meses. Pronto! Por exemplo, agora fiquei oito meses no Consórcio Ipojuca, aí depois colocaram tudo pra fora. Mas já passei por cinco, dez consórcios lá já. Agora no momento estou parado, estou no seguro (Evair S., 34 anos, Engenho Ubaquina/Sirinhaém, jan. de 2015).

Isso ocorre porque as empresas e consórcios da área de construção civil são as que menos oferecem estabilidade profissional – sendo grande o número de demissão e admissão de funcionários no decorrer das obras – e foram as que mais ofereceram emprego aos trabalhadores egressos do campo. Talvez por isso, se tornou comum ouvir que por conhecerem o funcionamento de Suape procurariam se capacitar profissionalmente a fim de entrar nas melhores companhias.

O quadro também evidencia que em comparação com a cana os maiores salários recebidos em Suape se mostram um diferencial. Em entrevista realizada com o diretor de fiscalização do *Sindicato dos Trabalhadores da Construção de Estradas, Pavimentação e Terraplanagem (SINTEPAV-PE)*, apurei que a média salarial no ano de 2015 para o trabalhador da área de construção e consórcios de engenharia em Suape era de R\$ 1.232,00 para profissional, e R\$ 963,60 para o ajudante, sem contar com valor de horas extras e outras bonificações.

Contudo, um dado mencionado pelos trabalhadores rurais era que para eles a maior diferença de Suape com a cana não estava no salário em si, mas nas *vantagens*, ou, como muitos preferem afirmar, nas *regalias* do emprego industrial. Essas *vantagens* seriam, portanto, todo tipo de benefício trabalhista que as empresas de Suape oferecem e a agroindústria não.

No quadro abaixo, as *vantagens* foram tipificadas em dois tipos, as *vantagens* “tipo objetivas” e as *vantagens* “tipo imaterial”, para em seguida ser comparada com o que o trabalho nos canaviais da Zona da Mata Sul concede ou não aos trabalhadores:

Quadro 4 – As vantagens de Suape

Vantagem tipo objetiva – Suape	Trabalho na agroindústria	Vantagem tipo imaterial – Suape	Trabalho na agroindústria
Ônibus com ar-condicionado	Ônibus simples	Serviço leve	Serviço pesado
Fardamento completo	Não obrigatório e/ou não disponibilizado	Trabalho na sombra	Trabalho no sol
Cartão alimentação entre R\$ 220,00 e R\$ 350,00	Algumas usinas concedem o valor de R\$ 30,00	Momento para descansar	Sem descanso
Plano de saúde	Não oferece	Sentimento de valorização do ser enquanto profissional	Sente-se um homem-máquina
Plano dentário	Não oferece		
Seguro de vida	Não oferece		
Hora extra com acréscimo real no salário	Não oferece		
Férias remuneradas	As férias não se aplicam a todos, pois a maioria trabalha por safra		
Seguro desemprego	O seguro desemprego não se aplica a todos, pois a maioria trabalha por safra		
Cartão farmácia	Não oferece		
Refeitório com café da manhã e almoço	Não oferece – o trabalhador leva a refeição de casa		
Cursos técnicos e/ou de capacitação	Não oferece		

**Fonte:** pesquisa de campo realizada em 2014 e 2015

As *vantagens* adquirem um *status* diferenciado quando comparadas com as desvantagens do trabalho na cana-de-açúcar e, além disso, correspondem a uma série de direitos trabalhistas experimentados por outras categorias profissionais. Essas *vantagens* são atreladas pelos entrevistados à recente expansão de Suape na região:

Eu entrei (em uma empresa do porto) como ajudante de pedreiro. Ganhava mensal R\$ 540,00 no começo. Era mais que a cana por conta das *vantagens*. Mas eu tinha o vale transporte, o vale alimentação, o plano de saúde que coloquei pra meu menino, e também coloquei o nome do meu pai e minha mãe. Mas hoje no novo emprego já ganho R\$ 1.300,00 mais as *vantagens*. Aí me senti, de certa forma, valorizado (Ivan, 28 anos – Engenho Jaguaré/Sirinhaém, jan. de 2015).

Deste modo, as *vantagens* são encaradas pelo trabalhador que vem do meio rural como um elemento positivo que se sobressai ao próprio salário. Isso porque, o trabalhador se sente valorizado – *vantagem* imaterial –, não por causa de Suape em si, mas por ver que o seu trabalho é recompensado para além do que a empresa é obrigada a fazer por lei. Seguindo essa reflexão, Ivan vê na negativa das usinas em conceder melhorias ao trabalho na cana como uma falta de reconhecimento do trabalhador rural enquanto um ser merecedor de tais benefícios:

Aquela questão: no campo não tem mordomia nenhuma. Por conta disso, eu disse e digo, se tem uma pessoa que merece ganhar um salário digno, é o trabalhador do campo. Porque ele faz de tudo e não é reconhecido. Não é bem tratado. É massacrado. Uma pessoa que lava banheiro em uma empresa tem todos os benefícios. Já uma pessoa que acorda 4 horas da manhã para cortar cana, não tem essas *vantagens*. E uma usina pode dar isso. Porque se tem uma pessoa que é rica é o usineiro, são pessoas altamente ricas. O trabalhador rural é maltratado por esse lado. Ele deveria ser tratado da mesma forma. Deveria ter direito a um vale transporte, vale refeição, seguro de vida decente e plano de saúde. Sem saúde o ser humano não é nada. Eu tenho essas *vantagens*, mas a saúde é o mais importante. Coisa que a gente não tem no campo (Ivan, 28 anos – Engenho Jaguaré/Sirinhaém, jan. de 2015).

Nessa conjuntura de maior diversidade produtiva da Zona da Mata Sul os trabalhadores rurais querem mais que os *direitos* trabalhistas outrora conquistados na década de 1960 (SIGAUD, 1979). Até porque, naquilo que é obrigatório, as atividades laborais desenvolvidas nos canaviais têm sido usualmente regidas pela legislação trabalhista desde então. Todavia, eles querem um trabalho mais valorizado e buscam para isso não depender mais da sazonalidade do trabalho na cana como única forma de reproduzirem-se socialmente. Portanto, as *vantagens* seriam o que melhor descreve os anseios dos trabalhadores rurais no tocante à dignidade do trabalho e de como almejam ser tratados pelos usineiros no campo. A fim de exemplificar como analisam o impacto das *vantagens* adquiridas em suas trajetórias, as falas abaixo são reveladoras:

a) Com relação às *regalias* do trabalho:

A diferença em Suape é que você pega no trabalho às 8h da manhã e, às 11h você para. Aí tem duas horas de descanso. Lá tem almoço bom, água gelada. Aqui no campo não tem isso. Aí todo mundo para (encerramento do expediente na empresa) de 5h (17h). Aí vai pro ônibus. Tem ar, cadeira boa. Aí tem uma puta diferença, não se compara não! Na cana é uma carroça de boi, um caminhão feito baú (que transporta os trabalhadores). Outra diferença é o plano de saúde, seguro de vida. Lá na empresa era 150 mil, 200 mil se eu morresse. Eu coloquei pra minha esposa (Evair S., 34 anos, Engenho Ubaquina/Sirinhaém, jan. de 2015).

b) Com relação ao “serviço leve atribuído” às empresas do complexo, o entrevistado Evair afirmava que “Suape não tem trabalho cansativo. Já teve semana de eu ficar lá sem fazer nada. Suape é como comer doce e depois tomar água gelada (...)”.

c) Sobre as férias e o seguro desemprego, ouvia-se recorrentemente afirmações como:

**Entrevistado Lucas:** agora já consegui até tirar férias. Antes as férias da gente era quando estava desempregado, quando acabava os seis meses (período da safra). Falei até pra minha namorada que “hoje consegui tirar férias, nunca tinha conseguido” (Lucas, 27 anos, Engenho São Paulo, Ipojuca, dez. de 2014).

**Entrevistado Ivan:** Aí quando saí (da primeira empresa que trabalhou) fiquei no seguro desemprego. E aqui no campo (trabalho na cana) pra você pegar o seguro desemprego você tem que trabalhar na entressafra (no inverno), aí você trabalha nesse período, trabalha a safra, aí quando termina a safra é que a empresa dá. Lá não (em Suape). Trabalhei 48 dias, aí quando saí me deram. Toda empresa, a não ser a usina, é assim. Até isso na cana é diferente! (Ivan, 28 anos, Engenho Jaguaré, Sirinhaém, dez. de 2014).

Outro dado apontado nas falas dos entrevistados diz respeito à rescisão do contrato de trabalho (pedir a conta), que é visto por eles como uma novidade e como um benefício, uma *vantagem*, quando comparado com a cana. Isto porque, ao ser demitido, passa-se a ter acesso à indenização trabalhista.

Todo ato que resulta em uma ruptura de contrato de trabalho entre o contratante e o contratado é encarado como uma oportunidade para pedir a conta, e no caso dessa ação partir da empresa, significa que ela deu as contas do trabalhador.

No auge da oferta de emprego em Suape alguns trabalhadores usaram deste artifício para auferir vantagens das empresas com as indenizações como uma forma de serem recompensados pela instabilidade do emprego em Suape que, nas palavras do entrevistado Evair, é um emprego que “é hoje e não é amanhã, você não pode fazer muitos planos não, (pois) quando menos imagina é demitido”. Alguns, inclusive, chegaram a afirmar que não gostavam de passar mais de um ano na mesma empresa para poder obter mais *vantagens* com o “pedir a conta”, e migrar para outro emprego.

A fim de compreender o porquê acionam essa estratégia – tendo em vista que a curto prazo teriam mais prejuízos do que benefícios, haja vista que não conseguiriam firmar relações duradouras no emprego, ou mesmo adquirir experiência – pude constatar que as razões vinculam-se a uma busca por autonomia e projeto de vida que, em última instância, passa pela necessidade de se ter uma casa, ou nas suas palavras “um terreno que seja meu”. No atual contexto, somente com esse artifício conseguiriam dinheiro suficiente para concretizarem seus planos – há relatos de trabalhadores que afirmam ter ganhado na faixa de até R\$ 25.000,00 por rescisão de contrato.

O ponto fundamental para se entender o porquê de terem utilizado esse artifício com certa constância se encontra no sonho de obter a casa e a *morada* como espaço de

sociabilidade e reprodução familiar – ato recorrentemente negado em face do monopólio da terra na região:

Agora tenho um terreno aqui que comprei com o dinheiro de Suape. Se não trabalhasse em Suape não conseguiria comprar porque até a rescisão de trabalho lá é diferente. Na cana não tem como comprar porque a gente só fica seis meses fichado (contrato de trabalho). Na última vez que trabalhei na cana a rescisão foi de R\$ 300,00. Na Odebrecht (empresa), a minha primeira rescisão foi de R\$ 6.500,00. Olha a diferença. Comprei logo um terreno com esse dinheiro (Luiz C., 27 anos, Engenho São Paulo, Ipojuca, dez. de 2014).

Se no começo as empresas colocavam os trabalhadores para fora de acordo com a sua vontade e ao seu tempo, ao dominar esse artifício a seu favor os trabalhadores passaram a “manipular” esse recurso trabalhista a fim de comprar uma casa ou um terreno na região que moravam.

Essa artimanha aponta, em certa medida, para uma estratégia de resistência acionada pelos trabalhadores rurais com a finalidade de obterem uma vantagem onde inicialmente seria visto como uma desvantagem e injustiça cometida pelas empresas. Sobre esses recursos acionados pelos trabalhadores rurais, Scott (2002) nos ajuda a pensar nesse tipo de ação empreendida como “formas cotidianas de resistência” cujo objetivo, como salienta:

Não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver – hoje, esta semana, esta estação – dentro dele. O objetivo comum dos camponeses, como Hobsbawn tão habilmente definiu, é “trabalhar o sistema no sentido das desvantagens mínimas” (1973:12). Assim, são consequências possíveis da persistente tentativa dos camponeses de se apropriarem de pequenas porções: o alívio, marginal, da exploração; a ampliação dos limites da renegociação das taxas de apropriação; a mudança do percurso do desenvolvimento subsequente e, mais raramente, a contribuição para a derrocada do sistema. Há, inclusive, a possibilidade de que a ação dos camponeses resulte em efeitos contrários às suas intenções de sobrevivência e de persistência. A luta por estas finalidades requer, dependendo das circunstâncias, a microrresistência, como vimos, ou ações mais dramáticas de autodefesa (SCOTT, 2002, p. 30).

No cotidiano do trabalho em Suape, não só o recurso de pedir a “conta” é usado como uma ferramenta de resistência, mas a própria relação de reciprocidade que os trabalhadores desenvolvem na indústria com a criação da *rede de proteção e interdependência* junto àqueles que possuem um mesma trajetória e destino em comum – como mencionado anteriormente –, são atos de resistência. Essas ações buscam fortalecer cada vez mais seus interesses e direitos diante de uma situação de injustiça e fragilidade compartilhada por eles.

Foi por meio desse tipo de mediação que muitos trabalhadores conseguiram, mesmo diante das dificuldades encontradas nesse novo tipo de emprego, alcançar aquilo que jamais poderiam obter com a cana, e superar as dificuldades encontradas no trabalho em Suape, tais como: as incertezas com relação à permanência no emprego em decorrência da rotatividade; e a falta de acesso aos cargos com melhor remuneração, sendo direcionados para os postos mais elementares das empresas como serviços de ajudante de obras, pedreiro, carpinteiro, montador, lixador, marceneiro, encanador, pintor e ajudante de soldador de navio.

Além disso, os trabalhadores rurais ressaltaram em suas falas a necessidade que sentiam de se empenhar mais que os outros no emprego por medo de serem demitidos. Assim, se no campo era o *trabalho por produção* que os fazia aplicar uma maior quantidade de força física em um menor espaço de tempo para poder receber um salário melhor, em Suape surgem novos mecanismos de sobrecarga de trabalho que é o trabalho por *produtividade*, o trabalhador *profissional*, o *estigma de ser ex-cortador de cana*.

#### 4.3.2 OUTRAS FORMAS DE CONTROLE: O PROFISSIONAL E A PRODUTIVIDADE

Ao almejar ser um *profissional* como um diferenciador entre os demais trabalhadores – os ajudantes – e, além disso, um mecanismo de permanência no trabalho, Marin (1979, p. 150-151) também destaca que “os profissionais (...) teriam maiores chances de aumentar seus salários, mas dentro de certos limites”, enquanto que os ajudantes-gerais “recebem, em geral, o salário mínimo regional (...)”. Tem-se, dessa forma, que há vários motivos para um trabalhador querer tornar-se um *profissional*: melhores salários, valorização no ambiente de trabalho e maior possibilidade de estabilidade no emprego.

Assim, em Suape, o trabalhador rural encontra duas formas de se tornar *profissional*: ou por meio do pagamento de um curso técnico em uma instituição de ensino privada ou pública – geralmente não fazem essa escolha por falta de recursos e pelo pouco grau de instrução que possuem, haja vista que as melhores escolas exigem a formação do ensino médio –, ou através do próprio treinamento oferecido pela empresa – concedido aos funcionários para fins de qualificação e de promoção de cargo. Sob esse aspecto, Evair afirma que foi “trabalhar na Odebrecht (...) no cargo de ajudante de limpeza. Com nove meses fui classificado para soldador. Mas eu nunca tinha feito curso de soldador. Mas lá na empresa tinha duas escolinhas de solda, aí sempre o supervisor dava oportunidade (...)”.

Ser profissional, na leitura que fazem, é uma questão de sobrevivência e é a forma que dispõem para justificar a permanência no emprego em Suape visto que no processo de

demissão geralmente saem aqueles que possuem menos qualificação. Contudo, muitos têm se mostrado frustrados porque a despeito de terem se tornado um *profissional*, não conseguiram subir de função na empresa. Continuam, portanto, nos empregos do “chão de fábrica”.

Isso se torna perceptível quando participam de processos seletivos para entrar em um novo emprego no porto. Ainda que atualmente a maior parte dos entrevistados já tenha recebido algum tipo de qualificação profissional em um trabalho prévio no porto, não sendo, portanto, apenas um “ajudante de armador”, ajudante de pedreiro”, “ajudante geral/servente” e/ou “ajudante de pintor”, raramente conseguem a vaga como um trabalhador qualificado, um *profissional*. Ao contrário disso, a inserção na nova empresa sempre ocorre como foi no início de suas jornadas ao porto, como “ajudantes”:

**Entrevistado Lucas:** Eu entrei (na empresa) para ajudante. Aí quando foram ver a minha carteira viram que eu era montador, aí perguntaram por que eu ia entrar de ajudante. Eu disse: porque não apareceu nenhum! Aí quiseram me colocar como ajudante de montador. Aí eu disse: não coloque não, porque eu não quero voltar para uma profissão de baixo não! Aí eles me colocaram para outra área, e eu fui ser ajudante de operador de máquinas especiais. Entrei só pra não estar desempregado e não ter que voltar mais pro campo. Minha meta era não voltar pro campo. Só se for o jeito, se eu ficar desempregado (Lucas, 27 anos, Engenho São Paulo, Ipojuca, dez. de 2014).

Ainda nesta questão, Evair compartilha sobre uma oportunidade de trabalho que havia conseguido no Consórcio Ipojuca para um cargo inferior ao que era capacitado:

No (consórcio) Ipojuca eu era ajudante. Todas as empresas que eu trabalhei foi para construção da refinaria, e geralmente meu cargo era soldador. Mas teve uma época que o serviço apertou, num tece (não tem) serviço, aí fui de ajudante mesmo. Desci, tem dia sobe e desce. Me senti mal. E mais duro era o salário. O salário de soldador é de R\$ 2.000,00, já ajudante numa firma aí é R\$ 1.000,00. Mas mesmo como ajudante eu ficaria, depende da necessidade. Às vezes você olha para trás, ver a mulher, tem um filho, não tem solução, é isso mesmo que vai. O problema é não passar fome, nem roubar (Evair Silva, 34 anos, Engenho Ubaquina/Sirinhaém, jan. de 2015).

Essas particularidades se apresentam como um dilema aos trabalhadores, pois percebem neste tipo de tratamento das empresas uma recusa em aceitá-los como ex-cortadores de cana. Contudo, mesmo enxergando essa negativa empresarial de consentir sua presença entre “a elite dos profissionais do processo fabril”, acreditam que a melhor solução para este impasse é continuar a se capacitar, estudar e mostrar mais produtividade que os demais trabalhadores a fim de que isto seja ao menos um diferencial para ser contratado como ajudante.

Para permanecer no emprego, além de ser um trabalhador *profissional* e demonstrar um alto índice de *produtividade* como outra estratégia para ficar em Suape, estes trabalhadores empenham um *quantum* maior de tempo, esforço e dedicação. A produtividade, termo utilizado por eles, remete, desse modo, ao esforço contínuo que empregam no trabalho para demonstrar aos seus superiores que estão sempre ocupados, na ativa e aptos a qualquer tipo de serviço, independente do que foi contratado para fazer. Sobre este aspecto, um entrevistado afirmou que eles têm de “mostrar serviço ao encarregado para não perder o emprego. Por exemplo: a turma que foi mandada embora, era mau funcionário? Não era. Mas foi porque não deu a tal da *produtividade*, é isso” (Ivan, 28 anos, Engenho Jaguaré/Sirinhaém, jan. de 2015).

A empresa capitalista localizada no complexo de Suape se porta, dessa forma, como uma grande beneficiada de uma mão de obra constante, barata e abundante e que, dadas as circunstâncias precárias de vida, esta não se furta de ir a Suape a procura de um emprego que como na cana também tenta manipulá-la. O *habitus* desse trabalhador rural talhado em uma cultura do trabalho pesado, desgastante e mal remunerado desde a infância nos engenhos é, nesse sentido, manipulado pelas empresas a seu favor.

Em certa medida, isso aponta para aquilo que Gaudemar (1977) caracteriza como *liberdade negativa*. Idealmente o trabalhador expropriado possui liberdade para trabalhar onde quiser e ser quem quiser na vida, mas, paradoxalmente, diante da falta de alternativas a única saída que dispõe é vender a sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção. Contudo, levando-se em consideração as relações de dominação historicamente estabelecidas na região do açúcar, esta nova possibilidade de trabalho se mostra aos trabalhadores rurais um escape mais viável e com maior possibilidade de retorno econômico e social diante do que faziam na cana.

Ao se observar essas questões, certamente pode-se constatar que a despeito das empresas não contratá-los como profissionais, subutilizando-os enquanto fonte de mão de obra barata, o fato dos trabalhadores egressos do meio rural se perceberem como *profissionais* gera um tipo de empoderamento coletivo que redireciona suas ações no espaço em que vivem criando novas formas de agir e de se relacionar, enfim, um novo tipo de conduta amparada na valorização dos estudos, capacitação profissional e previsibilidade das escolhas realizadas. Isso significa dizer que a representação simbólica do ser profissional tem implicações práticas em suas trajetórias para além dos muros da indústria.

É justamente por todos esses fatores, simbólicos e concretos, que os trabalhadores do meio rural se esforçam por se descolar da pecha de cortador de cana que frequentemente é

acionada por outros trabalhadores dentro do cotidiano das empresas de Suape como elemento de diferenciação e estigmatização que visa controlar e inibir suas tentativas de inserção em posições maiores no trabalho.

#### 4.3.3 O ESTIGMA DE CORTADOR DE CANA

Como vimos até aqui, o complexo industrial portuário de Suape é formado por uma centena de empresas que começaram a se instalar de forma mais intensa na região a partir dos anos 2000 em decorrência dos altos investimentos dos governos estadual e federal que, com incentivos fiscais, concessão de crédito e doação de terrenos, atraíram grandes empreendimentos, dos quais, conforme já mencionado anteriormente, destacam-se o Estaleiro Atlântico Sul, a Refinaria Abreu e Lima e, mais recentemente, o Estaleiro Vard Promar. Foram, sobretudo, essas empresas as que mais atraíram mão de obra do meio rural e de outras partes de Pernambuco e do País.

A junção desses trabalhadores – os de fora com os da região, os trabalhadores rurais –, em um mesmo espaço criou, inicialmente, uma série de tensões. Essas tensões e disputas eram gestadas em função de: a) os trabalhadores de fora, que já vieram ao porto como profissionais, não assimilarem a ideia dos “cortadores de cana” também o serem; b) os trabalhadores de fora usarem palavras e expressões depreciativas, como “cortadores de cana”, em referência aos egressos do meio rural; c) os trabalhadores de fora sabotarem os egressos do campo quando estes tinham a oportunidade de crescer na empresa.

É justamente em decorrência desses fatores que os trabalhadores rurais buscaram se empenhar cada vez mais no trabalho para mostrar àqueles que lhes impunham o estigma, que eram capazes de estar em Suape. A fala seguinte do Evair aponta para esse processo de estigmatização vivenciado no trabalho do porto:

Quando eu cheguei em Suape tinha pouca gente daqui (do meio rural) (...), mas depois o pessoal foi levando currículo um do outro, e aí depois já tinha muita gente daqui lá. Aí quando foi chegando o pessoal do campo foi ficando melhor. Mas depois começaram a tirar sarro da gente, tipo: “viviam lá na roça cortando cana, agora tá numa vida boa”. Eles diziam. Muitos falavam sério e às vezes machucava. E geralmente era o pessoal que já estava há muito tempo na empresa e se sentia alguma coisa. Era o pessoal de fora. Xingava às vezes, dizia que não era pra gente estar lá. Era pra a gente estar na roça. Aí depois, parou de falar isso. Ninguém nasceu dizendo: eu já sou um doutor (Evair Silva, 34 anos – Engenho Ubaquina/Sirinhaém, jan. de 2015).

A partir de Elias e Scotson (2000), é possível pensar no sentido depreciativo que os elementos do xingamento e do sentimento de superioridade acionados pelos estabelecidos, grupos de trabalhadores mais antigos e não egressos da cana, têm de estigmatizar os de fora, ou “*outsiders*”, na expressão que utilizam. Sob esse aspecto, os autores afirmam que:

(...) o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo *outsider* as características “ruins” de sua porção “pior” – de sua minoria anômica. Em contraste, a autoimagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais nômico ou normativo – na minoria de seus “melhores” membros. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 21-22).

No sentido aqui proposto, a estigmatização servia como uma forma dos trabalhadores mais antigos, de origem urbana, afirmarem aos de fora, os trabalhadores rurais, que ali não era o lugar deles e que, portanto, não teriam o direito de competir com os que são “destinados” a esses postos de trabalho.

A partir das falas coletadas nas entrevistas, temos que os recursos utilizados para estigmatizar os trabalhadores rurais eram: 1) de ordem regional, relacionado ao lugar de origem; 2) educacional, relacionado a um maior capital cultural e de tempo de estudos que afirmavam possuir; 3) um maior tempo de empresa e exercício da profissão, que os fazia se posicionar como os verdadeiros profissionais do porto. Todas essas asserções levantadas pelos trabalhadores mais antigos eram acionadas para impor o estigma sobre os trabalhadores rurais objetivando fazê-los sentirem-se inferiores e, portanto, mais aptos a serem explorados nos trabalhos árduos da empresa que os estabelecidos:

O trabalhador que vem do campo é maltratado, não pela empresa. Se eu vim do campo, e fizer o trabalho direito, a empresa ela realmente dá valor ao trabalhador que veio do campo porque trabalha muito e faz o serviço pesado. Mas eu já vi até encarregado ser botado pra fora por conta de dizer que a gente era trabalhador rural e só sabia cortar cana. Aí eu fiquei triste. Aí o supervisor viu e perguntou, aí a gente disse. E todo mundo viu que tinha tido discriminação, não por parte da empresa, mas por conta do funcionário da empresa (Ivan, 28 anos – Engenho Jaguaré/Sirinhaém, jan. de 2015).

Para Elias e Scotson, o sucesso da estigmatização está em ser exercida por um grupo e/ou indivíduos detentores de certo poder entre os seus fazendo com que a depreciação lançada contra os de fora seja sentida em maior proporção: “afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder,

como meio de manter sua superioridade social” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 21-22). E isso, porque somente assim é possível fazer com que o estigma se torne eficaz.

O relato abaixo aponta para o esforço empreendido pelo trabalhador egresso do campo na tentativa de se desprender do estigma, daquilo que mais uma vez visa nulificá-lo e denegrir sua imagem enquanto um trabalhador que detém um saber, mas não é valorizado:

Muita gente dizia que porque a gente era do campo não sabia fazer as coisas. Mas isso não me entristeceu não. Eu vim pra aprender mesmo. Meus amigos da empresa era tudo cortador de cana, então eu me sentia bem, ainda que os de fora menosprezavam a gente. Mas agora nós estamos qualificados, somos soldador, mecânico. Mas no começo não foi fácil pra gente não. Entramos lá e conquistamos o nosso espaço (Marcos A., 29 anos, Sirinhaém, jan. de 2015).

Por estigma, me refiro aqui à abordagem também compartilhada por Goffman (1988), que o compreende como uma categorização social de determinado grupo ou indivíduo sobre o outro a partir da operacionalização de formas diversas de depreciação que busca esconder o outro. Ou seja, é a negação, a falta de reconhecimento do outro como igual na relação social.

As narrativas compartilhadas nesse tópico do texto repetiram-se de forma recorrente entre os entrevistados, ainda que jamais afirmassem diretamente terem sido os alvos dessa estigmatização. Isso porque, na medida em que foram contando suas histórias o alvo era sempre o outro, o amigo/conhecido, que sofria a discriminação por causa de sua antiga ocupação na cana. Esta, sempre usada como fator de descrédito e negação do indivíduo enquanto detentor de uma singularidade.

Essa negatividade mobilizada na identidade do indivíduo do meio rural por parte de outros grupos sociais pode ser percebida como um dos fatores de coesão e da criação das redes de proteção entre os trabalhadores rurais no porto.

Mas não só isso, tendo em vista que uma lógica exploradora se funde nessa arbitrariedade da estigmatização, posto que na tentativa de demonstrar que são capazes de executar o serviço, mormente realizado pelos estabelecidos, os trabalhadores rurais se submetem de forma mais exaustiva ao trabalho fazendo uma significativa quantidade de horas extras. Essa fragilidade e desequilíbrio das relações de poder lança nos trabalhadores rurais as mais sutis formas de exploração, e, em contrapartida, faz surgir um tipo de ação social nesse indivíduo direcionada a uma incessante busca de autonomia e resistência que o leva a ver em Suape, apesar de todos os percalços, uma possibilidade de mudança de vida.

#### 4.4 O TRABALHO EM SUAPE E A BUSCA POR AUTONOMIA

A ida dos trabalhadores rurais a Suape é baseada em uma decisão familiar ou individual, cujo objetivo maior tem apontado para a busca de autonomia nos seus projetos de vida que os desvinculem da reprodução social por meio da cana. Assim, a possibilidade de juntar dinheiro e de conquistar renda suficiente para comprar uma casa apareceu nas entrevistas realizadas como uma ação concreta desses atores sociais na busca por mudanças em suas histórias:

O meu sonho é comprar uma casa na *rua*, porque no engenho não vende, por conta de ser particular. O dinheiro que juntei com minha namorada até daria para comprar uma que a gente viu. Mas se eu pudesse, eu queria mesmo é o engenho. Se a usina dissesse: compra um terreno aqui, eu iria fazer minha casa lá no mesmo local que eu moro (risos). Quando for em janeiro (2016), a gente já tem o terreno, e vamos começar a construir a nossa casa. Se eu estivesse no campo (trabalho na cana), por conta do salário, eu não teria condições de fazer. Isso vai ser na barra (ou seja, vai conseguir construir a casa porque tem determinação). Se eu pudesse, construiria minha casa no Engenho, porque tem mais segurança, e por causa das pessoas (Ivan, 28 anos – Engenho Jaguaré/ Sirinhaém).

No meio rural da Zona da Mata Sul a conquista da casa é o objetivo de vida e uma oportunidade de autonomia para os seus moradores, fazendo com que este congregue o esforço necessário no trabalho para atingi-lo. A casa – só possível de se conquistar se for na *rua* – se torna como o lugar que pertence ao morador como direito, ou seja, como o seu espaço de vida e de liberdade.

Sabendo da impossibilidade de comprar um terreno no engenho, e que a ida para o centro das pequenas cidades da Zona da Mata Sul o afastaria das relações sociais construídas naquele espaço, muitos dos entrevistados afirmaram estar adiando essa provável saída do engenho prolongando a estadia na casa dos pais, mesmo que detenha um terreno ou uma casa – pois por não trabalharem mais na cana, perderam o direito da *morada*. Por isso averiguou-se uma atitude comum entre os entrevistados de alugar o imóvel próprio a terceiros:

Eu quero ter uma casa, pra ter um futuro. A gente está procurando, eu e minha namorada. Pretendo construir uma casa, um apartamento, talvez lá para o lado de Camela (pequeno vilarejo, do município de Ipojuca). O meu coração vai apertar, mas tenho de fazer minha família também. Mas eu sempre vou querer tá aqui (no engenho). Hoje mesmo eu fiz um acordo com minha namorada: uma semana eu passo aqui, outra passo lá (na casa dela que fica na *rua*). Aí quando é para ir para lá eu digo que vou no outro dia. Tipo ontem, disse que ia pintar a casa do meu pai. Mas nem fui. É só para eu

estar aqui mesmo. Mas vou ter que ir, mas com vontade de voltar. Aqui é muito bom o clima. Aqui faz parte de mim. Aqui tenho amigos pra jogar futebol, pra nadar. Se eu for morar lá (rua), vou sempre morar aqui. Eu queria ter um sítio. Mas aqui não dá porque é da usina, e ele não vende, ele não vende pra pessoa (Lucas, 27 anos, Engenho São Paulo/Município de Ipojuca).

Isso aponta para a singularidade do trabalhador rural e a sua busca por um projeto que conceda autonomia ao seu modo de vida na região da Zona da Mata, que idealmente seria vinculado à terra, mas que diante da impossibilidade deste ato, a *rua* apresenta-se a ele como a saída possível. Sobre esse aspecto, Wanderley salienta que:

Não há uma separação rígida entre camponeses e trabalhadores rurais, no sentido de que constituem classes distintas, com interesses distintos. Há a considerar que, apesar da diversidade de situações concretas, que se traduz em estratégias de ação igualmente diversificadas, há um denominador comum que os une. Este consiste na reivindicação do acesso à propriedade da terra em condições de estabilidade e de suficiência e representa, em última instância, a reivindicação do controle dos frutos de seu trabalho. O que está em jogo é uma percepção particular da propriedade e do trabalho independente, que tenta se concretizar, enfrentando obstáculos, de certo modo diferentes em cada caso. Não seria impossível supor que o grande temor é o da proletarização absoluta e completa; contra ela, as reações diferem conforme as condições reais que encontram, mas é para proteger-se dela que todas essas reações convergem, mesmo quando sua eficácia é apenas aparente. (...). O morador de engenho, por exemplo, é um trabalhador rural, no sentido de que não dispõe da propriedade de seus meios de produção. Mas é através do contrato de trabalho que ele procura realizar sua perspectiva de manter uma organização familiar do trabalho, através da qual possa obter um nível de renda familiar complementar ao salário (WANDERLEY, 2009, p. 129-130).

Para Wanderley, o trabalhador rural se insere “dentro” do campesinato na medida em que se constitui como um ator social específico do mundo rural, ainda que se diferencie destes na medida em que vivenciam etapas de exploração distintas. Fruto de um longo processo de expropriação que desde os anos 1950 e 1960 – marcado pela intensificação da modernização da agricultura e suas interferências nas relações tradicionais no meio rural –, ele tem resistido à desmobilização completa de seu modo de vida e ao processo de proletarização no campo por meio da luta pela terra e da permanência na morada do engenho.

Nessas circunstâncias, a compra do imóvel se apresenta ao trabalhador rural como uma forma concreta de ter um legado para sua família e a certeza do afastamento de uma proletarização absoluta. Mas ter a casa, por si só, não parece ser para este ator social uma vitória completa, porque a casa que ele queria, esta não pode ter. Ao comprar sua casa na *rua* o trabalhador rural sabe que, se por um lado ganha a liberdade de ter algo que é seu, por outro

lado perde um pouco daquilo que diz respeito a quem ele próprio é no mundo, e que o entrevistado acima afirma “fazer parte dele”: ou seja, a sociabilidade da vida no engenho.

Sobre esse aspecto, Wanderley ressalta a importância do esforço empreendido na aquisição do patrimônio para a realização da reprodução pelo camponês, mas também aqui, pelo trabalhador/camponês expropriado:

A perpetuação da família e sua reprodução enquanto unidade camponesa passa pela aquisição de um patrimônio, mesmo que isto não signifique a realização econômica da propriedade da terra para o próprio camponês. Esta é a percepção que o camponês tem da propriedade da terra e que justifica o esforço que realiza para adquiri-la (WANDERLEY, 2009, p. 131).

As falas dos trabalhadores revelam outro aspecto que diz respeito à estreita relação entre o engenho e a *rua* como *espaços de proximidade*, e confirmam como esta última é acionada pelos moradores da Zona da Mata Sul como forma de escape frente às mudanças desencadeadas na localidade, tanto no passado (SIGAUD, 1979), como no presente. Porém, a diferença é que agora vão para a *rua* não para morar em casa alugada, mas para morar em casa própria.

Outra reflexão possível aponta para as dimensões simbólicas que perpassam o rural, e como as práticas sociais entre os atores são recriadas na medida em que atualizam suas trajetórias nesse espaço. De forma que se pode inferir que a ligação do indivíduo com suas “raízes” são em muitos momentos objeto de manipulação e de busca por sentidos no mundo. E o rural, como algo que se constrói como uma narrativa cheia de enredos e personagens muito particulares: é a terra, o trabalho, o engenho, a *rua*, a família, as relações interpessoais e as manifestações culturais. O rural da Zona da Mata Sul se constitui, nesse meio-termo, em uma constante metamorfose, cuja interação dos indivíduos com seu espaço de vida se apresenta baseada nas recorrentes tentativas de driblar as restrições que o latifúndio lhes impõem.

Sob essa perspectiva, o sentido sociológico de Suape parece estar na referência simbólica que o trabalhador rural lhe atribui como possibilidade de superação. Isso significa dizer que: só se entende o que o trabalhador projeta sobre Suape quando se olha para o seu relato enquanto fio histórico – permeado pelas contradições da vida nos canaviais dos engenhos. Nessa perspectiva, Suape, simultaneamente, revela e esconde, pois não é a salvação nem tampouco a condenação. É um elemento usado pelo trabalhador como mediação entre a exploração histórica e a possibilidade de superação futura de sua condição.

Dito isso, o próximo capítulo abordará a história de vida de três trabalhadores rurais que se deslocaram para o porto, a fim de revelar a partir das narrativas construídas, das memórias compartilhadas e de um aporte teórico-analítico, como esses processos foram vivenciados por esses sujeitos em termos de: mobilidades possíveis, identidades forjadas e/ou incorporadas e prováveis mudanças nas suas trajetórias no espaço rural da Mata Sul.

## 5 REPRODUÇÕES E MOBILIDADES NAS TRAJETÓRIAS DOS TRABALHADORES RURAIS DA ZONA DA MATA SUL

*Memória: É possível reconstituir a história através da memória?*

*J. S. M.: Essa pergunta nos põe diante de um belo problema. Sem dúvida é possível reconstituir a história através da memória. Mas, ela será outra história e exigirá um outro tipo de historiador, diferente daqueles que assim são considerados. A reconstituição histórica que incorpore os dados da memória implica em reformular a concepção de história, mediante a incorporação de outras temporalidades, diversas daquelas que marcam o tempo reconhecido da história. Mediante, também, a incorporação dos pequenos acontecimentos da vida cotidiana e a das concepções e senso comum que mediatizam a inserção do homem comum nos processos históricos. Para concretizar esse programa é necessário que o historiador tenha boa formação em sociologia e antropologia, coisa que normalmente não acontece com muitos. A memória não é um substituto do documento escrito, mas é reveladora de realidades que não estão registradas nesse tipo de documento. Trabalhar com a memória como documento implica em repensar o que é história (MARTINS, 2010, p. 127, grifo nosso).*

*Quando crescemos em engenho a gente faz o que vê o pai fazer (Leonardo, 26 anos, Rio Formoso, jan. de 2015).*

*Trabalhar na cana era tudo que a gente conhecia. Não tinha outra opção. Era um serviço pesado, duro (Wellington, 34 anos, Ipojuca, dez. de 2014).*

Este capítulo se inicia com uma citação do sociólogo José de Souza Martins, por nos levar a refletir acerca do papel e da importância da memória na reconstituição de fatos passados dos indivíduos, como também do presente. Trago, portanto, essa perspectiva de análise para o centro da discussão, pois é justamente a partir desse recurso analítico que desenvolverei as principais ideias do capítulo, colocando, dessa forma, não apenas a memória, mas sobretudo a história de vida dos atores sociais centrais deste trabalho como ponto de partida para se entender suas trajetórias em um lugar histórico e social que vivenciou e vivencia constantes transformações.

Proponho fazer uma discussão que, a partir de uma abordagem que parte do nível micro da vida social, reconstitua a história de vida dos indivíduos, e evidencie as implicações das transformações em uma dimensão macro no modo de viver e de se relacionar dos trabalhadores.

Nesse sentido, a partir de uma perspectiva da sociologia de Bertaux (1979) e Bourdieu (2013, p. 87), que nos informa sobre como “os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*”, procurar-se-á apresentar como a

relação existente entre socialização, introjeção e reprodução de um *habitus* evidencia os contornos atuais da ruralidade na Zona da Mata.

Dito de outra forma, a ideia fundamental é entender como se configuram as reproduções e as mobilidades nesse espaço social. Nessa linha analítica, irei movimentar um fio explicativo que estabelece quais são as conexões de sentido que relacionam a cana, o engenho, a rua, Suape e os agentes do lugar. Isso visa, com efeito, pensar essas mudanças sociais em paralelo aos sentidos atribuídos a elas pelos indivíduos que fazem parte de um deslocamento socioespacial cujos contornos o presente capítulo destacará.

Como aporte conceitual fundamental do capítulo, lanço mão da compreensão de Bertaux (1979) quando pensa na trajetória dos indivíduos atrelada às estruturas de classes e evidencia como a origem social está interligada à posição social ocupada. Isso significa dizer que para ser trabalhador rural da cana-de-açúcar é necessário nascer em uma família de trabalhadores rurais. A isso, como veremos mais adiante, o autor define como produção antroponômica, ou seja: as formas como os seres humanos se distribuem socialmente é estabelecida a partir de sua distribuição na estrutura de classe, ainda que essas injunções não inviabilizem o lugar da agência reservado às histórias de vida analisadas dos atores sociais aqui referenciados. Vejamos a seguir.

### 5.1. A TRAJETÓRIA DE AMAURI: “VOLTAR PARA A CANA FOI VERGONHOSO”

Reproduções e mobilidades na Zona da Mata podem ter como expressão uma madrugada em que Amauri e seu irmão no mesmo microcosmo social, no seio da família rural, partem a passos iguais, mas com destinos diferentes: o primeiro para a cana e o segundo para Suape. Outrora, Amauri, 26 anos, também havia seguido o mesmo caminho que seu irmão, no entanto, um conjunto de circunstâncias levou-o a retornar para o trabalho do qual se diz com vergonha de ter voltado. Essas circunstâncias estão, em boa medida, ligadas à história da família de Amauri e ao engenho onde moram.

O engenho São Paulo, localizado em Camela, distrito de Ipojuca, foi o lugar em que sua mãe e seu pai criaram os sete filhos, dos quais três já morreram. Ela, por seu turno, também nasceu neste engenho após a chegada de seus pais e avós que, ao terem passado pelo processo de expulsão em meados do século XX no município de Gameleira – também localizado na Zona da Mata Sul –, estabeleceram-se na localidade. Esse percurso da expulsão dos engenhos foi amplamente analisado nas pesquisas de Sigaud (1979, p. 34):

De constitutiva que era da *morada*, a saída dos engenhos assume nesse momento um outro significado, passando a indicar o rompimento definitivo de uma relação personalizada entre o proprietário e cada um de seus *moradores* que se consubstanciava no sistema de *morada*. Estaria em jogo aí a própria dissolução da morada enquanto modo particular de vincular a força de trabalho ao proprietário, que atinge não apenas aqueles que deixaram os engenhos, mas também os que ainda lá residem, pelo fato mesmo de que a morada não mais se reproduzindo a relação entre trabalhador e o proprietário foi alterada.

Dentre os que saíram dos engenhos alguns foram para as pontas de rua dos municípios da Zona da Mata, e outros, como no caso da família do Amauri, foram procurar a *morada* em outro engenho distante das influências de seu antigo patrão. Foram nessas circunstâncias que chegaram ao engenho que até hoje residem:

Minha mãe também foi nascida e criada nesse engenho, trabalhando na cana. Só não minha avó que não era daqui. Minha avó que já faleceu com 77 anos, quando chegou pra aqui ela já tinha os seus dez anos de idade, e morava lá dentro do sítio e criou os onze filhos na cana junto com meu avô também. Ela trabalhava muito. Moravam na casa da minha avó os onze filhos, fora os netos dela, e moravam tudo junto. Naquele tempo passamos muita dificuldade, eu me lembro que tinha que raspar coco pra comer, porque não tinha quase nada mais. Minha avó e minha bisavó vieram pra cá de outro engenho aqui perto de Gameleira. São tudo daqui da Zona da Mata mesmo, a vida toda de engenho em engenho (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

A vida no engenho implica em um tipo de sociabilidade que orbita em torno dos interesses dos patrões, de forma que toda a família deve se dedicar às tarefas do engenho, incluindo as crianças. Foi desse modo que não apenas a mãe de Amauri começou a trabalhar na cana aos 8 anos de idade, de maneira clandestina, como o próprio entrevistado teve que ir para o campo aos 14 anos, primeiramente para ajudar a sua mãe, que era cortadora de cana e, depois de adulto, para poder sustentar sua filha e esposa. Não apenas ele trabalhou na cana, mas todos os seus irmãos.

Minha mãe começou na cana com 8 anos de idade, ela saía mais minha avó e ia cortar cana. Eu comecei mais tarde porque ela não queria me ver na cana, então só tive que ir começar a ajudar a minha mãe na cana quando eu tinha 14 anos, mas de carteira só registrou a partir dos 18 anos. Todos os meus irmãos homens trabalharam na cana também (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

De fora, ficaram apenas as mulheres, que em decorrência de uma tradição amparada em uma perspectiva masculina de se relacionar com o trabalho, foram

poupadas de trabalhar nos canaviais de açúcar: “As minhas irmãs não trabalharam na cana e nem foram pra canto nenhum, tudo com estudos, mas não conseguiram arrumar nada em Suape. Mas elas casaram”.

A permanência da mulher na casa, enquanto os homens vão trabalhar na cana, foi algo que se repetiu em todas as falas dos entrevistados, isso porque há uma visão compartilhada nos engenhos de que o canavial não é lugar de mulher, antes é um espaço por excelência masculino no qual reina a força, a agilidade e a persistência de se vencer o sol escaldante da localidade, o que, nessa perspectiva, faz com que a mulher não se encaixe nesse universo. Em decorrência disso é comum que o deslocamento da mulher para os canaviais só ocorra quando ela não tem um companheiro, é viúva ou está em situação de pobreza tal que estar na cana se mostra a única saída. Essas circunstâncias em que a presença feminina se faz presente na cana são similares às encontradas na região no final da década de 1960 (SIGAUD, 1979).

Um efeito interessante dessa permanência das mulheres na casa é que, em geral, elas conseguiram adquirir um nível maior de escolaridade que seus irmãos, inclusive algumas com ingresso em um curso superior nas pequenas faculdades que se instalaram no município na modalidade de ensino a distância, e mesmo presencial. No entanto, vale ressaltar que o acesso à faculdade não tem sido suficiente para oferecer a estas mulheres de engenho oportunidades de emprego, visto o pouco dinamismo econômico local e a inexistente rede de contatos que, possivelmente, poderia inseri-las em um trabalho melhor posicionado como nas prefeituras, por exemplo. Assim, tem sido por meio do casamento que preferencialmente estas têm deixado a casa da mãe e construído seu próprio núcleo familiar.

É fato revelador o pouco capital social de que dispõe uma família de engenho e como esta ausência se torna um marcador de reprodução de uma mesma condicionalidade histórica, com poucas variações, e que limita, em certo sentido, as possibilidades de ação desses sujeitos de um mundo rural estigmatizado pela cana e que não oferece alternativas viáveis de ruptura:

Os donos de usina tratam a gente como miserável mesmo. Com eles é “escreveu não leu, o pau comeu”! A gente então é obrigado a fazer aquilo que eles querem, mas nem tudo né! Mas fazer o quê, isso aqui é tudo terra deles. Falar de engenho não é fácil, porque eu gosto daqui e não quero sair daqui de jeito nenhum. Ficar aqui está bom demais. Agora, sempre tem o risco de mandarem a gente embora. Estão até falando aí que vão mandar os aposentados tudo embora, e a turma que não trabalha na usina também. Aí, por causa disso, sempre os pais empurram um filho pra trabalhar na cana pra não sair daqui, porque assim fica com a casa segura. Eu acho que isso é injusto porque a gente é nascido e criado aqui, os pais da gente e os avós da gente cuidou dos terrenos deles de graça, se aposentaram, morreram e eles não indenizaram. Então por que eles vão tirar o morador, uma cria da terra dele, por quê? Aí é onde eu digo, cadê a força dos moradores, a união?

Porque eles querem é isso mesmo, que você trabalhe, trabalhe e quando não tiver mais nada pra dar, dão um chute em você pra ir embora, e acabou-se. Botam outro no seu lugar, e depois fazem tudo de novo. Eles tratam a gente que nem cachorro, mas nós não somos cachorros (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

A percepção de quão injusto é o sistema de moradia dos engenhos, cujos patrões são os únicos a terem direitos e se beneficiar da força de trabalho da família rural, gera nos moradores um sentimento de impotência e frustração ao sentirem-se, por um lado, como máquinas de enriquecimento dos usineiros e, por outro lado, verem o empobrecimento de suas famílias. Contudo, a maior decepção dos moradores é saber que não são os donos de uma terra que por gerações vêm cultivando e tirando dela não apenas o seu sustento, mas, sobretudo, realizando-se enquanto pertencentes a um modo de vida singular. De fato, é por isso que Amauri, ao mesmo tempo em que afirma sobre as dificuldades de se viver em engenho, dadas tantas contradições, nega qualquer possibilidade de deixar de morar nesse espaço tão simbólico para ele e seus vizinhos.

Outra contradição e dilema que a família moradora de engenho encontra pelo caminho é a necessidade de sempre ter um filho vinculado ao trabalho na cana para não perder o direito de estar ali. Esse se revela mais um mecanismo de dominação encontrado pelos donos de engenho/usineiro a fim de perpetuar entre os moradores uma cultura do trabalho na cana e, também, para lembrar-lhes acerca do propósito da família moradora de engenho enquanto reprodutora de mão de obra para os canaviais.

Tais constatações, certamente, levam à reflexão sobre os mecanismos sutis e explícitos que são usados pelos patrões a fim de que se crie nos corpos e mentes dos moradores de engenho uma identidade social ligada ao trabalho da cana, quase que numa acepção de destino do ser. É sob esse aspecto da dominação que Silva, ao analisar os dispositivos utilizados pelos feitores com os trabalhadores rurais, argumenta que:

A interiorização da dominação, sob o regime de trabalho livre, exige do capital uma organização hierárquica do trabalho que produza e reproduza mecanismos de disciplina. Entretanto, tais mecanismos não são unilaterais. Eles são produzidos no seio das contradições entre as duas forças – a dos patrões e a dos trabalhadores (SILVA, 1999, p. 135).

Portanto, é a partir desse contexto de exploração que o entrevistado afirma que, embora não queira estar no campo, o ir se torna uma obrigação e a forma mais viável de permanência da família no engenho. Assim, como um tipo de batizado social, Amauri relata

que aos 18 anos os jovens do engenho têm como primeiro registro na carteira de trabalho a atividade de trabalhador rural:

Com 18 anos comecei a trabalhar na cana como ajudante de tratorista e embolador de cana. Fiquei dos meus 18 anos até os 23 anos fazendo isso, porque aqui não tinha outra opção de emprego. A gente trabalhar em usina nunca é bom, mas é só o que tinha aqui de emprego, então eu acabava me acostumando. Todos os meus amigos trabalhavam na cana, aqueles que tinham a mesma idade que eu com 18 anos já iam pra cana, não tinha jeito. Quando eu estava na cana não pensava em sair não. Quer dizer, querer sair eu queria, mas não pensava em sair porque queria ser motorista ali mesmo, porque era onde eu podia chegar (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

Nesse relato o entrevistado constata que a única possibilidade de crescimento possível para ele no campo era ser tratorista, um emprego visto como mais qualificado e vinculado diretamente à usina do açúcar, o que, por certo, detém maior prestígio do que ser trabalhador rural que não exige nenhuma qualificação. Ele prossegue a narrativa afirmando que a necessidade de subir de função não era apenas pelo prestígio de tal posto, mas pelo total desprestígio do que fazia que, além de ser um serviço desgastante, não recompensava financeiramente visto que recebia em torno de R\$ 830,00 por mês. Além disso, aponta que:

No campo a gente se mata de trabalhar e ganha pouco. O salário é muito pouco, sem valor. Eu acho que quem trabalha no campo era pra receber mais porque é a turma que mais trabalha no Brasil inteiro. A turma que corta cana e embola cana trabalha muito e só recebe pelo que faz (trabalho produção). A gente pega mais ou menos uma conta<sup>42</sup> e mede pra dar mil e cem braças, se você não tirar você não ganha a diária que agora tá R\$ 26,30 por dia, antes era R\$ 24,00 e agora aumentou. E se você não fizer aquela meta dentro de um dia, você não ganha e também é descontado R\$ 100,00. Agora vê, você já ganha pouco e ainda descontam, é fogo! Desse jeito por mês a gente fazendo em cima de um salário por dia, não consegue nem fazer um salário mínimo por mês por causa dos descontos (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

Nota-se aí a percepção de que da cana não se pode esperar mudanças ou melhores condições de vida. O salário é pouco, dando condições apenas de sobrevivência – limitando o trabalhador a uma contínua dependência do patrão e do “favor” de viver no engenho com todas as instabilidades possíveis que essa relação desigual pressupõe –, as condições de trabalho são inadequadas – sem nenhum mecanismo de proteção ao trabalhador –, e a exploração nos canaviais é intensa, seja por meio de salários ínfimos, seja por meio do

---

<sup>42</sup> Significado disponível no glossário situado no início da tese.

controle do trabalho nos canaviais feito pelos cabos e fiscais que não concedem nem descanso aos mesmos. Isso faz Amauri apontar para as seguintes irregularidades no campo:

No dia de sábado a gente saía daqui às 5h pra o campo (cana) e só voltava às 18h, mas no ponto da gente só registra 6 horas trabalhadas, sem hora extra, mas eles colocam no cartão de ponto que a gente tem hora extra e faz as pausas obrigatórias, e faz a hora do almoço, mas não é verdade. É assim mesmo aqui, e a gente não tem como reclamar porque o pessoal tem medo de perder o emprego. Agora, na semana, eu saía de casa às 4h e ficava até às 15h ou 16h lá no campo. Eles não dão almoço nem café da manhã pra gente, e o *ticket* alimentação é no valor de R\$ 30,00 por mês, muito pouco. Agora estão dando água porque são obrigados pelo Ministério do Trabalho que deu em cima deles pra fazer isso. É tudo muito errado (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

É imerso nessas incongruências do trabalho no canavial que Amauri e seus colegas do campo começam a ouvir falar sobre o complexo de Suape e as possibilidades de emprego e ganho salarial que as empresas de lá ofereciam. A vontade de ir para esse novo mundo que se descortinava em seu imaginário fez com que sua meta de vida fosse se tornar um trabalhador de Suape e experimentar a “fonte do dinheiro”, conforme relatou. Assim, no ano de 2009, ele ingressa no porto por influência de uma rede de solidariedade dos amigos do engenho que levaram seu currículo para um dos muitos processos seletivos feitos pelas empresas diariamente no auge do crescimento de Suape. Sobre essa ida, afirma que:

Quem não foi pra Suape tinha muita vontade de ir. Eu mesmo quando via a turma indo pra Suape dizia: meu Deus, um dia eu estou lá! A gente via a turma indo pra Suape e a gente indo pra cana, era muita diferença, todo mundo queria ir era pra Suape. Os caras que vinham de Suape chegavam do mesmo jeito que saíam, e a gente chegava parecendo um porco todo melado de pó de cana. Quem não estava em Suape via as pessoas de lá como ricas. Aí (os amigos) começaram a pegar o nosso currículo e um foi levando o do outro. Naquele auge pegava muita gente, e quando menos a gente imaginava era chamado. A gente ficava muito feliz porque via que os amigos da gente estavam sendo chamados também (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

O deslocamento dos trabalhadores rurais para Suape foi tão frenético que acarretou, pela primeira vez, um drama para os donos de engenho conseguirem contratar trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul, posto que em peso deslocaram-se para Suape. Sobre esse aspecto, Amauri nos informa que cerca de 80% da “turma do campo” que trabalhava com ele foi para Suape, e que no auge dos empreendimentos do porto saía regularmente do pequeno distrito de Camela/Ipojuca, com os seus 19 mil habitantes, de 30 a 40 ônibus com trabalhadores rurais para as empresas do porto chegando a fazer engarrafamento em um trecho da PE-60.

Nesse período de escassez de mão de obra, conforme mencionado no capítulo anterior, a solução encontrada pelas usinas foi a contratação de mão de obra feminina e de trabalhadores da região do Agreste e sertão de Pernambuco, além de pessoas de outros estados:

Os homens (administradores de engenho e das usinas) choravam pra gente trabalhar aqui, mas a gente foi tudinho pra Suape. Quem é que iria querer ficar? O pessoal que ficou na cana aqui na região veio a maioria de fora, porque não tinha ninguém daqui pra trabalhar. Entrou muita mulher na cana também. Foi melhor para as mulheres porque deu oportunidade pra elas trabalhar. Elas ficaram aqui na cana. Mas só que agora eles não querem mais as mulheres. Agora não querem mais mulheres não porque tem os homens pra fazer o serviço, e eles preferem os homens porque os homens são mais rápidos e têm mais força. O serviço que cinco homens fazem, ele (dono da usina) precisa de dez mulheres pra fazer esse serviço, aí ele vai gastar mais. Dez mulheres vai passar o dia todo pra fazer o serviço e é arriscado não fazer, então por isso que eles preferem os homens (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

A fuga da mão de obra dos engenhos para Suape se revelou como um momento de contestação dos moradores de engenho a dominação exercida pelos patrões e suas constantes ameaças de expulsão das famílias residentes em suas terras, impondo, inclusive, prejuízos financeiros para os proprietários, visto que o custo de trazer mão de obra de lugares distantes foi alto.

De certa forma, essa reação dos jovens moradores em não hesitar a procurar emprego em Suape pode ser interpretada como um efeito inesperado do processo, criando um precedente entre os trabalhadores, apesar das ameaças de expulsão dos engenhos daqueles que abandonarem o serviço na cana. Nesse sentido, Amauri compartilhou nas entrevistas que faria tudo de novo e que devido à possibilidade de abertura de novas vagas em Suape se deslocará para lá:

Agora eu voltei pro campo. Mas a gente fica naquela expectativa de que vai voltar para Suape. A gente fica esperando de novo pra voltar. Um tempo desses a gente ouviu que estava pegando currículo em Suape, e foram uns vinte atrás de entregar currículo. A expectativa é muito grande. Quem é que não fica doido pra ir pra Suape já que ali é a fonte, era o nosso lugar de ganhar dinheiro. Ali a gente trabalhava, mas ganhava (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

Esse contexto de tensões entre patrões da cana e trabalhadores rurais parece estar culminando cada vez mais na criação de formas de controle que contenham essa mão de obra à disposição exclusiva do açúcar – com relato de diversos trabalhadores afirmando que

algumas usinas estão rejeitando os que vieram de Suape, e outras, como ressalta Amauri, estão “botando duro na gente, se a gente tiver duas faltas dentro de 6 meses eles não querem contratar a gente mais não. Eles ficaram mais rígidos com a gente depois de Suape”. Mas também tem gerado, por parte dos trabalhadores, uma maior probabilidade de enfrentamento, ainda que não diretamente, mas que visa desestabilizar e contestar a dominação exercida pelos patrões.

De fato, para Bourdieu a saída à dominação se torna factível através do entendimento que “a destruição deste poder de imposição simbólico radicado no desconhecimento supõe a tomada de consciência do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objetiva e o aniquilamento da crença (...)” (BOURDIEU, 2010, p. 15).

Assim, a despeito desse cenário complexo, os benefícios que os trabalhadores e o próprio Amauri enxergam em Suape superam seus efeitos negativos fazendo valer a pena seus riscos. Isso porque, na percepção dos entrevistados, Suape pode oferecer-lhes aquilo que jamais teriam com a cana: a liberdade de ter uma casa e com ela a quebra do temor das ameaças dos proprietários.

É por isso que para a família de Amauri a sua ida para Suape foi motivo de alegria, principalmente da sua mãe que pela primeira vez viu um filho liberando-se dos “domínios da cana”. Sua mãe, trabalhadora rural aposentada e recém-contratada do sindicato dos trabalhadores rurais de Ipojuca, viu nessa ascensão do filho uma recompensa por tê-lo oferecido estudos, ainda que até a 7ª série do ensino fundamental, conforme informou-me. Todavia, como se pode ver abaixo, o emprego em Suape não foi como almejado por Amauri. A começar pela função desempenhada por ele, que a despeito de seus esforços não conseguiu deixar de ser ajudante de pedreiro nas três empresas por onde passou em Suape:

Eu era ajudante de pedreiro da construção civil, eu não precisei fazer nenhum curso pra isso. Eu tive até a chance de me classificar, mas pra ser pedreiro eu não quis não. Era bom nessas empresas porque a gente ganhava mais por causa do *ticket* de alimentação, né? Era uns R\$ 310,00, e o salário era de R\$ 1.200 por mês, ainda tinha plano de saúde Bradesco (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

Conforme visto anteriormente, todos os trabalhadores rurais que foram para Suape ingressaram nos cargos mais elementares que existiam nas empresas, o de ajudante. Contudo, nem todos, como no caso de Amauri, conseguiram se classificar como *professional* dentro de uma área de atuação mais vantajosa. Ainda que na sua percepção, ganhar um salário melhor e

as *vantagens* que não existiam na cana seja recompensador, a constatação de que continuava executando um trabalho braçal de ajudante de pedreiro não foi muito animador:

Eu não via como crescer na área que eu estava lá, porque o máximo que eu poderia ser era pedreiro. Então eu disse que pra ser pedreiro eu não queria. Eu não podia ter outro cargo, só se eu pedisse pra ir pra outro setor e eles não queriam me tirar de onde eu estava. Para área de montador, mecânico, já tinha gente. Então me disseram que era dali pra fora. E eu não tinha nenhum curso, por isso saí (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

Quando questionado sobre a avaliação que fazia por não ter conseguido subir de cargo, ele apontou alguns elementos: não era um profissional, não teve nenhuma oportunidade de mudar de setor e não tinha realizado cursos. Ainda que atualmente tenha tirado habilitação para dirigir e feito curso de eletricista e de informática, na época de Suape Amauri não possuía nenhuma certificação profissional, o que dificultou, na sua análise, o crescimento no emprego. Sobre este aspecto, quando questionado como surgiu o interesse em fazer cursos e se achava importante ter um curso (qualificação), informou-me que:

Pra gente ter alguma coisa a gente tem que ter curso, mas pra isso precisa ter emprego. Aprendi que a gente tem que estar bem preparado pra quando aquele serviço chegar a gente pegar a oportunidade. Lá em Suape, tudo que a gente fizesse tinha que ter aquele treinamento. Por exemplo, até pra pegar um martelo tinha que ter treinamento. Eu vi isso lá. Exemplo: pra gente mexer com o concreto lá, antes a gente tinha que ter uma reunião pra aprender aquilo ali. Então o que é que botei na cabeça lá, que a gente tem que estar preparado pra tudo, a gente despreparado não é nada. Lá em Suape todo mundo comentava dos cursos que é pra fazer. Por isso que eu comecei a querer fazer cursos quando estava lá em Suape. Antes de Suape eu nem pensava em fazer curso, porque não precisava disso pra cana. Antigamente, quem terminava o segundo grau aqui no engenho era se arrastando porque queria uma coisa melhor, mas aqui o único caminho que tinha era a usina. Agora graças a Deus que chegou Suape está bom (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

O discurso da necessidade de se ter um curso, ser profissional e estar preparado para as oportunidades, constitui-se na perspectiva de Amauri, como elemento central para sair da cana e permanecer em Suape. Essas conexões criadas por ele, e antes inexistentes em suas ponderações, indicam que no percurso de mobilidade para Suape e de retorno para a cana distintas categorias explicativas são criadas na tentativa de estruturar uma forma de ser e de agir que garanta sua inserção nessas novas configurações sociais que se apresentam na região.

Prosseguindo nesse diálogo estabelecido consigo sobre sua não permanência em Suape, outro fator mencionado relaciona-se ao pouco tempo que dispôs de crescer na

empresa, visto que quando começava a se adaptar ao trabalho era demitido com a justificativa de redução de quadro. Essa “pressa com que passou por Suape”, como afirma, – 7 meses em uma empresa, 4 meses em outra e mais 7 meses em uma terceira – fez com que dentre aqueles cujas trajetórias serão aqui analisadas, fosse o único que não conseguiu comprar uma casa ou ter aberto uma conta<sup>43</sup> para ajudá-lo no futuro:

Quando eu entrei em Suape, a passagem foi muito rápida né! Corrida! Quando a gente sai do campo e vai pra Suape é pra se apumar na vida, mas quando você pensa que vai tirar o prejuízo que teve do campo, por exemplo, com as dívidas que fez, aí você já saiu. Mas se eu continuasse lá, eu teria comprado uma casa na rua, porque com o dinheiro do campo não dá pra comprar uma casa não, só dá pra comer. Não sobra aquele dinheiro suficiente não. Lá em Suape se você conseguir ficar um ano no emprego, com a sua rescisão você consegue. Vê, você passa 7 meses lá e tira 3 mil ou 4 mil reais de rescisão, já aqui no campo a gente passa 7 meses fichado na usina e o mais que a gente tira é mil reais. Então o que eu queria mesmo era comprar uma casa e ter uma conta para minha filha fazer o futuro dela (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

A possibilidade de previsibilidade do futuro, o ato de “juntar dinheiro” no banco para comprar uma casa ou garantir o futuro dos filhos, foram narrativas amplamente disseminadas entre os trabalhadores rurais e que apontam para uma mudança na forma de se relacionar com o dinheiro adquirido em Suape. Isto porque, se na cana o “dinheiro só dá pra comer”, como Amauri afirma, em Suape o dinheiro agrega valor e se torna um mecanismo de planejamento a longo prazo. Ou seja, em Suape o trabalhador rural e sua família veem a possibilidade de futuro.

Por esse motivo, apesar da instabilidade do emprego em Suape, quando comparado com a cana tudo era visto de outra maneira. Desde o ônibus refrigerado que o pegava na porta de casa, as amizades do campo que estavam quase todas lá, passando pelo fardamento que lhe dava orgulho de usar, pelo café da manhã e almoço que a empresa concedia, e até as normas trabalhistas que a empresa seguia – como a pausa para as refeições e as que ocorriam durante a jornada de trabalho. Assim, na sua percepção, após provar das regalias de Suape, ter voltado para a cana foi uma decepção:

---

<sup>43</sup> Ter uma conta: expressão usada pelos trabalhadores para se referir à abertura de uma conta poupança. Com o acesso a Suape muitos deles tiveram pela primeira vez a experiência de juntar dinheiro em uma conta bancária na modalidade poupança. Ao serem indagados sobre como descobriram a utilidade de se fazer a conta poupança, informavam de forma uníssona sobre a influência das conversas travadas com os trabalhadores que vinham de fora da região da Zona da Mata Sul.

Quando eu estava na cana de novo eu me senti vergonhoso, eu lembrava de Suape. Quando a gente é da classe baixa os pais da gente sempre dizem pra gente estudar, aí a gente estuda e vai pra um serviço que era melhor lá, que o estudo servia, então foi muito bom. Mas quando a gente sai de lá e volta pra cana, se nunca tiver saído da cana tudo bem, a gente se sente vergonhoso demais. É como se fosse um retorno, só com o tempo e a ajuda da família a gente dá a volta por cima e supera, e agradece a Deus por ter esse trabalho na cana, porque se não fosse isso não teria mais nada aqui. Aqui na rua também não tem como conseguir emprego, porque é mais pra quem tem contato de prefeitura. Por exemplo, se eu tiver um vereador por mim eu posso até arrumar um emprego na prefeitura. Mas ninguém olha pra gente aqui do engenho não, é muito difícil! (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

A fala demonstra que é no emprego em Suape que os estudos adquirem importância e utilidade. Ou seja, ainda que a escolaridade que ele possua seja pouca, em Suape ela abriu-lhe possibilidades de emprego. Já na cana, todos os conhecimentos acumulados ou cursos realizados não têm sentido e aplicabilidade, haja vista que não proporcionam crescimento profissional nos canaviais.

Por isso, voltar para a cana foi encarado como um retrocesso, um retorno àquilo que o humilhava e uma desvalorização do conhecimento adquirido em Suape. Ainda mais porque seu irmão – como mencionado no início deste capítulo – conseguiu permanecer em Suape:

Ele foi mais esperto que eu, porque ele se especializou em caminhão e está até hoje lá em Suape, não voltou mais não. Ele era bituqueiro, e depois ficou tratorista aqui na usina. Aí quando foi pra Suape ele se tornou tratorista lá e já vai se classificar pra outra coisa. O salário dele é maior lá. Ele não volta pra cana mais de jeito nenhum (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

Na sua avaliação, o que possibilitou seu irmão se inserir em Suape de forma tão longeva foi o fato de ter habilitação para dirigir caminhão. Contudo, há de se salientar que a despeito de ambos terem sido criados na palha da cana, como afirma veementemente sua mãe, as conexões estabelecidas com o lugar e com o próprio trabalho no campo foi diferenciada. Isso porque, enquanto desde cedo o irmão de Amauri conseguiu uma promoção no trabalho indo para a usina (indústria do açúcar) como tratorista, ele permaneceu no campo como embolador<sup>44</sup> e, em algumas oportunidades, como auxiliar de cabo<sup>45</sup>.

Essas circunstâncias apontam para um maior capital social adquirido por seu irmão na usina – que quem está no campo não tem como adquirir. Desde cedo, a inserção do irmão dele na usina vincula-se a uma rede de amizades que possuía com quem lá trabalhava, o que

<sup>44</sup> No glossário, localizado no início deste trabalho, há explicações sobre o que significa esta função no campo.

<sup>45</sup> No glossário, localizado no início deste trabalho, há explicações sobre o que significa esta função no campo.

facilitou o seu acesso e permanência em um serviço laboral de melhor prestígio e remuneração.

Ao ingressar em Suape, certamente essas injunções e conexões sociais devem tê-lo auxiliado a permanecer no porto, e não apenas a posse de uma determinada habilitação foi o que o manteve no novo emprego, visto que nem todos os trabalhadores rurais que dirigiam veículos de maior porte lá permaneceram.

Mas Amauri não enxerga desse modo. Na sua visão, o seu fracasso deve-se à sua inabilidade de não conseguir lá permanecer. Voltar para a cana nessas circunstâncias, de sucesso de seu irmão e frustração de sua parte, foi acompanhado pelo sentimento da vergonha de não ter conseguido ficar. Voltar para a cana foi, neste caso, sua última opção e uma questão de sobrevivência, pois “se não conseguisse entrar na usina eu ia perder e ia ser nem lá nem cá, né! Eu não ia ficar nem em um, nem em outro”.

Todavia, nesse retorno ele não é mais o mesmo. Amauri tem experimentado uma maior indignação e decepção que o faz reforçar o desgosto prévio do trabalho no campo levando-o a agir com desinteresse nos canaviais dos usineiros e também com uma resistência mais atuante frente aos abusos cometidos contra o trabalhador rural:

Eu voltei pra cana como auxiliar de cabo, então eu tomo conta de uma turma de trabalhadores. Mas eu nem aperto com a turma porque eu sei como são as coisas. Eles que apertam (funcionários da usina) comigo, mas eu não tô nem aí, não aperto pra turma não. Por mim, podem me colocar de novo pra embolar cana, ou até pra bitucar e ir atrás de cana que eu não ligo mais não. Eu sempre digo isso aos meninos. Uma vez me colocaram pra olhar os meninos lá à noite perto da usina e começou a chover, então os quatro bituqueiros ficaram perto de mim sem fazer nada, esperando a chuva acabar. Aí eu disse: meu irmão não trabalha não rapaz, deita aí ó. Aí ficaram tudinho lá descansando. Eu digo pra mim mesmo: vou fazer o quê? Eu alivio porque eu sei o que a pessoa passa. Você acha que chovendo as pessoas sem ter um lugar pra amparar, todo molhado, e eu vou mandar trabalhar? Não! Mando não! Eu não sou classificado mesmo (cabo oficial), se eles quiserem me classificar me classifiquem. E tem mais, eu também eu não sou usineiro dono de terra. Se eles quiserem que venham aqui olhar a terra deles. Até porque a gente escuta muita xingada dos peões: “Fulano não é nada, e quer mandar no cara”! Tem que fazer uma coisa pra saber levar, eles ganharem e eu ganhar também. Porque na carteira eu sou a mesma coisa que eles. Na carteira eu não sou cabo. Aí se um dia me tirarem de auxiliar de cabo e me colocarem pra está junto dos trabalhadores na cana, aí vão passar na minha cara (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

Pode-se observar na fala acima que o retorno à cana é acompanhado por um movimento dialético entre o que foi visto em Suape – em termos de direitos trabalhistas,

condições de trabalho e melhores cargos – com o que se vivencia na cana. Isso pode constatar que essa reação de enfrentamento dos que foram a Suape ao sistema de trabalho nos canaviais contempla aquilo que pesquisas sobre processos de dominação *versus* resistência dos “dominados” vêm apontando, e que implica pensar em “(...) como as relações sociais de sujeição (classe, gênero, étnico racial) fabricam os dominados e as formas de resistência, e como estas relações são múltiplas, diferentes, reversíveis, contraditórias e conflituosas” (SILVA, 1999, p. 165).

O campo, com a crescente influência de Suape, passa agora a ser confrontado com certa veemência em uma diversidade de direções, desde a concentração de terras, as relações tradicionais de dominação na região, até a organização do trabalho em suas contradições basilares. Essa ruptura que começa a se desenhar por dentro do sistema sinaliza como os processos de mudanças sociais são informados por transformações tanto a nível macro, como em nível micro por meio da ação dos agentes sociais.

Essa ação, que aqui pode ser percebida na trajetória do Amauri, também se encontra nos seus colegas de trabalho que estiveram em Suape e que idealizam constantemente durante a jornada de trabalho nos canaviais a possibilidade do retorno:

A gente fica tudo no campo comentando entre a gente sobre Suape, fica brincando sobre como era bom. Quando a gente está no ônibus da usina, indo pro campo, tem um que diz: “Eita! agora todo mundo vai pra Suape”. Até o ônibus é diferente na cana, é aquele banco duro, e em Suape era confortável. Todo mundo brinca no campo pensando em voltar pra Suape. A gente conversa no campo sobre Suape, fica falando sobre isso, e se a gente ouve alguma coisa que Suape está pegando currículo, a gente falta o serviço pra ir pra lá colocar o nosso (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

De certa maneira, o ingresso no trabalho industrial acoplou na trajetória de Amauri novas percepções e significados para a cana que agora tem como ponto de comparação aquilo que foi vivenciado em Suape, mostrando ser um divisor em sua trajetória na Zona da Mata.

Entretanto, um ponto fulcral para se compreender a complexidade que envolve esse sujeito do rural, vincula-se ao fato de que ir a Suape não é o fim/objetivo de sua vida, mas uma possibilidade concreta de superação da dependência da cana enquanto atividade laboral. Outra constatação, é que ir para Suape também não implica em sair do engenho:

Eu queria mesmo era comprar uma casa pra ter uma segurança. Mas pra falar a verdade eu não pretendo sair daqui não, porque aqui é calmo, não tem bandido como tem na cidade grande, não tem barulho. Pronto, agora mesmo eu estava dormindo e não tinha barulho nenhum passando aqui. Agora lá na

*rua* é um barulho quando passa cinquentinhas. É zuada (zoada, barulho) demais, calor, eu não acho bom. Eu quero mesmo é ficar aqui com meu sítio. Eu mesmo tenho um roçadinho pequenininho lá embaixo. Eu tenho um roçado porque tenho vontade, e é bom estar na terra e tirar alguma coisa de lá, pelo menos a gente não pede ao vizinho. Aqui é muito bom pra se divertir também. Eu jogo futebol e tomo cerveja, vou pra o rio, praia. Eu não queria sair do engenho não. Se me derem uma casa longe, na cidade, eu vendo e compro outra por aqui na *rua* que é mais perto e alugo, e continuo aqui (Amauri, 26 anos, Engenho São Paulo. Entrevista realizada em abril de 2016).

A fala acima aponta que não há, no morador de engenho, objeção ao modo de vida ali estabelecido – que se constitui como parte de si e de sua identidade –, mas há, sem dúvida, uma rejeição e questionamento ao tipo de relação econômica estabelecida com o lugar que os vincula ao proprietário do engenho.

Foto 10 – Entrada do engenho São Paulo – Distrito de Camela



Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2016

## 5.2. A TRAJETÓRIA DE IVAN: “PARA FICAR EM SUAPE TEM QUE SE QUALIFICAR”

A história de Ivan, 28 anos, se repete como a de tantos outros moradores da Zona da Mata Sul: nasceu e se criou no engenho e experimentou desde cedo o trabalho nos canaviais. No entanto, ao contrário da história dos outros dois entrevistados, desde que saiu da cana em 2010 sua trajetória aponta para uma maior integração em Suape.

De 2010 até o começo de 2012, Ivan passou por três empresas, iniciando nas funções de ajudante de pedreiro, ajudante de produção e lixador. Após encontrar dificuldade de conseguir um novo contrato nas empresas, voltou para o açúcar, mas dessa vez para trabalhar na usina (indústria) no curto período de janeiro a março de 2012, como ajudante de produção no cozimento do açúcar. Foi quando surgiu, nas suas palavras, “a oportunidade de ir para Suape novamente” e, dessa vez, ficou por um ano no porto passando por diversas empresas terceirizadas. No ano de 2013, entrou novamente na usina (indústria) como ajudante de produção e, somente em 2014, conseguiu o que mais almejava: uma oportunidade de trabalho no Estaleiro Vard Promar, onde ainda trabalha.

Contudo, antes de adentrarmos nos diferentes percursos feitos por ele em Suape, faz-se necessário conhecer sua história e trajetória no engenho a fim de se estabelecer nexos causais com a sua permanência no porto.

O engenho Jaguaré, localizado em Sirinhaém, é descrito como um lar, pois é lá que seus avós sempre moraram e trabalharam na cana e, também, é onde seus pais foram criados, casaram e tiveram os filhos.

A sua infância foi pobre e com muitas privações, nas suas palavras “foi um tempo triste, misericórdia, o dinheiro só dava pra comer, e você só tinha aquele serviço na cana pra trabalhar. Não tinha outra coisa pra fazer”. Ivan e toda a sua família seguiam, portanto, o curso natural do trabalho de quem morava em engenho ou nas pontas de *rua* da Zona da Mata Sul.

Sua mãe, lembrada por ele como uma mulher esforçada que não negava ajuda à família, desde os 7 anos de idade era cortadora de cana e só parou de trabalhar em 2013. Seu pai, que também trabalhou nos canaviais desde cedo, aos 9 anos de idade, sempre carregou consigo e transmitiu aos seus filhos – Ivan e sua irmã, bem como aos 7 filhos do primeiro casamento anterior ao da mãe de Ivan – uma ética da valorização do trabalho, a ponto de todos os filhos homens terem ido para a cana na infância, com exceção das mulheres – igualmente como se viu ocorrer na família dos demais entrevistados.

Saliente-se, todavia, que Ivan foi o único dos seus irmãos e familiares, com exceção de um tio que saiu do engenho para morar na rua e vender cachorro-quente para sobreviver, a conseguir sair da cana. O caso de Ivan é, portanto, emblemático.

O pai de Ivan sempre o incentivou a estudar, como uma forma de escapar da cana, por isso afirma que se dedicava aos estudos – realizados na *rua*, pois na escola do engenho o ensino se encerrava na 4ª série do fundamental – e que almejava “quase como um sonho distante” fazer uma faculdade. Ele chegou a concluir o ensino médio, no entanto, com a

gravidez de sua namorada acabou tendo de seguir o destino de seus colegas e ser batizado na cana-de-açúcar como o primeiro emprego registrado em carteira.

Se, por um lado, suas experiências laborais nos canaviais remetem à infância, é somente aos 18 anos que firma seu primeiro contrato de trabalho com a usina. As funções exercidas na plantação de açúcar são analisadas por ele como um trabalho duro e incerto, haja vista que se passa seis meses trabalhando e depois, na entressafra, os postos de trabalho no campo reduzem-se drasticamente deixando muitos trabalhadores “ociosos”.

O primeiro contrato foi como ajudante de cabo entre 2004 e 2005 em que recebia R\$ 9,00 pela diária de 8 horas de trabalho, totalizando R\$ 270,00 mensal, abaixo do salário mínimo em vigor na época que era de R\$ 300,00 – ressalte-se que desse valor ainda vinham os descontos aplicados aos trabalhadores que produziam aquém do esperado. Outras funções que também ocupou no campo foram as de plantio, semeando adubo dentro dos sulcos, e de aplicador de herbicida, visto como uma função perigosa por estar em contato direto com o veneno. Sobre isso, ele ressalta que ficou nesta última função por quatro anos de forma irregular, pois a usina não registrou na carteira de trabalho esta atividade:

Era um trabalho perigoso, mas a empresa oferece todo requisito de EPI, a gente não pode reclamar disso não, ela fornece os materiais: bota, jaleco, óculos de proteção e máscara. Mas mesmo usando é difícil, porque nem todo mundo se dá. Teve gente que adoeceu. Aí tem gente que é fichado e que não quer trabalhar com agrotóxico. Aí quem se adapta, a empresa faz questão de manter. Por isso fiquei nessa função por quatro anos. Mas na carteira eu estava como trabalhador rural porque aí você não fica parado. Por exemplo, no dia que chove, você não pode fazer esse serviço, e se na carteira tivesse como aplicador de herbicida, a gente tinha de ficar em casa, mas como é trabalhador rural, a gente vai fazer outra função. Por isso que ninguém tem uma profissão no campo. Só quando vai para dentro da indústria (usina) (Ivan, 28 anos, Sirinhaém. Entrevista realizada em 2015).

A estratégia acionada pela usina de não registrar as pessoas nas funções que exercem, mas apenas como trabalhador rural, independente do que faça, é apontada por Ivan como uma forma de retirar do indivíduo a oportunidade de ter uma profissão. Mas também pode ser interpretado como um mecanismo de exploração da mão de obra local, posto usufruir do trabalhador de acordo com seus interesses sem retribuir-lhes por isso.

Contudo, apesar desses contratemplos, Ivan vê na atividade de aplicador de herbicida uma possibilidade de aumentar sua rede de contatos profissionais uma vez que nessa área era possível estar em contato constante com os trabalhadores da usina do açúcar, o que, a seu ver, se mostrava como única possibilidade de crescimento profissional. Em certa medida, essa percepção corrobora com uma pesquisa feita Lopes (1978, p. 162) em que constata que

“apesar de tudo, em oposição ao trabalho agrícola nos engenhos, o trabalho fabril de maneira geral é visto positivamente, ou melhor, menos negativamente”.

Outro aspecto analisado por Lopes e verificável na trajetória de Ivan, que saiu do campo para a usina, diz respeito à constatação de que muitos dos operários das indústrias do açúcar originam-se dentre os próprios trabalhadores rurais, “iniciando sua vida produtiva no trabalho agrícola, a partir de certo momento eles passam a trabalhar na usina” (LOPES, 1978, p. 152).

Vale destacar que estar na usina foi uma verdadeira ponte de acesso a Suape, isso porque, ao ser demitido das empresas do porto, e não querendo voltar para a cana, seus amigos da usina sempre encontravam uma forma de contratá-lo para algum posto de trabalho dentro da indústria do açúcar amenizando, com isso, os riscos que um possível retorno aos canaviais traria à sua trajetória.

Nesse ínterim, entre o campo e a usina, ouve falar por meio dos amigos do engenho que o complexo de Suape estava selecionando trabalhadores rurais e que, para conseguir uma vaga, teria de fazer um currículo. Seguindo o mesmo trajeto dos amigos, Ivan faz o seu currículo em uma *lan house*<sup>46</sup> localizada na *rua* e parte para as empresas do complexo conseguindo o primeiro contrato de trabalho na empresa de engenharia Odebrecht, na função de ajudante de pedreiro.

Ao ser questionado sobre o processo seletivo, as semelhanças e diferenças com o que ocorria no campo, relatou-me que:

Quando dei meu currículo, ele (o entrevistador) olhava o currículo e já decidia se iria pegar ou não, e fiz muitos exames. E foi coincidência porque quando eu cheguei lá na seleção já estavam pegando gente pra refinaria (de imediato), mas como eu estava de bermuda e por isso tive de ir comprar calça e camisa pra ir pro escritório. Eu estava com alpargatas, aí disse que não tinha sapato, aí a mulher viu o currículo, e deu um jeitinho. Acho que eu fui escolhido porque viram meu CPF e jogaram no Ministério do Trabalho e viram que eu não tinha experiência, mas viram que eu não tinha nem falta, nem atestado. Tinha quatro anos de ficha e não tinha nenhuma falta (Ivan, 28 anos, Sirinhaém. Entrevista realizada em 2015).

Sem dominar os códigos desse novo universo de trabalho, Ivan afirmou se sentir despreparado para aquela oportunidade: desde as roupas que usava, passando pelo sapato que não possuía, a falta de entendimento dos testes de aptidão física e mental que teve de fazer, o receio de não ser aprovado nos exames médicos – visto que por ter trabalhado tantos anos

---

<sup>46</sup> Loja comercial que oferece, por meio do pagamento, acesso à internet e demais tipos de serviços ligados à computação.

com herbicida acreditava poderem encontrar algum problema em seu exame de sangue –, e, por fim, o fato de não possuir “nenhuma experiência de trabalho”. Isso porque, como descrito acima, o serviço na cana é a negação da especialização do trabalho, a ausência de profissão.

Essa negação que a cana oferece ao trabalhador foi acompanhada em várias falas como uma das maiores frustrações em ser trabalhador rural: um trabalho que não valoriza, mas que nega sua identidade, sua origem e suas possibilidades de ser algo que não aquilo. Daí que, com Suape, esse indivíduo se vê motivado a procurar outras possibilidades de seguir sua própria história, e não aquela que lhe foi determinada por ter nascido em engenho.

Todavia, nem todos conseguiram ir para Suape, pois as empresas efetivaram um tipo de triagem entre os trabalhadores oriundos do campo selecionando os mais aptos a permanecer em seu quadro. Se, por um lado, para trabalhar nos canteiros de obras da construção da refinaria Abreu e Lima muitos foram contratados, por outro lado, para o trabalho mais especializado só se efetivaram aqueles que conseguiram dominar as técnicas e se enquadrar nos padrões estabelecidos.

Devido às inseguranças com relação à permanência dos trabalhadores nas empresas, Suape se apresentou para muitos deles como um risco a ser tomado, pois caso não desse certo teriam de se inserir novamente no campo. A situação de vulnerabilidade desse ator social do meio rural fez com que a possibilidade de deixar o campo fosse uma decisão que levasse em consideração todas as implicações da partida. É nesse sentido que Ivan afirma:

Os que não foram para Suape foi por falta de coragem. Eles tinham era medo de perder o que tinham, porque, mesmo trabalhando em usina, graças a Deus, você tem um salário certo, uma moradia, isso fez diferença. A maioria dos meus amigos tinham dois, três filhos. Eles iriam para onde com três filhos e esposa? E eu não tinha esposa. E isso foi bom. Eles não queriam arriscar perder o emprego. A maioria que ficou era quem não tinha leitura e quem tinha muito filho. Foi o fator primordial (Ivan, 28 anos, Sirinhaém. Entrevista realizada em abril de 2016).

Em outros termos, o trabalhador que foi para Suape pesou diversas questões na sua decisão, ainda que muitas vezes de forma não premeditada, mas impulsionada pelas necessidades econômicas e sociais de sua família: nível de estudo – que, supostamente, poderia aumentar suas possibilidades de ficar –; ser casado ou solteiro; quantidade de filhos; tempo de serviço no campo registrado em carteira e se outros membros da família trabalhavam no campo – a amostra da pesquisa apontou que os trabalhadores rurais recém-contratados pelas usinas foram os que mais arriscaram, bem como os jovens em que algum dos seus pais ou irmãos tenha permanecido na cana.

Dos que arriscaram ir, muitos têm voltado não somente para a cana, mas também para outras ocupações na Zona da Mata Sul em decorrência da experiência de trabalho adquirida em Suape – como mostrarei mais adiante na trajetória do Lucas. Os principais motivos da volta aludidos pelos trabalhadores vinculam-se à diminuição da oferta de trabalho nos empreendimentos do porto e a redução de quadro das empresas, deixando de lado, todavia, a pouca qualificação que grande parte não conseguiu tirar em Suape e as artimanhas utilizadas pelas empresas de reduzir quadros inteiros de trabalhadores para depois contratá-los por um preço mais baixo, como ficou constatado no decorrer da pesquisa.

No que tange a Ivan, mesmo tendo um filho, estando prestes a se casar e os pais estarem precisando de sua ajuda na composição da renda familiar, ir para Suape se mostrou para ele como um “um risco que tinha tudo para dar certo”. Sob esse aspecto, é recorrente na sua fala uma forte mobilização do discurso da determinação pessoal, da visão de que conseguiria ser contratado. Contudo, no desenrolar de sua história, foi possível captar que para ele ficou mais fácil ir porque havia uma rede de suporte de seus amigos da usina que lhes davam a garantia de retorno para a usina caso não desse certo em Suape:

Muitas pessoas ficaram felizes com a minha ida para Suape, outras, não. Por exemplo, naquela época eu tinha 4 anos de ficha. Aí falavam que a usina (a indústria do açúcar) ia fichar todo mundo (os aplicadores de herbicida no campo como trabalhador permanente, e não só nos seis meses do período da safra). Mas não liguei pra isso não. Quando eu fiz os exames na Odebrecht, eu disse que quando me ligassem eu iria embora. Aí os meus amigos disseram: rapaz, tu vai pra onde, vai perder teus quatro anos de ficha. No outro dia me ligaram, e eu nem fui mais para usina. Avisei o encarregado, e ele ainda me ajudou, porque os dias que fiquei duas semanas na empresa do porto ele ainda bateu ponto dos meus dias para eu não levar falta e ter demissão justa causa (Ivan, 28 anos, Sirinhaém. Entrevista realizada em 2015).

A construção desse cenário sobre quem vai e volta, e quem vai e consegue ficar, se mostra interessante porque evidencia que a mobilidade, isto é, a possibilidade que a força de trabalho tem de percorrer determinado espaço social e econômico, vai depender do tipo de qualificação que o indivíduo teve, do tipo de “*habitus* fabril” adquirido, e também do *quantum* de capital social disponibilizado pelo indivíduo a partir de suas redes de relações “vinculadas a determinados agentes ou instituições” (BOURDIEU, 2015, p. 75).

Teoricamente, a mobilidade não é algo abstrato em que se pode inferir que “a ida a Suape está alterando ou está mudando tudo”. Isso porque, dentro de Suape, há diferenças que atingem os trabalhadores de formas distintas e que influenciam seus percursos no espaço

social da Zona da Mata Sul. Assim, muito do retorno à cana indica ser fruto, em grande medida, de uma seleção feita em Suape.

Provocativamente, pode-se argumentar que nesse contexto de contradições no seio das relações sociais aquilo que pode ser elemento de mobilidade é elemento, dialeticamente, de reprodução de sistemas sociais. Em certo sentido, o capitalismo “industrial” de Suape também opera na reprodução do capitalismo ligado à terra dos engenhos. Isso significa dizer que Suape se operacionaliza e se efetiva na região com ações similares às dos usineiros, na medida em que lucra muito mais com a manutenção das contradições e precariedades de vida no campo, posto se beneficiar diretamente de sua larga mão de obra e dos possíveis benefícios que pode auferir disto.

É inserido nesse processo, como um sujeito à deriva tentando decifrar os códigos que o manterão em segurança, que Ivan deixará escapar na narrativa que constrói do trabalho em Suape uma série de novos símbolos que desde cedo vai tentar dominar a fim de lá permanecer e não mais voltar para a cana. Talvez, dentre essas contradições vivenciadas, a mais marcante seja caracterizada pela “vontade de ser profissional” *versus* “o jogo fabril da qualificação” operacionalizado pelas empresas.

Dentre as empresas que trabalhou no porto, a que conseguiu ficar mais tempo e que, na sua avaliação, lhe ofereceu a oportunidade de um “emprego diferenciado” foi o Estaleiro Vard Promar. Lá, trabalha como esmerilhador de navio (lixador) – profissão que aprendeu em seu antigo emprego no Estaleiro Atlântico Sul –, e recebe R\$ 1.530,00 por mês, fora os benefícios do trabalho:

Foi difícil entrar no Vard Promar, porque teve teste. Eles queriam tudo, exigiam experiência. Lá consegue emprego por experiência e por indicação. Mas o meu foi por experiência. Fiz teste prático e teórico. Foi rigoroso. E foi com engenheiro. Eu entrei para área de acabamento, a principal área de construção do navio, que diz se o bloco do navio está pronto para Petrobras entrar. Eu sou lixador, e a gente lixa todo o casco do navio, porque é feito de ferro. Hoje eu ganho R\$ 1.530,00 por mês. Mais do que em qualquer outro lugar, fora a extra. E tem cartão de 220 reais de alimentação. E eles são pontuais, e depositam o dinheiro mesmo eu não estando lá. E tem plano de saúde para eu e minha família, cartão da farmácia, transporte, refeição, e ainda tem essa questão do estudo que dão a qualificação (Ivan, 28 anos, Sirinhaém. Entrevista realizada em 2015).

Sua fala remete a si mesmo como alguém que já possui experiência e como portador de uma profissão, a de lixador, que foi o que o habilitou a ingressar no estaleiro. Todavia, como sempre quis ter habilitação de soldador, e não havia conseguido se qualificar nesta área na antiga empresa no Estaleiro Atlântico Sul (EAS), se empenhou por conseguir no Vard

Promar. A vontade de ser um profissional na solda ocorre por necessidade, pois em quanto mais áreas for qualificado maior a sua capacidade de empregar-se no porto.

Para conseguir a qualificação de soldador o trabalhador fica três meses em experiência na função à qual almeja se qualificar e, ao término deste prazo, se for aprovado em uma série de testes ganha o sinete – um tipo de identificação/código da função que o soldador exerce. Esse sinete vai ao lado de toda a solda que ele realizar como forma de identificá-lo em eventuais defeitos de procedimentos, e é oferecido, majoritariamente, pelas empresas de metalurgia sem a necessidade prévia de se fazer um curso específico por fora para isso. No caso da fabricação de navios em que a grande clientela dos estaleiros é a PETROBRAS, esta só aceita a qualificação de trabalhadores cujos sinetes foram emitidos por ela própria em parceria com os estaleiros, assegurando, desta maneira, a validade do sinete em todo o País. Daí surgiu o interesse do Ivan em conseguir a qualificação da solda.

Com o propósito de conseguir o sinete de soldador e de se manter no emprego, Ivan relatou que sempre se empenhou por mostrar uma quantidade elevada de *produtividade*, que está relacionada a uma postura de estar sempre disponível para o seu chefe imediato – o encarregado –, e implica também em ser um bom funcionário, ficar além do expediente e trabalhar nos projetos solicitados com um desempenho acima da média. Foram essas as prerrogativas que o fizeram ser chamado por um encarregado de outro setor que não o seu a fim de cobrir as férias de um soldador e conseguir obter a almejada qualificação na área:

**Pesquisadora:** Você conseguiu se qualificar na solda?

**Ivan:** De dezembro do ano passado (2015) até fevereiro desse ano (2016), me colocaram para soldar.

**Pesquisadora:** Então mudou seu salário quando você trocou de função?

**Ivan:** Não, porque eu não qualifiquei. Em fevereiro meu gerente saiu de férias e o que entrou no lugar dele viu que a parte da edificação estava precisando de um lixador, e da turma do meu encarregado eu era o único lixador, então tive de voltar pra ser lixador de novo e não deu tempo de me qualificar no setor que eu estava emprestado. Eu não consegui nem fazer o teste para ter o sinete porque faltou só mais uma semana pra eu completar os três meses e conseguir fazer os testes (Ivan, 28 anos, Sirinhaém. Entrevista realizada em abril de 2016).

O fato de Ivan exercer a função de soldador e não ter conseguido se tornar profissional faltando apenas uma semana fez com que se sentisse frustrado em exercer o trabalho de um outro profissional e não ganhar nenhuma recompensa financeira por isso, muito menos a qualificação.

De fato, a partir de outros relatos, constata-se que essa atuação das empresas tem se constituído como uma prática de retardar que o funcionário suba de cargo e lhe pague mais

por isso. Isso porque, ao estar qualificado tecnicamente, mas sem o reconhecimento na carteira de trabalho, o saber do trabalhador passa a ser utilizado pela empresa da forma que lhe aprouver, mas, formalmente, não pode ser usado pelo trabalhador para ganhar mais e ter acesso a outros benefícios.

Quando questionado se a empresa usualmente agia dessa forma, respondeu que sim:

**Ivan:** Ah, faz!!! É direto! Se eu tivesse qualificado em fevereiro, em março teria vindo meu aumento de salário. Mas tem caso de que você qualifica e eles não botam o teu nome, não faz pedido de aumento de salário, às vezes passa mais de ano. Tem gente lá que faz dois anos que é qualificado, mas nunca veio aumento, porque o gerente nunca pediu. É uma estratégia da empresa. Eles fazem com quase todo mundo. Vai ter um corte de segunda, e a prioridade (de demissão) é pra quem pegou qualificação em fevereiro. A maioria vai sair, porque está ganhando mais. Aí bota pra fora que é pra reduzir custo. Tem colega meu que é encarregado e tomava conta de equipe sem ser qualificado. Aí os nomes deles já estão na lista. Ou seja, que futuro teve? Era melhor ter ficado na função. Do jeito que está o emprego (refere-se à situação de desemprego no País, que já era alta no começo do ano de 2016).

**Pesquisadora:** E mesmo assim você quer se qualificar?

**Ivan:** Pra mim seria vantagem, mesmo se eu saísse na segunda-feira, porque o outro estaleiro está pegando gente, o Atlântico Sul. Ele ganhou contrato de novo para fazer seis navios, da Noruega parece. Aí a média que dizem que vão contratar é entre mil e mil e quinhentas pessoas (Ivan, 28 anos, Sirinhaém. Entrevista realizada em abril de 2016).

Esse *jogo fabril da qualificação* aponta, concretamente, para as incertezas de Suape, mas também para aquilo que foi apontado anteriormente onde afirmo que a forma de atuação das empresas de Suape segue a mesma lógica de exploração da reprodução do capitalismo fabril. Ademais, outro ponto que esses processos revelam é o dilema da qualificação, ou seja, qualificar para quê? Um dilema que se instala no âmago do trabalhador e o faz ponderar, a depender das circunstâncias, os benefícios que teria ou não em se qualificar. Isso porque, ele até pode querer se qualificar para ganhar mais, mas isso também o coloca na iminência de ser demitido. Nesse sentido, é como se houvesse uma qualificação que precariza na medida em que pode impedi-lo de permanecer no emprego.

A empresa demite para contratar. Ou seja, ao se qualificar o trabalhador torna-se alvo de demissão sendo substituído por trabalhadores sem qualificação e/ou com qualificação só que com salários mais baixos.

Assim, a possibilidade visualizada por ele de conseguir se empregar em outro estaleiro, visto ser qualificado como lixador, faz com que não se oponha a sair do emprego. É por isso que para Ivan ainda que ter uma qualificação/ser profissional tenha seus riscos, se

mostra importante visto ser uma forma concreta de ter acesso às demais empresas do porto de Suape.

Se na nossa primeira entrevista realizada em 2014 – período em que ainda estava se qualificando – Ivan demonstrava um certo receio e até mesmo medo de perder o emprego de ajudante, pois, nas suas palavras, “quem veio do campo se apegava ao trabalho com mais dedicação, até com medo de perder, aí por isso damos mais valor porque sabemos como é o trabalho no campo”; agora, em 2016, já profissional, muda seu discurso e passa a ter um outro olhar para o trabalho e suas possibilidades de realização em Suape.

Nessa nova conjuntura, Ivan almeja outras coisas para sua vida que eram impensáveis até pouco tempo atrás, isso porque, no trabalho em Suape, um universo de possibilidades se abriu para ele com novas amizades que lhe indicaram o caminho para se manter nesse mundo do trabalho fora da cana:

Na verdade, não tenho interesse de permanecer na empresa. O dinheiro não é ruim, a condição não é ruim, mas crescer como profissional é muito difícil. Como já fiz amizades com outras pessoas, já estou vendo outras coisas pra mim. Se eu sair segunda não vou achar ruim não, mesmo eu ainda devendo mais da metade da minha casa. Eu tenho o sonho de fazer faculdade, de fazer Educação Física. Mas agora tenho um colega que está tomando conta de uma empresa de vigilância. Caso eu seja demitido do Vard Promar, eu vou fazer o curso de vigilante. Para mim hoje é melhor, porque poderia trabalhar só durante o dia como segurança, e fazer minha faculdade à noite. Só volto pra cana se for necessário. Tem de trabalhar. Eu também qualifiquei a carteira (de motorista) pra D por causa da questão de emprego, pois tem um colega meu que toma conta de *munck*, então eu também posso fazer o curso de muqueiro. Eu já quero começar agora, de hoje a quinze. Hoje, quando sair daqui já vou me inscrever neste curso. Eu tive essa ideia quando um colega me disse que lá na empresa dele estavam sempre pegando muqueiro. Eu conheci ele no EAS, em 2010 (Ivan, 28 anos, Sirinhaém. Entrevista realizada em abril de 2016).

A permanência longa de Ivan em Suape faz com que aprofunde relações sociais que o insere em um novo contexto e desperta nele o olhar de que Suape não é mais o fim de sua trajetória, e sim mais um elemento de mobilidade no espaço social da Zona da Mata Sul. A criação dessas redes no trabalho e na vida social, numa perspectiva aludida por Boltanski e Chiapello, aponta para a existência no mundo contemporâneo de “uma correlação entre a importância do capital social e do capital de informação”. Onde “a informação é, ao mesmo tempo, resultado e condição da multiplicação de conexões (...)” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 145).

O capital social acumulado por Ivan cresceu na medida em que foi passando por diversas empresas no porto, com a criação de amizades não só entre pessoas do engenho, mas

da cidade do Recife, de outros estados e de outros países – ele ressalta constantemente a amizade desenvolvida com trabalhadores da Noruega, contratados pelo estaleiro Vard Promar para montar e supervisionar a criação dos navios.

Esse acúmulo de informações que foi se desenvolvendo na medida em que seu relacionamento interpessoal com os colegas de trabalho foi crescendo, possibilitou-lhe traçar um plano de ação cujo objetivo maior é fazer com que não dependa exclusivamente de Suape, como outrora fora dependente da cana.

Isso se revela quando aponta para os cursos que fez e que vai fazer para ampliar sua empregabilidade. E isso tudo surgiu a partir do que ouviu entre os amigos da empresa que o inspiraram a fazer faculdade de educação física – pois teria a possibilidade de abrir uma academia na garagem de sua casa –, fazer curso de segurança – pois lhe daria condições de trabalhar meio período –, e fazer um curso de muqueiro a fim de operar caminhão de guindauto (*munck*). Ressalte-se que todas essas opções de cursos foram arquitetadas no bojo de sua interação social em Suape.

Acerca de sua percepção sobre as implicações dessas mudanças em sua vida, Ivan aponta elementos simbólicos e materiais, dentre os quais o principal foi ter comprado a sua casa na *rua*, a possibilidade do planejamento familiar com a abertura de uma conta poupança no banco e o acesso à saúde pelo plano de saúde:

Então, ir pra Suape mudou muita coisa. Primeiro, o padrão de vida muda. Você passa a ter coisas que não tinha, tipo o plano de saúde onde a empresa paga 80% das consultas. Tem transporte de qualidade, refeição. No campo não tem nada. O médico é da usina, aí você chega lá morrendo e ele te manda embora pra casa. Aí tudo muda. A gente passa a se vestir melhor. Hoje, o mais importante foi que eu também consegui construir a minha casa na *rua* com minha esposa, porque eu me casei. Gastamos quase 60 mil, mas quando começamos a fazer já tinha 20 mil de Suape. No campo eu não teria isso. A moto que eu comprei, foram quatro anos juntando dinheiro. Então, a gente passa a ter amizades que ganham melhor que você, que vive melhor. A gente quer ter essas coisas também. A gente ver que aquilo que era impossível de ter, pode ser realizado. Se no final do ano eu tiver lá ainda, eu já vou comprar um carro usado. No campo não tem como. Vejo pela minha família: só dá pra comer e vestir (Ivan, 28 anos, Sirinhaém. Entrevista realizada em abril de 2016).

Esse conjunto de transformações relatadas por Ivan, apontam para uma percepção diferenciada que tem ocorrido na forma de se relacionar com seu lugar de vida, ainda que mantenha permanências e regularidades, principalmente no que tange ao universo rural ao qual pertence. Isso porque, ainda que Ivan tenha ido morar na *rua*, esta, por seu turno, não

possui uma acepção “citadina” para ele, antes, é uma afirmação de um rural possível em uma localidade dominada pelo latifúndio.

Ivan teve de sair do engenho, pois esse é o percurso natural daqueles que não trabalham mais para a usina. Não só Ivan teve de sair, mas também os seus pais, visto que se aposentaram do trabalho no campo. Mas o vínculo com o engenho permanece, pois lá se encontram os amigos, seus irmãos e demais familiares.

Ao ir para a *rua*, o engenho vai junto com Ivan, na forma de ver o mundo, se relacionar com o espaço, travar amizades e vivenciar formas de lazer. Assim, ao falar do engenho que “ficou para trás” percebe-se uma mudança no seu tom de voz ao passar a dissertar com maior propriedade, pois é o mundo que conhece e domina por excelência:

Eu levo essa coisa do campo comigo, não me vejo morando na cidade. Eu sou matuto do engenho. Eu amo o engenho. Na cidade não tem liberdade, é muito preso. Também tem muito interesse das pessoas. No engenho não é assim, lá o pessoal quer que você entre, que almoce, essas coisas. Mas na rua, quem é que vai fazer isso? Mas tive de fazer minha vida em outro lugar porque no campo (engenho) a usina não vende terra. Por isso que hoje eu moro na rua, mas todo final de semana estou no engenho, fica fácil ir pro engenho porque é perto. A minha igreja fica no engenho também, e tudo o que eu gosto está lá (Ivan, 28 anos, Sirinhaém. Entrevista realizada em 2015).

A proximidade da relação entre a *rua* e o engenho e o fluxo de interação criado pelos moradores do engenho que foram para esse espaço, mostram, como já apontava Sigaud em 1960-1970, que na *rua* se concretiza toda uma sociabilidade advinda das representações vivenciadas no engenho. Isso evidencia, de uma certa maneira, que as relações simbólicas são transportadas a despeito do lugar que este ator social se encontra.

A trajetória de Ivan aponta, também, que por mais que o trajeto percorrido por ele tenha sido feito de forma individual, jamais pode ser considerado um ato solitário, como enfaticamente demonstra Bourdieu (2011). Ainda que a todo momento tente apresentar o discurso da determinação e força de vontade pessoal, deve-se ponderar que sem essa rede de sustentação que está por detrás dele seria difícil entrar e permanecer em Suape.

Assim, tem-se que um ponto de sua trajetória que se diferencia da história de Amauri refere-se justamente a um maior adensamento de capital social e cultural, amparado, sobretudo: a) na conclusão do ensino médio, que lhe concedeu uma maior inserção e aprofundamento de relações sociais; b) na promoção adquirida no trabalho do canavial para a usina, e, juntamente com isso, no fortalecimento de uma rede de amigos que facilitou seu processo de arriscar ir para Suape na medida em que lhe deram o suporte necessário; c) e, por

fim, na sua inserção em uma trama social mais ampla em decorrência de sua religião, que mostrou ocupar um papel importante na sua ação comunicativa, visto participar ativamente das intervenções religiosas. No tocante a este último ponto, ficou evidente durante a condução das entrevistas que o papel ativo que Ivan dispunha no seu agir religioso, viajando entre vários municípios da Zona da Mata com os “cultos itinerantes de sua igreja”, foi um elemento central na aquisição, manutenção e diversificação de seu capital social, visto que, como ele ressaltou “nas viagens da igreja conhecemos muitas pessoas, aprendemos coisas novas e conseguimos diversos tipos de oportunidades que sem a igreja não poderíamos ter, como, por exemplo, viajar e conhecer pessoas importantes”.

### 5.3 A TRAJETÓRIA DE LUCAS: “SAÍ DE SUAPE, MAS NÃO VOLTO PRA CANA. ESTOU CORRENDO PRA TUDO QUE É LADO PRA NÃO VOLTAR!”

Uma peculiaridade da trajetória do Lucas, que se difere do Amauri e Ivan, é que sua família não é oriunda da região da Zona da Mata. Foi no ano de 1972 que a mãe de Lucas, ainda criança, chegou ao engenho São Paulo localizado no distrito de Camela juntamente com seus pais. Oriundos do agreste de Pernambuco, município de Santa Maria do Cumbucá, estabeleceram-se na localidade, pois seu pai já estava acostumado com o percurso Agreste-Zona da Mata Sul, visto ser um empreiteiro que arregimentava preferencialmente trabalhadores do Agreste e do sertão para trabalhar nesse engenho. Sobre a função do empreiteiro nesse período, Sigaud aponta que:

A força de trabalho recrutada fora dos engenhos continuaria a proceder fundamentalmente do Agreste. Por último, se em relação ao uso generalizado do empreiteiro para arregimentar os trabalhadores de fora havia um consenso entre moradores e líderes sindicais, nenhum proprietário admitia recorrer a empreiteiro, embora sempre afirmasse que os outros o fizessem (SIGAUD, 1979, p. 13).

Essa negação dos empresários em recorrer aos empreiteiros se dava, em grande medida, porque nesse período muitos trabalhadores eram contratados via empreiteiro sem direito a nenhum benefício ou proteção social. Eles eram clandestinos, ou seja, trabalhadores rurais que não possuíam contrato de trabalho formal. Contudo, atualmente muitos engenhos têm dado preferência a contratar os trabalhadores de seus próprios engenhos, como é o caso do engenho São Paulo, recorrendo à mão de obra externa somente em casos de falta de mão de obra local.

Foi nesse tipo de serviço que seus pais criaram os filhos, inserindo-os desde cedo no trabalho dos canaviais. Sob esse aspecto, sua mãe relata que o trabalho pesado que tinha de fazer desde jovem no campo, como cortar cana, limpar mato, abrir cana e todo tipo de serviço dentro de engenho, levaram-na a perder um dedo com um golpe de machado malfeito. As boas recordações desse período de sofrimento foi o casamento realizado com o pai do Lucas que também era trabalhador rural – cortador de cana – e oriundo do município de Surubim, região do Agreste. Sobre os filhos que tiveram, a vida dura no trabalho e a relação do engenho com a usina, ela relata que:

Eu e meu marido trabalhamos muito, quase o dia todinho, e muito tempo foi como clandestino. Demorou muito pra gente se fichar (ter contrato de trabalho registrado na carteira de trabalho). Lembro que a gente saía de casa de meia noite, uma, duas, três ou quatro da madrugada, porque não tinha hora (estabelecida) pra gente não. Quando a gente via eles queimando as canas a gente partia no mundo pra trabalhar. Mas foi um tempo difícil, a gente se mantinha de pé à base da farinha seca com ovo, peixinho assado, uma banana pra se comer com farinha, pra comer com cuscuz. Até hoje não temos nada, nem um pedaço de terra, porque o terreno é da usina. A gente tem que ficar na casa que foi cedida pela usina, se fizer qualquer reforma tem que dizer aos homens porque, se não for assim, eles mandam derrubar. Até a plantação que a gente faz, às vezes eles vêm e tiram tudinho. Criamos nossos filhos trabalhando no campo, criei oito filhos, mas tive dezesseis. Deus levou oito e deixou oito pra mim, três homens e 5 mulher. Desses meninos só dois terminaram os estudos e as 5 meninas já estão todas casadas, mas não terminaram os estudos. Naquele tempo estudava quem queria, mas hoje é obrigado né! Naquele tempo era tudo no cabo da enxada e da foice limpando mato. E hoje se botamos o filho no serviço e o povo vê, misericórdia. Naquele tempo com sete e oito anos já trabalhavam. Eu mesma botei tudinho pra trabalhar com sete, oito anos. Bora trabalhar pra aprender. E hoje em dia enquanto o menino não tiver dezoito anos não pode trabalhar, né?! (Mãe do Lucas. Engenho São Paulo, Distrito de Camela. Entrevista realizada em abril de 2016).

A vida de privações no engenho levou Lucas, como os demais moradores da localidade, desde cedo a manusear a enxada guardando em seu corpo as marcas do campo. Por isso, é de se esperar que neste contexto não se tenha para onde correr do serviço da cana, o que o leva aos 18 anos ser oficialmente contratado pela usina como um trabalhador rural, exercendo as funções de bituqueiro, embolador de cana e de cabo – que é o líder de turma:

Comecei a trabalhar com 18 anos, ficava atrás das máquinas juntando cana. Eu era bituqueiro. Aí depois na outra safra eu fui embolador de cana, onde a máquina não vai, aí a gente vai tirar. Aí na outra safra eu fui ser cabo. O trabalho no campo era pesado, mas pelas amizades se torna divertido. É cansativo, mas a gente consegue fazer amizade. Eu não sinto falta do trabalho, mas daquelas amizades que tinha na hora do almoço, juntava todo

mundo e via o que o outro tinha, e saía dividindo (Lucas, 27 anos, Engenho São Paulo/ Distrito de Camela. Entrevista realizada em 2015).

As lembranças do período nos canaviais que o deixa feliz ligam-se não ao trabalho em si, mas aos amigos provenientes do engenho que lá se encontravam. A presença dos amigos do engenho no porto também é revelada por todos os entrevistados como um elemento importante de adaptação no serviço das empresas em Suape. De certa forma, essa rede de afetividade, ou estrutura de sentimento – na perspectiva de Williams (1979) – compartilhada entre os amigos que vieram do engenho é que talha uma visão de mundo e perspectiva de ação social que se desloca com os trabalhadores rurais por onde transitam.

Nesse sentido, Williams (1979) é um autor importante na medida em que ajuda a pensar como as experiências vivenciadas por esses indivíduos do meio rural são, mormente, ordenadoras de suas ações tanto no seu espaço de vida como nos espaços por onde se movem. Ao que ele vai denominar essas experiências de *estrutura de sentimento*.

De acordo com Williams, a noção de *estrutura de sentimento* refere-se a uma experiência social e pré-emergente, ou seja, mesmo não tendo forma fixa é algo que está sendo vivido e exerce pressões palpáveis nas ações e nas relações sociais:

Ao mesmo tempo são tomadas, desde o início, como experiência social, e não como experiência “pessoal”, ou como as características incidentais, meramente superficiais, da sociedade. São sociais sob dois aspectos que as distinguem dos sentidos limitados do social como o institucional e formal: primeiro, pelo fato de serem modificações de presença (enquanto estão sendo vividas, isso é óbvio; quando já foram vividas, essa ainda é sua característica substancial); segundo, pelo fato de que embora sejam emergentes ou pré-emergentes, não têm de esperar definição, classificação ou racionalização antes de exercerem pressões palpáveis e fixarem limites efetivos a experiência e a ação (WILLIAMS, 1979, p. 134).

Por *sentimento*, o autor entende como um termo que expressa “visão de mundo” ou “ideologia” e que diz respeito a “significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente (...)” (WILLIAMS, 1979, p. 134). Desse modo, a noção de *estrutura de sentimento* está diretamente ligada àquilo que poderia ser denominado como *estrutura de experiência*:

Estamos então definindo esses elementos como uma “estrutura”: como uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engrenadas e em tensão. Não obstante, estamos também definindo uma experiência social que está ainda em processo, com frequência ainda não reconhecida como social, mas como privada, idiossincrática, e mesmo isoladora, mas que na análise (e raramente de outro modo) tem suas características emergentes,

relacionadoras e dominantes, e na verdade suas hierarquias específicas. Essas são, com frequência, mais reconhecíveis numa fase posterior, quando foram (como ocorre muitas vezes) formalizadas, classificadas e em muitos casos incorporadas às instituições e formações.

O que interessa aqui é demonstrar como o sentimento talhado desde a infância entre os trabalhadores rurais do engenho, de que pertencem a um grupo de trajetória em comum, direcionou as suas ações dentro da própria lógica de inserção e permanência no porto de Suape: desde a indicação dos amigos para trabalharem nas empresas, como apontado previamente, a criação das redes de afetividade e de proteção entre os que vinham dos engenhos e o compartilhamento de afeto e incentivo uns aos outros.

Com efeito, essa *estrutura de sentimento* é formada a partir das relações internas atuantes no grupo social cuja experiência social – no sentido de uma experiência de classe “que ocorre efetivamente nas relações humanas” (THOMPSON, 2011, p. 10) –, e não individual, se encontra em desenvolvimento e que, como afirma Williams, objetiva se formalizar e/ou institucionalizar.

Por esse motivo, quando questionados se não tinham vontade de largar o trabalho no campo e, na impossibilidade de encontrarem uma ocupação na região, migrarem para Recife ou outros lugares, geralmente afirmavam não ter interesse em deixar o lugar que moravam, e muito menos de se desprender das redes sociais e afetivas que os cercavam. Essa recusa se mostrava mais latente quanto mais longe fosse o destino mencionado.

Sobre esse aspecto Lucas comenta que:

A gente só procurava emprego mais por aqui na região mesmo, mas não tinha nada fora a cana e a prefeitura. Mas na prefeitura é difícil, só se tiver conhecido lá. Em Recife poucos vão tentar algo, é ruim ficar longe da família. Alguém de vez em quando entrava em hotel (que existem nas praias do litoral da Zona da Mata Sul), tem uns hotéis aí. Mas isso era muito pouco. De muito só a cana mesmo. E pra hotel era mais pra quem é estudado e pra trabalhar de serviços gerais (Lucas, 27 anos, Engenho São Paulo/ Distrito de Camela. Entrevista realizada em 2015).

Essa atitude indica algumas possíveis respostas e permite refutar possíveis equívocos. Primeiramente, não é que o trabalhador rural da Zona da Mata Sul não esteja disponível a migrar para lugares distantes, ou mesmo para as grandes capitais a fim de procurar emprego, porque sendo estas as únicas saídas não irão hesitar em realizá-las, visto estar em jogo a sobrevivência da família – como vários autores têm demonstrado, especialmente Sigaud nessa localidade.

Em segundo lugar, a pouca procura de emprego em lugares distantes se apresenta mais como um receio de ir e perder o acesso à *morada* nos engenhos. Isso porque, as usinas e os proprietários de engenhos têm se mostrado mais rígidos com aqueles que não trabalham em seus empreendimentos. O que pode não ser o caso daqueles ex-moradores que já foram expulsos para a *rua* por um tempo maior, e que por não possuírem a *morada* não têm nada a perder podendo se expor ao risco de partir:

Quando Suape começou a chamar muita gente queria ir porque ganhava melhor, tinha a hora extra lá. Então todo mundo ficava pensando em ir. Mas também o povo falava que tinha medo de sair e a usina tomar a casa. Porque tem essa coisa do engenho de só poder ficar na casa quem trabalha pra usina (Lucas, 27 anos, Engenho São Paulo/Distrito de Camela. Entrevista realizada em abril de 2017).

Nessa perspectiva, quando as empresas de Suape passaram a contratar trabalhadores rurais, muitos desses jovens foram em peso à procura de uma oportunidade de emprego, tendo, como impulso, a *morada* assegurada pela permanência de um dos pais ou irmãos no trabalho da cana. Só não arriscaram aqueles em que ir para Suape não compensava, como Lucas ressalta: “Só ficou na cana os mais velhos, e desses jovens só ficou aqueles que eram fichados para ficar o ano todo, e não somente o tempo da safra. Quem era fichado tinha esse receio de ir e não dar certo, porque ia perder o contrato que tinha”.

Sendo um trabalhador rural safrista, como a maioria de seus amigos, motiva-se a sair do campo e arriscar Suape se lançando à procura de emprego no porto por meio de seus amigos que já se encontravam lá. Todavia, enquanto o emprego em Suape não surge, ele consegue por meio de amizades um trabalho temporário de ajudante de pedreiro em um dos hotéis que ficam no litoral de Ipojuca, o que se tornou um marco em sua vida, visto ser avaliado por ele como “meu primeiro trabalho fora da cana, pra não ter que voltar pro campo”. Nesse emprego, ele ainda conseguiu uma promoção assumindo a vaga de auxiliar de serviços gerais por um período de sete meses:

Eu tive de sair do hotel porque eu tinha ouvido falar de Suape. Falavam muito que ali era muito emprego, tinha melhoria de plano de saúde. Ali era o auge, todo mundo queria, porque tinha oportunidade. Eu queria conhecer. Tinha vontade mesmo. Sair daqui pra trabalhar em Suape era tipo um prêmio pra gente que trabalhava o tempo todo só na cana, cana, e só seis meses. E o pessoal falava que Suape era por muitos anos, aí quem conseguisse até hoje está trabalhando (Lucas, 27 anos, Engenho São Paulo/Distrito de Camela. Entrevista realizada em 2015).

A história de Lucas em Suape se confunde com a de muitos trabalhadores rurais: primeiro emprego em uma empresa de grande porte, a necessidade do domínio de novas formas de interação social e de técnicas de trabalho que vai encontrar na nova empresa, a passagem por mais de uma empresa dentro do porto e o anseio por conseguir uma qualificação, por compreender ser este o segredo da permanência no emprego.

Justamente por todas essas nuances do trabalho industrial, Lucas fala de como se empenhou para ser um trabalhador profissional e para conseguir se qualificar na última empresa que passou pelo porto, o Estaleiro Atlântico Sul, e lá permanecer.

Nesta empresa, conseguiu apenas a qualificação de montador de andaime. Mas, o que mais almejava – pelo potencial de lhe oferecer maior crescimento profissional –, era ser operador de máquina especial, a máquina hidrojato, responsável pelo tratamento de limpeza das chapas que formavam os navios. Não ter conseguido essa qualificação foi um baque para ele, tendo em vista que trabalhava operando esta máquina há quase um ano. Nesses momentos, afirmou-me que passava a enxergar a existência um tratamento diferenciado para quem vinha da cana, como se houvesse uma objeção em qualificá-los enquanto profissionais:

Eu gostava do meu trabalho, mas eles me prometeram uma coisa e não cumpriram. Fizeram um plano de carreira. Falaram que quem entrasse como ajudante, após 6 meses iria para meio oficial. E depois de um ano seria operador. E eu saí de lá e não cumpriram isso. Aí isso me deu um desânimo. Tem uma diferença entre aqueles que são de fora, que são profissionais, capacitados, já vem no arrumadinho. A empresa trouxe pessoas de outros estados, mas elas não sabem trabalhar, mas já chegam como profissional, e ganham mais do que a gente que é do campo, e muitos falsificam o documento na carteira como se tivesse experiência (eles chamam essa prática de esquentar). Por causa disso eu ficava pra baixo porque eles não sabem de nada e ganham mais que eu. Eu falei com o encarregado, aí ele mandou eu montar andaime porque o outro não sabia, mesmo ele sendo profissional e ganhando mais que eu (Lucas, 27 anos, Engenho São Paulo/Distrito de Camela. Entrevista realizada em 2015).

A constatação por parte de Lucas de práticas desleais realizadas contra os trabalhadores rurais no porto desanimava-o, ainda mais porque, assim como aconteceu com o Ivan, ele fazia o trabalho do profissional, mas não recebia como tal. Como consolo a tamanha frustração afirma que a empresa concedeu-lhe a função de meio oficial. Ao indagá-lo sobre o que isto representava, informou que:

Não era profissional nem era ajudante, ficou meio termo. Aí quando começamos a conversar com o sindicato, o sindicato bateu dentro querendo promover a gente. Daí eles disse: “Pronto, vou dá um prazo de um ano, depois de um ano quem for oficial vai ser profissional”. Aí foi certinho, no

dia em que eu saí eu ia completar um ano, primeiro de abril (de 2015), eu ia completar um ano de oficial, mas aí foram e colocaram a gente pra fora. Eu fiquei muito triste, mas ainda fui falar com o meu sindicato porque eles pegaram minha carteira e botaram promovido e na mesma hora o carimbo por cima, cancelado. Aí eu fui no sindicato e ele mandou eu botar na justiça, mas eu fiquei com esse receio de botar porque pretendo voltar (...). Teve muita pessoa aqui que trabalhou no estaleiro logo no começo e saiu pra entrar em outra, mas botaram o estaleiro na justiça. Aí até hoje eles batem pra entrar no estaleiro e não conseguem entrar. Então eu fiquei com esse receio de não botar na justiça porque eu pretendo voltar (Lucas, 27 anos, Engenho São Paulo/Distrito de Camela. Entrevista realizada em abril de 2016).

A prática de não qualificar e demitir em seguida os trabalhadores, ou ainda de realocá-los para outros setores próximo ao prazo estabelecido de promovê-los, se mostrou uma ação realizada em diversas empresas que contrataram os trabalhadores rurais. De fato, dos entrevistados nenhum conseguiu se qualificar naquilo que almejava. Isso aponta para mais um tipo de estratégia empresarial de exploração da mão de obra rural. Para Lucas, essas incertezas e inseguranças do trabalho em Suape relembram-lhe a vida instável nos canaviais, o que o leva a compreender o trabalho em Suape como um *trabalho de entressafra*, só que com um período maior de estabilidade:

O trabalho no campo pra maioria de nós só dura 6 meses. Depois ficamos sem trabalho. Por isso Suape é melhor porque podemos ficar 1 ano ou 2 anos, e não só trabalhar de 6 em 6 meses. Em Suape, a cabeça da gente muda porque surgem muitas ideias na cabeça do cara, de que ele vai conseguir. Na usina não. Na usina reduz muito o pensamento porque a gente tem aquela vontade de fazer, mas o dinheiro é pouco e é só 6 meses trabalhando, então não tem como a gente ter o pensamento pra frente. Em Suape, o cara trabalha lá e pode pensar em comprar um carrinho (Lucas, 27 anos, Engenho São Paulo/Distrito de Camela. Entrevista realizada em abril de 2016).

Ainda que o trabalho em Suape também seja visto como instável, este se diferencia da cana pela melhoria das condições de trabalho e pela possibilidade que assegura aos trabalhadores de fazer um planejamento do futuro. Essas novas disposições de pensamento também se refletem na percepção que tem de si enquanto sujeito possuidor de uma força de trabalho que pode ser valorizada na medida em que consegue acumular um capital estimado pelas empresas, como uma maior variedade de capacitações ou cursos que possa realizar. Esse “despertar”, como Lucas afirma, se iniciou dentro das empresas por onde passou nos momentos de trocas de informações com os amigos de outras cidades e regiões do País, que lhes apontavam o caminho a ser trilhado:

Pra quem mora no engenho se terminar os estudos já está no topo. Mas lá em Suape descobri que tem que se qualificar cada vez mais. Quando eu conseguir voltar para o estaleiro não quero mais ser ajudante, quero ser profissional e voltar por cima, por isso que agora que saí de Suape estou fazendo o curso de eletrotécnica que um amigo de lá me falou. Quando eu conversava com ele na empresa, que é formado nesse curso, me deu vontade de fazer, porque ele me disse que é uma boa área. Ele me disse: “Vai ser bom pra tu. Tu não gosta de cálculo? Então faz”. Ele me indicou esse caminho, então depois que eu olhei, vi que era uma área que me encaixo. Aí eu faço esse curso agora, e também tirei a carteira D de motorista. Eu estou correndo pra tudo que é lado, já pra não voltar (para a cana) (Lucas, 27 anos, Engenho São Paulo/Distrito de Camela. Entrevista realizada em abril de 2016).

O período do trabalho nos canaviais se apresenta a Lucas e demais entrevistados como um ponto de comparação com o emprego em Suape, mas sempre de forma negativa. Em decorrência disso, e por ver melhorias substantivas em sua vida, apesar das contradições que esse novo trabalho industrial carrega, Lucas enxerga que Suape é a melhor opção para ele:

Estou nesse momento fora de Suape, e se depender de mim eu não volto mais pra cana de jeito nenhum, por isso estou fazendo cursos que minha mãe está me ajudando a pagar pra eu poder me qualificar. Voltar pra cana seria o fundo do poço pra mim. Meus pensamentos já não são mais os mesmos, muita coisa mudou (Lucas, 27 anos, Engenho São Paulo/Distrito de Camela. Entrevista realizada em abril de 2016).

Mesmo estando sem trabalhar no porto, Lucas se mostra resoluto em não voltar para a cana. Informou-me que como estratégia de se manter ativo e em constante capacitação, investiu o dinheiro que recebeu da indenização de seu antigo trabalho no Estaleiro Atlântico Sul (EAS) em cursos. Lembra, ainda, que foram as amizades feitas em Suape que o ajudaram a encontrar um trabalho em um condomínio de luxo no litoral de Ipojuca.

De certa forma, o capital social acumulado por Lucas nos lugares por onde passou: seu primeiro emprego fora da cana, em um hotel, a conclusão dos estudos do ensino médio, a rede de amizades travadas nas empresas e, também, seu atual relacionamento com uma pessoa da área administrativa do EAS – que na sua visão, o tem ajudado a “pensar diferente e a conhecer outras coisas” –, podem ser percebidos na sua trajetória como uma rede social que o impulsionou a tomar um outro rumo nesse espaço social da Zona da Mata Sul, longe da cana.

Lucas, agora, se percebe em um momento de sua história que possui certo sentido de direção, sabe aonde quer chegar e de onde não quer sair: o engenho.

Ah! se a terra fosse minha, eu faria uma casinha, um roçado, aí eu já iria sentir que era meu mesmo. A gente até tem (roçado), mas a gente iria ficar

tranquilo em saber que é da gente mesmo. Minha mãe fica triste porque ela está esse tempo todinho na usina. Eu creio que se ela tivesse uma terra dela mesma seria até um prêmio pra ela. Se eu pudesse queria que meus filhos fossem criados aqui e trabalhassem em outro lugar pra não sofrer o que meu pai e eu sofri aqui com o trabalho pesado, e até por ser humilhado, vendo a gente como cortador de cana, porque até tem gente que não vê o que a gente faz como um trabalho. No começo viam a gente como um escravo que só trabalhava na cana, a turma não olhava pra gente. Aí eu não quero isso não, quero que eles tenham outro pensamento (Lucas, 27 anos, Engenho São Paulo/Distrito de Camela. Entrevista realizada em abril de 2016).

Ao falar do engenho, Lucas carrega no seu timbre de voz alegria e, ao mesmo tempo, tristeza: “Ah! se a terra fosse minha”, é com essa expressão que se refere à situação instável de não ter uma porção de terra nesse universo tão familiar. O permanecer no engenho liga-se a um tipo de vida que se acostumou a viver e que faz parte de seu ser, quase naquela acepção avultada por Marx sobre a relação do camponês com a terra, vista como uma continuidade de si no mundo, e não como algo estranho (1981).

A referência que faz à sua permanência e de sua família no engenho também remete à ideia de que viver ali é um ato de *resistência diária* de luta pela *morada* e por seu modo vida – visto por todos como costume. É em decorrência disso, por certo, que continuam nesse espaço apesar das ações dos proprietários em acuá-los com ameaças de derrubar a casa construída para o filho que casou; ou, também, da rodagem realizada pelos tratores dos proprietários nas plantações dos moradores fazendo com que suas áreas de plantio encolham, levando-os a plantar na margem das rodovias.

Sobre esse aspecto, Lucas compartilha na sua fala um desses momentos de cerceamento das usinas sobre as atividades agropecuárias desenvolvidas por sua família:

A gente hoje, e meu pai, cria uma vaquinha. A gente tinha umas três vagens lá que a gente amarrava ela (a vaca) lá e deixava. E hoje a usina já está querendo tomar até essa vagem. Já tocaram até veneno no mato para poder crescer mais cana. E aí já diminui muito o pasto. Muita gente já vende (as vacas). Eles não proibem a gente de criar, a gente pode até criar, atrás de casa, mas a gente tem quer ir mais longe para procurar mato para ela comer. Quanto mais tem, mais eles querem. Eles têm esses terrenos que diz que é deles, aí é terra apropriada para plantar mais cana. Logo no começo eles ameaçavam tirar a gente daqui. Muita gente falou que quando saiu de (usina) Salgado para ir pra (usina) Trapiche falaram que muitos aqui iam sair. Até aposentado ia ter de entregar a casa, foi tipo assim, falaram, mas não chegaram a fazer não (Lucas, 27 anos, Engenho São Paulo/Distrito de Camela. Entrevista realizada em abril de 2016).

Foto 11 – Fogão a lenha da morada da família do Lucas. Engenho São Paulo/Distrito de Camela



**Fonte:** Pesquisa de campo realizada no ano de 2016

A incerteza da vida no engenho tem impulsionado os trabalhadores da cana – e prioritariamente os da entressafra – a deslocarem-se a Suape à procura de uma maior estabilidade de vida. Isso pode ficar constatado nas três trajetórias apresentadas aqui que, além disso, também mostram que Suape passa a se estabelecer entre eles como uma possibilidade de mediação e como ponto de partida para outros projetos e possibilidades de se estabelecer na região.

Portanto, no tópico abaixo, a fim de problematizar as discussões que emergiram das trajetórias desses três atores sociais, o fio condutor da análise objetiva esclarecer, a partir de uma discussão teórica, as condicionalidades familiares de classe e desse espaço social por onde se movem, que marcam e refazem suas identidades e trajetórias sociais.

#### 5.4 REPRODUÇÕES, MOBILIDADES E IDENTIDADE NAS TRAJETÓRIAS ESTUDADAS

Os três casos apresentados neste capítulo revelam que a trajetória dos atores sociais está inserida em uma estrutura, uma rede de conexões sociais. Ou seja, mostra o “peso que os arranjos sociais prévios exercem sobre os atores” e que, além disso, é também “capacitadora dos atores” (DOMINGUES, 2008, p. 18) na medida em que condiciona a forma como se

distribuem socialmente. É a partir dessa perspectiva Bourdieusiana, sem deixar de lado as contribuições de Bertaux, que se torna possível pensar nos novos arranjos que têm ocorrido na Zona da Mata Sul.

A partir das contribuições de Bertaux acerca da relação existente entre os destinos pessoais e a estrutura de classe, pode-se afirmar que a própria formação social dos engenhos ao longo dos anos se constituiu como vetor de um modo de viver que reproduziu marcadores sociais vinculados à lógica do trabalho duro e árduo, aprendido desde a infância e compartilhado na comunidade afetiva dos amigos e vizinhos, forjando nos indivíduos uma predisposição para o trabalho na cana, negando-lhes, dessa forma, a possibilidade de construção de uma vida para além da produção canavieira.

De fato, o único beneficiado com este sistema que se reproduz habilmente nos engenhos – amparado na concessão da casa para o trabalhador e sua família e na quase inexistente concessão de um marginal espaço de terra –, é o proprietário, visto que com isso dispõe continuamente de corpos “adaptados” e “adequados” ao trabalho nos canaviais.

Isto se revela, por exemplo, na manutenção, ainda hoje, desse modelo de “compartilhamento” de terras com as famílias dos moradores sem, contudo, jamais expulsarem todos de uma vez de suas possessões. Assim, usam da artimanha da ameaça da expulsão para aqueles que não trabalham nos canaviais, a destruição dos roçados dos moradores, o desconto dos salários daqueles que não “rendem” no trabalho e a derrubada das casas construídas sem autorização como forma de fazer pressão e, ao mesmo tempo, manter todos alinhados aos seus interesses.

Nesse sentido, o esclarecimento que se torna premente fazer segue a direção de entender como esse *habitus* do trabalhador rural *destinado a reproduzir um modus operandi laboral* se estrutura a ponto de se tornar, como disserta Bourdieu, “uma estrutura estruturada e estruturante”, que “depositada no corpo humano (e não na consciência do sujeito), ela fornece regras práticas para sua ação, que se desenrola então em particular, reproduzindo as estruturas sociais (...)” (DOMINGUES, 2008, p. 59).

Buscando uma análise que lance luzes a esses questionamentos, pode-se encontrar na proposição de Bertaux uma profunda ligação entre a forma como o ser se constitui – se posiciona em determinada classe – com a forma com que está estabelecido socialmente, denominado por ele de distribuição antroponômica. Uma distribuição que não pode ser pensada enquanto um ato individual “mas como um sistema de fluxos coletivos” (BERTAUX, 1979, p. 51).

Esses processos de distribuição se realizam primordialmente por meio das relações sociais travadas na família e transmitidas pela *instituição da herança*, conduzindo toda a trajetória do ser social. Assim, tem-se que, para Bertaux, a produção antroponômica – produção de energia humana – “é a produção dos próprios seres humanos, não enquanto seres biológicos, mas enquanto seres sociais” (BERTAUX, 1979, p. 56). E estas relações de produção,

Determinam diretamente as relações de distribuição, e se queremos mudar estas últimas, é sobre as primeiras que temos de agir. Do ponto de vista antroponômico, isso explica o aparente paradoxo que diz que *quanto mais duro se trabalha, menos se ganha*. Não é porque se trabalha duro que se ganha pouco, nem é porque se ganha pouco que se trabalha duro; e sim porque se está colocado de determinado lado das relações de produção, do lado dos despossuídos, dos deserdados, daqueles que – já que outros possuem tudo – não possuem nada com que possam produzir seus próprios meios de existência (...); é porque em tal situação a pessoa se encontra obrigada (...) a engajar-se no serviço daqueles que detêm os meios de produção (...) (BERTAUX, 1979, p. 61).

É a partir dessa perspectiva que se pode pensar a forma como as famílias do engenho se reproduzem socialmente, visto que despossuídas de todos os meios de produção necessários para conduzirem sua própria história são obrigadas a se vincular “ao serviço daqueles que detêm os meios de produção”, no caso, a terra, as ferramentas e o capital econômico dos proprietários.

Por conseguinte, se institui nos engenhos um tipo de relação social que, se por um lado é marcada pelas necessidades das famílias dos “despossuídos”, qual seja, a casa, a terra e o trabalho na cana; por outro, proporciona a formação de um *habitus* singular nos moradores que passam a ser “manipulados” pelos usineiros/donos de engenhos.

Isso porque, os proprietários sabem quais são os gostos, a cultura e a forma de viver em relação à terra dos moradores de engenho e, por isso, tencionam essas suas especificidades a fim de mantê-los na cana. Em uma palavra: uma coerção pelo modo de vida no engenho. Assim, vai-se trabalhar na cana não apenas porque não existe outra opção de trabalho, mas, sobretudo porque não se tem outra opção de modo de vida.

Essa vinculação da família ao proprietário, como pudemos analisar nas três trajetórias aqui apresentadas, se inicia logo na infância e desde cedo no seio da família rural se aprende que a lógica de funcionamento da *morada* se assenta na irrestrita disponibilidade de todos os seus membros para o trabalho nos canaviais.

Nesse sentido, Bertaux confirma em suas considerações teóricas que, de fato, o lugar por excelência da produção antroponômica é a família, ou melhor, a *família de classe*, porque,

Numa sociedade de classe, a produção material e, sobretudo, cultural de crianças e adultos é um móvel social; e, como tal, ela é objeto de uma atenção constante da classe dominante por intermédio da ordem social que ela institui e se esforça por manter. Todos os (...) filhos de esquimós, são criados da mesma forma por seus pais; isso, porém, não é verdade para os filhos de franceses. A ordem social instituída é uma só, mas isso não significa que seja “a mesma para todos”; muito pelo contrário, a característica central de uma ordem social de classes é aparecer como a “mesma para todos”, ao mesmo tempo em que diferencia radicalmente as categorias sociais que ela cria a partir do material humano indiferenciado (BERTAUX, 1979, p. 67).

A pretensa homogeneidade da unidade da ordem social e constituição familiar nuclear visa camuflar a forma como os “materiais humanos indiferenciados” são produzidos e reproduzidos. Não há uma mesma tipologia de família, com os mesmos tipos de capital, as mesmas preocupações em todos os lugares e ao mesmo tempo de uma única forma, posto que as famílias de classe se reproduzem da forma como vão se distribuir na estrutura social, ou melhor: “Os seres humanos não são consumidos como foram produzidos, eles são produzidos (tendencialmente) da maneira como serão consumidos” (BERTAUX, 1979, p. 69).

É a partir dessa lógica de produção e consumo da força de trabalho forjada nas famílias que se pode compreender uma fala compartilhada pela mãe do entrevistado Lucas, ao afirmar que criou todos os seus oito filhos trabalhando no campo para que pudessem aprender o “ofício da cana”. Isso implica pensar que a família rural possui necessidades e uma lógica de trabalho que se difere da burguesa. Mas permanece, pode-se dizer, de maneira similar à lógica de *ensinar-aprender* os valores basilares que assegurem aos seus filhos os meios essenciais para reproduzirem-se enquanto tais: burgueses, trabalhadores, camponeses, dentre outros. Nessa linha de raciocínio, Bertaux argumenta como hipótese que:

Se isso é assim – se em cada classe social as famílias produzem crianças, filhos ou filhas, que se tornam também membros dessa classe –, isso não se deve apenas – nem principalmente – aos efeitos das “instituições de distribuição”: o aparelho escolar, ou a “família” como meio mais ou menos “cultivado”; isso se deve, fundamentalmente, ao fato de que as crianças são produzidas de maneiras diferentes. Em outras palavras, não são crianças idênticas que o aparelho escolar distribui em suas diferentes fileiras, são crianças já diferenciadas, não no sentido de que seriam portadoras de um patrimônio mais ou menos cultivado, e sim porque elas já estão estruturadas de maneiras diferentes, ao nível do que (...) chamamos de estrutura profunda de sua personalidade. Se existe diferença na produção da criança, segundo o seu meio social de classe, tais diferenças, evidentemente, se referem mais ao

aspecto cultural dessa produção do que ao seu aspecto “material” (...) (BERTAUX, 1979, p. 75).

As famílias portadoras de um elevado capital cultural, social e econômico, seriam, desse modo, hábeis em produzir suas crianças de maneiras diferenciadas – em termos de estrutura do ser – concedendo-lhes disposições e habilidades para permanecerem em sua posição de classe. Portanto, nessa perspectiva, pensar a mobilidade social, ou socioespacial, como um fenômeno aleatório e atrelado ao esforço pessoal, ao mérito ou à “vontade de partir e tentar mudar de vida” é esconder as bases fundantes da sociedade de classe: baseada na desigualdade de oportunidades, condições diferenciadas e contradições de todos os tipos. Como aponta Bertaux (1979, p. 311), “As outras camadas sociais são despojadas do domínio sobre sua história, que as crianças que nelas nascem quase não têm poder sobre o seu destino: esse poder é detido pela classe capitalista, e é, como vimos, um poder sobre a vida dos outros”.

Essa constatação de Bertaux permite indagar que as escolhas dos indivíduos que nascem inseridos no sistema de dominação canavieiro, de fato, estão subjugadas à realidade que se lhes apresenta. Assim, não possuindo alternativas que não seja “fazer o que aprenderam desde criança” a ordem do dia é sobreviver com o que dispõem: corpos hábeis no serviço da cana ou, ainda, como descrito no enunciado de um trabalhador rural, “a gente já nasce sabendo fazer esse serviço”. Logo, aparentemente não há escolha, mas sim uma escolha possível dentro de determinadas circunstâncias.

São essas peculiaridades presentes na Zona da Mata Sul que vão conformar a trajetória de seus atores sociais e mobilidades socioespaciais, bem como, vão “modelar” suas identidades sociais na medida em que estes se deslocam por esse espaço tencionado rumo a Suape e a novos projetos em suas histórias.

No entanto, há de se considerar que a mobilidade desses atores sociais – na acepção do direcionamento da força de trabalho para determinadas localidades recrutadoras de mão de obra (GAUDEMAR, 1977) – está inserida, em primeiro lugar, dentro de um contexto maior, de uma condição do mundo contemporâneo.

Como ressalta Urry, ao citar Beck, há um “(...) crescimento de uma “mobilidade oculta”, para a qual o ir e vir, ambos ao mesmo tempo, ‘aqui’ e ‘lá’, tem se tornado algo globalmente naturalizado” (URRY, 2013, p. 44). Isso significa pensar em um tipo de sociedade mundial gestada em meio a constantes mudanças, movimentos e idas e vindas que se constituem como uma “essência” própria do mundo social. Mas também indica um fator

crucial e fundante das mobilidades contemporâneas, que estas ocorrem através de um entrecruzamento, ou nas palavras de Urry, “intersecção” “entre o espaço geográfico (de regiões, cidades e lugares) e as categorias sociais (de classe, gênero e etnia)” (URRY, 2013, p. 44). São essas condicionalidades da mobilidade que vão configurar o trânsito das pessoas e das coisas.

O que nos leva a um segundo ponto, que implica pensar que a mobilidade dos trabalhadores rurais nos caminhos das microespacialidades da Mata Sul, não ocorre de forma homogênea. A partir dos dados empíricos, principalmente quando observadas as trajetórias previamente apresentadas, observa-se que há formas diversas das mobilidades se realizarem, a depender das relações sociais e do capital social e/ou cultural portado pelos atores. Portanto, a despeito da existência dessas estruturas que parecem reforçar o lugar de cada um no mundo, as possibilidades de mobilidades e agência dos atores sociais se efetivam de forma diferenciada a partir de certas condicionalidades que se disponha.

Como já foi demonstrado na análise das trajetórias, dentro de uma mesma família há aqueles que saíram da cana e foram para Suape – como no caso do Ivan – conseguindo lá permanecer; há aqueles que saíram da cana, foram para Suape e, dada a rede de amizades forjada na empresa, mesmo tendo saído de Suape conseguiram se alocar em outra ocupação – como ocorreu com o Lucas; mas há também aqueles que, como o Amauri, foram a Suape, mas não conseguindo se integrar de forma mais duradoura foram deixados no meio do caminho e “morreram” no canavial; e, por último, há os que nunca conseguiram sair da cana.

Essas diversas formas de mobilidade podem, ainda, ser agrupadas em três fases presentes na área pesquisada:

- 1) *Da cana para Suape*: movimento caracterizado pela ida dos trabalhadores rurais com maior escolaridade que conseguiram permanecer em Suape. Para isso, têm lançado mão de uma série de artifícios para continuar nas empresas, tais como: a constante busca pela qualificação e por ser profissional, domínio das técnicas e regras empresariais. Conseguiu agregar em sua trajetória um maior nível de capital social que os demais, bem como se inseriu nos melhores postos de trabalho em Suape. Possui menor grau de possibilidade de retorno à cana.
- 2) *Entre a cana e Suape*: movimento caracterizado pela ida de trabalhadores rurais que foram a Suape, saíram de lá, mas buscam novas formas de voltar. Estes se encontram numa posição intermediária, possuindo menos capital social que os primeiros e maior capital que os terceiros. Possuem escolaridade média e têm

lançado recursos de busca de qualificação, mas não tanto quanto os primeiros. Possuem uma possibilidade média de voltar para a cana.

- 3) *Entre safras*: abrange os trabalhadores rurais que devido às condições sociais e de parco capital possuem uma mínima perspectiva de mobilidade, o que os direciona quase que exclusivamente para o trabalho nas usinas no período das safras (por 6 meses). Possuem pouca ou nenhuma escolaridade e são os que estão a mais tempo na cana, o que socialmente tem implicado em um desgaste físico e subjetivo das suas condições de existência. Geralmente são casados, com filhos e, em decorrência disso, dispõem de menor possibilidade de arriscar. A chance desse grupo de sair da cana é baixa.

Conforme apresentado nas discussões realizadas no decorrer deste capítulo, todas essas formas de mobilidade estão profundamente atreladas às contingências do modo de vida gestado nos engenhos, e a possibilidade de movimentar-se em uma ou em outra direção será em grande medida afetada pela maior capilaridade da rede de contatos e acúmulo de capital do ator social. São essas vicissitudes que permitem ao ator perspectivas de ação.

No que tange ao que se entende aqui por capital social, a perspectiva bourdieusiana se revela interessante, pois a vincula ao “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento” (BOURDIEU, 2015, p. 75), e, ainda:

O volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. (...) A existência da rede de relações não é um dado natural, nem mesmo um “dado social”, constituído de uma vez por todas e para sempre por um ato social de instituição (...), mas o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos (BOURDIEU, 2015, p. 75-76).

Portanto, é em meio a essas teias de conexões que as mobilidades dos atores sociais se realizam promovendo transformações em suas trajetórias e quiçá nas estruturas sociais que os cercam. Isso não significa dizer, contudo, que houve uma mudança completa, na acepção de transição de um modo de vida/produção para outro. Antes, as novas possibilidades de se viver na Zona da Mata assinalam o surgimento de novos tensionamentos, outras contradições, interfaces, limiares, encaixes e desencaixes. Contudo, não se pode dizer que tudo mudou,

principalmente ao se analisar um fenômeno em curso e em transição numa região em que predomina a dominação canavieira, mas que há possíveis rupturas com o padrão estabelecido anteriormente.

Nessa concepção, lanço mão da fala de Bertaux (1979), quando analisa que as formas como os seres humanos se distribuem não é permanente, devido aos prováveis deslocamentos nem sempre significarem uma cisão com a posição de classe:

Assim, a expressão distribuição antroponômica aparece claramente como uma expressão com duplo sentido. Em seu sentido aparente, comum, ela designa a distribuição “cotidiana” das pessoas em seus empregos. Essa distribuição não é imutável, mas enfrenta certos deslocamentos (...). No entanto, esses deslocamentos geralmente não significam a mudança de lugar, pelo menos do lugar de classe. Esse primeiro sentido da expressão “distribuição antroponômica” permanece superficial e tende a mascarar o seu segundo sentido, muito mais essencial: a distribuição inicial das “pessoas”, ou melhor, das “famílias”, em lugares de classe, a começar pelos lugares de proprietários dos meios de produção. Nesse segundo sentido, as relações de distribuição antroponômica fazem parte das *relações de produção* (e não das relações de distribuição). A herança do capital, que é no sentido rigoroso a principal relação de reprodução das relações de produção, faz parte das relações de produção (BERTAUX, 1979, p. 63).

No que tange aos processos que têm ocorrido na Zona da Mata Sul a partir da presença de Suape na localidade, há de se considerar que muitas das “transformações” ocorridas têm favorecido apenas indivíduos, sem gerar mudanças concretas na estrutura do lugar ainda marcada pela concentração de terras e de poder nas mãos de poucos. Isso, por certo, gera um impasse na forma como esses trabalhadores que saíram da cana interpretam o que têm vivenciado, visto que os seus pais, irmãos, primos e tios permanecem na cana. Eles saíram do engenho (no sentido do trabalho), mas o engenho não saiu deles. A contradição ainda persiste.

Contudo, deve-se levar em consideração que as pequenas e silenciosas transformações apontadas pelos entrevistados em suas trajetórias e na forma como têm se relacionado com o seu lugar de vida, são indicadores das influências desses macroprocessos em suas identidades. Até mesmo porque, em virtude das mobilidades travadas pelos indivíduos, muito da maneira como se percebem no mundo e de como percebem o seu mundo mudou.

Em síntese, pode-se falar que a identidade rural dos atores sociais em questão, apesar de todas as peculiaridades desse rural da Zona da Mata Sul, passa a assimilar novas significações no que concerne, principalmente: a) à forma como encaram o trabalho – o trabalho passa a ter outros significados e propósitos para além da manutenção das necessidades vitais; b) à forma como pensam o lugar – isso porque anteriormente o lugar era

visto por alguns de forma restrita, atrelado a um espaço de impossibilidades, sem saídas e sem alternativas; c) e, por fim, há uma alteração na forma como percebem a sua vida no lugar ao se verem capazes de assumir a direção de suas histórias.

Dito de outra forma, essa identidade forjada no meio rural ressignifica velhas e novas práticas na medida em que há uma intensificação das sensações e trocas de experiências por onde estes atores sociais se descolocam. Isso pode ser explicado pelo fato de que as identidades sociais não são estáticas, antes operam por meio das diferenciações, transformações e interações sociais, ou, nas palavras de Hall, a “concepção de identidade não assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história” (HALL, 2009, p. 108). É por meio dessa lógica das trocas, da mutabilidade e da complementação que ocorre na interação com o outro, que podemos aferir as identidades rurais em questão.

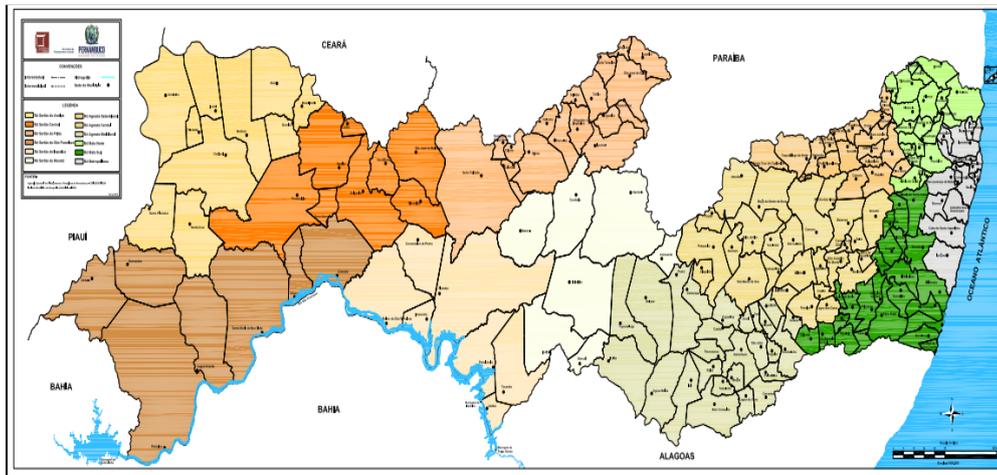
Isso posto, cabe agora chegar ao que é a Zona da Mata Sul para os atores sociais que transitam por esse espaço, bem como apontar como se configura o rural nessa região de transição com a região metropolitana do Recife.

### 5.5. O QUE É O RURAL NA ZONA DA MATA SUL?

*A Ruralidade é uma construção social, indissociável do processo de modernização. O mundo Rural tem sido objeto de redefinições sucessivas que são sempre induzidas pelas transformações sociais globais, e não unicamente pelas mudanças em curso no campo. Definir o rural, sempre é definir e redefinir o mundo social (MORMONT, 1996); ao mesmo tempo, é dar um lugar específico aos camponeses, e ao rural, e, enfim, aos múltiplos grupos que habitam esse território (MORMONT, 1997, p. 39).*

Falar do rural na Zona da Mata Sul não é uma tarefa simples se o parâmetro de rural estiver atrelado a uma ideia de distanciamento das cidades, vinculada a um determinado espaço geográfico e/ou mesmo a atividades produtivas. Isso porque, haja vista as profundas transformações na sua matriz industrial, na mobilidade e crescimento urbano desencadeados, sobretudo, pela presença dos grandes empreendimentos a partir da criação de Suape, e, também, da estreita relação do porto com a Região Metropolitana do Recife (RMR), poder-se-ia, *en passant*, ver um mundo rural cada vez mais homogeneizado e uniformizado com as demandas urbanas, esquecendo-se dos detalhes, das especificidades, de como os sujeitos do local vivenciam aquele espaço social. Nas imagens abaixo, é possível visualizar a proximidade da Zona da Mata Sul com a Região Metropolitana do Recife:

Figura 4 – Região de desenvolvimento da Zona da Mata Sul – PE



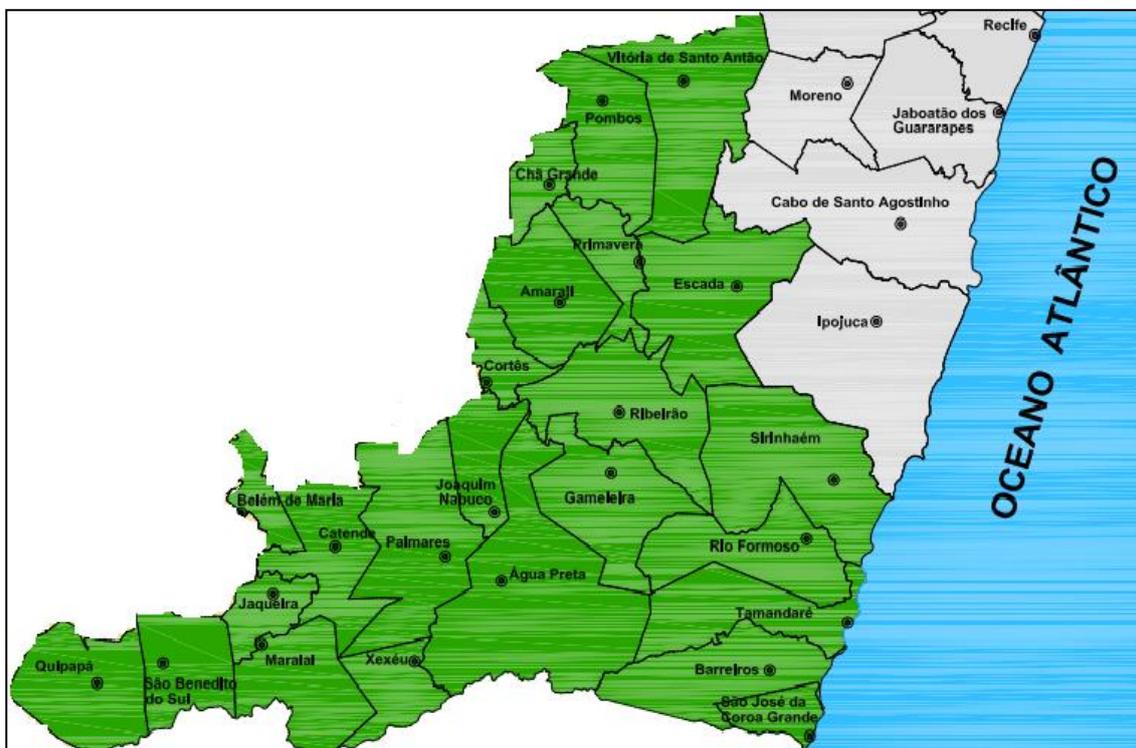
**Fonte:** CONDEPE-FIDEM/PE – Cartografia, 2006

Disponível em: <<http://www.portais.pe.gov.br/web/condepe-fidem/cartografia>>.

Acesso em: 15 nov. 2016.

**Legenda:** A região da Mata Sul se encontra destacada no mapa na cor verde-escuro, no litoral Sul de Pernambuco

Figura 5 – Municípios que compõem a região de desenvolvimento da Zona da Mata Sul –PE



**Fonte:** CONDEPE-FIDEM, 2011

**Legenda:** Região da Mata Sul de verde, e Região Metropolitana do Recife acima, na cor cinza

s intensos fluxos de mobilidade de pessoas e de mercadorias, as trocas comerciais e a

disposição geográfica da região em uma zona de passagem entre a cidade do Recife e o estado de Alagoas, fizeram da Mata Sul desde cedo um lugar permeado por contradições, haja vista que esse panorama de fatores não redundou em um real desenvolvimento de sua população, posto que a problemática da intensa concentração fundiária sempre foi o principal empecilho ao seu desenvolvimento humano e diversificação econômica, que ainda orbita em torno do setor sucroalcooleiro.

Ademais, no tocante ao que proponho aqui – uma tentativa de justificar o entendimento dessa localidade como um espaço que expressa ruralidades tão singulares –, quando realizei as entrevistas perguntei aos que moravam na rua e no engenho sobre como percebiam aquele lugar – se viam como urbano, rural, cidade, campo –, e como respostas percebi um certo padrão que girava em torno de três termos: interior, rural e engenho. Então, o que me inquietou foi tentar entender como se configura esse rural visivelmente imerso em lacunas sociais.

Assim, as indagações que surgiram buscaram, primordialmente, compreender: que rural é esse que se apresenta? E, quais são as suas singularidades? Para elucidar esses questionamentos proponho uma discussão que desconsidere as definições “oficiais” propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, ao classificar o rural como uma “área de um município externa ao perímetro urbano” (IBGE, 2012), não contempla aquilo que busco na presente pesquisa. Sobre esse aspecto, Abromovay (2003, p. 19) afirma que:

A definição do IBGE, para usar a expressão de Elena Saraceno [...], é de *natureza residual*: as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais. O acesso a infraestruturas e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população se torne “urbana”.

Nesse entendimento “oficial”, o rural se enquadraria quase que num vazio total, sem serviços, sem infraestrutura e distante geograficamente das “cidades”, que seriam, nesse caso, as sedes dos municípios. A direção que delineio aqui visa, dessa maneira, um outro entendimento do meio rural que abrange as particularidades do local de forma que este não é nem uma continuidade do espaço urbano tendendo a ser completamente envolvido por ele, nem é um espaço isolado sem interação com a sociedade circundante. É nessa direção, de não se imergir em posições extremas, que Wanderley (2011, p. 109-110) propõe:

De um lado, aqueles para quem tudo é ou será urbano, numa relação de *continuum* entre os dois polos, pela qual o “urbano termina por transformar o

“rural” à sua imagem e semelhança; de outro, aqueles que percebem o meio rural como um mundo fortemente isolado do conjunto da sociedade, podendo ser apreendido diretamente através dos mecanismos e processos internos de reprodução. Entre as duas posições, no entanto, existe uma extensa gradação de posições que só aumenta a complexidade da questão. O que parece importante salvaguardar no debate é a afirmação de que os espaços, tanto quanto as relações sociais que são suporte, não são homogêneos e que essa diversidade supõe, em todos os casos, uma profunda interdependência entre o campo e a cidade, cujos termos concretos ainda demandam estudos complementares.

O rural se situa, portanto, numa interdependência com o meio urbano, mas, ao mesmo tempo, preserva as suas especificidades que podem ser caracterizadas por uma vivência singular dos seus moradores com a natureza (pelo trabalho, sociabilidade, lazer), com os demais habitantes de seu espaço – que Wanderley vai chamar de relações sociais diferenciadas, e Mendras, de relações de interconhecimento – e com os símbolos que emergem dessa vivência gerando uma cultura própria e uma visão de mundo diferente das áreas urbanas (WANDERLEY, 2009).

As transformações vivenciadas no mundo social nas últimas décadas ancoradas pelos processos da globalização, intensificação de trocas econômicas e mudanças no mundo do trabalho se fizeram sentir sobre ambos os espaços, de sorte que as sociedades rurais, nesse novo cenário, se diversificaram e aprofundaram ainda mais as relações com o meio urbano (WANDERLEY, 2009, p. 212). Essa diversificação diz respeito, concretamente, a novos atores sociais presentes em seu espaço com suas demandas singulares, a novas formas de busca de lazer das populações urbanas no campo (CARNEIRO, 2012), à crescente presença de condomínios nesse espaço social (PIRES, 2007) e, dentre outras questões, à agenda ambiental.

Isso aponta para a necessidade de se caracterizar melhor “o rural que tem se delineado nos últimos anos em face de tantas mudanças”. Assim, lançando mão da provocação de Wanderley – brevemente referenciada – de pensar essa diversidade de forma como o rural se apresenta quando afirma que existe “*uma extensa gradação de posições que só aumenta a complexidade da questão*”, argumento que só se torna factível entender esse rural da Zona da Mata Sul por meio da criação de “*gradações desse rural*”.

Nessa perspectiva, Wanderley (2009, p. 225-226) salienta que,

A elaboração de uma tipologia dos espaços rurais tem como objetivo identificar a dinâmica interna e a dinâmica externa de cada situação. A primeira se define, principalmente, em função de três eixos: a sua inserção em uma “trama espacial rural” (JEAN, 1997); os usos e as funções

predominantes; e a potencialidade de cada espaço rural, no sentido de assegurar o seu futuro na sociedade moderna. (...). Em trabalho mais recente (...), Kayser propõe uma tipologia que distingue três categorias de espaço rural:

- “os espaços em vias de despovoamento e abandono”;
- o “espaço periurbano” que, apesar de próximo aos centros urbanos, mantém as características rurais e a importância da atividade agrícola;
- “o meio rural vivo, que constitui a parcela mais significativa do meio rural, também integrada à sociedade e fortemente marcada pela presença das atividades primárias.

A dinâmica externa é o resultado da inserção das aglomerações rurais em espaços mais amplos, predominantemente urbanos ou predominantemente rurais. No primeiro caso, os espaços rurais são chamados periurbanos, enquanto os mais distantes das cidades são considerados como o rural “profundo” ou “remoto”.

No que concerne à Zona da Mata Sul, a criação de gradações ajudaria a organizar de forma mais didática como é essa relação rural/urbano e quais os contornos que tem apresentado a partir da introdução de um novo elemento em seu espaço – o porto de Suape. Além disso, levando-se em consideração que os espaços rurais por si mesmos não são únicos no Brasil, mas sim plurais e diversos, caracterizar de forma específica o que foi encontrado em campo se mostra uma ferramenta de análise interessante por conceder um olhar direcionado a uma formação social singular.

O rural analisado na pesquisa se apresenta da seguinte forma:

- 1) *A ruralidade dos engenhos*: experiência inicial de vida de quem nasce no meio rural da Mata Sul, os engenhos – além das contradições que o envolvem e a dominação exercida pelos proprietários – são espaços de uma sociabilidade que gira em torno do uso da terra como forma de subsistência e de pequena produção comercializada na rua. Também se apresentam como “nó” de uma rede social forjada em atividades de lazer, cultura e trabalho que, quando vistas como “paisagem social”, mostram uma experiência comum de vida.
- 2) *A ruralidade da rua*: a rua na Zona da Mata é historicamente o “destino” daqueles que são “expulsos” do Engenho. Essa ruralidade resulta de uma espécie de “purgador”, onde contradições sociais, lutas de classe e subjetividades dos atores sociais ganham uma forma social específica no lugar: a rua. Ela pode expressar a expulsão de um morador do engenho, mas também expressa o resultado de um novo matrimônio e a conquista de um novo emprego, como os de Suape. E o interessante é que, ao se chegar na *rua*, como

observado na trajetória de Ivan, o vínculo com o tipo de sociabilidade na qual foi formado é mantido, ainda que sob a incorporação de novos *costumes*. Em suma, é um espaço que agrega diversas formas de ruralidade e de vivências sociais que, para os pesquisados, não é interpretado como expressão de um modo de vida urbano. Apesar disso, a *rua* também é o lugar dos serviços de pequeno porte, de uma maior diversificação social. É, pugno, um rural “periurbano”.

A fim de exemplificar as particularidades desse rural na Mata Sul, lanço mão de um breve diálogo realizado com o entrevistado Lucas acerca dessa vivência da *rua x engenho*, demonstrando como: a) as relações sociais travadas nesses espaços são imbricadas; b) os atores sociais que transitam por esses espaços se reconhecem, em certos aspectos, como portadores de certas similaridades, c) a *rua* se torna a expressão de um rural que resiste em uma região dominada pela grande propriedade:

**Pesquisadora: o que é a *rua*?**

É que aqui é engenho, entendeu? Camela (Distrito de Ipojuca) é *rua* pra gente. É onde a gente dá uma volta, onde tem loja. Onde tem de tudo porque aqui não tem nada. Tudo que a gente quer a gente vai comprar lá na *rua*. Mas se quiser comprar pão, quiser fazer feira, tem que ir lá pra *rua*. É mais ou menos uns 20 minutos até lá.

**Pesquisadora: a *rua* é na cidade?**

É a parte da calçada. Lá não é cidade não, lá é *rua*. Cidade é Ipojuca.

**Pesquisadora: Camela não é uma cidade?**

Camela não é cidade.

**Pesquisadora: teve muita gente do engenho que foi morar na *rua*?**

Vai quem é aposentado, comprou a casinha dele lá na *rua*, mas é pouco.

**Pesquisadora: mas tem diferença de lugar? Quem mora lá é diferente de quem mora aqui?**

Tem diferença. Quando é conhecido da gente, já tudo, não tem diferença.

**Pesquisadora: pelo andar já sabe quem mora na *rua*?**

É assim o jeito de vestir a roupa. É de engenho, é de Camela, é da *rua*. É que aqui tem barro. Todo dia a gente vai no roçado, planta uma coisa, fica todo melado e não tá nem aí. E eles lá não, é todo limpinho, todo arrumadinho.

**Pesquisadora: é na *rua* e no engenho?**

É sim. Lá e cá. Aquela menina mesmo, que mora aqui, ela trabalha lá, e o marido dela é aposentado daqui.

Foto 12 – A rua: município de Primavera – Zona da Mata Sul



Fonte: CONDEPE-FIDEM, 2011

Com efeito, a compreensão do rural nas sociedades contemporâneas não deve ignorar as diversas formas como este se apresenta e se atualiza nas ações de seus atores sociais, visto que são estes que concedem significados próprios a esse espaço de vida. Isso porque, conforme já delineado nessa tese, o rural é antes de tudo uma *categoria de pensamento* (CARNEIRO, 2012), de ordenamento e interpretação dos processos sociais. É uma forma de ver o mundo e de estar no mundo:

Nesta perspectiva, “o rural é uma categoria de pensamento do mundo social”, que é ao mesmo tempo, uma categoria “político-ideológica” e “transacional”. Através dela, é possível “compreender a sociedade”, “classificar e distinguir as pessoas e as coisas” e “construir uma representação do mundo social em torno do espaço e do tempo”. Representação social que, sem dúvida, gera fatos sociais, faz emergir identidades sociais, mobiliza e organiza socialmente pessoas e grupos sociais em torno de reivindicações específicas e ressignifica a história das sociedades (WANDERLEY, 2009, p. 246).

Portanto, só se consegue detalhar e especificar a dimensão do rural ao contemplar como o conjunto de atores sociais formula uma identidade coletiva enquanto forma de interpretação do espaço social onde vivem. Nessa acepção, a forma como estes atores se relacionam e se movem pode apontar para o entendimento do que seria rural. Proximidades,

aproximações, incorporações e usos de objetos tidos como “da cidade”, por exemplo, precisam passar pelo filtro da significação dada a eles pelos sujeitos dentro das suas especificidades, de como isso se relaciona com a teia maior de significados que fazem parte de determinado espaço social, onde se experiencia o ambiente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa partiu de uma inquietação inicial de investigar em que medida a presença e ascensão do Complexo Industrial Portuário de Suape, localizado em uma área de influência direta na Zona da Mata Sul, poderia se constituir enquanto um agente desencadeador de novas condutas, ou melhor, instrumento de transformações nas identidades rurais dos agentes históricos do lugar, a saber, os trabalhadores rurais.

Isso porque, conforme as discussões apresentadas no corpo desta tese apontam, a chegada de Suape e sua vasta demanda por mão de obra trouxe consigo um novo tipo de mobilidade da força de trabalho representada, inicialmente, pelo deslocamento dos moradores dos engenhos às indústrias do porto. Esse cenário apontou que era necessário empenhar-se um esforço de pesquisa a fim de deslindar o fenômeno em curso.

Assim, movido por questionamentos que tinham por premissa compreender em maior profundidade a extensão do problema, o fio condutor da análise fundamentou-se na perspectiva de averiguar como os trabalhadores rurais – sujeitos do rural que vivenciaram e têm vivenciado esse processo – percebiam essa mobilidade para o porto e quais sentidos atribuíam a esse deslocamento.

Destarte, procurando dar voz aos entrevistados, e buscando compreender os sentidos de suas ações, a hipótese da tese amparou-se na ideia de que a chegada de Suape trouxe novos elementos para uma localidade dominada pela monocultura canavieira e que nesse universo social os próprios trabalhadores estavam sendo transformados em suas experiências de vida. Postulou-se também, que a identidade rural desses atores sociais tem experimentado ressignificações, na medida em que estes atribuem sentidos às experiências adquiridas no porto.

Portanto, levando-se em consideração os fatores acima relatados, foi no desenvolvimento da pesquisa de campo e na mobilização do referencial teórico que esse conjunto de objetivos e a apreciação da hipótese tomaram forma.

Esse esforço analítico também levou-me à compreensão de que muito do que pode ser à primeira vista interpretado como mudanças, aponta, de fato, para certas continuidades. Portanto, na análise aqui proposta lanço a noção de que as novas formas de mobilidade socioespacial acionadas pelos trabalhadores rurais têm provocado certas rupturas com o modo de vida anterior ao engenho, porém, a estrutura social sobre a qual as redes de relações se assentam, permanece a mesma, dada a dominação exercida pelos proprietários de engenho e

de usinas na região sobre a qual ainda se estabelece as formas de reprodução social dos moradores dos engenhos.

Além disso, como vimos, há de se ressaltar que há *mobilidades* ocorrendo – e não um único tipo de mobilidade – apontando para uma movimentação intensa no tecido social da Zona da Mata Sul que rompe e se contrapõe à concepção de *imobilidade e reprodução* do trabalho na cana-de-açúcar.

Dessa forma, tem-se os casos de trabalhadores rurais que: a) saíram de Suape e que, concretamente, tendem a não mais voltar para a cana – movimento que denominei de *da cana para Suape* e que se caracterizou pela migração dos trabalhadores rurais com maior escolaridade que têm lançado mão de uma série de artifícios para permanecer nas empresas, tais como: a constante busca pela qualificação e por ser profissional, domínios das técnicas e regras empresariais; b) há aqueles que se movimentam por esse espaço social de forma mais inconstante, caracterizado como *entre a cana e Suape* – deslocamento de trabalhadores rurais que foram a Suape, saíram de lá, mas buscam novas formas de voltar para Suape; e, por fim, c) encontrei casos de trabalhadores que denominei como *entre safras* – abrange aqueles que, dadas as condições de existência, possuem pouca perspectiva de mobilidade fazendo com que se direcionem quase que exclusivamente para o trabalho nas usinas no período das safras que duram seis meses, e, no outro semestre, se direcionem à busca do emprego sem qualificação em Suape ou na própria localidade em que vivem.

Essa tipologia de como a mobilidade tem se estabelecido apontou para a constatação de como esse processo é condicionado, em grande medida, pela capilaridade do capital social acumulado pelos indivíduos, fazendo com que apenas os que possuem esse “bem simbólico” consigam ter uma maior possibilidade de ação.

Portanto, são os elementos que perpassam as dimensões espacial, cultural e social, bem como o contexto econômico no qual o trabalhador rural está inserido, que impulsionam os deslocamentos dos agentes dentro dessa nova conjuntura.

Sobre esse aspecto, autores como Bourdieu e Bertaux se mostraram fundamentais no desenvolvimento dessas discussões, na medida em que me ajudaram a perceber a ligação que há entre a forma como os atores sociais se posicionam no tecido social e a maneira como foram produzidos, ou melhor, estruturados em determinada classe.

De certa forma, isso nos faz pensar que as possibilidades de trajetória dos indivíduos oriundos do meio rural da Zona da Mata – seus *destinos pessoais* como diria Bertaux – estão atreladas à formação social de onde se originaram, o engenho. Isso porque, desde a infância é nesse espaço que as contradições se atualizam, que as sociabilidades se constroem e as

percepções do mundo são estabelecidas, tanto em termos de negação do lugar como de afirmação de uma identidade forjada nesse universo rural singular.

Nessa perspectiva, pode-se observar que é a partir da interlocução entre o engenho, a *rua* e o deslocamento para Suape que a identidade rural dos atores sociais do engenho passa a ressignificar – ainda que não totalmente – práticas sociais, além de moldar a forma com que se relacionam com o mundo social. Assim, condensando os achados de pesquisa, essa ressignificação das identidades rurais diz respeito: a) à forma como compreendem o trabalho – para além da manutenção das necessidades vitais, este agora se torna um mecanismo de realização de projetos; b) a concepção do lugar de vida; c) e, também, à possibilidade de planejar o futuro da família na localidade.

Isso significa dizer que essa identidade rural está em constante movimento, apontando, nessa acepção, para a flexibilidade da interação do eu no mundo social em mudança. Não apenas as identidades rurais se ressignificam, mas o próprio universo rural em questão, com suas “fronteiras” borradas, porém vivas, se imbuí de novos atributos constantemente atualizados por seus agentes. Um rural que se mostra interdependente dos fluxos sociais, mas que, ao mesmo tempo, preserva as singularidades que lhe são próprias.

Sob esse aspecto, o rural estudado pode ser compreendido através da ideia de “*gradações desse rural*”, já descritas no capítulo anterior e delineadas no esquema abaixo:

- 3) *A ruralidade dos engenhos*: formada pela experiência inicial de vida de quem nasce no meio rural da Mata Sul, os engenhos se concretizam como um espaço primordial de sociabilidade dos seus moradores.
- 4) *A ruralidade da rua*: conforme apontado por Sigaud, a *rua*, na Zona da Mata, se constituiu historicamente como mediação e possibilidade de vida para os que saíram dos engenhos. Nela, se encontra uma maior diversificação social, oferta de serviços e relativo dinamismo econômico, se comparado aos engenhos. Contudo, não chega a ser visto pelos egressos do engenho como uma cidade, ou um espaço urbano, a despeito das diferenciações que nela se encontram. Portanto, pode ser caracterizada como um rural “periurbano”.

Essas manifestações do rural, aqui apresentadas, se encontram de forma mais predominante na área pesquisada, mas não esgotam outras possibilidades de expressões rurais da Zona da Mata Sul, como as vivenciadas em assentamentos ou em áreas de maior proximidade com os grandes centros urbanos.

Inobstante isso, o propósito do aqui esboçado foi contribuir com a discussão dos estudos rurais ao apontar, qual uma imagem, os diversos pixels que formam o rural do Brasil contemporâneo e de como este se configura em termos de diversidades, dadas as dinâmicas atuantes em seu espaço de vida. Portanto, foi no esforço de se compreender de forma mais específica essas questões, que meu olhar de direcionou a uma microanálise do problema no intuito de revelar as macroestruturas do processo e suas implicações no meio rural em questão.

Em face disso, a contribuição original dessa pesquisa está em, a partir da recuperação bibliográfica acerca das relações sociais do lugar, da pesquisa de campo realizada e de um constructo sociológico entre biografia e história, delinear os caminhos sociais, deslindar as identidades e trajetórias dos atores da Zona da Mata Sul e apontar os rurais que emergem desse processo.

Por fim, sabendo-se que a referida discussão não se esgota nesse estudo, e que o mesmo não teve a intenção de equacionar as diversas nuances das mudanças sociais na Zona da Mata, vislumbro, ainda, a possibilidade de realização de uma agenda de temas investigativos que poderiam contribuir com o avanço de questões que precisam ser melhor discutidas:

- 1) Averiguar os processos que também têm se desencadeado na Mata Norte com a criação do polo automotivo naquela localidade e, em que medida isto vincula-se à Mata Sul e a um processo maior de mudanças no padrão de sociabilidades na Zona da Mata, de uma forma geral.
- 2) Mapear de forma aprofundada as manifestações e atualização do rural no espaço social da região de desenvolvimento da Zona da Mata apontando para as possibilidades e limites dessa relação com a Região Metropolitana do Recife.
- 3) Estudar a Elite do açúcar de Pernambuco, em termos de traçar um perfil sociológico desses agentes e mapear quem são os usineiros na modernidade, ou seja, no mundo globalizado, a fim de entender como se reproduzem e se atualizam hoje. Dito de outra forma, como se organizam enquanto classe para defender os seus interesses na região.
- 4) Deslindar as formas de mobilização dos sindicatos rurais da Zona da Mata parece indicar um caminho interessante. Isso porque, o atual contexto de mudanças – tanto em termos de transformações das bases produtivas locais, com a

intensificação da industrialização, como no que tange aos rumos do setor canavieiro – se apresenta como desafio de luta aos mesmos.

- 5) Por fim, uma análise sobre como se configura o trabalho no porto de Suape com um enfoque sobre as relações construídas por esses trabalhadores oriundos do meio rural no “chão de fábrica”.

Como se vê, a questão que se coloca é mapear os rumos de uma região que há tempos vem passando por mudanças de diversas ordem que podem, ou não, indicar uma futura transformação em sua estrutura social, a depender de como esses processos de descortinarão.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO (ADDIPER). **Incentivos fiscais**. Disponível em: <<http://www.addiper.pe.gov.br/index.php/atuacao/incentivos-fiscais/>>. Acesso em: 04 de dez. 2015.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO (ADDIPER). **Panorama**: informativo trimestral, Recife, ano 2, nº 4, mar 2015. Disponível em: <[http://issuu.com/addiper/docs/panorama\\_edicao04\\_ano2\\_curvas](http://issuu.com/addiper/docs/panorama_edicao04_ano2_curvas)>. Acesso em 04 de dez. 2015.

ALVES, José Luiz. Suape e sua trajetória histórica: um olhar geográfico. Tese de doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPE, 2011.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **Revista História**: São Paulo: Ed. UNESPE, v. 14, 1995, p.125-136.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo: LECH – Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. Recife: SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento no Nordeste, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Nordeste e a nova república**. Recife: Editora Asa Pernambuco, 1987.

\_\_\_\_\_. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANTUNES, R. L. C. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BDE. **Base de dados do Estado**: cadernos municipais, região de desenvolvimento Mata Sul. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/filtroCadernoEstatistico.aspx>

Acesso em 10 de mar. 2016.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações Geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 319-343.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERTAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estruturas de classe**: para uma crítica da antroponomia política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 11 ed., 2011.

\_\_\_\_\_. **O senso prático**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. 5ª Edição atualizada. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2000.

CARNEIRO, Maria José. Apresentação. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_. “Rural” como categoria de pensamento. In: **Ruris**, Campinas, v. 2, nº 01, p. 09-38, mar. 2008.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CARVALHO, Marcus J. M. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. In: **Revista de história**: São Paulo, n. 167, p. 223-26, Jul-Dez 2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura**, Vol 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira (Orgs.). 16. ed. **Pierre Bourdieu: escritos em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CONDEPE-FIDEM. Perfil municipal: Escada. Recife: **Base de Dados do Estado (BDE)**, 2015. Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/ESCADA.pdf>>. Acesso em 14 de nov. 2015.

CONDEPE-FIDEM. Perfil municipal: Ipojuca. Recife: **Base de Dados do Estado (BDE)**, 2015. Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/IPOJUCA.pdf>>. Acesso em 14 de nov. 2015.

CONDEPE-FIDEM. Perfil municipal: Ribeirão. Recife: **Base de Dados do Estado (BDE)**, 2015. Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/RIBEIR%C3%83O.pdf>>. Acesso em 14 de nov. 2015.

CONDEPE-FIDEM. Perfil municipal: Rio Formoso. Recife: **Base de Dados do Estado (BDE)**, 2015. Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/RIO%20FORMOSO.pdf>>. Acesso em 14 de nov. 2015.

CONDEPE-FIDEM. Perfil municipal: Rio Formoso. Recife: **Base de Dados do Estado (BDE)**, 2015. Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/SIRINHA%C3%89M.pdf>>. Acesso em 14 de nov. 2015.

CONDEPE/FIDEM. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Pernambuco: realidade e desafios**. Recife: 2009.

CONDEPE/FIDEM. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Pernambuco em mapas**. Coordenação de Ruskin Marinho de Freitas e Kamila Soares de Arruda Santos. Recife: 2011.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS (SUAPE). **Novo plano diretor Suape 2030**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2011.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS (SUAPE). **Institucional: o que é Suape**. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/institucional/institucional.php>>. Acesso em 04 de dez. 2015.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS (SUAPE). **Meio ambiente**. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/environment/environment.php>>. Acesso em 04 de dez. 2015.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS (SUAPE). **Novos negócios**. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/new-business/new-business.php>>. Acesso em 04 de dez. 2015.

DOMINGUES, José Maurício. Desencaixes, abstrações e identidades. **Revista USP**: São Paulo, n.42, p. 20-33, junho/agosto 1999.

\_\_\_\_\_. **Sociologia e modernidade**: para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005.

\_\_\_\_\_. **Teorias sociológicas no século XX**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

ELIAS, Nobert. **Escritos e ensaios 1**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. Reconstrução social em sociedades dominadas por grupos tradicionalistas. In: NASCIMENTO, A.; LIMA, M. C. (Orgs.). **O Nordeste brasileiro em questão**: uma agenda para reflexão. Recife: Editora UFPE, 2014.

GARCIA, Carlos; MUSSALEM; Josué. **Suape**: muito mais que um porto, uma visão econômica. Recife: Comunigraf, 2011.

GARCIA Jr., Afrânio. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 154-189.

\_\_\_\_\_. Mudança social no Nordeste: metamorfoses do mundo que o senhor de engenho criou. In: MARTINS, Rodrigo Constante (Org.). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente**: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GODOY, José Henrique Artigas de. Novo desenvolvimentismo do Nordeste: industrialização, crescimento econômico e equidade no Território Estratégico de Suape/PE. In: **38º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)**, Caxambu/MG, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GONDIM, Linda M. P.; LIMA, Jacob Carlos. **A pesquisa como artesanato intelectual**: considerações sobre método e bom senso. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

GRASMCI, Antonio. In: COUTINHO, C. N. (Org.). **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. Dimensões do desenvolvimento do complexo industrial portuário de Suape: política econômica e política social. São Carlos: UFSCar – **Programa de Pós Graduação em Ciência Política (Tese de Doutorado)**, 2015.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: do fordismo à acumulação flexível**. São Paulo: Loyola, 2011.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Cidades@ - **Mapa de pobreza e desigualdade** – Municípios brasileiros:, 2003. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=26&idtema=19&codv=v01&search=pernambuco|sirinhaem|sintese-das-informacoes-2003>>. Acesso em: 14 de nov. 2015.

IBGE (2012). Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual\\_nocoos/elementos\\_representacao.html](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/elementos_representacao.html)> Acesso em: 11 ago. 2012.

JORNAL DO COMÉRCIO DE PERNAMBUCO (JC-ONLINE). **Estaleiro Atlântico Sul, em Suape, demite mais 200 funcionários**: Sindicato dos Metalúrgicos diz que já são 2,3 mil desligamentos este ano. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2015/10/22/estaleiro-atlantico-sul-em-suape-demite-mais-200-funcionarios--204690.php>>. Acesso em 01 de nov. de 2015.

L'ESTOILE, Benoît de; SIGAUD, Lygia (orgs.). **Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIMA, Jacob Carlos; CONSERVA, Marinalva de Sousa. Redes sociais e mercado de trabalho: entre o formal e o informal. **Política e Trabalho – Revista de Ciências Sociais**. n. 24, abril de 2006, p. 73-98.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina**. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARIN, Maria Cristina Mello. Alternativas de trabalho e estratégias de consumo de operários numa grande cidade regional. In: LOPES, José Sérgio Leite [et al.]. **Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação (estudos sobre trabalhadores urbanos)**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

MARTINS, **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis: 1986.

MARTINS, Rodrigo Constante. **Novas ruralidades e teoria social: um novo olhar weberiano sobre a noção de território**. In: Anpocs, Caxambu, MG, out. 2010.

\_\_\_\_\_. Modernidade e temporalidades no trabalho agrícola. **Teoria & pesquisa**, 49, jul/dez de 2006.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1981.

MENEZES, Maria Aparecida de. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: GODOI, E. P. de; MARIN, R. A.; MENEZES, M. A. de. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, V.2 (Estratégias de reprodução social). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

\_\_\_\_\_. Experiência social e identidades: o caso dos trabalhadores migrantes na plantation canvieira de Pernambuco. *Revista de História Oral*, Rio de Janeiro - RJ, n.3, p. 49-68, 2000.

MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MORMONT, Marc. A la recherche des spécificités rurales. In: JOLLIVET, Marcel. **Vers um rural postindustrial: rural et environnement dans huit pays européens**. Paris/ Montreal, Canada: L'Harmattan, 1997.

MOURA, Jeanne Mariel Brito de. **Ruralidades em perspectivas: trajetórias de famílias agricultoras e metamorfoses do mundo rural – o caso do município de Jaboatão dos Guararapes-PE**. Dissertação de Mestrado. Campina Grande: Centro de Humanidades – UFCG, 2013.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Brasília: Publicações do Senado Federal, 1998.

ORTIZ, Renato. Introdução. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1983.

PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. Casa e trabalho: nota sobre a relações sociais na *plantation* tradicional. Rio de Janeiro: Contraponto, 1977. In: WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas (História Social do Campesinato)**. Vol. I. São Paulo: Editora: UNESP, NEAD, 2009.

\_\_\_\_\_. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura Política: Cedec*. Ano 1, n.1, p.41-55, 1974. In: FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I (Orgs.) **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PIRES, André. **Ruralidades em transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio**. São Paulo: Annablume, 2007.

PRADO Jr. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: n. 10, CPDOC, FGV, 1992.

PÓVOA NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. In: **Experimental: Humanitas publicações FFLCH/USP**, n.2, p. 11-24, março, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: Von Simson, Olga M. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1988, p. 14-43.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCOTT, J. C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. In: Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan/jun. 2002 (p. 10-31).

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

\_\_\_\_\_. **Greve nos engenhos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Trabalhadores na Região do “Mar de Cana e do Rio de Álcool”. **Agrária**, São Paulo, nº 2, pp. 2-39, 2005.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

STEDILE, João Pedro. Introdução. In: STEDILE, J. P (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional, 1500-1960. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

TOHMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I**: a árvore da liberdade. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

URRY, John. Sociologia móvel. In: LIMA, Jacob Carlos (Org.). **Outras sociologias do trabalho**: flexibilidades, emoções e mobilidades. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Suape em construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho. **Caderno CRH**. Salvador, v. 26, n. 68, p. 233-252, mai-ago 2013.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e trabalho no Nordeste: velha nova problemática. In: NASCIMENTO, A.; LIMA, M. C. (Orgs.). **O Nordeste brasileiro em questão**: uma agenda para reflexão. Recife: Editora UFPE, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista sociedade e Agricultura**, 15 de out. 2000, pp. 87-145.

\_\_\_\_\_. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

\_\_\_\_\_. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. **Os saltos dos cangurus nos canaviais alagoanos**: um estudo sobre trabalho e saúde. Tese de Doutorado. São Carlos-SP: UFSCar, 2016.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3ª ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WITKOSKI, Antonio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2010.

## GLOSSÁRIO DO TRABALHADOR RURAL

**Administrador de engenho** – Fiscaliza o engenho e organiza sua mão de obra para o trabalho nos canaviais. O administrador mora no engenho, em uma casa designada pela usina. Frequentemente, o administrador inicia suas funções como trabalhador do engenho, depois pode assumir o cargo de cabo, fiscal e, por fim, o de administrador. Cada administrador é responsável por dois ou três engenhos.

**Adubador** – Distribui o adubo sobre a plantação de cana.

**Ajudante de Cabo/Caiador** – Responsável por auxiliar o cabo na medição do serviço feito pelos trabalhadores rurais no campo, além de assinar as diárias de cada um.

**Ajudante de tratorista** – Trabalhador rural que atrela as carroças no trator e assegura que as canas fiquem dentro das mesmas. Atividade com grau de risco considerável, haja vista que a perda de equilíbrio da máquina pode resultar em acidentes de trabalho.

**Aplicador de herbicida** – Aplica produto químico para eliminar ervas daninhas no canavial.

**Atrelador** – Trabalhador rural responsável por atrelar carroças ao caminhão. Função similar ao de ajudante de tratorista.

**Bituqueiro** – trabalhador rural que fica atrás das máquinas recolhendo as canas que caem no caminho. Recebe o salário por hora trabalhada, por isso, geralmente, possui uma carga elevada de trabalho.

**Cabo** – Funcionário responsável por fiscalizar a execução das atividades designadas aos trabalhadores rurais. O cabo é responsável por uma turma de 30 a 40 trabalhadores, além de impor um controle rígido sobre as conversas entre eles, pausas no trabalho ou uma produtividade considerada baixa. Também é atribuição do cabo assinar a diária do trabalhador, informando se o mesmo conseguiu desenvolver suas atividades do dia.

**Cambiteiro** – São trabalhadores rurais que andam a cavalo e carregam a cana-de-açúcar sobre esses animais em lugares de difícil acesso.

**Campo** – É o termo utilizado para designar o trabalho nos canaviais.

**Conta** – Termo utilizado para medir o que o trabalhador vai fazer no dia, a partir da reserva de uma parte do canavial – como se fosse um quadrado/espaco designado pelo cabo para ele. Uma conta realizada, equivale a uma média executada no dia de trabalho.

**Cortador de cana** – Trabalhador rural responsável por cortar a cana manualmente. É visto como a função mais desgastante dentro do campo. Recebe por produção. Geralmente faz mais que uma média de trabalho ao dia.

**Cavador de sulco** – Trabalhador responsável por cavar os sulcos no solo das áreas íngremes em que a máquina não chega.

**Embolador de cana** – Trabalhador rural que fica nas partes íngremes da plantação com uma vara empurrando (embolando) a cana onde a máquina não alcança, para que, assim, ela possa ser colhida.

**Empombando** – Implicar e/ou proibir o morador do engenho de fazer mudanças na casa em que mora, ou, também, que expanda os limites do seu sítio.

**Entressafra** – Período em que a cana está maturando e várias funções são suspensas. Nesta fase da plantação, a maioria dos trabalhadores rurais fica desempregada por um tempo de 5 a 6 meses. A safra dura de setembro a fevereiro/março. Em seguida, no inverno, inicia a entressafra.

**Fichado** – Contrato de trabalho firmado em carteira de trabalho (CTPS).

**Fiscal** – Funcionário da usina que fiscaliza o serviço do cabo.

**Limpador de mato** – Faz o trabalho de limpeza do mato que cresce entre as canas.

**Limpador de cana** – Trabalhador responsável pela limpeza da cana-de-açúcar.

**Média** – Refere-se à produção estipulada que o trabalhador deve realizar em um dia de trabalho a fim de conseguir o salário no final do mês. Caso tenha dificuldade de bater a média, ou só consiga fazer uma “média por dia”, suas chances de se empregar na próxima safra diminuem. Os cortadores de cana, por exemplo, em geral, fazem em torno de 2,5 a 3 médias por dia, que pode chegar até 12 toneladas.

**Pedir a conta** – Expressão que indica que o trabalhador não quer mais trabalhar em uma empresa de Suape e que, por isso, pede para se desligar da firma a fim de ganhar a rescisão do contrato e empreender o dinheiro ganho em algum projeto familiar.

**Plantio** – Trabalhador rural responsável pelo plantio da cana-de-açúcar nos sulcos abertos sobre o solo.

**Serviço apertou** – Expressão que significa a dificuldade do trabalhador de encontrar um emprego em Suape ou na cana.

**Tratorista** – Aquele que dirige trator, na cana ou em Suape.

## APÊNDICE

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS**

**Título da Pesquisa:** Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco

**Roteiro de entrevista com o trabalhador rural**

**Data :** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Contato:** \_\_\_\_\_

**Entrevistado (a):** \_\_\_\_\_

**Empresa do Complexo de Suape em que trabalha ou trabalhou (recente)** \_\_\_\_\_

**Função** \_\_\_\_\_

**Carteira assinada?** \_\_\_\_\_

**Local da entrevista** \_\_\_\_\_

**Início** \_\_\_\_\_ **Término** \_\_\_\_\_

**Tempo de aplicação:** \_\_\_\_\_

- Sexo:	- Idade:	- Cor/Raça:	- Religião:	- Estado Civil:
- Possui filhos?	- Quantas pessoas moram com você?	- Escolaridade:		

**1 - A moradia e a família**

- Fale de sua origem: onde nasceu, onde mora atualmente.
- Já pensou em deixar o local que vive?
- Qual é a renda mensal da família e quem contribui com ela?
- Na sua família há o recebimento de algum benefício social?
- Fale um pouco de seus pais: o que faziam, escolaridade?
- Fale um pouco sobre os seus avós: o que faziam, escolaridade?
- Fale das experiências profissionais de seus irmãos. Trabalharam na cana?

**2 – Lugar de vida e infância**

- Fale um pouco sobre o lugar que você vive. Engenho ou rua?
- Fale como é crescer em um engenho.

- Nas suas lembranças da infância o que mais lhe marcou na vida no engenho?
- Qual foi a sua primeira experiência com a cana?
- O que você costuma fazer no seu tempo livre?
- Você considera que sua origem (pertencimento a um espaço de vida) é do campo ou da cidade?
- Você tem vontade de sair do meio rural da Zona da Mata e ir morar na cidade mais próximo ao trabalho em Suape?

### **3 - Inserção dos trabalhadores rurais no complexo de Suape**

- Atualmente você está trabalhando em Suape?
- Fale da sua experiência enquanto trabalhador rural antes de ingressar em Suape.
- Quanto você recebia na cana mensalmente?
- Você se sentia valorizado na cana?
- Você gostava de realizar esta atividade?
- Havia outras opções de trabalho na Zona da Mata fora a cana?
- Como você ficou sabendo do Complexo Portuário de Suape?
  
- Por que você decidiu ir trabalhar em Suape?
- Qual foi a reação de sua família quando soube que você iria trabalhar em Suape?
- Como você conseguiu emprego no Complexo de Suape?
  
- Fale um pouco da tua trajetória de trabalho em Suape (empresas que passou). É diferente do trabalho na cana?
- Você precisou fazer algum curso para poder ingressar no Complexo de Suape?
- Como foi o processo de seleção para ingressar em Suape?
- Qual o tempo médio de permanência nas empresas do complexo?
- Fale um pouco das atividades que você executa, ou executava, durante o dia de trabalho. Foi difícil se adaptar as novas funções?

- Quanto a empresa te paga por mês?
- Quais benefícios (*regalias*) que a empresa te oferece?
- Você vê possibilidades de crescer na empresa?
- Como é a relação de trabalho com os demais colegas da empresa?
  
- Você achou difícil fazer amizade na sua empresa? Por quê?
  
- Qual a origem de seus colegas de trabalho é de onde: zona da mata, outras cidades ou estados?
  
- O que você acha de conviver/trabalhar com pessoas de outras localidades?
  
- Você percebia um tratamento igualitário para todos os trabalhadores independentemente do lugar de origem?

#### 4 - **Projetos de vida**

- Sua relação com o seu lugar de origem (moradia) mudou ao ingressar no Complexo de Suape?
- A sua inserção no Complexo de Suape possibilitou alguma mudança na sua vida e de sua família?
- Você acha o seu trabalho em Suape estável ou incerto? E o que pretende fazer para se “fixar” em Suape?
- Você gostaria que seus filhos trabalhassem na cana como você um dia trabalhou?
- Você pretende voltar para a cana?
- Se não almeja voltar para os canaviais, o que pretende fazer?
- Quais são os seus projetos para o futuro?

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS**

**Título da Pesquisa:** Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco

**Roteiro de Entrevista**

**Secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e Presidente de Suape**

**Secretário:** Márcio Stefanni Monteiro Morais (17/12/2014)

- 1) Conte-nos um pouco sobre sua trajetória profissional.
- 2) Qual o papel da secretaria no desenvolvimento econômico do Estado?
- 3) Quais são as principais ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico para a região da Zona da Mata Sul de Pernambuco?
- 4) Quais são as principais vocações econômicas dessa região?
- 5) Como é a atuação da Secretaria junto ao Complexo Portuário de Suape?
- 6) Como você avalia a presença de Suape na economia de Pernambuco?
- 7) Quais os principais atrativos e incentivos estaduais para as indústrias se instalarem em Suape?
- 8) Quais são as reclamações mais recorrentes das indústrias para se instalar em Suape?
- 9) Atualmente, quais são as principais indústrias presentes em Suape, com relação à volume de investimentos e contratação de mão de obra?
- 10) Com relação a mão de obra quais são as principais demandas de qualificação do trabalhador solicitadas pelas indústrias presentes em Suape?
- 11) Quais são as áreas com maior dificuldade de contratar mão de obra qualificada?
- 12) O governo do Estado tem realizado cursos de qualificação para a mão de obra pernambucana?
- 13) Com relação a mão de obra oriunda do meio rural o governo tem empreendido ações que visem incluí-la nas empresas do Complexo de Suape?
- 14) A presença do Complexo de Suape tem interferido na produção sucroalcooleira de Pernambuco?

- 15)** A expansão territorial das indústrias no entorno de Suape tem ocorrido de que forma? Por meio de desapropriações de terras, compras de antigas usinas/ engenhos? Doações de terras pelo estado?
- 16)** Quais são os diferenciais de Suape com relação aos demais portos do Nordeste, como Itaqui (MA), Pecem (CE) e Aratu (BA)?
- 17)** Qual a importância da Ferrovia Transnordestina para Suape?
- 18)** Quais são os principais entraves para o crescimento de Suape?
- 19)** Como você avalia o futuro de Suape em Pernambuco?

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS**

**Título da Pesquisa:** Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco

**Roteiro de Entrevista**

**Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo de Pernambuco**

**Representante:** Fernanda Lessa – Gerente geral de qualificação (06/02/2014)

- 1) Fale um pouco da história da secretaria e suas principais conquistas nos últimos anos.
- 2) Como são desenvolvidas as estratégias de qualificação para as diversas regiões de desenvolvimento de Pernambuco?
- 3) Quais são os cursos/qualificação direcionados para a região da Zona da Mata Sul?
- 4) Essas qualificações são ofertadas diretamente pela secretaria ou são ofertadas em parceria com algum órgão?
- 5) Quais são os tipos de qualificações laborais mais requisitados pelas empresas do Complexo de Suape?
- 6) Qual o quantitativo de pessoas já qualificadas pelo “projeto polo naval” para o complexo de Suape pelo STQE a partir de 2005 (ano de criação do EAS)? Há dados de egressos da Zona da Mata Sul?
- 7) Qual o quantitativo de alunos formados pelo programa “novos talentos”? Há dados de egressos da Zona da Mata Sul?
- 8) Quais os critérios de encaminhamento dos trabalhadores às vagas de emprego no EAS e outros estaleiros?
- 9) Fale um pouco do projeto “Qualipetro”. As metas foram alcançadas (formação de 200 profissionais na área de petróleo e gás; formação de 4 mil trabalhadores no entorno de Suape com qualificação básica e certificação de 200 profissionais)? Se não foram cumpridas, quais foram os entraves?
- 10) Há algum tipo de mecanismo que monitore o ingresso dos profissionais treinados no complexo de Suape?

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS**

**Título da Pesquisa:** Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco

**Roteiro de Entrevista**

**Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)**

**Aplicado em:** 16/12/2014

- 1) Fale um pouco de sua trajetória na AFCP.
- 2) Fale um pouco sobre a atuação da AFCP em Pernambuco e das principais ações frente aos produtores, bem como os benefícios de que estes dispõem.
- 3) Qual a diferença da atuação da AFCP e do SINDICAPE?
- 4) Como os 13 mil associados da AFCP estão distribuídos nas regiões de desenvolvimento de Pernambuco? Zona da Mata Sul, quantos? Zona da Mata Norte, quantos? Agreste, quantos?
- 5) Qual o perfil dos pequenos, médios e grandes produtores? Assumiram usinas falidas, etc?
- 6) Quais são as principais dificuldades encontradas pelo setor?
- 7) Quais são as principais reivindicações dos produtores de cana?
- 8) Quais são os principais desafios nas negociações com as grandes indústrias que processam a cana?
- 9) Quais são as perspectivas do setor sucroalcooleiro pernambucano para o ano de 2015?
- 10) Como ocorre a negociação do preço da produção da cana dos produtores frente as unidades industriais (Via ATR)?
- 11) Vale um pouco da variação da ATR e dos impactos causados para os produtores.
- 12) Fale um pouco da mecanização da produção sucroalcooleira em Pernambuco. Quais os desafios? Percentagem de produtores que utilizam a mecanização?
- 13) Quais foram as principais ações do setor no tocante a segurança e saúde do trabalhador da cana?
- 14) Como a AFCP enxerga o aumento da influência do Porto de Suape na Zona da Mata Sul?
- 15) Vocês veem a presença de Suape como um concorrente na região do açúcar?
- 16) Os produtores tiveram dificuldades de contratar mão de obra no auge dos empreendimentos de Suape?

**17)** Qual a percentagem de trabalhador com relação a gênero? Há mais homens ou mulheres como trabalhadores rurais?

**18)** O JC online divulgou no primeiro semestre (Abril/2014) deste ano a notícia que algumas empresas têm fugido das inconstâncias da produção sucroalcooleira vendendo seus terrenos para as empresas que se instalam nos polos industriais de Suape (3 na Mata Sul) e Goiana (2 na Mata Norte – Usinas Maravilhas). Como a AFCP tem acompanhado essa estratégia das usinas?

**19)** Apesar de Pernambuco ter liderado a produção da cana no século passado, sua produção tem diminuído. Como o senhor avalia esse cenário? (Na safra 2014/2015 – POSIÇÃO 31/10/2014, Pernambuco ficou atrás de Alagoas e da Bahia).

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS**

**Título da Pesquisa:** Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco

**Roteiro de Entrevista**

**Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco (SINDAÇÚCAR)**

**Aplicado em:** 26/01/2015

- 1) Fale um pouco sobre a atuação do sindicato em Pernambuco.
- 2) Qual a diferença da atuação da AFCP, do SINDAÇÚCAR e do SINDICAPE?
- 3) Quais são as 16 empresas/usinas que fazem parte do sindicato?
- 4) Essas usinas pertencem ao empresariado local? Possuem produção em outras áreas do país?
- 5) Como se encontra a produção pernambucana em comparação com outros estados?
- 6) Quais são as principais dificuldades encontradas pelo setor sucroalcooleiro?
- 7) Quais são as perspectivas do setor sucroalcooleiro pernambucano para o ano de 2015?
- 8) Fale um pouco da mecanização da produção sucroalcooleira em Pernambuco.
- 9) Quais foram as principais ações do setor no tocante a segurança e saúde do trabalhador da cana?
- 10) Qual o perfil do trabalhador contratado para a produção canavieira?
- 11) Qual o quantitativo de trabalhadores com relação a gênero? Há mais homens ou mulheres como trabalhadores rurais?
- 12) Como é a relação do setor com os governos federais e estaduais?
- 13) Vocês recebem incentivos fiscais federais ou estaduais? Quais?
- 14) Apesar de Pernambuco ter liderado a produção da cana no século passado, sua produção tem diminuído. Como o senhor avalia esse cenário? (Na safra 2014/2015 – posição 31/10/2014, Pernambuco ficou atrás de Alagoas e da Bahia).
- 15) Na sua avaliação, qual seria o preço ideal da gasolina para que o etanol se torne um combustível competitivo?
- 16) Como o setor avalia o retorno do CIDE?
- 17) Qual o destino da produção açucareira de Pernambuco?

**18)** Como vocês avaliam a presença de Suape em Pernambuco?

**19)** O JC online divulgou no primeiro semestre (Abril) deste ano (2014) a notícia que algumas empresas têm fugido das inconstâncias da produção sucroalcooleira vendendo seus terrenos para as empresas que se instalam nos polos industriais de Suape (3 na Mata Sul) e Goiana (2 na Mata Norte – Usinas Maravilhas). Como o Sindicato tem acompanhado essa estratégia das usinas?

**20)** Houve impactos na produção sucroalcooleira com a ascensão de Suape?

**21)** Houve dificuldades na contratação de mão de obra local em decorrência dos empreendimentos de Suape?

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS**

**Título da Pesquisa:** Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco

**Roteiro de Entrevista**

**Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada, Ribeirão, Rio Formoso, Ipojuca,  
Sirinhaém**

**Entrevistados:** Presidentes dos sindicatos rurais e funcionárias do sindicato

- 1) Fale um pouco de sua trajetória no sindicato.
- 2) Quais são as maiores dificuldades encontradas pelo sindicato hoje?
- 3) Quais são as principais ações do sindicato junto aos trabalhadores rurais (Saúde, doenças laborais, proteção, salários)?
- 4) O que o sindicato tem feito para assegurar as melhorias nas condições de trabalho dos trabalhadores rurais?
- 5) Qual a relação do Estado de Pernambuco com o sindicato? Diálogo? Repressão?
- 6) Qual a relação do sindicato com as usinas? Conflito? Diálogo?
- 7) Qual a situação dos trabalhadores que moram no engenhos? Sofrem ameaças para deixar os engenhos?
- 8) Há a criação de assentamentos em curso no município?
- 9) Há assentamentos no município?
- 10) Qual a avaliação do sindicato sobre o crescimento e expansão no porto de Suape na região?
- 11) Como você percebe os impactos de Suape no meio do trabalho rural?

- 12) Há relatos de trabalhadores rurais que deixaram o trabalho no campo para trabalhar em Suape? Por que você acha que eles foram trabalhar lá?
- 13) O que mudou no município com a chegada de Suape?
- 14) A saída de trabalhadores rurais para Suape teve impacto nas arrecadações do sindicato?
- 15) O que o sindicato pretende fazer para aumentar sua arrecadação?
- 16) Quantos trabalhadores sindicalizados existem no sindicato?
- 17) Houve mudanças no número de sindicalizados? Suape teve alguma relação com isso?
- 18) A saída de trabalhadores rurais para Suape teve impacto na contratação de mão de obra pelas usinas de açúcar? Quem substituiu os que saíram da cana?
- 19) Quais usinas estão presentes no município?
- 20) Qual a origem (lugar) dos trabalhadores sindicalizados?
- 21) Quantas usinas e engenhos deixaram de funcionar e/ou faliram no município?
- 22) Como você enxerga o futuro da cana-de-açúcar no município, bem como o futuro do Complexo de Suape?

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS**

**Título da Pesquisa:** Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco

**Roteiro de Entrevista**

**SINDMETAL - Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos no Estado de Pernambuco**

**Representante:** Henrique Gomes (Presidente – 13/01/2014)

- 1) Fale um pouco sobre as principais linhas de atuação do sindicato em Pernambuco, e do perfil dos (das) trabalhadores (as) sindicalizados (as).
- 2) Quantos trabalhadores são filiados ao sindicato?
- 3) Quais são os benefícios que os (as) trabalhadores (as) dispõem por serem filiados (as) ao sindicato?
- 4) Quais são as principais dificuldades encontradas pelo SINDMETAL nas negociações e demais relações com as empresas?
- 5) Em quantas empresas vocês atuam e quais são as que possuem um maior quantitativo de trabalhadores filiados ao SINDMETAL?
- 6) Quais foram as principais ações do SINDMETAL no tocante a segurança, saúde do trabalhador, precarização do trabalho, acidentes de trabalho e assédio moral? Há relatos de infração das empresas nessas áreas?
- 7) Quais das empresas localizadas no complexo de Suape possuem mais queixas e infrações cometidas contra os (as) trabalhadores (as)?
- 8) Como vocês observam o crescimento de Suape no estado?
- 9) Quais as principais reclamações/reivindicações dos trabalhadores com relação as empresas? O que o sindicato tem feito com relação a isso?
- 10) Qual a percentagem de trabalhador (as) com relação a gênero? Há mais homens ou mulheres no setor metalúrgico?
- 11) O sindicato dispõe de dados sobre perfil/origem (área rural, outros estados, centros urbanos) de contratação dos trabalhadores? Principalmente dos (as) que foram para Suape?
- 12) Fale um pouco da ação do SINDMETAL no Estaleiro Atlântico Sul, e o perfil dos seus trabalhadores do chão de fábrica.
- 13) Fale um pouco das ações no Estaleiro Vard Promar, e o perfil dos seus trabalhadores do chão de fábrica.

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS**

**Título da Pesquisa:** Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco

**Roteiro de Entrevista**

**SINTEPAV - Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias da construção de estrada,  
pavimentação e obras de terraplanagem em geral no estado de Pernambuco**

**Representante:** Leodelson Bastos – Diretor de fiscalização do SINTEPAV (23/01/2015)

- 1) Fale um pouco sobre as principais linhas de atuação do sindicato em Pernambuco e do perfil dos (das) trabalhadores (as) sindicalizados (as).
- 2) Quantos trabalhadores são filiados ao sindicato?
- 3) Quais são os benefícios que os (as) trabalhadores (as) dispõem por serem filiados (as) ao sindicato?
- 4) Quais são as principais dificuldades encontradas pelo SINTEPAV nas negociações e demais relações com as empresas?
- 5) Quais são as grandes obras que vocês atuam e quais são as que possuem um maior quantitativo de trabalhadores filiados ao sindicato?
- 6) Quais foram as principais ações do SINTEPAV no tocante à segurança, saúde do trabalhador, precarização do trabalho, acidentes de trabalho e assédio moral em Suape? Há relatos de infração das empresas nessas áreas?
- 7) Quais das empresas localizadas no Complexo de Suape possuem mais queixas e infrações cometidas contra os (as) trabalhadores (as)?
- 8) Como vocês observam o crescimento de Suape no estado?
- 9) Quais as principais reclamações/reivindicações dos trabalhadores com relação as empresas de Suape?
- 10) Qual a quantidade de trabalhador (as) com relação a gênero? Há mais homens ou mulheres no setor da construção pesada?
- 11) O sindicato dispõe de dados sobre perfil/origem (área rural, outros estados, centros urbanos) de contratação dos trabalhadores? Principalmente dos (as) que foram para Suape?
- 12) Fale um pouco da ação do SINTEPAV nas grandes obras de Suape.
- 13) Fale um pouco do perfil do trabalhador da construção pesada em Suape.

- 14) Fale um pouco das greves trabalhistas que ocorreram no Complexo de Suape.
- 15) Fale da relação do governo do estado com vocês.
- 16) Quais são as perspectivas do setor da construção pesada em Pernambuco para o ano de 2015? Você vê um cenário de retração ou de crescimento em Suape?
- 17) Quais as principais funções exercidas pelos trabalhadores rurais na construção da refinaria Abreu e Lima, e qual o salário médio do trabalhador profissional e ajudante?

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS**

**Título da Pesquisa:** Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco

**Roteiro de Entrevista no SENAI**

**Representante: Rodrigo Sacha – 15/01/2015**

- 1) Fale da presença do Senai na cidade do Cabo de Santo Agostinho.
- 2) Quando e por que se iniciou a parceria com a secretaria de trabalho e qualificação do estado visando o ingresso de trabalhadores no Complexo de Suape?
- 3) Quais são os cursos oferecidos pelo Senai/Cabo em parceria com o governo estadual que visam o ingresso de trabalhadores nas empresas de Suape (EAS, Vardpromar, Tecon Suape, Petroquímica Suape, Pet Nordeste, Refinaria Abreu e Lima, Suape Textil)?
- 4) Há alguma parceria direta com o Porto de Suape?
- 5) Na seleção de candidatos para os cursos direcionados ao trabalho no Porto de Suape há alguma predileção pelos moradores do Cabo e dos municípios da Zona da Mata Sul vizinhos a Suape?
- 6) Qual o perfil dos alunos que buscam qualificação para ingressar no Porto de Suape (idade, origem, etc)?
- 7) Os alunos oriundos do meio rural têm dificuldades em acompanhar o curso de qualificação?
- 8) Diante das possibilidades de crescimento do Complexo Portuário de Suape o Senai Cabo tem planos de expansão (tanto física como de oferta de cursos)? Descreva.

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS**

**Título da Pesquisa:** Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco

**Roteiro de Entrevista no Porto de Suape**

**Representante:** Jaime Alheiros - Diretor de planejamento e gestão do Porto de Suape – 09/02/2014

- 1) Fale sobre sua trajetória profissional.
- 2) Na sua avaliação, quais são as principais vocações econômicas da região da Zona da Mata Sul?
- 3) Qual a importância, ainda hoje, da cana-de-açúcar para o desenvolvimento econômico da região da Zona da Mata Sul?
- 4) Como você avalia a presença de Suape na Zona da Mata Sul, em termos de impactos econômicos, sociais e ambientais
- 5) Quais os principais atrativos e incentivos estaduais para as indústrias se instalarem em Suape?
- 6) Quais são as principais reclamações das indústrias para se instalar em Suape?
- 7) Atualmente, quais são as principais indústrias presentes em Suape, com relação à volume de investimentos e maior contratação de mão de obra?
- 8) Com relação a mão de obra, vocês dispõem de dados sobre a origem dos trabalhadores do porto de Suape (meio rural, urbano, outros estados e países)?
- 9) Quais são as áreas em que há mais dificuldades de se contratar mão de obra qualificada?
- 10) Com relação a mão de obra rural oriunda de municípios próximos a Suape, o governo tem feito alguma ação que vise incluí-las nas empresas do Complexo de Suape?
- 11) A presença do Complexo de Suape tem interferido na produção sucroalcooleira de Pernambuco?

- 12)** A expansão territorial das indústrias no entorno de Suape tem ocorrido de que forma? Por meio de desapropriações de terras, compras de antigas usinas/ engenhos, doações de terras pelo estado?
- 13)** Quais são os principais diferenciais de Suape com relação aos outros portos do Nordeste, como Itaqui (MA), Pecém (CE) e Aratu (BA)?
- 14)** Qual a importância da Ferrovia Transnordestina para Suape?
- 15)** Quais são, hoje, os principais entraves para o crescimento de Suape?
- 16)** Como você avalia o futuro de Suape e sua influência no desenvolvimento econômico de Pernambuco?